

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA  
ÁREA DE ESPECIALIDADE: SEMÂNTICA-GRAMÁTICA DE CASOS

## CENAS BENEFACTIVAS E MOVIMENTOS SEMÂNTICOS NO CONTEXTO DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA

TESE APRESENTADA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM LETRAS - LINGÜÍSTICA TEÓRICA

PELA ALUNA:

AVANI T. CAMPOS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. APÓSTOLO THEODORO NICOLACÓPULOS

FLORIANÓPOLIS / MARÇO / 1999

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do grau de Doutor em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

  
Profa. Dra. Loni Grimm Cabral  
Coordenadora

  
Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos  
Orientador

Apresentada á Banca Examinadora:

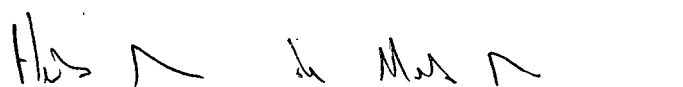
  
Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos

Prof. Dr. Irmão Elvo Clemente

  
Profa. Dra. Maria Marta Furlanetto

Profa. Dra. Maria da Graça A. de Oliveira

  
Prof. Dr. Nilson Lemos Lage

  
Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura  
(Suplente)

*... A comunicação fecha-se, assim, sobre si mesma, na passividade tranqüila da sociedade violenta e se constitui no grande mito que a solidão do homem moderno produziu.*

*Paradoxo gritante que a máscara da ordem consegue esconder. Mas a linguagem é isto? Estaremos, então, para sempre encerrados na inutilidade do esforço que se arredonda no déjà-vu? Ou é possível levar o véu da objetividade e atrás dele descobrir o segredo de uma ideologia?*

*Privilegiar o eu como centro ideal da criatividade do homem, que a linguagem é estigma, ou favorecer o outro num desdobramento social, de que a linguagem é garantia, não seria disfarçar a mesma ingenuidade com máscaras diferentes?*

*Não haveria, na linguagem, elementos que permitissem esta denúncia? E se sim, como fazê-lo?*

*Nossa tentativa é de cometer um gesto nesta direção.*

**Carlos Vogt**

*Linguagem, pragmática e ideologia*

- A minha também...

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, *Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos*, pela forma democrática com que sempre se ateve nas discussões, incentivando a busca da interface, bem como as incursões, não raro, nebulosas nos meandros da semântica e da pragmática;

À *Profª. Dra. Maria Marta Furlanetto* - porto seguro a que sempre recorri nos momentos críticos - por sua grandeza como profissional e como ser humano;

Ao *Prof. Dr. Nilson Lage* - o grande mestre, cujas aulas ratificaram a crença e acalentaram o sonho de ser professor - pela honra de ter sido aluna em duas oportunidades;

Ao *Prof. Dr. Irmão Elvo Clemente*, da PUC/RS, responsável pela minha formação acadêmica e profissional, ainda que pese a sua *pedagogia veneziana*, a quem devo o que aprendi a ser/fazer de bom;

Aos *professores e colegas* do Curso de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, com que convivi ao longo de quatro anos e que, em algum momento, fizeram parceria nessa trajetória; em especial aquelas que se tornaram amigas: Suzana, Marlene, Nara, Gessilene e Luísa;

Aos *colegas do DECLAVE*, do Instituto de Letras da UFRGS, do qual faço parte, pela colaboração na ausência desses quatro anos; e, na condição de bolsista – PICD –, agradeço também à PROPG, em especial, à Roseti Pires Flores pela atenção que sempre me dispensou;

A *todos, marido, filhos, familiares, amigos*, que de alguma forma colaboraram, compreenderam e apoiaram, dispensando as horas de convívio para dedicação ao trabalho.

## SINOPSE

*CENAS BENEFATIVAS E MOVIMENTOS SEMÂNTICOS NO CONTEXTO DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA:* O presente estudo tem como hipótese básica a relativização dos casos - papéis semânticos - a *cenas*, a recortes de situação, no âmbito da gramática de casos. Para tanto, ancora-se na noção de *cenas* de Fillmore, expandindo sua abrangência com vistas a dimensionar uma articulação de caráter pragmático-discursivo, compatível com as perspectivas de análise e de interpretação a que se propõe. Os postulados de Benveniste, Hjelmslev, Van Dijk, Parret, Maingueneau, Halliday, Ducrot, Lage, Furlanetto, Orlandi, entre outros, são agregados aos de Fillmore e ao *Modelo Casual da UFSC*, a fim de subsidiar as imbricações necessárias para promoção e sustentação da interface pretendida. Aqui fica constituído um investimento teórico-metodológico, em cujo espaço são estabelecidas as instâncias materializadas como *macrocen*as, dentro do universo jornalístico, onde estarão abrigadas *n microcen*as, objeto específico desta abordagem. Sendo focalizadas, exclusivamente, as *microcen*as que se enunciam como benefactivas, o trabalho considera o enunciado como sinônimo de *macrocen*a e interpreta a *microcen*a que coloca no *foreground* o verbo-predicador do campo B (benefactivo), e o que atua como côadjuvante na interação pragmático-discursiva do enunciado, mas permanece no *background* da *microcen*a. Paralelamente, investe nos percursos metafóricos desvelados nos interditos enunciativos e que são flagrados como *via de duas mãos*: dos verbos-predicadores básicos em direção às transformações de sentido, que constituem outros campos semânticos, e dos verbos-predicadores dos outros campos semânticos que se metaforizam em direção ao campo (B) Benefactivo, tendo como referência o espaço enunciativo configurado nas *macrocen*as. À luz dessa perspectiva, as *neologias de sentido* tanto podem se estabelecer a partir da polissemia: variação de sentido dentro do mesmo campo semântico, como do processo de metaforização: assinalando a transposição de sentido para outros campos semânticos, instaurando as predicações intercasuais.

## ABSTRACT

*BENEFACTIVE SCENES AND SEMANTIC MOVEMENTS IN THE CONTEXT OF JOURNALISTIC LANGUAGE:* The basic hypothesis of this study is the relativization of meaning to scenes in the context of case grammar theory. It is based upon Fillmore's notion of scenes, with its scope extended to enable an articulation of a pragmatic-discursive nature, consistent with the proposed analysis and interpretation. The postulates of Benveniste, Hjelmslev, Van Dijk, Parret, Maingueneau, Halliday, Ducrot, Furlanetto, and Orlandi, among others, are added to those of Fillmore's theory and *UFSC'S case grammar model* to allow the necessary imbrications for the support of the intended *interface*. In so doing, a theoretical and methodological investment is carried out, in whose space the instances are materialized as *macroscenes*, within the journalistic universe, where 'n' *microscenes* will be sheltered, the latter being the object of this approach. This study will exclusively focus upon Benefactive *microscenes*; it considers the utterance synonymous with *macroscenes*, and interprets the Benefactive *microscene* as that *scene* in which the verb-predicator of the benefactive semantic domain is foregrounded, but also considers what assists in the pragmatic-discursive interaction of the utterance which remains in the background of the *microscene*. This study also invests in the metaphorical routes unveiled in the enunciating process viewed as a two-way street: from B (benefactive) basic verbs-predicators towards other semantic domains, and from verbs-predicators of other semantic domains towards the B (benefactive) semantic domain, within the context of *macroscenes*.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: NA BUSCA DA INTERFACE .....	5
1.1 - CONCEPÇÃO DE DISCURSO .....	17
1.2 - CONCEPÇÃO DE PRAGMÁTICA .....	26
1.3 - CONCEPÇÃO DE SEMÂNTICA .....	33
1.3.1 - GRAMÁTICA DE CASOS .....	48
1.3.1.1 - <i>Quadro teórico</i> .....	48
1.3.1.2 - <i>Teoria dos casos não-manifestos</i> .....	62
1.3.1.3 - <i>Causativização</i> .....	65
1.3.1.4 - <i>Teoria de valências</i> .....	68
1.3.1.5 - <i>Sistema casual: Modelo da UFSC</i> .....	71
1.3.1.6 - <i>Noção de cenas</i> .....	76
1.3.1.7 - <i>Caso benefactivo</i> .....	84
1.4 - CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO METAFÓRICO .....	88
1.5 - CONSTITUIÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO .....	93
1.6 - ARTICULAÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICO .....	97
CAPÍTULO II – METODOLOGIA .....	105
2.1 – CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS .....	106
2.2 – OPERACIONALIZAÇÃO DOS TERMOS .....	110
2.3 – DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS .....	116

<b>CAPÍTULO III - PROCESSO DE ANÁLISE .....</b>	<b>120</b>
3.1 - ANÁLISE CONTEXTUAL .....	121
3.1.1 - CONTEXTO ECONÔMICO E PREDICAÇÕES BENEFATIVAS .....	122
3.1.2 - CONTEXTO POLÍTICO E PREDICAÇÕES BENEFATIVAS .....	123
3.2 - ANÁLISE CASUAL .....	124
3.2.1 - CENAS DOS CONTEXTOS ECONÔMICO E POLÍTICO .....	128
3.2.2 - PROCESSO DE ANÁLISE - PERSPECTIVA CASUAL .....	139
3.3 - APRECIÇÃO DOS RESULTADOS .....	174
 <b>CAPÍTULO IV - LIMITES DA INTERFACE .....</b>	 <b>179</b>
4.1 - ABRANGÊNCIA DOS CAMPOS TEÓRICOS .....	179
4.2 - LIMITES DA PROPOSTA .....	182
 <b>CAPÍTULO V - MATERIAIS INSTRUÇÃOAIS .....</b>	 <b>185</b>
5.1 - DIMENSÕES DA GRAMÁTICA DE CASOS .....	187
5.1.1 - ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	187
5.2 - ATIVIDADE PRÁTICA .....	191
5.2.1 - ANÁLISE CONTEXTUAL .....	192
5.2.1.1 - <i>Contexto econômico</i> .....	192
5.2.1.2 - <i>Contexto político</i> .....	193
5.3 - ANÁLISE CASUAL .....	194
5.3.1 - ANÁLISE CASUAL CONTEXTUALIZADA: CONTEXTOS ECONÔMICO E POLÍTICO .....	194
5.3.2 - ATIVIDADES DIVERSIFICADAS .....	197
5.3.2.1 - <i>Análise qualitativa de textos publicitários</i> .....	197
5.3.2.2 - <i>Aplicação das alternativas teórico-metodológicas da gramática de casos</i> .....	198
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>200</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 <b>204</b>
 <b>ANEXO .....</b>	 <b>213</b>



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – INSTÂNCIA ENUNCIATIVA .....	8
FIGURA 2 - QUADRO DA PROJEÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	16
FIGURA 3 - ÁREAS DE CONHECIMENTO .....	21
FIGURA 4 – ARQUIVO .....	24
FIGURA 5 – PLANOS DO DISCURSO .....	25
FIGURA 6 – TRIPARTIÇÃO DA SEMIÓTICA .....	29
FIGURA 7 – ATOS DE FALA .....	31
FIGURA 8 – PARADIGMA .....	40
FIGURA 9 - SISTEMA INTERATIVO .....	43
FIGURA 10 – ESTRUTURA SEMÂNTICA .....	52
FIGURA 11 – MODELO MATRICIAL .....	53
FIGURA 12 – CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS .....	54
FIGURA 13 – TIPOS DE VERBOS .....	56
FIGURA 14 – MATRIZ DE CHAFE .....	61
FIGURA 15 – CASOS NÃO-MANIFESTOS .....	63
FIGURA 16 - MATRIZ DE COOK (REVISADA) .....	75
FIGURA 17 - MODELO CASUAL DA UFSC .....	77
FIGURA 18 – EVENTO COMERCIAL .....	80
FIGURA 19 – PROCESSO METAFÓRICO .....	89
FIGURA 20 – DUAS TRÍADES .....	92
FIGURA 21 – ARTICULAÇÃO DE SIGNOS .....	92

FIGURA 22 – ARTICULAÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO .....	98
FIGURA 23 – PERCURSO DA INTERFACE .....	100
FIGURA 24 – ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	103
FIGURA 25 – CAMPO SEMÂNTICO BENEFACTIVO .....	128
FIGURA 26 – VERBOS-PREDICADORES BENEFACTIVOS DE SENTIDO BÁSICO .....	134
FIGURA 27 – ENUNCIADOS METAFORIZADOS/1: DO CAMPO B (BENEFACTIVO) PARA OS OUTROS CAMPOS .....	135
FIGURA 27 – ENUNCIADOS METAFORIZADOS/2: DOS OUTROS CAMPOS EM DIREÇÃO AO CAMPO B (BENEFACTIVO) .....	138

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PREDICADORES BENEFATIVOS DE SENTIDO BÁSICO .....	175
TABELA 2 - METAFORIZAÇÃO DO CAMPO SEMÂNTICO B PARA OUTROS CAMPOS .....	175
TABELA 3 - METAFORIZAÇÕES DE OUTROS CAMPOS SEMÂNTICOS PARA O B .....	176
TABELA 4 - ABRANGÊNCIA DO CAMPO SEMÂNTICO BENEFATIVO .....	177

## INTRODUÇÃO

Parece clara a relevância dos estudos que se desenvolvem na área da linguagem, em especial os que preconizam a articulação entre a teoria e a prática. A educação é assumida por Freire (1982) como um ato de comunicação, por isso o ensino da língua precisa ancorar-se em investigações que levem em conta a interação do sujeito-enunciador com o complexo sócio-histórico de que faz parte. Ainda que tenham sido inúmeras as buscas nesse sentido, a maior parte dos estudos dedicados à língua, em especial na área acadêmica, continua privilegiando o enfoque teórico em detrimento do prático, o que torna urgente a necessidade de encarar e de assumir que o verdadeiro sentido de uma pesquisa se consolida nas contribuições que pode legar para a aplicação no ensino.

Na década de 80, Rubem Alves (1985), numa incursão romântica em que tentava chamar a atenção dos 'mestres' para a agonia da educação, dizia:

*"Que me dêem uma boa razão para que os jovens se apaixonem pela ciência. Para isso seria necessário que os cientistas fossem também contadores de histórias, inventores de mitos, presenças mágicas em torno das quais se ajuntassem crianças e adolescentes, à semelhança do flautista de Hamelin, feiticeiro, que tocava sua flauta encantada e os meninos o seguiam..."*

*Todo o início contém um evento mágico, um encontro de amor, um deslumbramento no olhar..."*

*É aí que nascem as grandes paixões, a dedicação às causas, a disciplina que põe asas na imaginação e faz os corpos voarem. Olho para nossos estudantes e não me parece que seja este o seu caso. E eles me dizem que os mitos não puderam ser ouvidos. O ruído da guerra e o barulho das moedas era forte demais. Quanto à flauta parece que estava desafinada. O mais provável é que o flautista se tivesse esquecido da melodia...”*

Ao que tudo indica, quando o professor coloca a ‘vestimenta’ de pesquisador, quase se esquece da melodia. Esta abordagem tem o propósito de dimensionar o estudo da linguagem na imbricação da semântica com a pragmática, ancorada no âmbito discursivo, porquanto entrecruza pontos convergentes dessas áreas com vistas à interface. Nesse sentido, adota como objeto de análise as cenas de nuances benefactivas que se constituem no âmbito da linguagem jornalística, representadas pelos contextos econômico e político do eixo Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Os universos referidos são institucionalizados como macrocenos, que abrigam as microcenos, e é sobre estas que incidirá a análise, já que as mesmas detêm os verbos-predicadores de nuances benefactivas, que serão interpretados sob duas perspectivas: em seu sentido básico e nas metaforizações – do campo B (benefactivo) em direção a outros campos semânticos, bem como dos outros campos semânticos, metaforizando-se em direção ao B (benefactivo).

Dada a natureza do trabalho, delineou-se, como hipótese básica, o fato de que a relativização dos significados (expressos através dos casos: papéis semânticos) a cenos, a recortes de situação, assumirá melhor eficácia com a articulação das teorias de caso — no contexto semântico — na dimensão pragmático-discursiva, a fim de viabilizar seja a interpretação das predicções básicas, seja a das metaforizadas, bem como a que se refere às neologias de sentido, alargando as condições de percepção do contexto interativo — no caso, o jornalístico —, onde novos efeitos de sentido são produzidos a cada dia.

A opção feita aqui pode ser justificada por várias razões, dentre as quais destaco: o fato de não existir estudo exaustivo dos verbos-

predicadores B (benefactivos) na língua portuguesa; de não se ter referências sobre as possíveis metaforizações dos verbos-predicadores B (benefactivos) ditos básicos como *ter, ganhar, receber, pertencer, dar, entregar, doar, distribuir*, etc.; bem como a análise e aplicações mais acuradas da noção de *cenar*. A partir disso, o trabalho focaliza o aspecto pragmático, que traz à tona um gênero discursivo integrante da língua viva, o jornalístico. A esse empreendimento, associa a perspectiva metodológica decorrente da articulação teórico-metodológica, do processo de análise — contextual e casual —, culminando na elaboração dos materiais instrucionais, onde será concretizada a aplicação da gramática de casos, ainda que restrita à configuração das *cenar* e ao campo semântico do B (benefactivo), subsidiados pelo *Modelo Casual da UFSC*.

Esta projeção impõe que o trabalho adote uma linha de organização criteriosa, no sentido de assinalar o encontro dos leitores com a significação do contexto da abordagem aqui proposta. Assim, está projetada no primeiro capítulo a tentativa de articulação teórico-metodológica, respaldada pela ampla literatura existente acerca do assunto; o segundo capítulo dá conta da metodologia, organizada à luz dos pressupostos integrados, que fornece a linha operacional do trabalho, incluindo a descrição do *Programa computacional TDS-GC/97-8*, bem como a definição de estratégias para sua consecução; o terceiro capítulo traz o processo de análise propriamente dito, que será feito com base na articulação promovida; o quarto capítulo veicula uma espécie de satisfação ao leitor, pois tem o propósito de estabelecer os limites da interface, dando conta dos pontos convergentes e também daqueles que se apresentam como óbices, devido a sua natureza; finalmente, o quinto capítulo que, praticamente, contém um dos momentos mais gratificantes do trabalho: os materiais instrucionais, onde está constituído um espaço pedagógico, configurando-se aí o aproveitamento do que foi investigado, é uma espécie de 'colheita em tempo bom (ou hábil)'; isso, a meu ver, confere melhor sentido ao trabalho.

Para encerrar, busco outra passagem do *flautista feiticeiro*, na tentativa de reiterar a idéia de que ainda é possível afinar a flauta:

*"...E é esta a pergunta que estou fazendo: que mágico dentre nós, será capaz de conduzir o fogo do amor pela ciência? Que estórias contamos para explicar a nossa dedicação? Que mitos celebramos que mostrem aos jovens o futuro que desejamos?*

*Ahl É isto. Parece que as utopias se foram. Ciências e cientistas já não sabem mais falar sobre esperanças. Só lhes resta mergulhar nos detalhes do projeto de pesquisa - porque as visões que despertam o amor e os símbolos que fazem sonhar desapareceram no ar como bolhas de sabão (...).*

*Interessante. Estes eram mitos que diziam de amor, harmonia, felicidade, estas coisas que fazem bem à vida e invocam, sorrisos. Quem não se alistaria como sacerdote de tão bela esperança?"*

Todos, com certeza, responderão positivamente. É o que pretendo com o trabalho: falar de discurso, de semântica — dentro desta da teoria de casos —, e de pragmática. Mas, sobre tudo, reuni-las num contexto produtivo, que possa contribuir para o ensino e para a pesquisa.

## CAPÍTULO I

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: NA BUSCA DA INTERFACE

*"... A teoria lingüística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema lingüístico em seu esquema e uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem e, através dela, a atingir o domínio do saber humano em sua totalidade. Com isso a teoria da linguagem atingiu a finalidade que se tinha atribuído".*

*Louis Hjelmslev*

O presente estudo se inscreve no âmbito das ciências sociais e focaliza a noção de *cenças* no contexto da linguagem jornalística do eixo Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Considerando o que está perspectivizado nas referidas *cenças*, buscarei explicitar a constituição dos enunciados benefactivos nos *cenários* que implicam os contextos econômico e político dos jornais *Zero Hora*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Isso se efetivará através de três focos semânticos: verbo-predicador de sentido básico no campo das *cenças* recortadas; verbo-predicador metaforizado a partir do campo benefactivo; e verbo-predicador de outros campos metaforizando-se no campo benefactivo. Os três movimentos têm como lugar de repouso as *cenças*, seu ponto de origem, de expansão e de chegada.

Como a noção de *cenças*, nesta abordagem, está atrelada à



enunciação, à discursividade, impõe-se a necessidade de estabelecer a associação dos terrenos teórico-metodológicos, a fim de buscar a interface entre eles. Dessa forma, a teoria de casos e os modelos causais desenvolvidos, que se encontram representados no *Modelo Causal da UFSC* — adotado neste trabalho —, terão de se articular com princípios estabelecidos em outros campos, como o discursivo e o pragmático. Com vistas a assegurar maior amplitude na prospecção das teorias de casos, é possível consolidar não apenas a descrição dos usos, mas também a produção dos efeitos de sentido que resultam das condutas humanas nos contextos sócio-interativos, em especial os que ocorrem na mídia impressa.

Exige-se a referência ao sistema lingüístico com foco no plano da significação por ser ela que assegura a estrutura e a funcionalidade da língua. As formas e os sentidos são definidos uns pelos outros, no plano da realização, sendo a língua entendida como uma paradigmática cujos elementos se manifestam dispersivamente por toda a extensão do sistema.

O fenômeno da significação instaura-se através da relação entre a representação de um enunciado e a de seu referencial informativo, pois a linguagem, além de configurar o conjunto de relações necessárias que envolve a esfera racional, também articula o conjunto das aspirações manifestadas pela vontade individual. Os fatores que constituem a significação postulam o *ato de dizer*, supondo a presença dos enunciadores: enunciadador-enunciatário; a partir daí, os atos de fala se concretizam com base na subjetividade dos enunciadores, ou, em outras palavras, constitui-se o processo comunicativo, que implica, na dinâmica social, uma relação intersubjetiva.

Carlos Vogt (1980:74, *passim*) afirma que a noção de signo lingüístico, em Saussure, é tão rica quanto contraditória, na medida em que se reduz a uma noção substantiva e categórica que perde de vista o jogo efetivo de produção da significação na linguagem, onde: "... a consciência individual não se desenvolve senão a partir dos

signos, e sua lógica não pode ser outra senão a lógica da comunicação ideológica, isto é, a lógica da interação semiótica do grupo social". A significação resulta de alternâncias interativas a partir das quais se enriquece, ampliando as perspectivas polissêmicas da linguagem, com vistas a subsidiar o processo de metaforização e, a partir dele, a produção de novos efeitos de sentido.

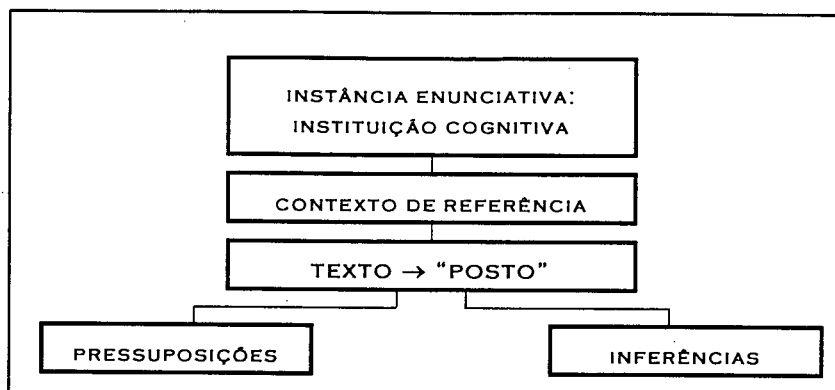
O problema da significação está vinculado ao critério da pressuposição nas relações semânticas, onde fica clara a relevância dos fatores externos à linguagem na composição global do sentido. Ducrot (1977:139) adverte que:

*"As indicações sobre o valor ilocucional não são, aliás, os únicos elementos, nas significações, a conter uma alusão à enunciação. Há, com efeito, um número muito grande de morfemas, torneios frásicos ou expressões que sem serem ilocucionais, não podem ser descritos senão em relação à orientação pragmática do discurso, ao confronto dos interlocutores e ao seu modo de agir sobre o outro pela fala" (grifo meu).*

Parece claro que, no âmbito da comunicação, fica pressuposta a interação entre o conteúdo materializado, as referências contextuais que ele veicula e as inferências que os enunciadores podem assumir, tendo em vista o universo que integram. A Figura 1 mostra como se processa tal articulação.

O processo enunciativo deve considerar que a linguagem constitui uma atividade integrada no complexo cultural de que os enunciadores fazem parte. Os enunciados produzidos, quer inscritos no âmbito da oralidade, quer no da escrita, *re-velam* o conhecimento, a lógica de sua organização mental e de sua habilidade expressiva, de tal forma que estabelecem uma espécie de fio condutor, assinalando a coerência entre o que reside nas instâncias enunciativas — suporte contextual — e aquilo que está posto no plano textual — discurso materializado —, além de fundamentar, com eficácia, os posicionamentos assumidos pelos interlocutores. Esses fatores ratificam a idéia

de que o significado *transita* no contexto da comunidade lingüística, de forma a resguardar o caráter socializado que reside e qualifica as dimensões da língua em uso.



**FIGURA 1 – INSTÂNCIA ENUNCIATIVA**

Essa interação pode ser melhor explicitada a partir das considerações de Bakhtin (1992: 95). Quando analisa a relação entre língua, fala e enunciação, afirma ele que:

*“...na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido do conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular (...). Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”.*

Mais adiante no capítulo em que trata da interação verbal (op.cit.:112-3), o autor faz colocações que se afinam com a linha epistemológica e com as expectativas deste trabalho:

*“... O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constróem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o inter-*

*locutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas (...). A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”.*

A partir das proposições referidas, torna-se relevante dimensionar a concepção de *texto*, porquanto os sujeitos não se comunicam através de palavras/signos ou mesmo de frases, mas, sim, de textos. O recorte compreende uma síntese dos tópicos fundamentais dos modelos de análise textual e discursiva:

*“Conta-se num texto pelas marcas que ali se encontram, não só aquilo que é narrado. Todo o texto é uma superposição de contares. Conta-se num texto, pelas marcas que ali se encontram, a história de uma cultura, do sistema de idéias que a sustenta, do sujeito produtor/produto, de um contexto histórico. É a história de desejos e poderes, da vida e da morte, do particular e do social”.*

Nessa perspectiva, fica dimensionado como texto o produto material do processo constitutivo da significação — o discurso. O texto é, pois, o resultado da *semiose*, isto é, da função contralida entre a expressão e o conteúdo, e resguarda as marcas que detém pelo fato de se vincular ao processo enunciativo.

Assim, o texto assume o estatuto de signo e, conseqüentemente, está prevista a possibilidade de que contraia relações do mesmo tipo das que se instituem pelo signo: internas, entre conteúdo e expressão, e, no interior de cada plano, entre forma e substância; e *externas*, entre um texto — especialmente o texto de notícia — e todos os textos produzidos num dado sistema semiótico. Tais relações podem ser de dois tipos: sintagmáticas, que vinculam um texto a todos os outros que o precederam e o sucederão na cadeia sintagmática, e paradigmáticas, que dão conta das relações de um texto com o conjunto de textos que se constituem no seu paradigma, ou, melhor dizendo, no seu universo discursivo.

É necessário enfatizar que a constituição das ciências — especialmente as sociais — pressupõe uma certa noção de linguagem e de sujeito,

instaurando transformações em seus limites e associações . Orlandi (1996: 24-5) considera a Análise do Discurso (de agora em diante AD) uma disciplina de entremeio e argumenta que:

*“... A AD produz um outro lugar de conhecimento em sua especificidade. Não é mera aplicação da lingüística sobre as ciências sociais ou vice-versa. A AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo. Nessa remissão, o conhecimento da linguagem fica a cargo da lingüística, e o da exterioridade, a cargo das ciências sociais. Como se a AD ficasse no meio, como uma interdisciplina, beneficiada pela relação da lingüística com as ciências sociais. Não é assim. Eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam”.*

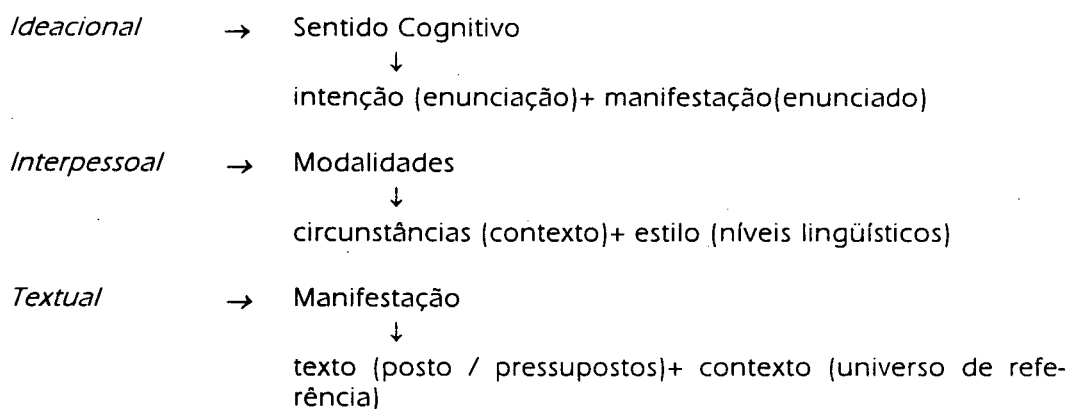
A AD está dimensionada como um campo de referência teórico que se constrói, notadamente, sobre concepções de linguagem, de sujeito e de sentido que são respaldadas pelo marxismo e pela psicanálise. É exatamente essa constelação, esse arquétipo imbricado, que lhe possibilita abranger os meandros da ideologia, da cultura e dos conflitos sociais que se abrigam na história, envolvendo as condutas humanas, ao mesmo tempo tão ricas e tão tensas. E ainda: o mais relevante a ser assinalado é que a AD permite resgatar esses conflitos porque eles estão materializados na significação que se projeta através da linguagem.

Os textos em geral, especialmente os de natureza jornalística, precisam ser pensados à luz de sua história, uma vez que só há textos em terrenos que já se tornaram *lugares controlados de discurso*. Vale lembrar os objetos de acordo, caracterizados por Perelman (1977), o auditório social referido por Bakhtin (op. cit.), para verificar as evidências de que os critérios de coercibilidade efetivamente funcionam e orientam as relações humanas no contexto social. Disso decorre que enunciadores e enunciatários detêm certa compatibilidade, que fundamenta a socialização dos conheci-

mentos no âmbito de sua comunidade.

A inserção do sujeito-enunciador, nesse universo, leva em conta sua competência comunicativa, que, aliada ao conjunto de fatores que formam o contexto de interação social, confere a esse sujeito a capacidade de transformar, aperfeiçoar e *desvendar* o mundo através da linguagem. O fenômeno da comunicação pressupõe as funções *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, assinaladas por Halliday (1976) como imprescindíveis no entrecruzamento comunicativo, considerando sua abrangência, relação e especificidade.

Funções:



Nesse esquema, a primeira função corresponde ao sentido cognitivo ou ao conteúdo proposicional das frases; a segunda, às diferenças, ou modalidades; e a terceira, à forma como a estrutura gramatical ou entonacional das frases as relaciona entre si, em textos contínuos, e em vista das situações em que são usadas. Todavia, a comunicação efetiva promove sobreposições; por isso, certas variações estilísticas podem transitar entre as funções textual e ideacional, mas essa conjunção contribui para a consistência informativa do conteúdo, veiculado. Aqui, o privilégio fica com a manifestação, com sua produção e a conseqüente compreensão pelos interlocutores.

Para que a busca da interface se viabilize, é necessário aliar ao que já está posto as contribuições incontestáveis da pragmática, que, examinada por sua via mais clássica, nos moldes de Morris (1946), preconiza a ne-

cessidade de se levar em conta o papel do falante na análise dos fatos da linguagem. Este trabalho postula a constelação da pragmática da enunciação, conforme a explicitação de Parret (1988), que focaliza a relação de dependência com o contexto, onde a articulação dos fatores de diferentes ordens se associam também com a dimensão discursiva.

Na mesma direção, caminham os estudos de Possenti (1996:71-84) que, ao abordar a questão da pragmática na análise do discurso, a ela atribui um estatuto enunciativo. Tal fato pode ser corroborado com a seguinte reflexão do autor, que traduz com eficácia as expectativas desta abordagem:

*“... Para exemplificar a relevância da pragmática, ou seja, daqueles ingredientes que são de responsabilidade do falante que participa de um evento discursivo (...). Bakhtin (1972), que não desconhecia Freud e é uma das fontes a partir das quais foi constituída a versão de Authier-Révuz relativa à herogeneidade do discurso. Podemos ler em Bakhtin passagens como as seguintes, nada ‘estruturalista’, no sentido de que, embora privilegiando o social, o histórico, o ideológico e o outro, não transforma o eu, o autor, o leitor em meros vetores, lugares, nem destitui a enunciação de seu caráter circunstancial, apesar de considerar que o diálogo é algo que ocorre mais propriamente entre locutores: ‘o verdadeiro meio da enunciação’, onde ela vive e se forma, é um plurilingüístico dialogizado, anônimo e social como a linguagem mas concreto, saturado de conteúdo e acentuado como enunciação individual (p. 82). / A palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna ‘própria’ quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com sua orientação semântica e expressiva (p. 100)”.*

A dimensão pragmática inscreve o enunciador no contexto sócio-interativo de que participa, no qual se torna integrante do processo de construção da própria história e de seu tempo. O fenômeno da comunicação se articula a partir da intencionalidade do enunciador (locutor), que, de posse de um conjunto de valores inscritos no domínio do conhecimento socializado entre os integrantes da comunidade lingüística, ingressa na perspectiva do universo situacional e circunstancial que pretende, do qual se sente partícipe.

Os aportes teóricos aqui referenciados podem instaurar sua relação de compatibilidade com o auxílio da semântica, porquanto todas as prospecções indicadas mantêm estreita relação com o sentido. Isso ocorre na visão estruturalista, onde o significado é visto em contraste com o significante e em relação a outros significados, na mesma cadeia sintática; mas também está presente na visão pragmático-discursiva, em que o sentido é concebido como aquilo que se produz semanticamente quando a língua está em uso. Disso resulta o fato de que o sentido-significação permeia as relações lingüísticas, independentemente de sua filiação teórica, ou mesmo da área em que se inscreve, pois a significação é inerente à condição da expressividade humana.

As relações semânticas apreendidas pela teoria de casos proporcionam — na complementaridade desta interface — contribuições valiosas para a captação dos efeitos de sentido que se instalam nos enunciados, enquanto partes de um todo maior, já que o contexto identifica a instância enunciativo-discursiva a que os mesmos estão vinculados e à luz das circunstâncias em que estão efetivamente constituídos.

A gramática de casos traduz o empreendimento da semântica relacional e oferece um aparato teórico-metodológico de grande relevância para o estudo pragmático-discursivo da linguagem. Transitando em contextos polissêmicos, a gramática de casos, através do *Modelo Casual da UFSC*, institui uma abordagem inovadora. Enquanto preserva todos os investimentos que o precedem, utilizando-os como alicerce fundante, também se abre às perspectivas pragmáticas e discursivas, uma vez que se propõe a focalizar os enunciados da língua em uso, representados, em grande parte, pela imprensa escrita. Disso decorre a necessidade de expansão, pois, nessa diversidade contextual, a gramática de casos capta a quantidade e também a qualidade — efeitos de sentido — dos argumentos envolvidos nos enunciados, favorecendo a interpretação mais abrangente dos sentidos ali manifestados.

No interior dessas injunções, há um sistema casual, composto de oito casos, que explicita os papéis semânticos e-ou argumentos que cir-



cundam o verbo-predicador, respectivamente: *agente, experienciador, benefactivo, objetivo, locativo, temporal, comitativo e holístico*. Esse sistema viabiliza a percepção de uma espécie de *trânsito* que a constelação de sentido, gerada no texto como um todo, empreende nos enunciados que o integram. O presente estudo objetiva explicitar a noção de *cenar* e, a partir destas, ou melhor, a partir do que é perspectivizado no interior de cada cena, estabelecer a constituição dos *enunciados com nuances de sentido benefactivo*, que representa um dos casos — o benefactivo — que compõe o sistema casual, abrigado pela teoria de casos.

Sua origem remonta à década de sessenta, ao ano de 1968, quando Charles J. Fillmore expressa sua reação à gramática transformacional de Chomsky, apontando suas objeções ao modelo-padrão (1965), especialmente no que respeita à *definição das funções*. O nível de análise em que as relações gramaticais, como sujeito e objeto, eram definidas não lhe parecia suficientemente profundo. O sujeito era subcategorizado, no âmbito da gramática transformacional, como SN (sintagma nominal), dominado diretamente pela S (sentença); e o objeto, como o SN dominado pelo SV (sintagma verbal).

Fillmore postula que as noções de sujeito e objeto manifestam somente relações superficiais, pois um sujeito, neste nível, não precisa necessariamente corresponder ao sujeito lógico da oração. A partir daí, esboça sua teoria dos casos profundos, entendendo-a como relações *sintáticas semanticamente relevantes* (1977: 281-2). Nessas relações profundas é que são compatibilizados os papéis dos participantes, bem como suas relações com o verbo.

A gramática de casos enuncia a significação efetiva dos argumentos que se associam ao verbo-predicador e preenchem os lugares vazios que o circundam, levando em conta o contexto de referência em que eles se localizam. Os elementos postos em perspectiva dominam a *cena* que se evidencia, enquanto os outros permanecem como coadjuvantes, mas continuam integrando a instância enunciativa, da qual a parte que foi perspectivizada atua como síntese.

A teoria focaliza os verbos de uma língua como seu objeto de estudo específico, estabelecendo uma subcategorização de acordo com os *papéis* e com os *esquemas casuais* que possibilitam a identificação da *valência semântica do verbo*. A noção de *valência* perspectiviza a relação entre forma e conteúdo na globalização de seus constituintes — comunicação, exteriorização e significação — gerando os diferentes efeitos de sentido; mas mesmo nesse imbricamento, o verbo-predicador configura-se como o ponto central da estrutura.

Do ponto de vista do *uso* da linguagem, conforme Oliveira (1995:52),

*"(...) todos os enunciados acontecem num discurso dado, e, para uma exploração semântica das potencialidades de uma língua, é preciso não confinar os enunciados a dados isolados, mas estudá-los como discurso, levando em conta os fatores pragmáticos e discursivos que possibilitam a produção e a interpretação de tais enunciados (grifo meu)"*

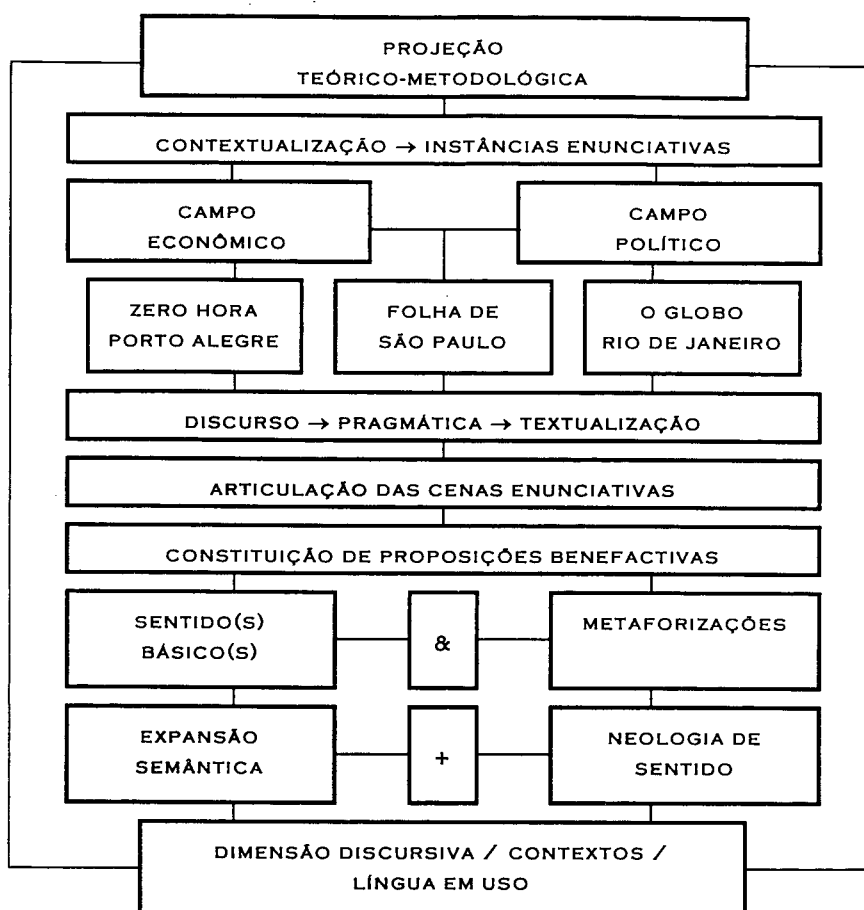
É, portanto, sob a perspectiva contextual que se podem efetivamente captar os efeitos de sentido que se constroem e que tornam a língua um organismo vivo, constantemente renovável pela práxis sócio-interativa.

A Figura 2 evidencia a projeção teórico-metodológica até aqui implementada, apresentando-a de forma sintetizada.

Ainda que pese toda a dificuldade dessa articulação, ela se faz necessária para funcionar como suporte efetivo em processos de análise que pretendam focalizar a língua em uso.

Ao analisar os fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade, Félix Guattari (1992:19-26) ressalta que:

*"A questão da interdisciplinaridade se desloca do domínio cognitivo para os domínios sociais, políticos, éticos e até mesmo estéticos (...). As ciências humanas, sob a égide de um paradigma científico, ou mais exatamente cientificista, se esforçaram por eliminar sistematicamente os fatores subjetivos de responsabilidade e engajamento".*



**FIGURA 2 - QUADRO DA PROJEÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Parece necessário, além de assinalar o propósito deste estudo, reintegrar e articular todo o conjunto de fatores que performam a significação nas relações humanas, considerando-o como coadjuvante das atuações dos enunciadores nas suas manifestações discursivas. Os sujeitos-enunciadores, a seu tempo, constroem a história da humanidade, e as gerações que se sucedem, em tempos vários, passam à margem dessa história como se não lhes fosse permitido constituir-se como sujeitos. A interface que proponho acalenta o sonho de que o enunciador deve ser sujeito atuante e crítico em cada estágio de seu tempo.

## 1.1 — CONCEPÇÃO DE DISCURSO

O discurso é dimensionado por Orlandi (1994:295) como um objeto histórico cuja materialidade específica é a lingüística. É nessa perspectiva que se verifica a relação complexa entre o lingüístico e o discursivo, entre a lingüística e a análise do discurso. Por essa razão, a AD focaliza os processos de formação discursiva, levando em conta o imbricamento existente entre o processo de produção de determinado discurso e as condições em que ele é efetivamente produzido.

Este trabalho assume o discurso como unidade pragmática, concebendo-o em duas acepções: objeto teórico definido e objeto específico. Como objeto histórico, a AD engendra-se como uma disciplina de *entre-meio*, cingindo cultura e ideologia; e como o objeto específico da AD é o discurso, e não a língua, é preciso levar em conta o lugar social em que algo é dito, para quem é dito e em que circunstâncias é dito. A unidade de análise é o texto, entendido como unidade qualitativa que apreende o conjunto de significações contextuais; o texto e o discurso se equivalem, mas em diferentes níveis de concepção. O texto será aqui focalizado como a unidade complexa de significação, consideradas as suas condições de produção; ou seja, como uma unidade de análise pragmática, que leva em conta o fato de ser significativa em relação à situação discursiva que representa.

Maingueneau (1993) adverte que a natureza do discurso é essencialmente argumentativa, pois busca, a partir da posição do locutor, a implementação de estratégias para influenciar e-ou transformar a ótica de seus destinatários. Assim, a análise de textos/enunciados/recortes deve subsumir a dimensão discursiva, isto é, o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos, além dos aspectos destacados a seguir:

- a) o quadro das instituições em que o discurso é produzido, que delimitam fortemente a enunciação;
- b) os embates históricos, políticos e econômicos que se cristalizam

nos discursos;

- c) o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Dessa forma, o recorte é estabelecido em função do contexto de produção; ele não pode ser traçado apriorística e automaticamente, já que precisa assegurar a relação entre as representações textuais materializadas e as instâncias enunciativas de que provém. É isso que resguarda a integridade discursiva e mantém a relação contextual.

Considerando que as configurações ideológicas determinam o assujeitamento dos interlocutores, impõe-se que o discurso seja pensado na perspectiva interacional, que traduza as relações do sujeito-enunciador com seu mundo e com sua linguagem. Os indivíduos são capazes de apreender as diversas nuances de sentido que se estabelecem no meio em que vivem; eles conseguem distinguir *apelos, declarações, coerções, pedidos*, etc.; assim sendo, as instâncias enunciativas são compartilhadas através de um estatuto hierarquicamente socializado, razão por que fica ressaltada a compreensão entre os participantes do ato comunicativo.

Os percursos dialéticos do sistema cultural têm papel relevante na vida dos participantes de dada comunidade lingüística, pois congregam uma multiplicidade de elementos que extrapolam o sistema lingüístico, determinando o imbricamento de fatores heterogêneos que se mostram no ato da enunciação. Por essa razão, os postulados da AD levam em conta os planos articulados como marcas de subjetividade, os referenciais cognitivos dos sujeitos, bem como os componentes ideológicos que subjazem às circunstâncias que envolvem o discurso, objeto de estudo da AD.

Com base nas investigações de Mainqueneau, Brandão (1994) afirma que, a partir das operações textuais, que buscavam uma lógica de encadeamento transfrásticos, foi superada a perspectiva filosófica que até então dominava os estudos lingüísticos. Tal contribuição, que chegou com os formalistas russos, se confronta com a visão dos estruturalistas, cuja ótica privilegiava a imanência do texto, que era desvinculado, portanto, de toda

e qualquer relação contextual. Posteriormente, os estudos de Harris, conhecidos através da obra *Discourse Analysis* (1952) assinalam o marco inicial da AD. Seus postulados, porém, se limitavam a estender os procedimentos teórico-metodológicos da lingüística distribucional americana, aplicados às unidades da língua, aos enunciados, excluindo as referências contextuais e as interações sócio-comunicativas.

Em termos distintos se encontram as investigações de Jakobson (1979) e de Benveniste (1976) sobre a enunciação. Esses autores, dentre outros, passam a inscrever o sujeito falante como entidade que carrega marcas relevantes que imprimem influências expressivas no signifazer discursivo. A nova dimensão sócio-interativa passa, então, a integrar o elenco das reflexões, nas perspectivas européias acerca da AD.

Considerando a linha de prospecção européia sobre a AD, Orlandi (1986:105-26) esclarece que a teoria do discurso, ao se constituir: "... se pretende uma teoria crítica da linguagem", tanto em relação às interpretações mecanicistas do racionalismo, como face à configuração idealista, caso distorçam a concepção ideológica da língua no âmbito da AD. E, recorrendo a Pêcheux (1975), a autora apresenta a distinção entre as três tendências (ou épocas) mais expressivas dessa trajetória:

- a) a formalista-logicista: com princípios estabelecidos a partir da escola chomskyana;
- b) a tendência histórica: compatível com a teoria da variação, que resguarda as contribuições sociolingüísticas;
- c) a tendência da lingüística da fala (ou da enunciação): liga-se à lingüística de estilo e dialógica, instituindo o jogo de confrontos e estabelecendo uma relação de força entre elas.

Com a predominância da primeira sobre as outras duas, o que se reflete nas diferenças metodológicas, a AD explora as contradições que se verificam entre elas.

Paralelamente, Robin (1977:90) analisa o sentido do termo enunciação, que poderia indicar, de forma intuitiva, a noção de *sistema de repre-*

*sentenças*, atrelada à concepção de ideologia no quadro do materialismo histórico. Na visão do autor, o progresso da AD deve ser delineado, cada vez mais, ao lado da *interdisciplinaridade*, pois a cultura hegemônica de universos isolados não se deve cristalizar; uma vez que é nos universos paralelos do lingüístico e do social que precisa ser pensado o estatuto das relações entre a ordem do discurso e a ordem sócio-histórica. A articulação do processo discursivo repousa sobre as condições de possibilidade que se inscrevem no contexto da enunciação. Ao examinar a constituição do objeto discursivo em Foucault, Robin (op.cit.: 92-6) destaca os elementos que compõem o objeto da AD, explicitando-os da seguinte forma:

- a) as estruturas que dão conta do discurso;
- b) as condições de possibilidade da psicologia;
- c) a coerência implícita de uma percepção;
- d) a delimitação de um novo espaço;
- e) as condições de possibilidade de um novo campo específico;
- f) a reorganização do espaço.

O entrecruzamento desses fatores sustenta o nível de complexidade do plano discursivo, conferindo-lhe fisionomia peculiar e específica; e, a partir dela, *o discurso pode se relacionar com os mais diversos campos do conhecimento humano*, sem, entretanto, com eles se confundir. Essas condições asseguram ao discurso uma configuração lingüístico-ideológica que mantém seu modo de existência, conferindo sentido e relevância ao que é dito em determinada época e em determinado lugar, já que traduz as expectativas e as manifestações dos sujeitos que constroem a história. É nessa imbricação que o sujeito se constitui como agente e participante efetivo na relação mundo-linguagem e, por consequência, passa a atuar crítica e produtivamente nas transformações sócio-culturais e ideológicas de seu tempo.

A associação entre língua, discurso e ideologia traduz o engajamento do sujeito na sociedade, no mundo e na história. Pêcheux (1983), analisando os postulados de Foucault, aproveita as concepções materialistas do

autor e desenha um quadro epistemológico para a AD, com o qual pretende abarcar *três* áreas do conhecimento (Figura 3).

MATERIALISMO HISTÓRICO	SUSTENTAÇÃO TEÓRICA DAS FORMAÇÕES SOCIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES
LINGÜÍSTICA	MATERIAL BÁSICO: SUBSÍDIOS TEÓRICOS DOS MECANISMOS SINTÁTICOS E DOS PROCESSOS DE ENUNCIÇÃO
TEORIA DO DISCURSO	ARTICULAÇÃO TEÓRICA E PRAGMÁTICA DOS PROCESSOS SEMÂNTICOS E DAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS

**FIGURA 3 - ÁREAS DE CONHECIMENTO**

A constelação dessas três áreas favorece os mecanismos de captação dos fatores externos à instância enunciativa mais imediata, deixando o objeto da AD *aberto* às nuances da intersubjetividade que ainda lhe possam ser atribuídos pelos imbricamentos subsumidos pelas relações dialógicas.

Tendo em vista que a AD trabalha com a materialidade da linguagem, torna-se necessário pontuar a associação que lhe é inerente, entre o lingüístico e o histórico, porquanto ambos se inscrevem como articuladores no processo de constituição do sujeito, de produção do discurso e dos sentidos. E é isso que viabiliza o entendimento de que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído.

Em suas reflexões acerca do discurso enquanto fato, ou como dado exteriormente, Orlandi (1996: 36) pondera que, ao se pensar nos procedimentos da análise discursiva, é relevante considerar que

*"... a epistemologia que interessa à análise do discurso não se alinha no paradigma da epistemologia positivista, mas no da história, e em relação a esta, no da descontinuidade, suprimindo, com efeito, a separação entre objeto/sujeito, exterioridade/interioridade, concreto/abstrato, origem/filiação, evolução/produção, etc. É desse modo que a concepção de fato de linguagem, na análise de discurso, traz para a reflexão a questão da historicidade".*



O conjunto desses elementos subsidia o campo de domínio da historicidade. Há uma espécie de critério de coercibilidade que perspectiviza uma visão de sujeito atrelada às regras do contrato social, onde ele, simultaneamente, é livre/comprometido, sujeito/assujeitado. Isso não gera contradição, pois a formação de sua consciência está centrada em fundamentos e princípios que regem as ações de todos, ou melhor dizendo, as suas próprias em relação aos outros e vice-versa, dentro do mesmo contexto social, implicando uma espécie de dêixis na instância enunciativa: *EU → TU → RELAÇÃO ESPAÇO TEMPORAL*, o que deflagra a instituição de regramento já consagrada no mundo da cultura dos sujeitos envolvidos.

Mainueneau (1993:29-39) faz referência à ordem jurídica com vistas a implementar a noção convencional que se configura nos atos de fala, através dos quais os sujeitos se *re-presentam*, fazendo funcionar as relações entre eles como *normas contratuais* institucionalmente previstas e reguladas. O autor também assinala o fato de que os sujeitos detêm modelos de expressão comportamental que favorecem a passagem dos atos de fala — estatuto jurídico — ao *papel representativo*. Em outros termos, para cada ato de fala, o sujeito-enunciador tem liberdade de escolher a forma de representação, o papel através do qual deseja se mostrar, e, ao mesmo tempo, influenciar, persuadir seu(s) enunciatário(s); seu desejo é corroborado pelo papel que escolhe desempenhar no âmbito da cenografia enunciativa.

Para a AD interessa aquele sujeito que se inscreve no contexto enunciativo como suporte de componentes histórico-ideológicos que o tornam agente engajado na dinâmica sócio-interativa de que efetivamente participa. Michel Pêcheux (1988:95-102) discute as colocações de Frege acerca da noção de pré-construído e do conteúdo do pensamento. Assinala ele que o todo do conteúdo do pensamento existe na linguagem, sob a forma de discurso e postula também que o pré-construído tem como característica essencial a separação entre pensamento e objeto do pensamento, posto que o objeto do pensamento preexiste ao pensamento. O sujeito precisa, analogamente, separar o impensado de seu pensamento,

já que aquele preexiste a este.

Dessa forma, todo enunciado que o sujeito produz constitui uma tentativa de convencimento, de persuasão, pois a manifestação discursiva é o meio pelo qual os interlocutores se relacionam, no mundo em que convivem. O discurso assenta no que Perelman (Gimeno, 1986:59-80), denomina *objetos de acordo*, ou seja, se apóia nas convenções que a própria comunidade estabelece como regras, conceitos, valores e mitos, entre outros. A capacidade de compreensão humana é refletida nas ações efetivas dos sujeitos, e os efeitos de sentido mais relevantes que produzem marcam seu estágio de vida e os tornam participantes nas mudanças da sua própria história.

Os enunciados que tais sujeitos produzem, no nível do sistema lingüístico, manifestam um *mundo construído*, o que evidencia um conhecimento prévio, socializado e, por via de consequência, familiar à comunidade. Atuam, assim, como indicadores de grandezas sógnicas dotadas de coerência intracultural, de consciência de unidade e de progressão histórica que respaldem as suas expectativas. É nesse âmbito que se inscreve a dimensão pragmática, buscando assegurar a articulação do complexo sócio-lingüístico-cultural subjacente no repertório de todos os enunciadorese enunciatários, no contexto mais amplo da comunicação.

Nessas articulações, ficam configuradas as competências técnica e ética, na medida em que são elas que respaldam as atuações dos sujeitos. O universo jornalístico mantém, à luz dessas perspectivas, uma relação de compatibilidade com a análise do discurso, pois o texto, enquanto discurso manifesto, tem de cumprir o papel social de noticiar, de informar. Para tanto, ele precisa *associar* as expectativas da empresa que produz o jornal com as aspirações de seus enunciatários, resguardando o imbricamento do que é entendido na AD como pré-construído e como conhecimento socializado. É no plano do discurso que estão guardadas as subcategorias enunciativas do texto (também do texto jornalístico) que possibilitam a definição das categorias solidárias, as quais subsidiam as associações entre os componentes lingüísticos, ideológicos e sociais.

Como discurso, a linguagem se reveste, então, de configuração integradora que evidencia um modo de produção social. Tal como sucede com o texto jornalístico, por exemplo, que, absolutamente, não é neutro, nem inocente. Ao contrário, é engajado, por se constituir como ocupante de um espaço privilegiado para a manifestação da ideologia. A figura 4 pretende refletir essa condição.



**FIGURA 4 - ARQUIVO**

Por todas essas razões, o discurso é notadamente heterogêneo. Tanto o interdiscurso, que resulta do complexo conjunto das formações discursivas, como o inconsciente imbricado das relações ideológicas são constitutivos do discurso e do sujeito. Ambos são responsáveis pela *heterogeneidade constitutiva*. É nessa medida que o discurso se inscreve como produto do interdiscurso, onde o já-dito vincula o sujeito e determina as condições de produção de seu discurso.

Enquanto a heterogeneidade constitutiva do discurso assinala as instâncias discursivas e as do inconsciente do sujeito, a *heterogeneidade mostrada* instancia o outro no fio discursivo do sujeito, através dos processos de representação no discurso, ou seja, das marcas que se projetam e que se tornam perceptíveis na materialização do discurso. Assim, ficam ins-

tauradas duas ordens de realidades diferenciadas: uma constitutiva do discurso, e outra representada no discurso.

Authier-Revuz (1984:107) afirma que a heterogeneidade mostrada acarreta, além de inscrever o outro no *fio do discurso*, também um modo de negociação com a heterogeneidade constitutiva do próprio sujeito, como se vê na citação que segue.

*“As formas marcadas da heterogeneidade mostrada representam uma negociação (...) com a heterogeneidade constitutiva: elas constroem, no desconhecimento desta, uma representação de enunciação que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que num discurso possa ser mantido. Por isso esta representação de enunciação é igualmente constitutiva em outro sentido: para além do ‘eu’ que se coloca como sujeito do seu discurso”.*

A figura 5 busca explicitar, de forma esquemática, o percurso da heterogeneidade: constitutiva e mostrada no âmbito da discursividade.

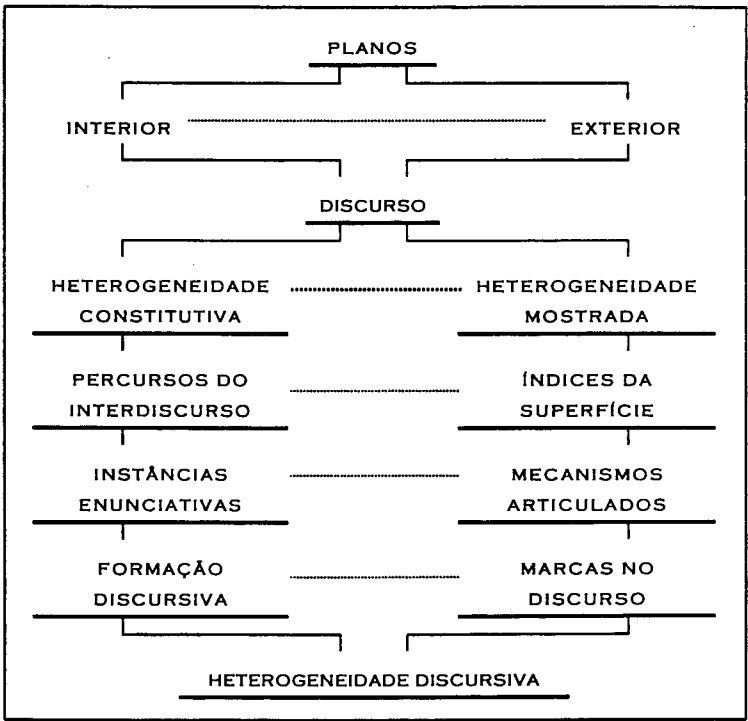


FIGURA 5 – PLANOS DO DISCURSO

À luz da perspectiva que privilegia a construção do texto como processo de produção de sentido, a heterogeneidade — com as suas duas or-

dens: constitutiva e mostrada — transita dialeticamente nos percursos, entre interior/exterior, abrangendo a pragmática, e passa a configurar uma combinatória de regras ou constantes que explicitam as inserções histórico-ideológicas dos textos — expressões materializadas —, enquanto unidades discursivas (Authier-Revuz, 1990).

A associação entre comunicação e manifestação discursiva parece compatibilizar a relação necessária para a consolidação do processo de produção da significação, seja no texto de notícias — o *lead* jornalístico —, seja em outros tipos de texto. É pertinente realçar que a constelação dos fatores que vem sendo referida evidencia as escolhas e as combinações possíveis no contexto discursivo: aí são apreciados os elementos da enunciação, os papéis e a posição do enunciador-enunciatário no ato de sua produção efetiva, bem como as implicações do contexto que se *des-velam* na materialidade discursiva.

Ao assinalar a concepção de discurso como entidade também pragmática, pretendo assumir que a configuração do texto jornalístico, por se constituir como unidade discursiva, engendra toda a teia de episódios que atua como alicerce do contexto social. Essa condição deflagra uma perspectiva de aparência, a qual, sem dúvida, pressupõe a existência de *mundos pré-construídos* e instanciados nos níveis de compreensão da comunidade. Tais instâncias subsumem o caráter de discurso fundador e favorecem a interação dos sujeitos face às condições histórico-sociais e ideológicas que orientam suas vivências em comunidade.

## 1.2 — CONCEPÇÃO DE PRAGMÁTICA

O termo *pragmática* assume aqui uma dimensão enunciativa, caracterizando-se, essencialmente, pela relação de dependência contextual da configuração discursiva, da racionalidade articulada no contexto e pela orientação da compreensão (Parret: 1988). Do ponto de vista epistemológico, esses três componentes conceptuais promovem e subsidiam a aferição da subjetividade na língua.

A pragmática tem sido conceituada como o estudo da *língua em contexto*, ou seja, aquela abordagem que leva em consideração o universo de referência do falante, além, portanto, das estruturas abstratas do sistema e dos enunciados tais como são produzidos pelos usuários da língua.

Essa concepção é apontada como redutora, devido a dois fatores essenciais: em primeiro lugar, pela necessidade de considerar os usuários da língua, seus propósitos, suas convicções e crenças, bem como os papéis interlocutivos que eles desempenham nos *jogos de atuação comunicativa* que realizam. Em segundo lugar, a unidade a ser considerada é o texto — materialização global do discurso —, não o enunciado isolado, uma vez que estão imbricados o contexto sócio-histórico e ideológico dos participantes da comunicação (Koch, 1996:35-42). Com a finalidade de assinalar a relevância das circunstâncias, a autora propõe a ampliação da noção de contexto, de modo que o mesmo abranja o conjunto de fatores inerentes à análise, através das *estratégias de processamento textual*.

Por um lado, a concepção de pragmática é estendida ao campo comunicativo numa perspectiva interacional, o que interessa especialmente a esta abordagem, porquanto o caminho aqui delineado deve dar conta do contexto jornalístico, onde a linguagem, além de *viva*, é efêmera e busca deflagrar a notícia na sua instantaneidade: nessa pragmática, a questão do sujeito é posta como uma relação entre interlocutores considerados usuários, que usam a linguagem como instrumento para realizar algo, para manifestar intenções — a enunciação como *ato de dizer algo para alguém*. O texto de notícias, ao configurar o *lead* jornalístico para produzir a notícia, faz exatamente isso, além de traduzir, nas *versões* dos fatos que apresenta, o mundo e a cultura da comunidade ali representados.

Por outro lado, os clássicos do início do século XX, em filosofia, como Frege, Husserl e Russel (apud. Parret, 1985), reagiram contra a noção de subjetividade extrema, como postulavam os idealistas, e, especialmente, a França assiste, na década de sessenta, à expansão do estruturalismo, que se impõe como ideologia das ciências sociais, sobrepujando o humanismo ingênuo e o subjetivismo. Benveniste (1966), posicionando-se

como estruturalista um tanto marginal, reintroduz a subjetividade como categoria operacional na teoria lingüística; mas caracterizada como um conjunto de propriedades determinadas do discurso do falante.

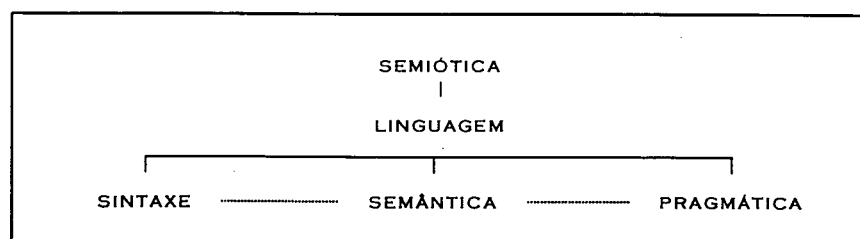
Estudiosos como Benveniste (1984) e Guillaume (1929) chamam atenção para a *déixis*, adotando as indicações de *pessoa, tempo e espaço* no âmbito do funcionamento do discurso como demonstração, argumentação e persuasão. Há também outra linha metodológica em que a modalidade desempenha papel central: além dos modos gramaticais, são investigados os modos proposicionais e os ilocucionários; ambos os caminhos constituem acessos privilegiados ao domínio da pragmática.

À luz de uma visão sincrônica, tais características dimensionam a pragmática com base na dependência contextual do sentido discursivo, da racionalidade e da orientação para a compreensão. Mas é necessário considerar também a perspectiva diacrônica da significação expressiva. A partir de Charles S. Peirce (1975), essa diacronia perpassou todas as teorias contemporâneas do signo, do sentido e da língua, tanto na lógica como na filosofia e nas ciências sociais. Tal concepção envolve, relativamente à pragmática, duas linhas de abordagens que, embora distintas, são fundamentais: um programa minimalístico, de um lado, e um maximalista, de outro.

Os dois programas podem ser compreendidos através da análise da *passagem* de uma concepção para outra, deflagrada nos estudos de Charles Morris (1946). Ele propõe, em *Foundations of the Theory of Signs*, a conhecida tripartição da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática, motivado, na época, pela filosofia do empirismo lógico e mesmo pelo behaviorismo. A figura 6 mostra claramente o papel de cada uma na constituição efetiva da significação na linguagem.

Paralelamente, o aporte filosófico do pragmatismo americano, que compreende uma filosofia total, combinando lógica, epistemologia e ética, influenciou Morris, com os trabalhos de George Mead e Charles S. Peirce (Parret, 1988), pois a referida perspectiva acentuava o papel central do

homem como ser racional, que, como tal, se insere na realidade e sobre ela atua, delimitando a pragmática como um ramo da semiótica ou da ciência unificada.



**FIGURA 6 – TRIPARTIÇÃO DA SEMIÓTICA**

A dualidade da origem das idéias filosóficas de Morris — empirismo lógico e behaviorismo —, de um lado, e a filosofia pragmática, de outro, assinalam as duas possíveis concepções da pragmática. Sob um aspecto, ela é reduzida a um componente da semiótica tridimensional, inspirada na filosofia da ciência do empirismo lógico; e, sob outro, se torna base integradora da teoria global dos signos e do sentido, afirmando sua ligação estreita com o pragmatismo americano. A influência de Peirce determina uma espécie de refinamento na doutrina de Morris — de 1938 a 1946 —, que se evidencia em seus últimos escritos e subsidia a transformação da concepção minimalista inicial para a maximalista.

Este trabalho adota a perspectiva pragmática que pressupõe o *sujeito em discurso*, e, por essa razão, assume a reação que a atitude pragmática mantém contra a lingüística estrutural, pela qual, a começar por Ferdinand de Saussure (1973), a subjetividade é expulsa da língua, ficando restrita à *parole* e sendo, em consequência, excluída do domínio teórico. Também se posiciona contra a gramática gerativa chomskyana, cujo *falante-ouvinte ideal*, longe de corresponder ao sujeito-enunciador, é concebido como uma mente que se identifica com a estrutura neurofisiológica do cérebro. Tais postulados não conversam harmoniosamente com a perspectiva desta abordagem, porque elidem a condição inerente à linguagem, aqui entendida como instrumento básico para a comunicação-compreensão entre os sujeitos, que são usuários naturais da língua.



É relevante salientar que a interação comunicativa se articula a partir da intencionalidade do sujeito-enunciador que, de posse de sua *linguagem*, de sua competência comunicativa, respaldada por um conjunto de valores inscritos na própria visão de mundo, ingressa no ambiente sócio-interativo que pretende. No caso do universo jornalístico, a linguagem é a mediadora das intenções da indústria da notícia, cujo propósito é, primeiramente, vender um produto: o jornal; além de afirmar a sua credibilidade, por um lado, e, por outro, atender às expectativas do consumidor — sujeito-leitor — que precisa receber informações acessíveis e de qualidade.

Possenti (1996: 71-84) assinala que, na dimensão pragmática,

*“... a relação do falante com a língua é postulada não só a permitir, mas a exigir que o falante individual (falante ou ouvinte) seja concebido como detentor de um certo conhecimento em relação à língua e às circunstâncias de utilização da língua, sendo, por isso mesmo, capaz de realizar, na posição de ouvinte/leitor, cálculos relativamente sofisticados (e relativamente conscientes) a partir dos quais, por exemplo, seleciona dentre os fatores do contexto, aqueles que são relevantes para interpretar adequadamente uma certa seqüência lingüística e, simetricamente, na função de falante/autor, sendo capaz de realizar um cálculo semelhante, para escolher as formas mais adequadas para obter os efeitos que deseja da forma mais eficaz possível, em função de suas intenções”.*

Nessa perspectiva, a dimensão pragmática se configura como uma espécie de suporte interacional, pois situa a linguagem numa esfera racional que, segundo Parret (1976), auxilia na constituição dos efeitos de sentido; a linguagem jornalística também se integra aqui. A classe das situações que determinam a significância dos fragmentos discursivos é virtualmente infinita e preconiza que as forças ilocucionárias são distintas do conteúdo proposicional e dos possíveis motivos perlocucionais, que atuam como instâncias maiores, congregando fatores extralingüísticos.

A teoria dos atos de fala, de Austin (1962), explicita o caráter contextual da produção lingüística dos falantes de uma determinada comunidade, o que mais tarde, em 1972, é ratificado e ampliado por Ducrot. Assim,

o contexto accional resguarda a concepção de Austin, ao conceber a língua como ação, considerando que as condições de produção do ato de fala, em especial sua forma ilocucionária, são sistemáticas e passíveis de especificação. Searle (1984), por seu turno, adverte que os atos de fala são governados por regras, o que também se pode constatar na constituição do texto jornalístico, enquanto unidade pragmático-discursiva que se inscreve na idéia mais abrangente de *texto*, passando a ser percebido como produto da *semiose* e adquirindo o estatuto de signo. A figura 7 demonstra a referida transição.

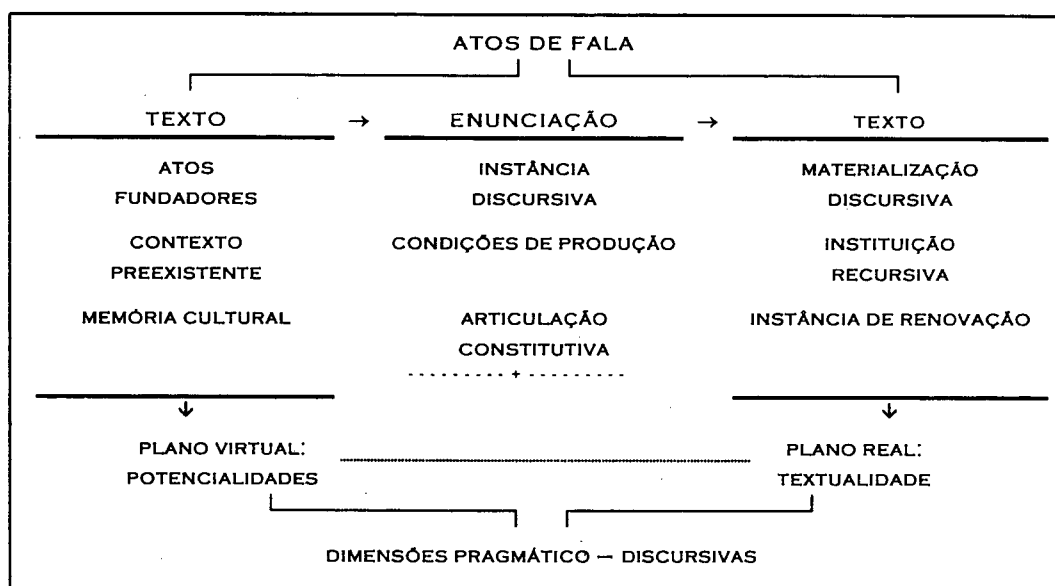


FIGURA 7 – ATOS DE FALA

A teoria dos atos de fala corporifica a ação lingüística como uma ação intencional, representativa dos objetos de acordo que residem no plano da contextualização. Evidencia-se, assim, a existência de diferentes tipos de pragmática com vistas a caracterizar uma espécie de *atitude, método* ou *via*, que se compõe a partir de três propriedades e está presente no universo das ciências sociais, inscrevendo-se como perspectiva relevante nas ações humanas. Parret (1997:12-3), propõe a formulação dos contornos que cingem a *teia de razões* constitutiva do objeto pragmático, justificando que:

*"Em primeiro lugar, o sentido do objeto pragmático é determinado por seu posicionamento num contexto e, em particular, por sua força*

*de contextualização. O sentido não é portanto imanente, como afirma o slogan estruturalista. Mas devemos levar em consideração o fato de que o objeto e seu contexto não são entidades autônomas e estáveis: eles só existem por meio de uma interdependência dinâmica (...). Na mesma medida, os discursos por si mesmos, por sua capacidade performativa, isto é, por sua capacidade de transformar o mundo, funcionam também como contextos dinâmicos, determinando o sentido das falas que o incluem (...). As regularidades que o pragmaticista descobre e analisa não são leis naturais, mas estratégias discursivas enquanto razões da razão (...). O sentido pragmático só existe no nível dos mecanismos de compreensão. Todas as metáforas do paradigma dominante na lingüística – a gramática de Chomsky, mas também a teoria dos atos de fala – privilegiam de algum modo a geração e a produção de sentido. A pragmática inverte essa assimetria e a teoria pragmática do sentido se reduz na verdade a uma teoria da compreensão. O sentido da seqüência discursiva, do fato social, do evento histórico, do produto cultural é inseparável dos procedimentos para sua compreensão ou, mais geralmente, da transposição semântica que se realiza em todo ato de interpretação”(grifo meu).*

É sob essa perspectiva que pretendo efetivar a interpretação dos enunciados-cenas, isto é, instanciando-os em seus próprios *lugares de dizer* e, a partir deles, divisar as influências da dinâmica contextual incidente. Koch (1996: 39) alerta para a necessidade de se considerar o fato de que os interlocutores se movem no “... interior de um tabuleiro social, que têm suas convicções, suas normas de conduta, que lhes impõe condições, lhes estabelece deveres e lhes limita a liberdade”. E destaca que “toda e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de determinada cultura, cujas tradições, cujos usos e costumes, cujas rotinas devem ser obedecidas e perpetuadas”. Ratifica-se, então, o fato de que os usuários, através da linguagem, realizam atividades intencionais e sociais que têm fins específicos.

À luz dessas orientações, assinalo então que os diversos contextos existentes não são instituições homogêneas, razão por que a idéia de conhecimento partilhado recebe aqui um investimento complementar: para conhecimento socializado, em cujo âmbito passam a ser respeitadas as

condições individuais, sociais, históricas e culturais do sujeito-enunciador. De acordo com a visão de Koch, bem como com a dimensão pragmática e discursiva mais ampla, os sujeitos transitam no contexto sócio-cultural vinculado ao universo histórico-ideológico em cujo âmbito já existe todo um conjunto de valores, caracterizado como pré-construído e, em certa medida, dimensionam as normas consuetudinárias e as esferas axiológicas das relações humanas.

Nessa mesma linha de pensamento, é oportuno referir Van Dijk (1992:76), especialmente no alerta que faz relativamente ao fato de que: “... a compreensão pragmática constitui-se de uma série de processos, através dos quais os usuários da língua, reciprocamente, atribuem aos seus enunciados atos convencionais particulares, isto é, forças ilocucionárias”. Todos os componentes contextuais (relevantes ou circunstanciais) são pertinentes para a compreensão pragmática, o que explica o fato de não ser possível atribuir interpretação adequada e suficiente a um determinado enunciado.

Considerando que a compreensão de qualquer discurso (inclusive aqui o jornalístico) pressupõe, por parte dos sujeitos participantes da enunciação, um *background*, fica justificada a opção pela abordagem macrosociológica dos enunciados. Desta se exige, ainda, que se mantenha integrada ao contexto institucional da produção discursiva, para que seja possível a apreensão, no máximo possível, das nuances de sentido criadas e recriadas por aqueles que conferem a verdadeira significação na e pela linguagem.

### 1.3 — CONCEPÇÃO DE SEMÂNTICA

A capacitação humana se traduz nas ações efetivas e no conjunto de habilidades que os sujeitos demonstram ao signifazer o mundo que os cerca. Os efeitos de sentido mais eficazes por eles produzidos assinalam a organização sócio-cultural que, em determinado contexto, os sujeitos conseguem empreender. A significação se instaura nas tensões articuladas da vi-

vência humana e se consolida, se transforma e se renova a cada dia na práxis social.

O processo de significação tem origem no âmbito comunicativo, subjacente à enunciação, pois existe uma imbricação entre o conhecimento dos enunciadores e o contexto de referência em que atuam: a eficácia da significação depende da contextualização dos fatos, de suas circunstâncias e de seu engajamento histórico. Por essa razão, o estudo do significado precisa levar em conta elementos que extrapolam a dimensão do sistema lingüístico e que também intervêm na constituição do processo significativo.

A relação de sentido é assegurada pelo signo lingüístico. A articulação que instaura a *associação* dos signos e compreende o processo de significação, ampliando o campo polissêmico do sistema e abrangendo dimensões mais amplas, atrela as relações sígnicas sob a ótica do imbricamento que se processa no interior do sistema.

Em torno da década de 60, Hjelmslev (1975) propôs uma análise semântico-descritiva do significado na qual estabelece que a análise científica de qualquer objeto implica a distinção entre *forma e substância*, definindo o significado do signo lingüístico como uma forma genérica, entendida como o conjunto total das marcas constitutivas de sua definição, e uma substância específica, como tudo que integra a forma, mas pertence ao objeto estudado.

Para o autor (op. cit.:62), o signo lingüístico é "... uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectivas dos dois lados, com efeito nas duas direções: 'para o exterior', na direção da substância da expressão; 'para o interior', na direção da substância do conteúdo". O significado *nasce* numa perspectiva contextual e um signo só pode ser pensado *em trânsito* no plano da articulação do sistema lingüístico.

O signo exerce uma função no interior do sistema e, na medida em que assim se define, designa e significa. Hjelmslev (op. cit. 49) lembra que frases, proposições e palavras veiculam uma significação e, portanto, são

signos, mas a análise mais exaustiva conduzirá a um sistema de signos que está por trás do processo de signos. Para ele, as “palavras não são signos últimos, irreduzíveis, da linguagem, tal como podia deixá-lo supor o imenso interesse que a lingüística tradicional dedica à palavra. As palavras deixam-se analisar em partes que são igualmente portadoras de significações: radicais, sufixos de derivação e desinências flexionais”. Essa é a razão por que o signo lingüístico deve ser definido relativamente ao lugar que ocupa no contexto, excluindo as possibilidades de significações com lexemas isolados, a menos que assumam caráter artificial, fora da dimensão accional da linguagem. As circunstâncias de produção contribuem efetivamente para a determinação do sentido, além de complementá-lo.

Ao lado disso, a dependência entre o plano do conteúdo e o da expressão é uma *interdependência* entre forma e substância, uma *seleção*, sendo esta que determina a forma. E uma mesma forma de expressão pode-se manifestar por meio de diversas substâncias: fônicas, gráficas, etc., o mesmo ocorrendo com a substância do conteúdo. Não basta isolar as grandezas semânticas suscetíveis de descrição física, separando-as daquelas que servem à descrição que utiliza termos de percepção e valores, pois *existe uma área contínua, comum*, entre elas que deve ser diferenciada, não isolada.

Pottier (1976) assegura que a substância do significado é constituída por um conjunto de traços distintos denominado *semema*, a cada um dos traços distintivos correspondendo um *sema*. Dotados de naturezas distintas, caracterizam-se como denotativos e conotativos. Os denotativos são *constantes* e se dividem em específicos e genéricos; os primeiros indicam as classes gerais, e os segundos possibilitam as diferenciações. Os conotativos são *semas virtuais* que se atualizam no discurso e detêm as reações subjetivas e as marcas ideológicas. A significação, portanto, depende da articulação dos semas no processo da tessitura.

Assim, fica ratificada a idéia de que, no plano lingüístico, a significação se instaura a partir da relação entre dois ou mais termos, integrados a um contexto situacional determinado. Segundo Greimas (1973:28), a rela-

ção entre os termos é *imprescindível*, já que um termo isolado e descontextualizado não veicula significação. É necessário que eles sejam captados juntos, que possuam algo em comum e, ao mesmo tempo, haja algo que os diferencie. O autor refere duas formas de ocorrência: a identidade<sup>1</sup>, que configura a *conjunção* dos signos e corresponde, por via de consequência, à sinonímia; e a diferença entre eles, que configura a *disjunção* dos signos e equivale à antonímia.

Acrescento às duas formas referidas a articulação, que configura a associação dos signos e compreende o processo de tessitura, ampliando o campo polissêmico do sistema e abrangendo as noções de homonímia, paronímia e haponímia, já que, na dimensão produtiva, as relações sígnicas devem ser analisadas sob a ótica do imbricamento que se processa entre os planos lexicais, estruturais e contextuais (Leech, 1981).

Esses planos são relacionados tendo em vista o caráter de implicatura e de um conteúdo implícito onde, em linha associativa, este constrói as pressuposições, enquanto aquele assegura o vínculo com o contexto, possibilitando, ao interlocutor e-ou leitor, as inferências que se tornam possíveis na análise das interações sócio-comunicativas.

A partir daí, o elo de ligação entre o posto, o pressuposto e o que pode derivar como inferência fica atrelado a um processo interativo na dinâmica social. A significação pressupõe a relação entre dois ou mais termos vinculados a um determinado contexto. Algumas destas relações estão explicitadas a seguir:

*Sinonímia* — processo associativo que ocorre no paradigma e estabelece a *relação de conjunção* entre os semas; dificilmente dois lexemas são substituíveis em todos os contextos. A sinonímia tem por base a *identidade*, relativamente ao contexto em que atua: neste são privilegiados os semas comuns, o que possibilita a equivalência de sentido. As equivalên-

---

<sup>1</sup> Essa identidade é circunstancial e relativa à localização do signo no contexto de que faz parte, não existindo identidade absoluta entre dois signos, em contextos diversos: Os lexemas não têm semas idênticos, eles se equivalem em determinados contextos.

cias relativas viabilizam a denominação dos parassinônimos, configurando a substituição em nível de eixos semânticos.

Tendo em vista as perspectivas de análise apresentadas por Pottier, foi incluída a seguinte exemplificação:

Considerando os lexemas 'livro', 'revista', 'jornal', que têm em comum o sema 'para ler', dá para verificar que estes se diferenciam pelos semas 'para pesquisa', 'para distração', 'para informação diária', etc.

Por exemplo:

(1) *Nós compramos algo para ler na viagem.*

Os três lexemas estão postos como sinônimos, já que o sema privilegiado é 'para ler', determinando uma relação parassinônima com equivalência de sentido.

*Antonímia*. — processo de desassociação que tem por base os *traços distintivos* entre dois lexemas, estabelecendo relação de *disjunção*.

Tendo como referência o mesmo grupo de lexemas, é possível observar que a situação se altera:

Exemplo:

(2) *Queremos um livro para estudar os metaplasmos; O jornal buscaremos depois.*

Contextualmente os lexemas 'livro' e 'jornal' estão postos numa relação antonímica, pois os semas privilegiados 'para pesquisa' configuram a disjunção e a relação é a de oposição de sentido.

*Homonímia* — processo relacional que configura a identidade de forma e-ou som entre dois lexemas, e cujos significados são distintos. Sua atuação é no paradigma.

Os enunciados a seguir exemplificam essa relação:

(3) Escolhemos uma bela *revista* de moda.

(4) Esta edição foi *revista* e ampliada.



- (5) Do ponto de vista lexical parece haver identidade, mas, contextualmente, estão privilegiados os semas 'de moda' e 'ato de revisar', respectivamente; logo, a relação é homonímica, tanto no aspecto gráfico, como fônico, mas a diferenciação de sentido se mantém relativamente a cada contexto.

*Paronímia* — processo de associação relativa que se instaura a partir da semelhança lexical — gráfica e fônica —, mas preserva a distinção de sentido, explicitando-o relativamente ao contexto situacional que passa a integrar.

Os exemplos que seguem, permitem melhor entendimento desse processo:

- (6) O *livro* é útil para enriquecer os conhecimentos.

- (7) o homem é *livre* para produzir, pensar e agir.

Tanto de ponto de vista lexical, quanto semântico, a relação é paronímica, posto que o sema privilegiado em (6) mantém com o privilegiado em (7) uma associação relativa em nível lexical, bem como no plano da significação.

*Hiponímia* — processo associativo, que relaciona um termo específico a outro mais abrangente. Sua atuação se dá no eixo paradigmático.

Tomando o lexema 'livro' como específico, relacionam-se a ele como mais abrangentes 'biblioteca' e 'bibliografia', conforme mostra o exemplo que segue:

- (8) "Encontramos um *livro* na 'biblioteca' que contém toda a 'bibliografia' de que precisamos para a pesquisa".

O lexema 'livro' relaciona-se com os lexemas 'biblioteca' e 'bibliografia' numa dimensão hierárquica, sendo aquele o termo específico, cujo sema suscita os outros dois semas mais abrangentes, configurando a relação de sentido entre eles.

Todavia, a dimensão semântica do signo lingüístico não se restringe

apenas a um recorte cultural, ou mesmo situacional, pois sua caracterização é mais ampla e também complexa. Todo o signo, embora possua um sentido residual, não pode ser substituído por outro em toda a sua extensão. Ele não tem significado estático e permanente, já que enriquece suas acepções, ampliando-as constantemente nas passagens que faz do plano virtual para o realizado. E é exatamente nessas passagens que os signos se convertem em *entidades funcionais e relacionais* do sistema lingüístico, sustentando a diversidade de sentidos que o sujeito-enunciador é capaz de criar, ou de *re-criar* através da linguagem.

Além do que, a interação sócio-comunicativa supõe o caráter produtivo da linguagem associando-se diretamente ao meio sócio-cultural que, ao mesmo tempo, manifesta as articulações que detém, através da expressão, representando-as na medida em que *re-vela* o conhecimento da realidade envolvida e em que viabiliza a concretização dos atos de fala.

Hjelmslev (1975) entende que a significação se consolida pela relação entre *expressão* e *conteúdo*, e prevê a possibilidade de que o sistema se torne elemento de um segundo sistema, mantendo com o primeiro uma relação de imbricamento e desengate. Em decorrência, a significação se instaura a partir de dois princípios básicos: conotação e metalinguagem. A conotação toma o primeiro sistema como plano de expressão do segundo; enquanto a metalinguagem toma o primeiro sistema como plano do conteúdo do segundo.

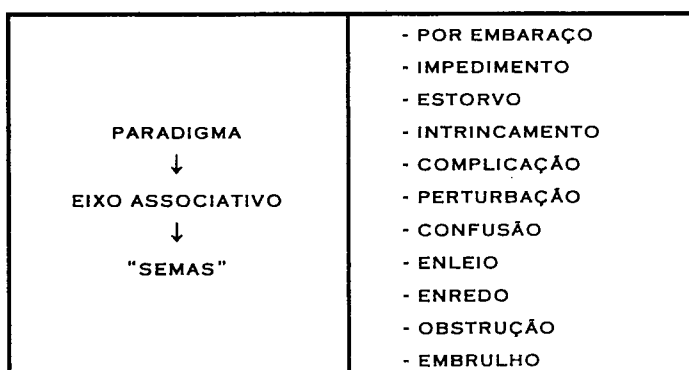
Nessa articulação condensada origina-se a *metáfora*, processo associativo que, no funcionamento da linguagem, adquire uma base conotativa, a fim de efetivar a substituição resultante dessa nova combinação. Ela assume um percurso que vai do paradigma ao sintagma, por isso, a relação que une o primeiro ao segundo é de *similitude*, ocorrendo no nível do *sema x semema*. A metáfora não possui caráter excludente, pois carrega consigo os semas de um sistema de origem, no qual reside o caráter polisêmico, sendo exatamente a polissemia que permite a constituição do processo metafórico.

Na teoria moderna, especialmente dos anos sessenta em diante, a metáfora é apresentada como o resultado de duas operações: a de adição e a de supressão de semas. Assim a metáfora detém a relação de identidade de dois significantes e a de não-identidade de dois significados correspondentes. Magalhães (1976:34) adverte que "... o impasse da razão perante tais formulações só é resolvido quando o leitor descobre, entre os dois termos, um terceiro, que existe virtualmente e que é o eixo entre os dois termos. Esse terceiro termo é necessário como o fundador e comprovador da identidade pretendida". A relação de similitude no processo metafórico permite a aproximação entre as relações de sentido que, a priori, parecem figurar em universos ou em contextos distantes.

Analisando o enunciado:

- (9) "... Dispensáveis todas as regras que não contribuem para a eficiência comunicativa, as que *embaraçam* e atravancam a comunicação" (Luft, 1985:17).

Ao destacar o lexema 'embaraçam', cuja definição, no dicionário Aurélio (1985), é *ato de pôr embaraço, impedir, estorvar, intrinchar, complicar, perturbar, confundir, enlear, enredar, obstruir, embrulhar*, instaura-se a presença dos semas como apresentados na figura 8.



**FIGURA 8 - PARADIGMA**

No enunciado: '... as que *embaraçam* a comunicação'. Para o lexema 'embaraçar' estão sendo atualizados os seguintes semas: /impedimento/, /confusão/, /complicação/, /perturbação/, /intrinca-

mento/, especialmente.

Estes semas *residem* no paradigma, mas, através da relação de similitude, podem ser transportados para o sintagma em que se encontra o lexema 'embaraçam' e, associativamente, substituí-lo. Em consequência, eles dão conta, no contexto, das seguintes noções: regras que *impedem* a fluência comunicativa; regras que *complicam* a interação sócio-comunicativa; regras que *perturbam* a espontaneidade expressiva do usuário; regras que *confundem* o usuário, prejudicando sua atuação comunicativa no meio em que vive.

Em sentido mais abrangente, as regras 'embaraçam' a comunicação e impedem o desenvolvimento do processo lingüístico, em sua dimensão efetiva, pois ele depende da eficácia comunicativa dos usuários para ser enriquecido e ampliado. O empreendimento metafórico determina o trânsito do signo lingüístico em duas perspectivas: suspensão de traços e asunção de traços, dando origem a efeitos de sentido que, dependendo do seu grau de novidade, podem gerar as neologias de sentido.

O mecanismo de funcionamento da linguagem prevê também a noção de deslocamento, o que caracteriza a metonímia, processo pelo qual uma unidade lingüística pode ser substituída por outra com a qual mantém relação de contigüidade; seu percurso é inverso ao da metáfora e ocorre do sintagma ao paradigma, assumindo caráter homonímico, não polissêmico. A metonímia constitui simplesmente a transferência de denominação, caracterizando o fenômeno lingüístico pelo qual uma noção é designada por um termo diferente do necessário, mas permanecendo ambas as noções ligadas pela contigüidade.

Todavia, a sustentação dos campos semânticos é conferida através da constatação e da natureza dos dois pólos da linguagem: a metáfora e a metonímia, que, articulando os percursos do paradigma ao sintagma, e vice-versa, dão conta, segundo Leech (1981), do caráter polissêmico e homonímico, possibilitando a atualização dos planos conotativo e metalingüístico, a partir dos quais são gerados os atos de fala, contextualizando o

processo de interação sócio-comunicativa.

Analisando o enunciado:

“O talento de bem falar e escrever tem a ver, sim, tem tudo a ver com gramática. Mas com a *gramática* natural, o sistema de *regras* que formam a estrutura da língua” (Luft, 1985:21).

Nesse exemplo, considerando os lexemas destacados ‘gramática’ e ‘regras’, percebe-se que a contigüidade é assegurada pela relação de inclusão: gramática e regras ligam-se ao lexema ‘língua’; são, por conseguinte, as partes que representam o todo, e seu caráter é homonímico, pois permanece a identidade de sentido, e o percurso assinala um deslocamento do sintagma ao paradigma: gramática e regras integram o sintagma, mas se incluem na noção de *língua*, que detém o sentido mais amplo, abrangendo os outros dois lexemas.

Ainda que pese, para efeitos de clareza, a necessidade de explicitar teoricamente e de exemplificar, individualmente, os processos metafórico e metonímico, é necessário lembrar a existência da relação de imbricamento que dificulta a fixação de uma linha divisória determinante dos limites entre eles, ou seja, da especificidade de cada processo, o que, além de problematizar a classificação isolada dos atos de fala concretizados, permite a inferência de que pode haver ocorrência concomitante dos dois, originando processos metafórico-metonímicos.

Ao lado disso, o plano da significação do sistema lingüístico encerra níveis de complexidade que pressupõem estudos exaustivos e mais aprofundados, abrangendo o percurso histórico já trilhado pela retórica, bem como a correlação deste com os princípios de semântica lingüística, a fim de estabelecer perspectivas que se abriguem no âmbito da enunciação e abarquem as dimensões significativas, inerentes à língua em uso, em seus contextos efetivos de realização.

Retomando os processos metafórico e metonímico, procuro demonstrar, através da figura 9, como essa articulação ocorre no interior do sistema.

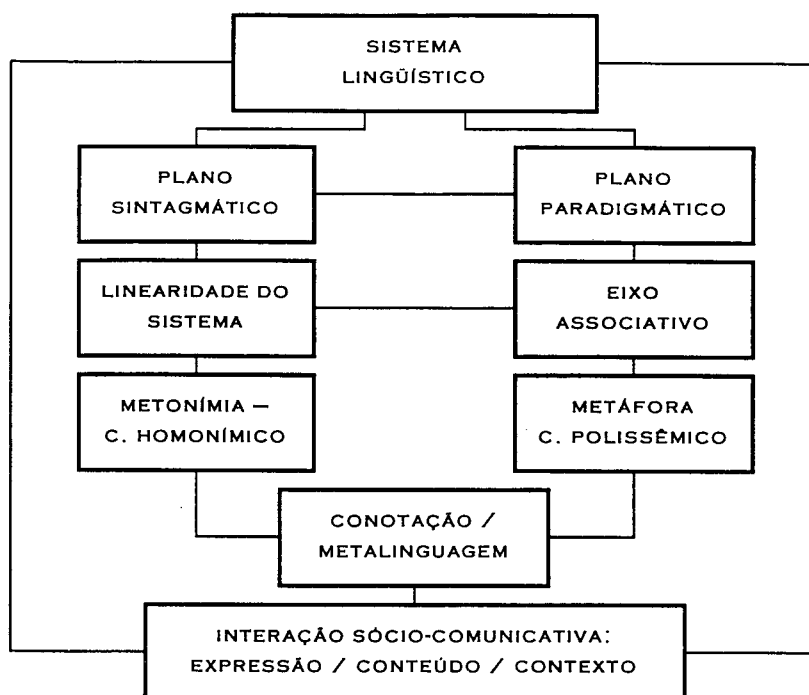


FIGURA 9 - SISTEMA INTERATIVO

Do ponto de vista do sistema lingüístico, destaco a visão semântica da metáfora, que compreende as seguintes abordagens: a *comparativista*, associada à perspectiva da gramática tradicional e compatível com a psicologia cognitiva; a *interacionista*, inscrita no quadro da semântica gerativa; e a *paradigmática*, aliada à concepção do signo lingüístico de Saussure, adotada também por Jakobson (1979), Lacan (1971) e Le Guern (1973), entre outros.

Nesses contextos são abordadas questões relativas à constituição do significado; sentido(s) básico(s) — um ou vários? Certamente, mais de um! O que determinará os estágios de temporalidade do significado será, exatamente, o *uso* que a comunidade ativa faz dele, isto é, a significação, por mais inovadora que seja, após instaurada envelhece e passa a fazer parte do repertório dos enunciadores, convertendo-se em mais um dos sentidos básicos que eles já têm assimilado.

A constituição do processo metafórico será tratada em seção especial, dedicada a esse fim. Por ora, pretendo indicar a abrangência que esta

concepção semântica assume no trabalho.

As dificuldades que cercam a abordagem discursivo-textual são caracterizadas por Ducrot (1977:113), ao afirmar que as regras básicas da pressuposição, na descrição semântica — negação, interrogação e encaideamento —, mesmo coordenadas sucessivamente, não dão conta da noção global do significado, no âmbito do texto. A exploração pormenorizada dos indicadores semânticos baseia-se na organização interna, que é dada por seu produtor (enunciador do ato de fala) e à qual subjaz um campo de conhecimento heterogêneo e amplo que dificulta o controle do significado como um todo (Ladrière, 1977).

Nesse sentido, a pragmática complementa as perspectivas de análise, uma vez que assegura a articulação do complexo sócio-lingüístico-cultural de que a linguagem utilizada na produção de textos, bem como os aspectos contextuais, são partes indissociáveis (Barros, 1988). A autora adverte ainda que os textos elaborados pelos usuários manifestam, no nível do sistema lingüístico um mundo construído a partir da geração simultânea de *designationes* e *designata*, indicadores de grandezas-signos entre as quais deve existir coerência intracultural e consciência da unidade e progressão histórica da comunidade nele representada.

Weinrich (1981:7, passim) considera a análise de texto, no plano da recepção — compreensão, interpretação e crítica — como um processo cooperativo, onde o desvendar da significação abrange elementos de ordem lingüística numa conversão textual, mas implica outros de ordem não-lingüística, numa perspectiva de intertextualidade e, em seguida, articula os dois no plano da contextualização. Assim, o texto, resultante desse entrecruzamento, constitui uma mensagem lingüístico-discursiva que se manifesta através da sequência de signos, cuja interpretação e-ou análise depende da observância de todos os componentes de significação que a ele deram origem, implicados numa arquitetura transtextual, de coesão interna e de coerência com os seus referentes externos.

É preciso observar também que as relações interfrásicas cobrem

apenas uma parte do processo de análise e que a explicitação das macro-estruturas depende de uma série de argumentos — lingüísticos e psicológicos —, pois a estrutura profunda de um texto determina o conteúdo global, envolvendo a formação completa das representações semânticas sucessivas, através do que é assegurada a relação de coerência no todo (Van Dijk, 1992).

Porque a significação veicula dados que escapam ao controle do lingüista, é postulada a teoria discursivo-textual, a qual, a priori, relaciona todos os fatores imbricados no fenômeno comunicacional. A produção e recepção de textos, vista deste ângulo, carrega então marcas contextuais, identificadoras do complexo sócio-cultural dos usuários que representa. Combettes (1978:221-34) refere que, após a primeira categorização cognitiva de um enunciado, cada unidade de informação é *remodulada* por restrições sociais e situacionais que especificam as intenções do enunciador de forma significativa, integrando-o com o ambiente em que está inserido e que se reflete em sua manifestação efetiva.

O processo de análise textual enfrenta obstáculos, especialmente no que se refere ao plano externo da linguagem. Koch e Travaglia (1989) entendem que a análise do texto deve considerar que a participação do locutor na construção do discurso está vinculada a uma formação ideológica de que ele faz parte; a uma instância discursiva específica onde se deu tal construção; aos conhecimentos que o locutor possui sobre o tema do discurso; às condições específicas de fala, bem como às condições de produção, que são subsumidas pelo seu dizer. Tais considerações ratificam a idéia de que o controle de todos esses aspectos configuram a abrangência e a complexidade de um processo que pressupõe a relação de elementos lingüísticos e situacionais.

Considerando a relevância do processo descrito, é imprescindível atentar para a oposição, também nesse nível, entre competência e desempenho, especialmente porque tal oposição é apontada como decorrente de procedimentos inerentes ao usuário, ou seja, relaciona-se à habilidade



que ele tem para identificar, aplicar e produzir relações interdiscursivas coerentes.

Para Combettes (op.cit.75-9), a constituição da estrutura textual provém da correlação entre microestruturas, que estabelecem a coerência na sucessividade frasal através da definitivização, pronominalização, substituição, pressuposições, tematizações, e macroestruturas, que, na análise da relação lógico-semântica, dão conta da coesão do texto no nível interno.

Assim, o processo de análise discursivo-textual não se deve ater apenas ao campo lingüístico-estrutural do texto, pois sua linguagem o vincula ao usuário e à comunidade de que faz parte: Fonseca e Fonseca (1977:51-7) enfatizam a noção de *competência comunicativa* na aferição do texto à luz da pragmática enunciativa. Os autores postulam que a materialização das unidades significativas que atuam em determinado contexto congrega toda a multiplicidade de elementos contextuais, mas, apesar disso, reflete a linearidade das relações que manifesta.

Reiterando a relevância da articulação entre os componentes lingüístico-contextuais, e na tentativa de explicitar o processo de análise, Charolles (1978:10-9) propõe quatro metarregras de coerência: metarregras de repetição; metarregras de progressão; metarregras de não-contradição; metarregras de relação. Através delas, pretende abarcar a linearidade textual e indicá-la como norteadora do equilíbrio entre a seqüência temática e a progressão remática, aspectos indissociáveis na relação texto-contexto. As metarregras são caracterizadas da seguinte forma:

- a) *Metarregras de repetição* — referem-se ao caráter linear do texto; onde devem estar os elementos de recorrência estrita, responsáveis por assegurar a homogeneidade, a contigüidade e a seqüência; nesse sentido, a língua dispõe de recursos como a pronominalização, a definitivização e, especialmente, os referentes contextuais;
- b) *Metarregras de progressão* – referem-se ao avanço nocional que o texto deve apresentar; o conteúdo de um texto deve manifestar-se

harmoniosa e progressivamente, evitando circularidade, dubiedade e repetições;

- c) *Metarregras de não-contradição* — referem-se ao caráter de coerência que o texto deve manter, evitando a contradição entre o conteúdo posto no plano textual, o pressuposto e também as inferências que podem derivar da relação entre texto e contexto;
- d) *Metarregras de relação* — referem-se ao caráter de associação com o mundo real; os fatos referenciados no texto devem ter correspondências efetivas com a realidade ali manifestada.

Nessa perspectiva, o componente semântico atua em nível transtextual, ou, em outras palavras, reúne a escrita convertida em texto com o componente retórico subjacente ao recorte focalizado. Lopes (1976:232, passim), numa abordagem sobre semântica, indica os limites da gramática transformacional, a partir da análise das linhas semânticas seguidas por Saussure, Hjelmslev; Guiraud, Bréal, Frier, Frege, Ducrot, Katz e Fodor (estes apoiados na teoria semântica de Bachelard) e Greimas, enfatiza a impotência das referidas propostas para um processo de análise efetivo. Lopes (op.cit.:329) assevera que

*“... o número de semas contextuais é sempre mais reduzido do que o número de contextos em que um lexema pode aparecer. Contudo, parece viável agrupar os contextos em classes contextuais, a partir do critério de apreensão efeito-de-sentido. Desse modo, o sema contextual seria o denominador comum de toda uma classe de CONTEXTOS (grifo meu)”*

A implementação de uma análise nesses termos asseguraria uma abordagem que iria situar-se além do âmbito textual.

Os processos dialéticos inerentes a todo sistema cultural congregam uma multiplicidade de elementos que extrapolam o sistema lingüístico, diversificando o plano do significado, tanto no ato da produção quanto no da recepção. Por consequência, o processo de análise adquire considerável nível de complexidade, na medida em que sua consecução deve ter como referência a articulação entre os elementos de natureza lingüística,

bem como os demais que com estes se relacionam, ampliando as dimensões significativas da linguagem, da recepção e da interpretação das produções discursivas.

Carlos Vogt (1980:41) lembra que

*“Há, sim, na língua, mais do que a inocência da informação (...). Se a língua é, como pretende o idealismo de Chomsky, o espaço mesmo em que reside a liberdade do homem, a sua capacidade criativa, é preciso convir, no entanto, que esta liberdade está constantemente ameaçada pelo jogo sutil da palavra. O risco de falar é a ameaça de tornar-se prisioneiro de sua própria liberdade”.*

Ao defender a língua como instrumento básico de comunicação, o autor assinala o comprometimento do enunciador, bem como a configuração do processo enunciativo, como meios de engajamento dos indivíduos no contexto sócio-cultural de que participam.

Por fim, a consciência da própria linguagem se reflete na ação que cada indivíduo empreende no processo interativo. E essa consciência implica também que, buscando a significação do mundo de referência dos sujeitos, cada um procure, ao mesmo tempo, o significado das próprias ações. E é só a partir daí que todos passam a interagir no *universo*, onde as relações humanas têm sentido porque se re-compõem a cada dia na dinâmica intersubjetiva que se processa na sociedade dos homens.

### 1.3.1 – GRAMÁTICA DE CASOS

#### 1.3.1.1 — Quadro teórico

A gramática de casos tem origem com Charles J. Fillmore, em 1968, ao manifestar sua reação à gramática transformacional de Chomsky. Suas objeções fundamentais ao modelo-padrão recaem sobre a *definição das funções*. Para ele, o nível de análise em que as relações gramaticais, como sujeito e predicado, estavam definidas não era suficientemente profundo. No modelo chomskyano, o sujeito era subcategorizado como SN (sintagma Nominal) dominado diretamente pela S (sentença), e o objeto como SN

dominado diretamente pelo SV (sintagma verbal). O autor argumenta que as noções de sujeito e objeto expressam apenas relações superficiais, já que um sujeito neste nível não tem necessariamente que corresponder ao sujeito lógico de uma oração.

O ponto de partida do modelo da gramática de casos de Fillmore pode ser melhor entendido a partir das duas séries de exemplos que se-  
guem:

(10) João deu um golpe em Paulo.

(11) João recebeu um golpe de Paulo.

(12) O açúcar carameliza.

(13) Maria carameliza o açúcar.

Tanto a gramática tradicional como a transformacional consideram que *João* desempenha a mesma função, ou seja, é sujeito nas duas orações e que *açúcar* tem duas funções diferentes: sujeito na primeira oração e objeto na segunda. Fillmore demonstra que *João* não desempenha o mesmo papel nas duas sentenças, pois em (10) ele realmente faz alguma coisa, mas em (11) ele nada faz; ao contrário, recebe a ação de Paulo. Já nas sentenças (12) e (13), *açúcar* desempenha o mesmo papel.

Fillmore adverte que as frases de superfície resultam de várias transformações a partir de uma estrutura profunda mais apropriada para a descrição de seus significados. É exatamente nesse nível que precisam ser identificados os diferentes papéis assumidos por *João* (agente/dativo)<sup>2</sup> e o mesmo papel de *açúcar* como objeto nas sentenças acima.

Além disso, as noções de sujeito e objeto não são semânticas, mas gramaticais, razão por que devem aparecer na estrutura de superfície, já que na estrutura profunda convém que figurem as noções casuais, ou seja, nessa estrutura profunda é que se configuram os *papéis*, pois eles abrigam

---

<sup>2</sup> Dativo, segundo Fillmore (1977: 300), é o caso do ser animado, afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo. Enquanto Chafe (1979: 149-56) postula os casos 'experenciador' e 'beneficiário' para dar conta do dativo.

a dimensão nocional dos elementos constitutivos das estruturas gramaticais que se projetam, posteriormente, na superfície. Dessa forma, a principal crítica ao modelo-padrão de Chomsky é dirigida à *definição das funções*. O sujeito da estrutura profunda de qualquer frase gerada pela gramática pode ser definido em termos de [SN, O], ou seja, o SN diretamente dominado pela O (oração) e o sujeito da estrutura profunda em termos de [SN, SV], isto é, o SN diretamente dominado pelo SV. Todavia, as noções de sujeito e objeto, definidas pelas posições dos respectivos SNs não determinam os diferentes papéis de açúcar nas orações referidas. Pois Chomsky classifica as categorias (SN, SV, V, SP) e as funções de sujeito e objeto na estrutura profunda, do que Fillmore discorda.

Com base em tais pressupostos, Fillmore (1977:281-3) formula sua teoria de *casos profundos* como relações sintáticas *semanticamente relevantes*, isto é, como relações que são mais profundas que as de sujeito e objeto, na medida em elas pretendem apontar para os papéis desempenhados pelos participantes em função do verbo. A relação de caso profundo de um SN com o verbo não se pode alterar em razão das posições superficiais que tal SN eventualmente venha a ocupar, já que as mesmas são instauradas em nível profundo; elas vão assumir a noção que recebem em nível profundo, independentemente do lugar que lhes seja destinado na superfície.

A outra crítica ao modelo-padrão liga-se aos sintagmas proposicionais (SP). Chomsky os toma como um constituinte da O (oração) ou do SV (sintagma verbal), dependendo do grau de coesão que mantenham com o verbo que os acompanha. Em seu artigo *A Proposal Concerning English Prepositions* (1966), Fillmore questiona a introdução direta dos sintagmas proposicionais nas regras sintagmáticas, explicando que os sintagmas proposicionais ou adverbiais de lugar, tempo, etc., dominados diretamente pela O (oração), como O — [SN + SV (SP) (SP)], além de não serem distinguidos, podem ser considerados tanto categorias (SN, SV), como funções (indicando lugar, tempo), o que resulta na mescla de dois tipos de noções. Ele propõe, então, que os SPs tenham sua classificação em termos de ca-

sos, como em:

(14) João abriu a porta com a chave.

(15) A chave abriu a porta.

Nos dois exemplos, o SP *a chave* tem funções superficiais diferentes, mas, na estrutura profunda é sempre o *instrumento* utilizado para abrir a porta. A informação da função semântica dos sintagmas nominais está sempre na própria estrutura profunda da oração, onde todas as relações sintáticas semanticamente pertinentes estão configuradas com etiquetas casuais ou pelos respectivos *casos*.

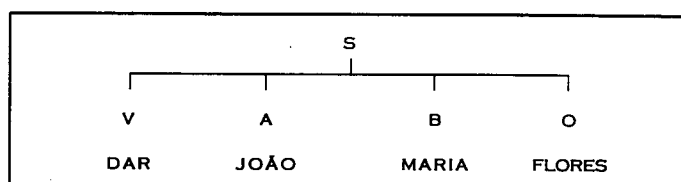
Levando em conta o contexto de referência das predicações/proposições, a gramática de casos capta, especialmente, a qualidade dos argumentos que completam os lugares vazios que circundam o verbo. No âmbito desse critério, a teoria focaliza os verbos da língua como seu objeto de estudo específico, delineando uma subcategorização de acordo com os papéis e com os esquemas casuais que manifestam a valência semântica do verbo.

Entre as várias propostas da teoria de casos, é importante salientar o modelo matricial de Walter A. Cook (1979, 1989), que reúne princípios já referidos por Fillmore (1968, 1971), Chafe (1970) e Anderson (1971). Trata-se de um modelo não-localista<sup>3</sup>, que afirma a centralidade do verbo. Representa a estrutura semântica de cada proposição em termos de um verbo central e dos nomes — argumentos — exigidos pela valência semântica, com vistas a complementar a noção global da predicação. Os nomes que estão em relação de associação como o verbo são denominados *casos*, isto é, relações semânticas, em oposição a termos como sujeito e objeto, que se referem a relações gramaticais ou sintáticas. A valência semântica de um verbo determina o número e o tipo de casos que devem ocorrer com o mesmo. A estrutura semântica, neste modelo, consiste de um S (proposição), um V (predicador) e um, dois ou mais Sns (argumentos), os

<sup>3</sup> Os modelos casuais localistas priorizam os casos Locativo (L), Origem (Or) e Meta (M).

quais são substituídos por casos, que, organizados na estrutura, obedecem a uma hierarquia de escolha do sujeito. A figura 10 ilustra essa estrutura semântica.

(16) João deu flores para Maria.



**FIGURA 10 – ESTRUTURA SEMÂNTICA**

No exemplo, o verbo se impõe como o elemento central que determina o número e o tipo de casos exigidos por seu significado. O verbo e seus respectivos casos estão representados no esquema da figura, indicando os papéis semânticos assumidos e expressos no esquema casual (16): dar + [-A, B, O].

Os casos que são pressupostos pela valência semântica do verbo denominam-se *proposicionais*; já os opcionais, isto é, aqueles não exigidos pelo significado do verbo, mas que integram o enunciado, designam-se como modais. Os casos listados por Cook (1989:191) são:

*Agente (A)* é o caso exigido por um verbo de ação; por se tratar de verbo tipicamente animado, leva a noção de agente a se estender às forças da natureza e até a objetos inanimados.

*Experimentador (E)* é o caso exigido por um verbo de experimentação; é o que experimenta sensação, emoção ou conhecimento; nos verbos de comunicação, o experienciador é o ouvinte.

*Beneficiário (B)* é o caso exigido por um verbo benefactivo; é o possuidor ou participante não-agentivo de uma transferência de propriedade ou de uma transação comercial ou de qualquer processo ou ação que resulte em uma relação de ganho ou perda para o participante da ação ou do processo.

*Objeto (O)* é o caso obrigatório<sup>4</sup>, encontrado em todos os verbos; institui o principal tema neutro do estado, processo ou ação descritos pelo verbo; com os verbos do estado, o objeto é a coisa que está sendo descrita; com os verbos processuais ou agentivos, o objeto é algo em movimento ou a coisa que sofre mudança.

*Locativo (L)* é o caso exigido por um verbo locativo; restringe-se à localização física e inclui os locativos estáticos e direcionais.

Cook (1989:196) admite, ainda, o caso *Tempo (T)*, sem, contudo, acrescentá-lo em sua matriz casual. É o caso exigido por um verbo que denota tempo cronológico.

Com relação aos *tipos de verbos*, Cook (1979:203) propõe as seguintes normas para a formação de esquemas casuais: (1) cada esquema casual consiste de um verbo e um, dois ou três casos; (2) nenhum caso ocorre mais de uma vez no esquema casual, exceto o caso *O*; (3) o caso *O (Objeto)* é obrigatório; (4) os casos *E, B, L* são mutuamente excludentes; (5) os casos são listados da esquerda para a direita, segundo a hierarquia de seleção do sujeito. Desse modo, os esquemas casuais que resultam da aplicação destas normas constituem uma matriz tipológica de verbos, o que explica o nome de *modelo matricial*, expresso na figura 11.

TIPOS DE VERBOS	BÁSICOS	EXPERIMENTATIVOS	BENEFATIVOS	LOCATIVOS
ESTADOS	OE SER ALTO	E, OE GOSTAR	B, OE TER	OE, L ESTAR EM
PROCESSOS	O MORRER	E, O SENTIR	B, O GANHAR	O, L CAIR
AÇÕES	A, O MATAR	A, E, O DIZER	A, B, O DAR	A, O, L PÔR

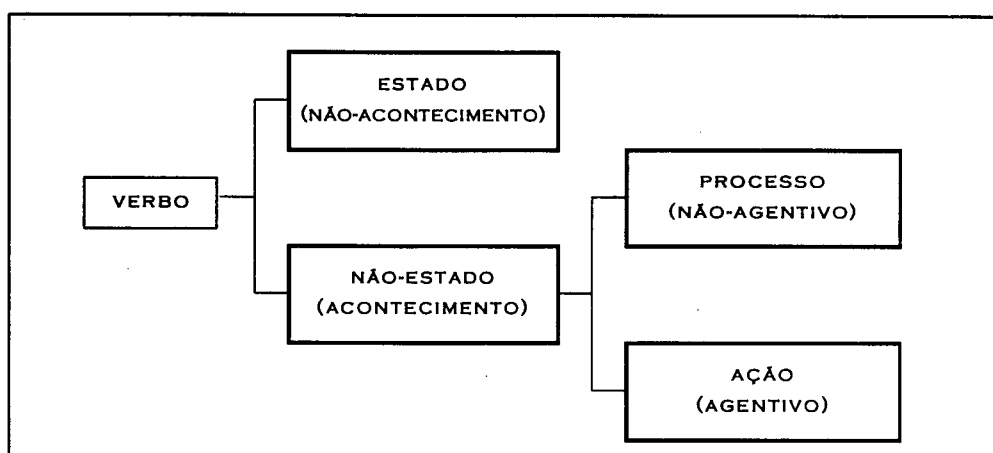
FIGURA 11 – MODELO MATRICIAL

<sup>4</sup> Em predicções do tipo (a): “É tarde.” (b) “É terça-feira.” não foi detectado o *objeto (O)*; portanto, fica evidenciado que, o *O* não é obrigatório.



S Na dimensão vertical, os verbos classificam-se como de estado, processo e ação; e, na dimensão horizontal, em básicos, experimentativos, benefactivos e locativos<sup>5</sup>.

segundo o autor (1979:203-4), os verbos classificam-se, de modo geral, em estados e não-estados. O verbo de estado é semanticamente estático, sendo definido negativamente como um não-evento (não-acontecimento). Os verbos de não-estado se classificam em verbos de processos e verbos de ações; os de processo são eventos não-agentivos, e os de ação são eventos agentivos<sup>6</sup>. Em seguida, os verbos são classificados de acordo com o campo semântico específico, isto é, em (1) básicos, que utilizam os casos *A* e *O*; (2) experimentativos, que incluem o caso *E*; (3) benefactivos, que incluem o caso *B* e (4) locativos, que incluem o caso *L*. Esta caracterização pode ser melhor representada e visualizada na figura 12.



**FIGURA 12 – CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS**

Também julgo pertinente acrescentar o Modelo de Wallace Chafe, que, já em 1970, com a publicação de *Significado e estrutura lingüística*, baseado em Fillmore (1968), postula que o aspecto criativo da língua resi-

<sup>5</sup> Cook (1989: 196-7) propõe uma matriz revisada com: (1) esquema casuais com O duplo; (2) esquemas casuais com diferente escolha de sujeito: ter + [... B, Oe], pertencer + [...Oe, B] etc.

<sup>6</sup> Os testes para determinar estados, processos e ações seguem Fillmore (1968) e Anderson (1971). O *Modelo Casual da UFSC* segue os testes de Chafe (1970), Cruse (1973) e Nicolacópulos (1981, 92).

de na estrutura semântica: é nessa estrutura que ocorrem os processos de formação que dão origem a boas sentenças (1979:56). Segundo ele, o enunciador empreende um trabalho de constituição de significação, já que primeiramente produz a estrutura semântica para depois convertê-la em som e projetá-la em forma de expressividade.

Por essa ótica, Chafe distancia-se de Fillmore, além de se contrapor à tese de Chomsky ao assumir a defesa da centralidade da semântica; ele parece ratificar sua posição ao afirmar que:

*“... A diferença entre a posição semanticista e sintaticista (...) é exatamente a diferença que diz respeito ao lugar onde se determina a boa formação dos enunciados lingüísticos — se é na estrutura sintática imaginária que se situa em algum lugar entre a estrutura semântica e a estrutura superficial (op. cit.: 66)”.*

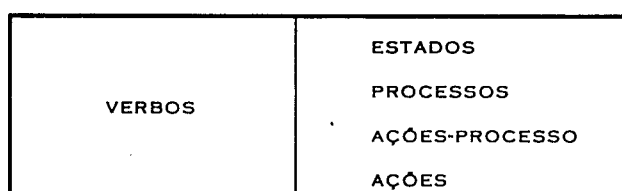
Seu posicionamento ressalva que o ato de produção de enunciados através da linguagem supõe a existência de um fundamento semântico, porquanto a base para a configuração dos enunciados é o investimento nocional; só depois que este se consolida é que podem ser estabelecidas as relações sintáticas e, mesmo assim, elas precisam se ater às perspectivas de significação previstas pelo enunciador, bem como às projeções culturais que subsidiam seu lugar de dizer.

Para o autor — que assume, por essa via, a aceitação e a defesa da centralidade do verbo —, o tipo de verbo também rege a natureza dos argumentos que devem acompanhá-lo. É sabido, entretanto, que Chafe não foi o primeiro a fazer essa colocação. Ainda na primeira metade do século II da era cristã, Apolônio Díscolo assinala que a mais singela das proposições passíveis de serem formuladas pelo enunciador se conforma ao complexo heterogêneo constituído por nome e verbo. A vinculação do verbo ao nome é que viabiliza o início das articulações que geram o discurso, mantendo o verbo como o cerne das predicções proposicionais, já que é detentor da capacidade de atribuir significações aos nomes/argumentos que o complementam. Por essa razão, os primeiros gramáticos já evidenciavam preocupação com a centralidade do *verbo* nas proposições, bem

como as relações por ele mantidas com os demais elementos que integram o enunciado.

Chafe assume uma posição bastante incisiva ao advogar que o verbo é o elemento que dita a presença (quantidade) de tantos argumentos e a natureza (qualidade) de tais nomes. Segundo ele (op.cit.:97), "... a influência semântica do verbo é dominante, estendendo-se sobre os nomes subordinados que o acompanham". Além disso, o verbo acumula a propriedade de determinar como esses nomes podem ser semanticamente especificados e que dimensão podem abranger no âmbito da proposição.

Uma das grandes contribuições do autor para a teoria de casos diz respeito aos tipos de verbos. Enquanto Fillmore os classificava em *verbos de estado* e de *ação*; Chafe expande essa tipologia, inserindo a noção de *processo*, e os verbos passam a assumir a configuração mais complexa ilustrada pela figura 13, em que os três últimos tipos são definidos como *não-estados*. A distinção pode ser feita através de resposta a questionamento formulado do tipo: *O que aconteceu?*. A noção de estado não responde a essa pergunta por se tratar de um não-acontecimento.



**FIGURA 13 – TIPOS DE VERBOS**

Os enunciados a seguir exemplificam os postulados e a contribuição do autor:

(17) "A madeira está seca"

(18) "A madeira secou"

No enunciado (17), 'A madeira está seca', pode ser percebido um estado, acompanhado de um nome, que figura como seu paciente e especifica o que é que está no estado referido.

No exemplo (18) é possível ver claramente que o verbo não está especificado como estado, pois responde à questão: o que é que aconteceu com a madeira?

Os verbos de não-estado podem apresentar distinções, como em:

(19) "Ele morreu"

(20) "Ela cantou"

Onde: 'Ele morreu', responde à pergunta: o que aconteceu? Já no enunciado (20): 'Ela cantou', a pergunta não se aplica. Assim, fica claro que em (19) está constituído um processo, e em (20), uma ação. O argumento exigido em (19) configura um *paciente*, e em (20), um *agente*.

Há verbos que pressupõem, simultaneamente, *agente* e *paciente*, como em:

(21) "Harriet quebrou a travessa", em que 'Harriet' é agente, e 'travessa' é paciente.

Como ficou demonstrado, essas relações que ligam os nomes aos verbos são relações semânticas, rotuladas, que permitem uma análise do papel exercido pelos nomes/argumentos na estrutura profunda do verbo. Chafe apresenta ainda outras relações, com outros rótulos, que fazem parte de sua lista de casos, num total de 8 (oito), conforme vêm apresentados a seguir:

- 1 Agente (Agt)
2. Instrumento (Inst)
3. Experienciador (Exp)
4. Beneficiário (Ben)
5. Complemento (Comp)
6. Locativo (Loc)
7. Paciente (Pac) (análogo ao caso Objetivo (O) de Fillmore)
8. Ambiente (Amb)

De acordo com essa lista de casos, podem ser analisados os exemplos dados da seguinte maneira, conforme a notação de Fillmore:

(22) "*A madeira está seca*".

O

(23) "*A madeira secou*".

O

(24) "*Ela chorou*".

A

(25) "*Harriet quebrou a travessa*".

A

O

Já em:

(26) "*Tom viu uma serpente*".

*Tom* não é o agente de uma ação, mas o *experienciador* de um acontecimento. Sua análise é a seguinte:

'*Tom viu uma serpente*'.

E

O

Os verbos de experiência podem ser especificados como:

(a) estados: (27) "*João sabia a resposta*".

E

O

(b) processos: (28) "*João ouviu o barulho*".

E

O

(c) ações-processo: (29) "*O professor ensinou a resposta ao aluno*".

A

O

E

A análise que segue refere-se aos verbos benefactivos:

(30) “*João ganhou um presente*”.

Nesse caso, *João* não é nem o agente, nem o experienciador de um acontecimento — é o elemento que se beneficia de um processo enunciativo por um verbo benefactivo. *João*, nesse caso, é um beneficiário. A análise de (30) é a seguinte:

“*João ganhou um presente*”.

B                      O

Os verbos-predicadores benefactivos podem ser de estado como em (30), acima; de processo, como em (31); e de ação, como em (32), na sequência:

(31) “*João tem um carro*”.

B                      O

(32) “*Maria deu um presente para João*”.

A                      O                      B

Chafe define o caso I (instrumento) como um subsidiário do A (agente). “É um objeto que desempenha um papel no desencadeamento de um processo, não sendo, porém, a força motivadora, a causa ou o instigador”. (1978:157). É algo que o agente usa. Essa *relação difere fundamentalmente das relações de experienciador e beneficiário*, porque *não* se associa com uma determinada unidade seletional que exista no verbo. Dessa forma, apresenta I (instrumento) como uma relação optativa, uma vez que o fato de não possuir nem um *traço relacional associado ao verbo enfraquece seu caráter proposicional*. Assim, sendo subsidiário para o A (agente), é um caso facultativo.

No exemplo:

(33) “*A criança descascou a maçã com a faca*”.

É possível observar que o agente (a criança) foi quem realmente fez alguma coisa (descascou a maçã). No entanto, foi com *a faca* que ela des-

cascou a maçã, instrumento que lhe foi subsidiário para que realizasse a ação. A análise de (33) é a seguinte:

A criança descascou a maçã com a faca

A O I

A relação complemento existe, segundo Chafe, quando um verbo descreve a ação que, por sua própria natureza, "implica a coexistência de um certo conceito nominal" (1970:162). É o caso de *cantar* (uma canção) *jogar* (um jogo). E exemplifica:

(34) "As crianças jogaram futebol"

onde *futebol* funciona como uma especificação mais estrita do verbo *jogar*. Os verbos completáveis podem ser classificados como estados (pensar, custar, medir) e ações (cantar, jogar, ganhar). O autor não faz nenhum registro acerca de verbos processuais completáveis.

A lista de casos de Chafe inclui também o caso L (locativo), que implica uma relação de lugar. A princípio, o autor apresenta somente verbos *estáticos* como capazes de configurar essa relação, mas acaba admitindo que também os verbos de processo e de ação podem propô-la. São seus os seguintes exemplos:

(35) *A faca está na caixa.* (estático)

O L

(36) *O navio submergiu no mar.* (processual)

O L

(37) *Maria atirou a bola atrás da casa.* (agentivo)

A O L

O caso P (paciente), como já foi dito, corresponde ao caso O (objeto de Fillmore), e pode ser definido da mesma forma. Já o caso ambiente

(Amb) refere-se a uma categoria excepcional de verbos. Chafe não dá nenhuma explicação a respeito de que categoria excepcional seria essa, além de não apresentar maior detalhamento a respeito do caso ambiente. Cook (1989) apresenta a matriz de Chafe conforme a figura 14.

TIPOS DE VERBOS	BÁSICOS	EXPERIMENTATIVOS	BENEFATIVOS	LOCATIVOS	COMPLETÁVEIS
ESTADOS	O ESTAR QUEBRADO ESTAR MORTO ESTAR SECO	E, O SABER QUERER GOSTAR	B, O TER TER ESTADO POSSUIR	O, L ESTAR EM ESTAR SOBRE ESTAR EMBAIXO	O, C CUSTAR MEDIR PESAR
PROCESSOS	O QUEBRAR, V.I. MORRER SECAR, V.I. ESTREITAR, V.I.	E, O SENTIR OUVIR APRENDER VER	B, O ADQUIRIR ACHAR PERDER GANHAR	* O, L CAIR AFUNDAR	** O, C ----
AÇÕES	A RIR PULAR CORRER	* A, E ----	** A, B ----	* A, L ENGATINHAR SENTAR	A, C LUTAR JOGAR CORRER
AÇÕES-PROCESSOS	A, O QUEBRAR, V.I. SECAR, V.T. MATAR, V.T. ESTREITAR, V.T.	* A, E, O LEMBRAR MOSTRAR LECIONAR	A, B, O COMPRAR DAR VENDER ENVIAR	* A, O, L COLOCAR	** A, O, C ----

FIGURA 14 – MATRIZ DE CHAFE

De acordo com Cook (1989), o modelo de Chafe apresenta uma abordagem inovadora no estudo da linguagem, a ponto de constituir um marco na história da Linguística. Seu sistema casual é melhor organizado que o de Fillmore (1968), a lista de casos se mostra mais adequada e a tipologia verbal se propõe como claramente definida. Outro mérito de Chafe é o de apresentar melhor distinção entre os casos modais e os proposicionais. São proposicionais os casos requeridos pelo verbo, que é destacado como elemento central em seu modelo, e modais aqueles que não são exigidos e, por isso, se situam fora da proposição. A restrição de Cook diz



respeito aos casos instrumento e complemento, assim como aos verbos ambientais; eles não evidenciam uma adequada integração com os demais casos, além de não estarem devidamente explicitados.

### 1.3.1.2 — Teoria dos casos não-manifestos

Os esquemas casuais representam a estrutura semântica da oração. No entanto, nem sempre os casos presentes na estrutura semântica aparecem na estrutura sintática. Inicialmente, em 1968, Fillmore postulou que cada SN teria somente uma função de caso profundo, ou seja,

*“um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos que identificam certos tipos de julgamentos que os seres humanos são capazes de fazer acerca dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor, julgamentos acerca de assuntos tais como quem fez, com quem aconteceu e o que foi mudado” (1977:299).*

Mais adiante, aventou a necessidade de abandonar tal restrição ao afirmar que

*“as dificuldades mais sérias têm a ver com a exata especificação desse conjunto de funções, bem como a determinação da necessidade ou não, ao menos para alguns verbos, de se interpretarem certos argumentos como tendo simultaneamente duas funções de caso” (1970:15).*

Estes casos são denominados *casos não-manifestos*, ou seja, eles não estão presentes na estrutura sintática, mas são pressupostos pelo significado do verbo e possuem a mesma referência semântica. Tais casos se caracterizam como *parcial* ou *totalmente* não-manifestos. Os casos parcialmente não-manifestos podem ou não vir especificados na estrutura sintática. São considerados casos *apagáveis*, como está demonstrado em:

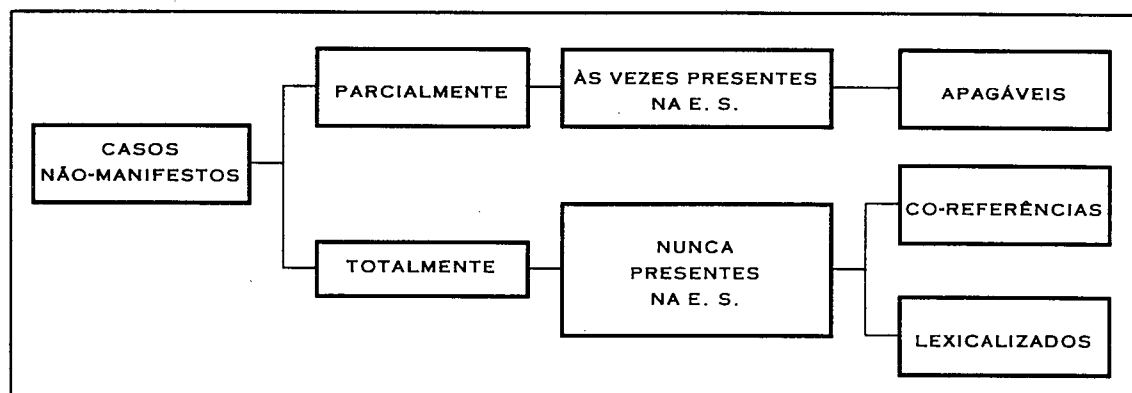
(38) Susan está cozinhando as batatas.

(39) Susan está cozinhando.

Em (38) o *objeto* (as batatas) está presente na estrutura sintática; portanto, está manifesto; mas em (39) está subentendido, apagado, logo,

não-manifesto. O esquema casual destas orações é cozinhar — vt: + [-A, O] e cozinhar- vi: + [-A, O]/ O-apagável<sup>7</sup> (cf. Fillmore, 1977:304).

Os casos totalmente não-manifestos foram propostos inicialmente por Fillmore (1971:48). Para Cook (1979:206), eles são “casos que nunca estão presentes na estrutura superficial, apesar de fazerem parte da valência semântica do verbo”. Podem ser casos *co-referenciais* ou casos *lexicalizados*. Ficam esquematizados como na figura 15.



**FIGURA 15 – CASOS NÃO-MANIFESTOS**

Cook (op. cit.:206) define os casos co-referenciais<sup>8</sup> como aqueles que apresentam “duas funções casuais distintas na estrutura profunda, que possuem o mesmo referente semântico e, conseqüentemente têm uma única representação superficial”, como ocorre no enunciado:

(40) João foi a Chicago.

onde *João* é, ao mesmo tempo o *agente* que praticou a ação e o *objeto* em movimento. Há co-referencialidade pela ação e pelo deslocamento do objeto. Seu esquema casual é:

<sup>7</sup> Segundo formalização de Cook (1979:206), será marcado com asterisco o caso que for apagável, co-referencial ou lexicalizado, sendo que tal especificação se seguirá ao esquema casual.

<sup>8</sup> Cook (1989:204) observa que é necessário distinguir co-referência sintática ou reflexivização. assim em:

(06) Harry barbeou-se, o objeto está reflexivizado, mas o sujeito desempenha a função casual de *agente* e o objeto direto, a de *objeto*.

+ [-A, \*O, L] A=O.

Os casos lexicalizados, na visão de Cook (1989:204), são “casos que estão incorporados ao significado do verbo e normalmente não aparecem na estrutura superficial”. Ocorrem quando uma das funções essenciais para o esquema casual permanece incorporada ao verbo e, por essa razão, está representada na estrutura sintática, como em:

(41) Ele *alimentou* os peixes.

(dar alimento)

onde o verbo *alimentar* – vt: apresenta o caso objeto (= dar alimento) incorporado a sua forma de expressão. O esquema casual é: + [-A, B, \*O]/ O-lex.

(42) Richard *engarrafou* a cerveja.

(pôr em garrafas)

onde o verbo *engarrafar* – vt: traz o caso *locativo* (= em garrafas) incorporado em sua forma. O esquema casual é: + [-A, O, \*L]/ L-lex.

Cabe salientar que Cook, em seu modelo matricial (1970, 1978, 1989), adota o seguinte posicionamento: 1) a centralidade do verbo; 2) basicamente o sistema casual de Fillmore (1968) e Chafe (1970), o que caracteriza como um modelo não-localista; 3) os tipos de verbos de Chafe (1970); 4) a obrigatoriedade do Objeto de Anderson (1971); 5) a teoria dos casos não-manifestos de Fillmore (1971); 6) o sistema bidirecional de derivação de verbos de Chafe (1970); e, com base nos critérios estabelecidos nesses modelos, formula o seu próprio modelo de gramática de casos.

A teoria da co-referencialidade tem origem em Fillmore. Inicialmente (1968), ele postulou que cada SN teria somente uma função de caso profundo. Posteriormente, aventou a necessidade de abandonar tal restrição ao afirmar que “certos argumentos têm simultaneamente duas funções de caso” (1970:15). O exemplo que apresenta insere-se em seu modelo localista:

(43) João *foi* a Chicago.

(44) João *deu* flores a Maria.

(45) João *conseguiu* o livro da biblioteca.

Em (43) *João* é, ao mesmo tempo, o *agente* que praticou a ação e o *objeto* em movimento, aquele que se desloca; em (44) *João* também é, simultaneamente, o *agente* e detentor do *objeto* que passa (ou que é passado) para a propriedade de *Maria*; em (45) *João* ainda é, concomitantemente, o *agente* e o receptor do *objeto* obtido junto à *biblioteca*. Estas orações apresentam, de acordo com o modelo localista, os seguintes esquemas casuais:

(46) ir + [A, \*O, Or, M]/ A=O

(47) dar + [-A, O, \*Or, M]/ A=Or

(48) conseguir + [-A, O, Or, \*M]/ A=M — (Apud Cook, 1989:52).

Fillmore (1971:48) propôs também a teoria da co-referencialidade para o caso *agente* com os casos *objeto*, *origem* e *meta*.

É sabido que a teoria da co-referencialidade tem origem fillmoriana, valendo lembrar que Cook a transportou para o modelo não-localista, incorporando-a em seu modelo matricial, onde a caracterizou como “duas funções casuais distintas na estrutura profunda, que possuem o mesmo referente semântico e, conseqüentemente têm uma única representação superficial” (1979:206).

### 1.3.1.3 — Causativização

A gramática de casos apreende os verbos-predicadores da língua como entidades relacionais que integram seu objeto de estudo específico; a partir disso, concebe subcategorizações de acordo com os *papéis* e com os *esquemas casuais* que se constituem. Em seu domínio, é captada a qualidade dos argumentos que se ligam ao verbo, buscando explicitar as implicações extralingüísticas que se verificam na comunicação entre os ho-

mens. É por esse caminho que se dá a sua inserção na pragmática.

A causativização de enunciados ocorre onde as predicções são, em sua conformação de sentido primeiro, estáticas ou processuais e *pela adição do traço intenção* se transformam em predicções *agentivas*, ou seja, em predicções que passam a expressar ações ou eventos agentivos (Cruise, 1976). Nessa perspectiva fica pressuposta uma articulação com o processo metafórico, pois a mudança do efeito de sentido acarretada pelo acréscimo do traço *intenção* se dá concomitantemente com a *metaforização*, que compreende, respectivamente, a supressão e a assunção de traços de sentido. O fenômeno da *causativização* pode ser explicado conforme segue:

estado ou processo + *intenção* = *ação*. Essa imbricação constitui o que é denominado na teoria de casos de *causativização*.

Os verbos *ter* e *ganhar*, respectivamente de estado e processo, exemplificam com clareza esse fenômeno, sendo possível captar perfeitamente a diferença de efeito de sentido que se instaura nos contextos em que eles ocorrem.

(49) "... A esposa do Presidente FHC *tem* roupas e calçados importados da China, ela diz ser uma pessoa discreta no vestir e que os produtos importados são de muito bom preço e qualidade" (*Zero Hora*: 28/03/97, p. 21).

No contexto, a valência semântica — vs — do verbo *ter* requer um B (quem detém a posse de algo), que está expresso por 'esposa do Presidente FHC' e um Oe (percebido estaticamente) que indica o objeto (no caso, os objetos) de que ela é possuidora. O esquema casual é:

+ [B, Oe]

Mas em:

(50) "... *Tenha* sempre em sua casa os melhores produtos do mercado! BIG SHOP" (*DC*: 31/03/97, p. V- 19).

Nesse contexto, o verbo *ter* no imperativo capta a *intenção* adicionada à proposição e, por essa razão, a *vs* do verbo passa a exigir o acréscimo de um *A*, alterando o esquema casual para:

+ [*\*A*, *\*B*, *O*]/ *A=B*; *A*, *B* — apagados

(51) “Menino pobre *ganha* sítio de presente da Rainha dos Baixinhos” (*O Globo*: 17/01/97, p. C-42).

No enunciado em questão, a *vs* do verbo *ganhar* supõe um *B* (beneficiário do presente) e um *O*, que corresponde ao presente dado, num enunciado percebido como um evento não-agentivo. O esquema casual é:

+ [*B*, *O*]

Já em:

(52) “Pilotos saem do País para *ganhar* dinheiro” (*Gazeta Mercantil*, 22/12/96, p. D-1).

No contexto desse enunciado, a oração final agrega o traço de intencionalidade e causativiza o verbo *ganhar*, que passa a exigir um *A*, o que altera o esquema casual para:

+ [*A*, *\*B*, *O*]/ *A=B*

O contexto exerce papel fundamental na captação desse fenômeno, porquanto o traço de intencionalidade vem explicitado através de um indício, de uma marca, como o verbo no imperativo, a oração final, ou a presença de aspas. É nele que se abrigam essas nuances, para performar os novos efeitos de sentido que a gramática de casos se propõe a interpretar.

As relações semânticas apreendidas pela teoria de casos trazem contribuições valiosas para a análise dos efeitos de sentido que se instauram nos enunciados, enquanto parte de um todo maior, já que o contexto identifica a instância enunciativa e-ou discursiva a que os mesmos estão vinculados. É à luz dessa perspectiva que busco explicitar as nuances de sentido produzidas pelo fenômeno da causativização identificado nos recortes jornalísticos analisados.

### 1.3.1.4 — Teoria de valências

A teoria de valências focaliza as dimensões sintáticas e semânticas, relativamente ao verbo, que fica configurado como elemento central, como *centro dinâmico do enunciado*. Essa teoria, por articular os dois pólos — sintático e semântico —, se inscreve numa *perspectiva relacional*, buscando no pólo sintático relacionar os elementos frásicos, condicionando a ocorrência ou não dos mesmos, de acordo com as propriedades morfossintáticas, com vistas a explicitar os lugares vazios em torno do verbo; no pólo semântico, busca deflagrar os papéis temáticos dos argumentos que se associam ao verbo.

O ponto central dessa teoria está no propósito que se impõe: explicitar as relações de dependência entre as categorias básicas que (co)ocorrem num enunciado integrado em um contexto maior. As referências iniciais sobre *valência* são tributadas ao francês Tesnière, para quem o verbo é uma espécie de pólo imantado, que atrai os actantes, estabelecendo com eles relação de regência, de dependência. Cada verbo terá um número limitado de *lugares vazios* em torno de si, os quais podem variar de 0 a 4. O mais relevante é que a valência do verbo equivale a sua capacidade de regência e deve estabelecer uma rede de dependência que assinala os critérios de coesão e-ou de subordinação do núcleo verbal com os actantes, nomes ou argumentos que a ele se vinculam.

Segundo Marques (1990:118), é comum, na tradição dos estudos das línguas em geral, a utilização de critérios semânticos para definir funções sintáticas, “da mesma forma que valores semânticos têm sido determinados com base em critérios funcionais sintático-gramaticais.” A gramática tradicional é um exemplo dessa mixagem de critérios, e a análise sintática (tradicional) é o melhor exemplo da não funcionalidade de tal mistura.

A autora propõe a adoção de esquemas semânticos para a análise das estruturas da língua, a fim de que “possamos desenvolver uma visão mais integrada do significado”. Sugere a extensão dos estudos semânticos ao plano de estruturas de predicação, trabalhando com *predicadores e*

*papéis argumentais*, ou *papéis semânticos*, conforme denominação aqui adotada, “interpretados como *acontecimentos* (grifo meu), em que argumentos desempenham papéis de participantes e circunstâncias”. Referindo-se à teoria dos casos de Fillmore, diz que tais casos deveriam ser “*entendidos como conjuntos de conceitos que estabelecem relações semânticas entre verbos, nomes e advérbios, nos enunciados*” (p.118). Indica ainda que a apresentação e organização da experiência humana associa-se à estrutura abstrata dos casos, (o que, aliás, já afirmava Fillmore), sendo realizada em enunciados ou estruturas de predicação, “que criam, descrevem, estruturam acontecimentos num universo de referência, indicando o que desempenham determinados argumentos, como participantes ou circunstâncias, nessas estruturas de predicação”.

Dessa forma, é possível compreender que a noção de predicar, de fazer incidir essa relação de regência, corresponde ao ato de relacionar termos argumentais, atribuindo-lhes papéis semânticos, que dependem diretamente da valência verbal. Assim, o enunciado terá tantos argumentos quantos argumentos o verbo exigir.

A gramática de valências tem como objeto de estudo os lexemas que incluem em seu significado uma estrutura de relação, isto é, lexemas cuja estrutura relacional possua “lugares vazios”, que serão, no momento de sua realização como linguagem, preenchidos por “argumentos”. Ora, são *justamente os verbos que apresentam de forma mais evidente tais estruturas relacionais*. Borba (1996:20-1) formula sua proposta para uma gramática de valência e argumenta que sua visão implica alguns desvios em relação às idéias de Tesnière, bem como às contribuições dos alemães. Escreve ele:

*“Primeiramente dou ao termo valência uma conceituação mais genérica: propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos sendo que esta mesma propriedade faz com que esta classe se distinga de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão gramática de valências abrangendo também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns advérbios.*



*Também entendo que uma gramática de valências deve aplicar-se ainda àquelas relações intrafrasais que, embora não fazendo parte da matriz valencial, são necessárias para melhor se compreenderem os fatos de valência. Essa atitude tem, pelo menos, duas conseqüências imediatas: (i) deve-se distinguir complemento do verbo (e do nome, do adjetivo) e participante oracional, (ii) sendo assim, o termo actante perde sua abrangência (ou transparência)\*.*

O autor estabelece uma divisão para a aplicação do termo *valência* em três níveis:

- *valência quantitativa* — lógica ou sintática, nível mais abrangente, que trata do número de lugares em torno do verbo;
- *valência qualitativa* — sintática ou morfossintática, cuida da caracterização dos actantes e de suas propriedades;
- *valência semântica* — apreendida a partir das observações das regularidades ou compatibilidades das unidades que operam nas seqüências; compreende os traços que compõem cada uma das categorias: N + anim.; + hum.; etc.; também envolve as funções temáticas e demais elementos que entram na configuração de sentido.

As funções semânticas imbricadas na valência representam os valores semântico-relacionais que são *assumidos pelos actantes relativamente ao verbo*. Entre as estruturas semânticas e as estruturas sintáticas não há isomorfia. E, novamente, os exemplos são dados com os verbos *ouvir* e *escutar*. Na realidade é o que já dizia Fillmore dos verbos *gostar/agradar*, que possuem o mesmo número e a mesma espécie de casos, mas requerem diferentes critérios para a escolha de sujeito. Da mesma forma, os verbos *ouvir/escutar* diferem em relação ao traço + ou - agentividade.

A valência semântica foi definida e explicada por Cook (1989), e caracterizada como uma teoria semântica capaz de dar explicação satisfatória para a relação entre verbo e argumentos, focalizada pela gramática de casos. Segundo ele, a gramática de casos é uma teoria de valência semântica segundo a qual os enunciados têm por núcleo o verbo e os elementos que

o circundam, e que são por ele exigidos. Busse e Vilela (Borba, 1996), em sua *Gramática de valências*, fazem referência às gramáticas de casos e, em especial, à gramática de casos de Fillmore, sem, contudo, se aprofundarem em detalhes, uma vez que a obra é sobre valência, e não se propõe a tratar especificamente de algum tipo ou teoria especial, relativamente aos casos.

### 1.3.1.5 — Sistema casual: *Modelo da UFSC*

Os modelos casuais que vêm sendo desenvolvidos assentam em proposições teóricas que se estenderam e se consolidaram ao longo do tempo e que, sem dúvida, legaram relevantes contribuições à concepção da teoria de casos. O *Modelo Casual da UFSC*, adotado neste estudo, funda-se no modelo matricial de Cook (1979, 1989), que já provém de postulados expressos nos modelos casuais de Fillmore (1968, 1971), de Chafe (1970) e de Anderson (1971).

Com o propósito de ampliar os domínios da gramática de casos, a fim de que efetivamente abrigue as nuances de sentido que se espraiam no contexto da língua em uso e que se materializam, especialmente, através do processo de *metaforização*, Nicolacópulos (1992, 1997), expande as perspectivas de análise, dando origem ao *Modelo Casual da UFSC*.

Com base nos modelos matriciais e nas investigações já consagradas, o autor confere um *refinamento* ao modelo, com vistas a abarcar as dimensões pragmático-discursivas nos processos de análise e de interpretação que se propõe a efetivar. Trata-se de um modelo não-localista<sup>9</sup> e diferencia-se dos modelos em que se apóia, nos aspectos que estão explicitados a seguir:

1— No Modelo Casual da UFSC, a estrutura profunda (EP) é semân-

---

<sup>9</sup> A perspectiva *não-localista* abrange os casos básicos A (agente) e O (objeto) e os não-básicos E (experienciador), B (benefactivo), L (locativo), T (tempo), etc.; a vertente *localista* utiliza-se, geralmente, de cinco casos, sendo dois básicos (A, o) e três não-básicos (L -Origem e Meta), que compreendem *locativos* concretos (espaciais) e abstratos (os não-básicos não localista), além das mudanças de estado.

tico-sintática, isto é, os papéis semânticos ou casos são paralelos às funções sintáticas<sup>10</sup>; eles ocupam o mesmo espaço enunciativo e o processo interpretativo assume ênfase semântica, numa constelação pragmático-discursiva;

- 2 — O sistema casual (lista de casos) do modelo compõe-se de oito casos: A – E – B – O – L – T – C – H. O caso A (agente) expressa ação; o E (experienciador) denota sensação, emoção, cognição, e evidencia o ouvinte da comunicação; o B (beneficiário) exprime posse, poder, liderança, ganho ou perda, benefício/malefício e transferência de propriedade ou de poder; o O (objeto) é o caso que, com verbos de estado, denota o que está sendo descrito, com verbos processuais, o que sofre mudança de estado, e com verbos agentivos expressa afecção; o L (locativo) expressa localização; o T (tempo) denota tempo cronológico; o C (comitativo) expressa companhia e o H (holístico) denota totalidade, o todo, percebidos estática, processual ou agentivamente;
- 3 — Os tipos de verbos-predicadores classificam-se, no âmbito das proposições, em básicos, experimentativos, benefactivos, locativos, temporais, comitativos e holísticos, percebidos estática, processual ou agentivamente;
- 4 — O caso O (objeto) não é obrigatório; esse fato confere ao modelo um investimento mais aberto em direção às metaforizações e às imbricações contextuais;
- 5 — As predicções experimentativas não-voluntárias do tipo agradecer, v.t., ofender, v.t., irritar, v.t., encantar, v.t., frustrar, v.t., assustar, v.t., analisam-se como predicções experimentativas agentivas e não-processuais como em Cook (1979: 164 e 1989: 197, 212 — 14, 217), como em:

(53) “Pacotes de fabricantes externos assustam indústria” (*E. S. P.*

---

<sup>10</sup> Posição semelhante já foi sugerida por Leech (1981: 178-203), entre outros.

14/10/95: B3).

onde o predador 'assustar', v.t., é analisado como + [A, \*O, E]/ A=O, pois "*pacotes*" de *fabricantes externos* expressa ação e conteúdo da experiência concomitantemente.

- 6 — O modelo admite a possibilidade de ocorrência, embora rara, de casos considerados mutuamente excludentes, o que também era admitido por Fillmore (1971:51); é o caso, por exemplo, do verbo *passar*, que admite os casos L (locativo) e T (tempo), ambos proposicionais, como em: "Jeffrey passou terça-feira à tarde na praia"; no entanto, o raro número de ocorrências não invalida a norma, que encontra suporte na noção de *cenar* de Fillmore (1977: 59-81), segundo a qual só serão colocados em *perspectiva* os elementos selecionados pelo falante, ficando os demais elementos no *background*;
- 7 — Admite também a possibilidade de ocorrência, mais de uma vez em uma mesma proposição, de outros casos, além do caso O (objeto), embora com rara frequência, como no exemplo coletado do discurso oral: "Eu tenho que descer para atravessar as crianças", onde o sujeito e o objeto de atravessar (eu/ as crianças) denotam ação (A) (cf Zucco, 1992:143).
- 8 — Admite, excepcionalmente, mais de três casos em uma mesma proposição, como no exemplo de Fillmore com o verbo *passar* acima;
- 9 — Considera que os casos estão em relação de associação com o seu verbo-predador (e não em relação de dependência); assim, o verbo refletirá a soma desta interação e da(s) significação(ões) espalhada(s) pelo enunciado produzido em determinado contexto, já que este se configura como o lugar de dizer do sujeito-enunciador; é nesse sentido que se abriga a afirmação de que o verbo-predador é uma *espécie de síntese enunciativa*;

10 — O *Modelo da UFSC* leva em consideração elementos pragmáticos e discursivos na análise casual, permitindo uma abordagem semântico-pragmática do enunciado<sup>11</sup>; com base nos estudos de Parret (1988), de Vogt (1980), Pêcheux (1988), Maingueneau (1993) e Orlandi (1996), o modelo consolida uma interface que lhe permite abarcar os efeitos de sentido relevantes dos verbos-predicadores, nas proposições enunciativas; também se apóia nas concepções de Halliday (1976 e 1985), especialmente no que se refere à articulação do verbo com seus argumentos nos planos proposicional e contextual, no âmbito da língua em uso.

Nicolacópulos busca a expansão e a consolidação de melhores perspectivas para análise e interpretação dos enunciados tendo como ponto de partida a matriz de Cook revisada, à qual acrescenta a relação de T (tempo), bem como o caso C (comitativo), descrito por Dubois et alii (1978:100), como *caso de acompanhamento*, isto é, aquele que indica companhia. Esse caso já integrava a proposição de Fillmore (1968), mas foi posteriormente excluído.

Cabe ressaltar também as preocupações de Cook relativamente aos modelos anteriores, que, em seu entender, não cobriam aspectos relevantes como:

- a) qual o tipo de estrutura profunda proposta;
- b) qual a lista de casos utilizada;
- c) de que forma esses casos se combinam num sistema casual;
- d) que significa derivar um tipo de verbo de outro tipo;
- e) qual a abrangência efetiva da teoria dos casos não-manifestos, cuja função é explicar a ocasional ou a total ausência de certos

---

<sup>11</sup> Oliveira, M. G. A. (1995) aborda o fenômeno dos enunciados metafóricos a partir desta teoria e modelo.

casos exigidos pela valência semântica do verbo na estrutura de superfície.

Com a matriz revisada, o autor faz uma tentativa de equacionar as questões que julga pertinentes. A figura 16 apresenta a matriz de Cook revisada.

TIPOS DE VERBOS	BÁSICOS	EXPERIMENTATIVOS	BENEFACTIVOS	LOCATIVOS
ESTADOS	OE SER ALTO OE, OE SER+N	E, OE GOSTAR OE, E SER ABORRECIDO	B, OE TER OE, B PERTENCER	OE, L ESTAR EM L, OE CONTER
PROCESSOS	O MORRER O, O TORNAR-SE	E, O APRECIAR O, E DIVERTIR	B, O ADQUIRIR OE, B ---	* O, L MOVER-SE, V.I. L, O VAZAR
AÇÕES	A, O MATAR A, O, O ELEGER	A, E, O DIZER A, O, E DIVERTIR (AGENTIVO)	A, B, O DAR A, O, B CULPAR	A, O, L COLOCAR A, L, O ENCHER

FIGURA 16 - MATRIZ DE COOK (REVISADA)

O *Modelo Casual da UFSC* é adotado como modelo-referência neste trabalho. Ele se funda, como já foi dito, nas investigações precedentes; às quais Nicolacópulos agrega à última formulação do modelo de Cook dois pontos fundamentais:

- a) a não-obrigatoriedade do caso O (objeto), como pode ser visto em:

(54) *Maria* está irritada<sup>12</sup>.

E

<sup>12</sup> Exemplos retirados da tese de doutorado de Maria da Graça Albino de Oliveira, apresentada na UFSC em 1995.

onde fica evidenciada a ausência do objeto, dado que *Maria* assume o papel de experienciador de uma situação de irritabilidade, não havendo, portanto, objeto; e

- b) a inclusão do caso H (holístico), caracterizado como aquele que capta a relação entre as partes e o todo, como no exemplo que segue:

(55) “Na segunda-feira, Ieltsin disse se reservar o direito de rever fronteiras de repúblicas que abandonem a União Soviética”  
(*Folha de S. Paulo*:29/08/92),

onde *abandonar* exige o caso H (holístico), que se insere no enunciado focalizado: *União Soviética*.

A partir dessas perspectivas, o *Modelo Casual da UFSC* abriga oito casos, que ficam assim caracterizados: A (agente), E (experienciador), B (benefactivo), O (objeto), L (locativo), T (tempo), C (comitativo) e H (holístico). Na tentativa de explicitar a efetiva expansão que o modelo empreende, foi organizado um quadro (figura 17), onde fica configurada a possibilidade de associá-lo ao jogo das manifestações enunciativas, para explicar as nuances de sentido imbricadas nos enunciados/*cenas* que foram selecionados para análise.

#### 1.3.1.6 — Noção de cenas

Em âmbito contextual, torna-se imprescindível a consideração das instâncias em que se produzem as sínteses enunciativas responsáveis pela configuração dos eventos, as situações inscritas na relação comunicativa. Essas instâncias atuam como complementadoras na constituição do sentido, na medida em que subsumem os componentes mais amplos da significação. Para Maingueneau (1993:41), a *cena* assume caráter dêitico, pois passa a definir as coordenadas espaço-temporais implicadas no conjunto de referências articuladas pela relação [EU-TU-AQUI-AGORA], e que subjazem à enunciação.

Fillmore (1977:72-80) sugere a distinção entre a análise dos *papéis*

dos participantes numa determinada situação e as condições sob as quais o sujeito-enunciador seleciona determinados actantes para colocar em perspectiva, já que a estruturação dos enunciados/*cen*as deve ser vista como um *quadro de referência interacional*, no qual as funções lingüísticas são explicitadas e, a partir daí, efetivamente produzem os efeitos de sentido capazes de refletir as intenções do enunciador.

AGENTE	Caso que expressa a <i>ação</i> no contexto do enunciado em que ocorre, ressaltando a sua relação de pertinência com o contexto.
EXPERIENCIADOR	Caso que assume as nuances de <i>sensação, emoção, cognição, percepção</i> e o <i>ouvinte da comunicação</i> no âmbito do enunciado, devidamente contextualizado.
BENEFACTIVO	Caso que manifesta as noções de <i>posse, poder, liderança, ganho ou perda, benefício/malefício e transferência de propriedade</i> ou de poder, na dimensão contextual em que vem expresso e que constitui o 'lugar de dizer do sujeito/enunciador'.
OBJETO	Caso que combinado com os verbos de estado denota o que está <i>sendo descrito</i> ; com verbos processuais, o que <i>sofre mudança</i> de estado; e com verbos agentivos, expressa <i>vinculação</i> , relativamente ao contexto do enunciado.
LOCATIVO	Caso que indica a <i>localização</i> , em que o verbo/predicador tem em vista o contexto de referência do enunciado em que aparece.
TEMPO	Caso que denota a relação de <i>tempo</i> cronológico, captada pelo verbo/predicador e que se espraia no âmbito contextual de que o enunciado faz parte.
COMITATIVO	Caso que traduz a noção de <i>companhia</i> , em que o verbo/predicador expande essa dimensão para o contexto enunciativo em que se localiza.
HOLÍSTICO	Caso que deflagra a <i>totalidade, o todo</i> ; tais noções são instanciadas pelo verbo/predicador no contexto de referência do enunciado e podem ser percebidas estática, processual e agentivamente, a partir do 'lugar de dizer' do sujeito/enunciador.

FIGURA 17 - MODELO CASUAL DA UFSC

O uso da noção de *cen*as como auxiliar na interpretação do significado, no que diz respeito aos casos, ou à análise dos *papéis*, pressupõe



também a noção de *perspectiva*, uma vez que a cena compreende o *recorte* de uma situação, enquanto a noção de perspectiva dá conta do foco destacado na situação recortada. Essa visão mais alargada da interpretação dos enunciados objetiva captar os fatores contextuais que atuam como elementos coadjuvantes nos atos de fala e que, na análise restrita, passam despercebidos.

Os sujeitos da enunciação — enunciador e-ou enunciatário — são capazes de reconhecer as cenas que se instauram nos diferentes eventos/situações, bem como as funções dos participantes dos respectivos contextos. Cada um *seleciona*, de acordo com a referência que tem em seu mundo, uma pequena parte do evento (à qual atribui maior relevância) para colocar como *foreground*; no entanto, os demais componentes da situação continuam fazendo parte daquele todo, embora atuem como *background*, a fim de darem respaldo à interação dos participantes.

É necessário ressaltar que também aqui estou articulando uma espécie de *interface*: a noção de *cenas* de Fillmore é associada à concepção de *episódio* de Van Dijk (1992:101-2), a fim de instaurar a relação de compatibilidade com os enunciados jornalísticos e de fixar a denominação de ‘*macrocena*’, que abriga em seu interior várias ‘*microcenas*’ — cada uma perspectivizada por um verbo-predicador. O autor considera que:

*“... Algumas propriedades dos episódios podem ser convenientemente formuladas no interior de um quadro lingüístico ou mesmo gramatical; outras requerem uma descrição adicional ou alternativa em termos cognitivos, interacionais e sociais (...).”*

*Falamos sobre um ‘episódio’ de nossa vida, um ‘episódio’, ocorrido durante uma festa, um ‘episódio’ da história de um país, ou episódios de narrativas sobre tais episódios. Nesse sentido, um episódio é concebido, em primeiro lugar, como uma parte de um todo, que tem começo e fim, definido, portanto em termos temporais. Em segundo lugar, tanto a parte como o todo envolvem geralmente seqüências de eventos ou ações.*

*Finalmente, o episódio deve ser de algum modo ‘unificado’ e possuir certa independência relativa: podemos identificá-lo e distingui-lo de*

*outros episódios (grifo meu)".*

Desse modo, fica resguardada a imbricação entre as microcenas, as macrocenas e o contexto global, que subsume os episódios instanciados e projetados no discurso.

Teixeira (1987:31, *passim*), ao comentar a relativização dos casos em *cenas* de Fillmore, chama atenção para o fato de que, nos elementos postos em perspectiva, um deles recebe o papel de sujeito, na estrutura subjacente, enquanto o outro (sempre que estiverem sendo colocadas em perspectiva duas coisas) recebe o papel de objeto direto. Também é preciso considerar a noção de perspectiva em *cenas* complexas:

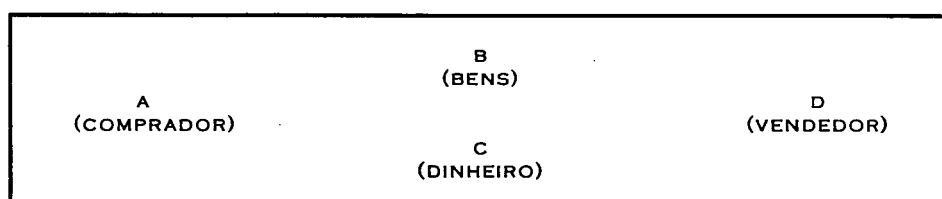
- ator e objeto manipulado;
- ator e objeto afetado;
- dois ou mais objetos inanimados;
- objetos animados (humanos).

As funções gramaticais dos nomes representativos das entidades perspectivizadas são determinadas, em parte, por algo como a *hierarquia dos casos profundos*. Outras partes das *cenas* associadas podem ser introduzidas por sintagmas preposicionais, por advérbios e pelas orações subordinadas. O significado relativizado em *cenas* corresponde ao ato de desencadear na mente dos sujeitos-enunciatórios imagens guardadas na memória, lembranças de experiências anteriores, circunstâncias que uma palavra específica pode deflagrar, trazendo à tona referências que servem para ancorar sua expressividade.

No eixo perspectivizado podem-se verificar diferenças semânticas sutis, através do emprego de um mesmo verbo, ou de verbos diferentes, dentro de um mesmo campo semântico. A hierarquia dos casos determina como as funções gramaticais são atribuídas aos nominais perspectivizados, sendo a perspectiva um ponto de vista relativo a uma *cena* específica que é determinada pela escolha particular dos enunciadores. A situação trazida como exemplo trata de uma transação comercial, onde dois indivíduos es-

tão *agentivamente* (ativamente) envolvidos, sendo as ações de cada um do conhecimento de todos os sujeitos da comunidade lingüística; assim o esquema casual pode descrever apenas uma parte específica da situação.

A descrição completa da transação comercial identificaria o comprador, o vendedor, o dinheiro e a mercadoria, já que um evento comercial prototípico envolve todos esses elementos. Entretanto, os enunciadores têm autonomia para escolher o foco que desejam perspectivizar. Uma hierarquia de saliência determina o que é *foreground*, e uma hierarquia de casos define como os sintagmas nominais recebem as funções gramaticais. Através do protótipo de um evento comercial, Fillmore (1975:104) exemplifica essa relação, como ilustra a figura 18.



**FIGURA 18 – EVENTO COMERCIAL**

onde a representação do estado inicial fica assim:

- o comprador tem o dinheiro: A — C
- o vendedor tem o bem a ser vendido: D — B

e o estado resultante é o que segue:

- o comprador tem o bem adquirido: A — B
- o vendedor tem o dinheiro para a compra: D — C

No exemplo em exame, um dos participantes do evento — o comprador — entrega o dinheiro e recebe a mercadoria; o outro participante — o vendedor — entrega a mercadoria e recebe o dinheiro. A descrição pormenorizada de um evento comercial identifica: o comprador, o vendedor, o dinheiro e a mercadoria. Para focalizar esse evento como uma *cena* mais ampla, é necessário selecionar uma perspectiva determinada; do pon-

to de vista do *comprador*, deve ser destacado o verbo *comprar*, do qual podem ser derivados os seguintes enunciados:

(56) Maria *comprou* um carro.

(57) Maria *comprou* um carro por 10.000 reais.

(58) Maria *comprou* um carro de João por 10.000 reais.

Quando houver um *agente* colocado em perspectiva como 'Maria', este exercerá a função de sujeito, enquanto um SN inanimado como *carro*, terá a função de objeto direto; os demais elementos integrantes da proposição configuram-se como periféricos, isto é, são entidades disponíveis, mas que atuam como coadjuvantes, permanecendo no *background* da *cena* global do evento apresentado.

Na perspectiva do falante, relativamente ao evento comercial, o verbo *comprar* coloca em perspectiva as ações do comprador com relação aos bens; no *background* ficam o vendedor e o dinheiro. Por outro lado, o verbo *vender* focaliza as ações do vendedor com os bens, deixando o comprador e o dinheiro no *background* da *cena*. A opção por uma ou outra forma, para estruturar lingüisticamente o enunciado, evidencia a perspectiva que o sujeito-enunciador assumiu na constituição da referida *cena* enunciativa.

Para Fillmore (op.cit.:84-93), sempre que o enunciador utilizar qualquer proposição que deflagre um evento, comercial, por exemplo, é ativada toda *cena* prototípica do evento comercial, mas é o sujeito-enunciador que define qual a perspectiva que deseja enfatizar. Assim, a palavra escolhida — como o verbo 'comprar' — já determina o que será perspectivizado na *cena*. Ao lado disso, as *cen*as construídas no âmbito sócio-interativo pressupõem relações de conhecimento partilhadas pelos sujeitos, que estão socialmente situados e, ao interpretarem os textos que contêm as *cen*as, contribuem na consecução do evento, já que atuam com base em seu próprio conhecimento de mundo.

A associação entre o que os indivíduos comunicam e o plano maior

— denominado *instância enunciativa*, ou cooptado na associação das formulações de Fillmore (1975), Van Dijk (1977, 1990), Maingueneau (1993) e Furlanetto (1995), para constituir a *macrocena* (denominação que estou utilizando para *cenas* no contexto desta abordagem), com vistas a assegurar a relação necessária para a consolidação do processo de produção da significação — demonstra as escolhas e as combinações do material usado pelos sujeitos-enunciadores, levando em conta suas intenções e as nuances de sentido que eles desejam perspectivizar.

Na ótica de Fillmore (1975:84-97), *os significados relativizam-se a cenas*. Ele caracteriza essa expressão como uma espécie de *slogan* e deixa inferir que é possível que os sujeitos-enunciadores compreendam expressões, enunciados e textos porque já existem e-ou são ativadas nas mentes desses sujeitos *cenas*, imagens, lembranças ou experiências, onde a palavra ou expressão tem a finalidade de nomear, descrever e-ou classificar. Por isso, os efeitos de sentido que se constituem são relativos a essas evocações mentais.

Segundo o autor, uma palavra, uma frase, um enunciado ou mesmo um texto pode identificar uma *cena*. E esta *cena* passa, portanto, a ser caracterizada como um evento, um acontecimento, no mundo real. As *cenas* construídas a partir de leituras que os sujeitos realizam são parcialmente justificadas pelo material léxico e gramatical à disposição deles, presentificados no texto, como também pelas contribuições do interpretador, tendo por base sua visão, seu conhecimento de mundo, a partir do que ele pressupõe as intenções do enunciador.

Os verbos detêm uma descrição de valência sintático-semântica, que se manifesta através dos esquemas casuais. Cada esquema casual, constituído por um verbo-predicador, evidencia uma pequena *cena*, que, nesse universo, estou caracterizando como uma *microcena*; assim, para captar a estrutura semântica do verbo-predicador fica pressuposta a compreensão das propriedades esquemáticas dessas microcenas. É necessário conhecer quais os papéis desempenhados pelas entidades que se realizam como argumentos, para complementar a valência semântica do verbo, constituindo

a *síntese enunciativa*, objeto de análise deste estudo.

Através das noções de caso semântico podem ser estabelecidos os núcleos que incluem preferencialmente o agente, e alguns envolvem também o paciente, mas a decisão de agregar entidades como núcleos, bem como a de tomar uma perspectiva em particular na *cena*, perspectivizando um aspecto desta em detrimento de outros, potencialmente viáveis, diz respeito à saliência especial que lhe é atribuída.

Há, segundo Fillmore (1975:100-4), uma hierarquia de relevância que determina qual a parte da *cena* que assumirá a condição de sujeito — *primeiro termo* —, e qual a que se realizará como objeto — *segundo termo* —, e assim sucessivamente. Essa hierarquia se submete ao seguinte critério de estruturação:

- a) um elemento ativo retira do topo da cena um elemento inativo;
- b) um elemento causal retira do topo da cena um elemento não-causal;
- c) um experienciador humano (ou animado) retira do topo da cena os outros elementos;
- d) um elemento substituído (*changed*) retira do topo da cena um elemento não-substituído;
- e) um elemento completo ou individual retira do topo da cena partes de um elemento;
- f) uma figura (*figure*) retira do topo da cena um fundo (*ground*);
- g) um elemento definido retira do topo da cena um elemento indefinido.

A hierarquia de relevância estabelece pontualmente as condições para inclusão em perspectiva no interior de cada *cena*: *atividade, humanidade, mudança de estado ou de lugar*, etc. A ordem determinada precisa ser rigorosamente obedecida; um *elemento ativo* tem prevalência sobre todos os demais. A entidade mais alta da *cena*, segundo a ordem, será realizada como sujeito, já que toda sentença deve ter sujeito. Quando hou-

ver dois elementos no mesmo nível da hierarquia de relevância, ambos podem ser postos em perspectiva. Os dois enunciados que seguem mostram isso:

(59) O *quadro* está sobre o livro.

(60) O *livro* está sob o quadro.

No âmbito das *cen*as, são apreciados os elementos da enunciação, os papéis e a posição do enunciador-locutor no processo de produção de sentido. As palavras estão sempre relacionadas, inseridas em contexto mais amplo, e o esquema de casos em que se inclui o verbo não abarca a totalidade da situação, mas somente uma parte dela. Os significados provêm das *macrocen*as, isto é, os enunciados se constituem como uma *macrocena*; por conseguinte, devem ser interpretados relativamente ao contexto e/ou situação/evento em que se inserem.

### 1.3.1.7 — Caso benefactivo

A presente investigação tem como hipótese básica a idéia de que a relativização dos casos a *cen*as favorece a interpretação das implicações pragmático-discursivas que se instanciam no contexto em que ocorrem. Também postula a explicitação das nuances de sentido do caso benefactivo em duas perspectivas: sua constituição enquanto sentido básico e as metaforizações, estas projetadas como *via de duas mãos* — do sentido básico *benefactivo*, metaforizando-se em direção a outros campos casuais (semânticos); e dos outros campos semânticos, metaforizando-se em direção ao caso benefactivo, como ilustram os enunciados com esses tipos de predicções.

(61) “A conjuntura política trouxe para Raúl Salinas enriquecimento e fama; agora a justiça mexicana quer *recuperar* tudo o que ele desviou” (*Isto é*. 11/96).

Ao focalizar esta *cena*, fica evidenciado que, de acordo com sua projeção contextual, está sendo perspectivizada a idéia de ressarcimento daquilo que Salinas *desviou*, e a justiça mexicana vem investindo esforços

no sentido de reaver aquilo de que indevidamente ele se apropriou. Aqui fica configurado o *sentido básico* de uma predicação B (benefactiva): *quer recuperar*.

(62) “Mulheres *perdem* homens na hora do gol (jogo)” (*Folha de S. Paulo*:08/06/97).

Nessa predicação, o verbo *perder* tem seu sentido básico (primeiro) de ‘perder algo’ transportado para assumir nova nuance de sentido, que deflagra a noção de ‘deixar de estar em companhia de’, ficando, por isso, deflagrada a metaforização. O verbo-predicador ‘migra’ de seu campo semântico de origem — perder algo concretamente — para o campo semântico de C (comitativo), evocando a idéia de ‘perder a companhia de alguém’.

(63) “Antes, por outros caminhos, já tinha *escorregado* uma fortuna para outras praças; hoje, preso, numa penitenciária de segurança máxima no México, Raúl Salinas é acusado de enriquecimento ilícito pela justiça mexicana” (*Isto é*, 11/96).

Aqui é possível perceber a via contrária da metaforização: o verbo *escorregar*, que em seu sentido primeiro é um L (locativo) e evoca ‘deslocamento de um lugar para outro’, na cena destacada, relativamente ao contexto em que se insere, enuncia a noção de ‘desviar, repassar dinheiro para sua conta pessoal’, assumindo a nuance de ‘se apropriar de algo’, o que caracteriza uma predicação B (benefactiva).

Ao lado disso, é necessário pontuar que os fatores que constituem a significação respaldam a combinatória do verbo-predicador com seus argumentos e subsumem o caráter polissêmico inerente às predicações. É dentro desse contexto que se articulam os elementos contextuais e complementares à constituição das *macrocen*as, subsidiando a relação entre o que é perspectivizado — *foreground* — e o que atua como coadjuvante, ficando no *background* da *cena*.

É a partir desse entrelaçamento que procuro demonstrar como se constituem os enunciados B (benefactivos). Ao lado disso, pretendo assi-



nalar as nuances de sentido que se instauram no âmbito dessas predicções e que traduzem as relações expressas pela valência semântica do verbo-predicador, dando conta do que pode ser interpretado como *posse, poder, liderança, ganho/perda, benefício/malefício e transferência de propriedade ou de poder*.

Para considerar que os predicadores B (benefactivos) manifestam a totalidade dessas relações, é preciso delinear todo o percurso instanciado pelos campos de significação destacados como *corpus*: seções de *economia* e *política*. A relação estabelecida entre o texto jornalístico, que veicula notícias, inscrevendo-se como ‘enunciador’, e a população de leitores, configurados como ‘enunciatórios’ é uma relação de ‘acordo’, relativamente aos fatos e à realidade que vem representada. O jornal atende às expectativas efêmeras e também superficiais dos sujeitos/leitores: estes são informados sobre o que ocorre com a situação política e econômica do país. É o que interessa aos destinatários; e o jornal, por seu turno, cumpre seu papel e mantém sua configuração de ‘relato de aparência’.

Dessa forma, as relações de *ganho* ou *perda*, de *transferência de propriedade*, de *liderança*, etc. se compatibilizam com a dimensão interacional que, à luz dos ‘objetos de acordo’, conjunturas e implicações ‘da realidade sócio-econômica e política do país, ficam asseguradas. As predicções B (benefactivas), derivadas das *cenários dos acontecimentos* — além da explicitação dos campos casuais, básicos e ou metaforizados, que indicam a qualidade dos argumentos circundantes do verbo —, dão conta das relações semânticas instauradas no contexto que circunscreve essas projeções.

Em razão disso, vale assimilar as observações de Fillmore (1971), acerca do caso B (benefactivo). Segundo ele: “... As construções beneficiárias figuram somente nas frases com Agente e somente quando o papel do Agente é percebido como voluntário ou deliberado”. Para dar conta do caso B (benefactivo), o autor ressalva a necessidade de agregar à teoria de casos um sistema de princípios de redundância para seleção dos casos nas frases, a fim de que o esquema casual possa descrever a intencionalidade ali subjacente.

Afirma ainda o autor (op.cit.) que optou por reconsiderar a semânticidade das frases com beneficiário, mas adverte que essa estrutura requer exame mais criterioso. Demonstra a relevância de suas ponderações, dizendo que as frases com beneficiário derivam de construções mais complexas, nas quais se verifiquem as condições que prevê: o agente, com traço *mais humano*; o objeto, seu ato ou oferta; e o que ele define como meta, com traço *mais animado*, destinatário do ato ou oferta. Para ele o objeto é uma frase encaixada, e a obrigatoriedade da presença do agente pode ser explicada por esse contexto de encaixe; por isso, os verbos como *dar* e *oferecer*, que satisfazem o esquema casual referido, são prototipicamente beneficiários, o que pode ser visto através da exemplificação que segue.

(63) “João fez isto para mim”.

onde:

João → Agente → + humano

fez isto → Objeto → ato de João

para mim → Meta → + animado

Fillmore entende ainda que os princípios que abrigarem encaixes de proposições, seja qual for sua formulação, terão que estabelecer a conversão a seguir:

“Eu te dou [eu faço isto] em:

Eu faço isto para você”.

Nesse sentido, toda a investigação que se propõe a focalizar o caso B (benefactivo), deve dimensioná-lo na perspectiva de maior complexidade; Disso resulta o entendimento de que a noção de *cenar* empresta este caráter marcadamente contextualizado, que pode viabilizar os encaixes e as conversões que são necessários à interpretação do caso B (benefactivo). Além do que, parece apontar para um novo horizonte de abordagem, no qual, ainda que pesem os riscos de uma tentativa que conduz aos terrenos movediços da semântica, são compensados pelas alternativas encontradas,

as quais possibilitam assinalar um esforço de reflexão com vistas a avançar um passo, por menor que seja, no universo das interpretações já existentes.

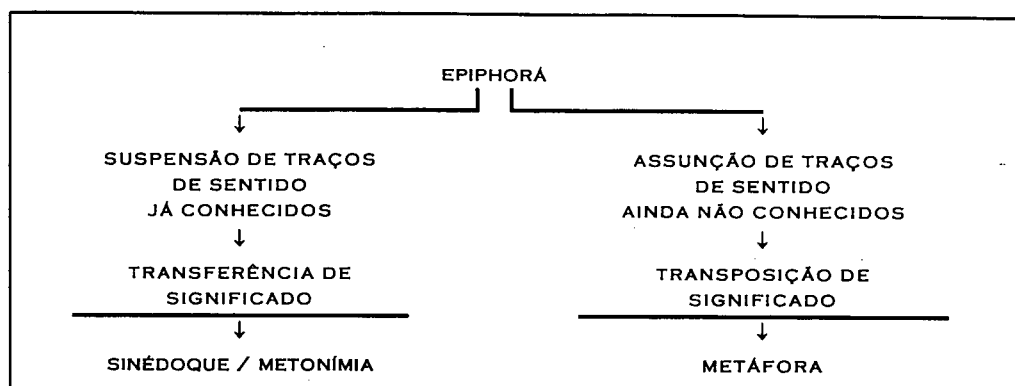
#### 1.4 — CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO METAFÓRICO

O processo metafórico se funda na rede de entrelaçamentos que decorrem da atuação dos sujeitos-enunciadores, implicados em instâncias maiores, onde a constelação de sentidos deflagra o imbricamento subjacente à *re-criação* dos efeitos de sentido, que podem originar neologias de sentido, ou contribuir para o enriquecimento da recursividade lexical.

Etimologicamente, a palavra metáfora provém do grego, resultando da combinação do advérbio *metá* (por detrás, além) com o verbo *pherén* (levar, conduzir).

Na Poética de Aristóteles, a metáfora é definida como um conjunto genérico-analógico, que subsidia o cruzamento das figuras de mudança de sentido; também “uma transferência de um nome estranho”, estrangeiro (*allótrios*). O autor denomina *allótrios*, um nome estranho, o que promove a *transferência* de uma coisa para outra: de gênero para espécie; de espécie para gênero, ou pela relação de analogia. Aristóteles (in: Fillipak, 1984), acrescenta à metáfora o termo *epiphorá*, que evidencia um certo deslocamento, transferência, movimento, abrangendo, com esse critério, todas as figuras que suscitam alteração de significado, como sinédoque, metonímia e metáfora analógica. Todas passam a subsumir os efeitos que se espraiam na constituição do processo metafórico. A figura 19 traduz essa projeção.

A literatura revela três postulados bem delineados sobre a metáfora, cada um inscrito em diferentes filiações teórico-metodológicas, bem como apresenta contribuições e limites; são eles: a visão semântica da metáfora, a visão pragmática da metáfora e a visão cognitiva.



**FIGURA 19 – PROCESSO METAFÓRICO**

No que concerne à visão *semântica*, vale ressaltar as linhas de abordagem: a *comparativista* implícita, ou o *símile*, adotada por Brook-Rose (1958) sob a ótica da gramática tradicional; Miller (1979) e Ortony (1979), que abrigam a psicologia cognitiva; a abordagem *interacionista*, que alude à anomalia lingüística decorrente da incompatibilidade entre tópico e veículo, defendida por Bickerton (1969), por Matthews (1971) e por Gläser (1971), na linha transformacional; por Weinreich (1966), no âmbito da semântica gerativa; por Van Dijk (1972), na gramática de textos; e ainda a abordagem *paradigmática*, aliada à concepção de signo lingüístico em Saussure, seguida por Jakobson (1975), por Lacan (1971) e por Le Guern (1973), entre outros (Almeida, 1986).

Com relação à perspectiva *pragmática* da metáfora, o espaço teórico-metodológico é dividido entre Grice (1975) e Searle (1979), já que, a partir da década de 70, cresce o interesse dos estudiosos do campo da lingüística pela pragmática, em especial por aqueles que se interessavam em explicitar a língua em ação, através dos atos lingüísticos e dos contextos em que eram usados. Nessa concepção, o interlocutor é compelido a procurar uma intenção comunicativa que extrapole o mero significado lingüístico, a fim de que seja assegurado o acordo entre o que é dito e o que o sujeito-enunciador pretende que seja entendido com o que deseja significar. No âmbito da lingüística, esses autores pontificam os *dois* tratamentos pragmáticos tradicionais sobre a metáfora; ambos figuram no quadro teórico dos atos de fala.

Já a visão *cognitiva* da metáfora vem assumindo espaço na semântica lingüística com Lakoff e Johnson (1980), Honek et alii (1980), Hoffman e Cochran (1984), entre outros. A proposição de Lakoff e Johnson (1980) é de que o processo metafórico consiste na compreensão de um conceito em termos de outro conceito, pertencente a um campo experiencial mais conhecido. Enquanto as concepções de Hoffman e Cochran (1984), assim como a de Hoffman (1985), investigam, à luz da teoria cognitiva, o uso da linguagem figurada nas teorias científicas. E, finalmente, as postulações de Honek et alii, ao lado de Hoffman e Honek, apresentam a problemática da compreensão dos provérbios como um tipo de resolução de questões de ordem conceptual (Almeida, 1986). Por essa instrução teórica, a metáfora evidencia sua essência através da possibilidade que os sujeitos têm de *compreender e experienciar* um fenômeno em termos de outro.

Essas concepções acentuam que a metáfora encerra níveis de complexidade que chegam a configurar uma espécie de *desvio*, em relação ao componente discursivo, que se constitui infringindo as normas de construção previsíveis em dado contexto. Lopes (1987:8) explica que "... sua definição será cronologicamente posterior à descoberta dos princípios de funcionamento do contexto em que ele se encontra". Todos os efeitos de sentido relevantes, bem como a neologia de sentido, se instauram exatamente a partir dos entremeios criados por esses desvios.

Para Aristóteles (1964), a metáfora subsume o *trânsito* do significado, inscrevendo-se em toda e qualquer forma de transposição, tanto aquela que subsidia as relações de similaridade, como a que fundamenta as relações de contigüidade. O autor instaura um passeio da configuração metafórica nas suas duas obras: na *Arte retórica*, onde lhe atribui o estatuto da imagem e de comparação; e na *Arte poética*, onde a metáfora assume caráter imanente e autônomo. Na verdade, o que pode ser derivado das postulações aristotélicas é que a metáfora transcende a uma e a outra, complementando-se, fundando-se, efetivamente na retórica e na poética.

Nesse sentido, a metáfora empreende um movimento semântico que incide recursivamente, promovendo um dinamismo constante no discurso.

Furlanetto (1998:52) elege a metáfora como núcleo de discussão para situar as questões da expressividade e da subjetividade no discurso. Ela sinaliza para o fato de que:

*“... O movimento como categoria (epistemológica) geral serve bem à idéia de que pensar em metáfora ou metaforizar é ‘ir’ para outro lugar, e retomar criando ilusão, uma espécie de ilusão que favorece a retratação diferenciada do mundo. Olhar mais longe e trazer para perto”.*

Esse ‘trazer para perto’ configura a perspectivização de uma *microcena*, mas que permanece atrelada, ligada ao que ficou mais longe: o contexto. Foi no âmbito do contexto que ela se constituiu, lá instanciou o seu efeito essencial, lá é o seu *lugar de dizer*.

Nesse estágio da articulação teórica, julgo pertinente também as contribuições de Paul Ricoeur (1977), que, ao conceber a noção de *metáfora viva*, instancia duas tríades: *retórica/prova/persuasão* e *poesis/mimesis/catharsis*. Essa caracterização empreende as diferenças entre os planos lingüísticos, conotativos e denotativos. Suas prospecções apontam para a inferência de que é o entrecruzamento entre as funções denotativas e conotativas da linguagem que abriga a metáfora. O esquema da figura 20 explica essa inferência.

O próprio Aristóteles — precursor de idéias que até hoje fundamentam investigações relevantes no âmbito dos estudos da linguagem, em especial no que concerne à retórica — delineia a metáfora em termos de *tá mére tés léxeos*, ou seja, como parte integrante de um corpo discursivo. Ele vê a metáfora — palavra — com base na analogia, sem entretanto concebê-la como enunciado, ou mesmo na direção da perspectiva assumida neste trabalho, que prevê não simplesmente um enunciado, mas um enunciado-evento, que deflagra um acontecimento, uma *macrocena* enunciativa.

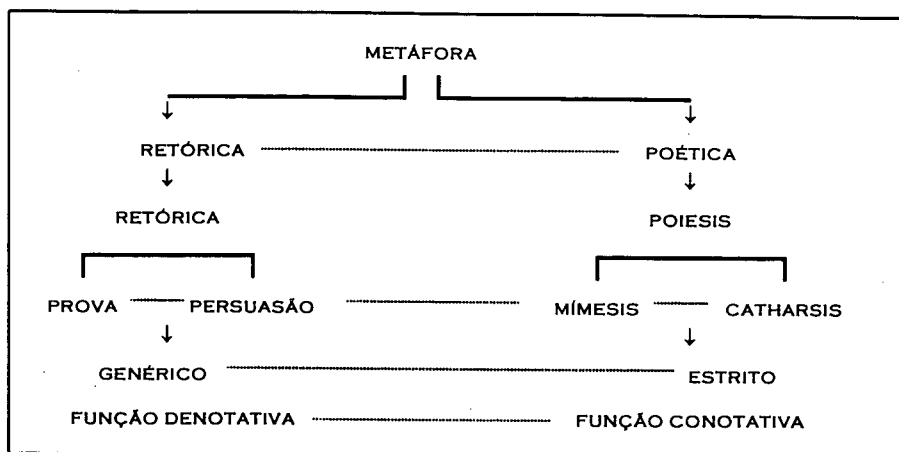


FIGURA 20 – DUAS TRIÁDES

Para instaurar essa concepção de metáfora, a orientação está em Ricoeur (op.cit.:148-51), para quem existe um sentido potencial que emerge da soma de sentidos já contextualizados, onde os enunciados — *cenas* — podem figurar. O autor entende que: "... o sentido figurado das palavras se constitui de significações contextuais, de uma significação emergente que existe hic et nunc". É essa perspectiva que estou buscando, na medida em que meu interesse recai no que *emerge da macrocena*, no que está perspectivizado, quando se atribui aos elementos coadjuvantes o estatuto de colaboradores. A figura 21 evidencia essa prospecção.

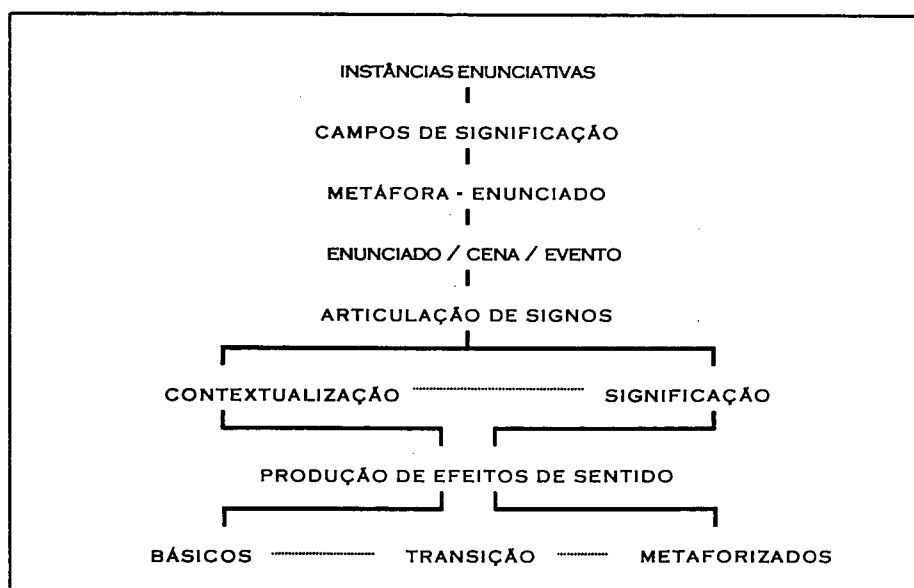


FIGURA 21 – ARTICULAÇÃO DE SIGNOS

A *metáfora-enunciado* é defendida pelo chamado grupo anglo-saxão, representado por Richards, Max Black e Beardsley. Esse grupo enquadra a metáfora nos domínios do sintagma, e suas bases teóricas se encontram delineadas na retórica de Richards, na gramática lógica de Max Black e na crítica literária de Beardsley (Beardsley, 1962). Fundamentando a teoria da metáfora na lógica, mais exatamente na lógica proposicional, tais autores consideram a frase e desenvolvem a metáfora com as características de um enunciado dentro de um esquema de predicação, o que interessa, em especial, à presente abordagem.

Richards (Fillipak, op.cit.) também defende a importância do contexto na metáfora-enunciado, e diz que, dentro dele, as palavras só possuem uma significação. Max Black vai além, ao afirmar que "... o jogo de sentido entre o enunciado e a palavra é a condição de relação principal, porque nem todas as palavras de um enunciado são metafóricas". Beardsley (op.cit.), em sua versão da metáfora-enunciado, se aproxima da teoria de Richards, ao afirmar que somente frases apresentam sentido completo.

Todas as considerações das investigações precedentes contribuem, por sua relevância, para amparar esta abordagem em bases consistentes e para apontar o melhor caminho a seguir. De acordo com os objetivos formulados, ao lado de explicitar a constituição do processo metafórico, procuro também estabelecer os fundamentos a serem adotados no estudo. Assim, a caracterização da metáfora-enunciado atende, a priori, as diretrizes teóricas que estou postulando, uma vez que ela se constrói sobre uma estrutura de caráter predicativo, privilegiando a concepção semântica que ancora a teoria de casos, além de favorecer a articulação das *microcenos*.

## 1.5 — CONSTITUIÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO

O texto jornalístico inscreve-se nos processos dialéticos do sistema sócio-político-cultural, articulando uma multiplicidade de fatores que extrapolam os domínios da linguagem, bem como os da própria enunciação. Por isso, o texto jornalístico é instanciado pelas configurações ideológicas



que assinalam a história dos homens ao longo do tempo. Com base nesse princípio, vou dimensionar o texto jornalístico como entidade que repousa nos entrelaçamentos discursivos, lidando com os objetos de acordo, com entremeios ideológicos, que asseguram sua legitimidade. Acrescento a esses fatores os componentes pragmáticos, já que o jornal atua ancorado na relação de dependência entre as ações efetivas de uma camada de interlocutores — os que fazem a notícia —, e a outra — a daqueles que lêem a notícia (Genro, 1987).

Dessa forma, fica instaurada, para o texto jornalístico, uma articulação pragmático-discursiva, em especial nas seções que o presente estudo focaliza: *Economia* e *Política*. Essas, mais do que outras, evidenciam o propósito do jornal: *informar* o que ocorre no meio circundante. O jornal não tem pretensão de convencer o leitor-enunciatário sobre o que noticiava. Essa tipologia textual se configura como 'relato de aparência', mesmo que se considere a tendência para a variante interpretativa, que vem ganhando terreno no meio jornalístico, uma vez que postula a contextualização das informações, o que, segundo Lage (1997), é excelente por um lado, mas, por outro, pode levar o texto jornalístico a perder sua aura de imparcialidade.

No entender de Van Dijk (1992), o discurso jornalístico vem, nas últimas décadas, cedendo aos apelos da modernidade, em vista de prospecções de caráter pragmático, como a adequação ao mercado consumidor e a configuração da mídia publicitária, entre outros. Lage (1990) observa que o *lead* passa a oscilar entre sua concepção original — de relato de aparência — e a variante interpretativa, subsidiada por três fatores: o primeiro se refere ao primado dos fatos econômicos, científicos e tecnológicos, que, interpretados, serão de melhor valia para a sociedade de consumo; o segundo diz respeito ao interesse da indústria da informação diária em oferecer ao leitor-consumidor mais do que o simples relato do fato; o terceiro se ancora nas estratégias de mercado, pois a instância interpretativa salvaguarda de maneira mais eficaz as iniciativas do controle da opinião. Também aqui fica preservada uma interface da história com a ideolo-

gia.

As instâncias enunciativas que subsidiam os contextos de onde provêm as informações deflagram características muito peculiares para a constituição do texto jornalístico; a linguagem deve primar pela simplicidade, pela concisão, pela precisão e pela objetividade ao captar os dados. Do ponto de vista filosófico e lingüístico, o jornalismo atua na *singularidade* dos fatos/eventos/acontecimentos (aqui: *cenas*), por isso precisa ser fidedigno, buscando suporte em ampla documentação factual, a fim de manter a credibilidade e, em especial, de assegurar uma constelação verossímil entre o referente, o sujeito e o objeto:

#### *Contexto Filosófico*

Referente → ponto específico no mundo = concreto.

Sujeito → ser pensante.

Objeto → algo que existe no mundo.

#### *Contexto Lingüístico*

Referente → o que é tomado como foco = sobre o que se fala

Sujeito → ser sobre o qual se afirma algo.

Objeto → algo a que se refere (atua como complemento do verbo).

Vale lembrar, ainda, que a comunicação — o texto jornalístico é um meio de comunicação —, à luz desse imbricamento, cumpre o papel *enunciativo* de manifestar os anseios, expectativas e aspirações dos sujeitos de uma comunidade nos mais amplos domínios, razão por que a linguagem traduz os assujeitamentos que deixam entrever o conjunto de constantes e coerções preexistentes a qualquer ato efetivo de produção de significação. O texto jornalístico, como unidade discursiva, dá conta dos efeitos de sentido criados no âmbito dos eventos que, ao ocorrerem, geram as notícias ou as reportagens, as quais *carregam* consigo toda a gama

de significação que lhes deu origem.

O jornal informa diariamente sobre o que aconteceu no dia anterior. Dessa forma, institui, para o leitor, uma *ilusão* de verdade acerca dos episódios relatados. Van Dijk (1990:46-7), ao analisar a estrutura da notícia, na obra *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*, deixa claro que mesmo que os aspectos semânticos sejam dados como prioridades, eles não conseguem, ainda assim, expressar a significação dos fatos na sua totalidade. Pois, juntamente com as versões apresentadas para os fatos relatados, vêm os componentes pragmáticos, que vinculam os atos de fala ali concretizados aos seus respectivos contextos culturais. A isso se soma a idéia de que a versão inclui a visão de mundo do *jornal* em duas dimensões: a daquele que capta a notícia (= fato) junto à realidade efetiva, e a da política do órgão de imprensa que o veicula, instanciado como versão. Assim sendo, as marcas discursivas são inerentes ao ato da produção da significação. Na visão de Lage (1998:64):

*“Do fato à versão há distância imensa, por onde trafegam interesses e intenções. Assim, se contra fatos não há argumentos (não há como sustentar, hoje, que o Sol gira em torno da Terra), é contra as versões que eles são cabíveis. Estabelecer versões significa formular o que poderíamos chamar, em sentido amplo, de teoria sobre os fatos, coisa própria e necessária ao espectador, a quem observa (a palavra theoros — quer dizer isso, em grego); não são os fatos que guiam os homens, mas sistemas de crenças que se concretizam em versões”.*

Por via de consequência, a compreensão de todo o discurso, em especial do jornalístico, pressupõe um *background*, por parte dos sujeitos-leitores, o que justifica a tendência para que os estudos da notícia sejam realizados numa perspectiva *macrossociológica*, integrada com o texto institucionalizado, com o profissional e cultural da produção da informação. O contexto verbal, nesse caso, supõe, conforme Sperber e Wilson (1994:176-7), uma relação de *implicatura*, devido a sua inserção no universo sócio-histórico, e uma relação de *explicatura*, tendo em vista que projeta lingüisticamente todos os fatos que agrega na forma de notícia. Ou seja, os sujeitos, os fatos e os objetos do mundo são interpelados pela lin-

guagem e, numa perspectiva interacional, se tornam *relevantes* e transformam-se em notícias.

As configurações ideológicas determinam condicionamentos já inscritos no contexto de vida dos sujeitos, independente da esfera social em que se situam. Os interditos das instâncias maiores capitalizam, para os melhor situados economicamente, a posição de comando, como definidores das diretrizes sociais e políticas. Aos demais cabe a tarefa de se ajustarem ao *status quo*, sinalizado pela cultura hegemônica, que, como fato histórico, já se consagrou na sociedade dos homens. Sobre a imprensa viva recai o dever de informar, de relatar o que, mesmo de forma dissonante, sempre fez e continuará a fazer, que é registrar os episódios da história da humanidade em qualquer época ou regime, ao longo da vida da sociedade.

É nessas articulações que ficam inscritas as competências técnica e ética, na medida em que servem de âncora aos comportamentos humanos, flagrados diariamente pelos vigilantes de episódios que possam ser convertidos em notícias, ainda que pese sua efemeridade. O texto jornalístico assume funcionalmente o empreendimento de notícia de 'segunda mão', pois chega aos leitores com as novidades já divulgadas pelas emissoras de rádio e tevê, mas mesmo assim tem encontro marcado com seus enunciatórios. A figura 22 procura mostrar os pontos básicos da consecução da notícia, dentro dessa ótica.

## 1.6 — ARTICULAÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICO

A abordagem da relevância da noção de *cenar* em enunciados da linguagem jornalística do eixo Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como a constituição de enunciados que perspectivizam as nuances de

sentido B (benefactivas), no âmbito desse contexto, supõe uma relação interdisciplinar. Essa busca assume papel auxiliar, na medida em que se faz necessário empreender um trabalho constante de ressignificação dos campos teóricos cooptados como passíveis de convergência.

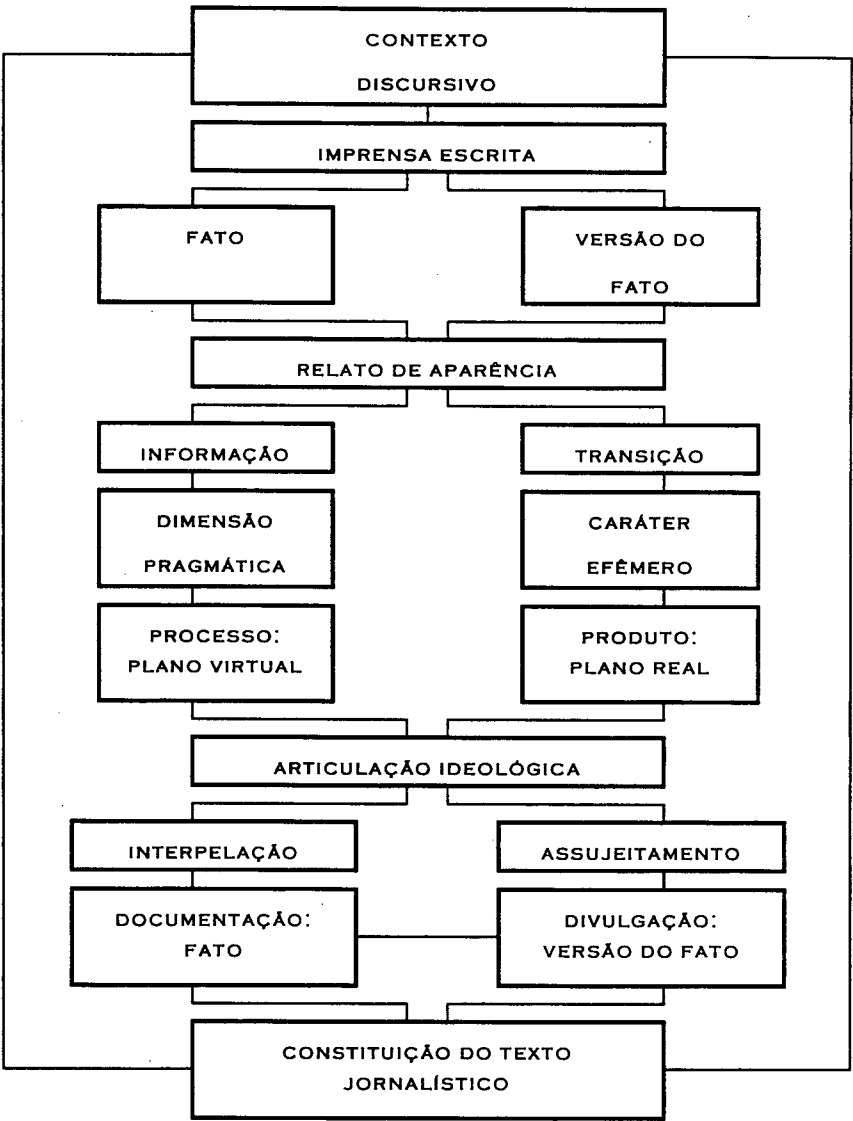


FIGURA 22 – ARTICULAÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO

O momento atual preconiza investigações que propiciem a *interface* de áreas de estudo, porquanto é no entrecruzamento de campos distintos que posso vislumbrar alternativas para explicitar e-ou interpretar as questões relativas à significação, como sentido(s) básico(s) e neologias de sen-

tido, que resultam dos processos de metaforização e-ou da recursividade na criação dos efeitos de sentido. Neste estudo, pretendo olhar a constituição metafórica como uma via de duas mãos, a fim de captar as valências semânticas que se instanciam nos verbos-predicadores B (benefactivos) — quando eles metaforizam de seu campo semântico básico para os outros campos e, também, quando eles provêm de outros campos semânticos para o B (benefactivo), conforme já foi referido.

A diversidade de sentido, abrigada no âmbito da polissemia, empresta seu estatuto a fim de viabilizar a articulação, com base num território semântico amplo, entre o discurso, a pragmática e a linguagem para, em seu interior, focalizar a gramática de casos e implementar os desdobramentos pretendidos.

É à luz desse critério que entendo indispensável e produtiva a idéia da construção de um quadro de referência teórico-metodológica que propicie a adequação entre os pressupostos estabelecidos, que nortearão o desenvolvimento do trabalho. Pesquisadores da área da linguagem há muito vêm buscando métodos mais eficazes e seguros para a análise lingüístico-descritiva e textual, já que os usos da linguagem materializados e manifestados em enunciados e-ou textos produzidos pelos sujeitos de uma comunidade, que constituem o objeto de estudo específico da linguagem, precisam ser analisados e interpretados sob a ótica dos imbricamentos que lhes deram origem.

Para Carlos Vogt (1980), é no plano da projeção da linguagem no texto que as condutas humanas aparecem significando algo e onde até mesmo os mecanismos involuntários adquirem ou já possuem sentido. As dificuldades analítico-descritivas assentam nas relações que o sujeito-enunciador mantém com o mundo que o cerca — ideologia, cultura, sociedade — pois o texto presentifica o individual e o coletivo, atualizando os elementos que transitam no processo sócio-interativo. A figura 23 ilustra essa trajetória. A consideração da figura permite vislumbrar que o signo lingüístico, capaz de instaurar a polissemia, exerce relevante função no in-

terior do sistema e, na medida em que assim se define, também designa e significa.

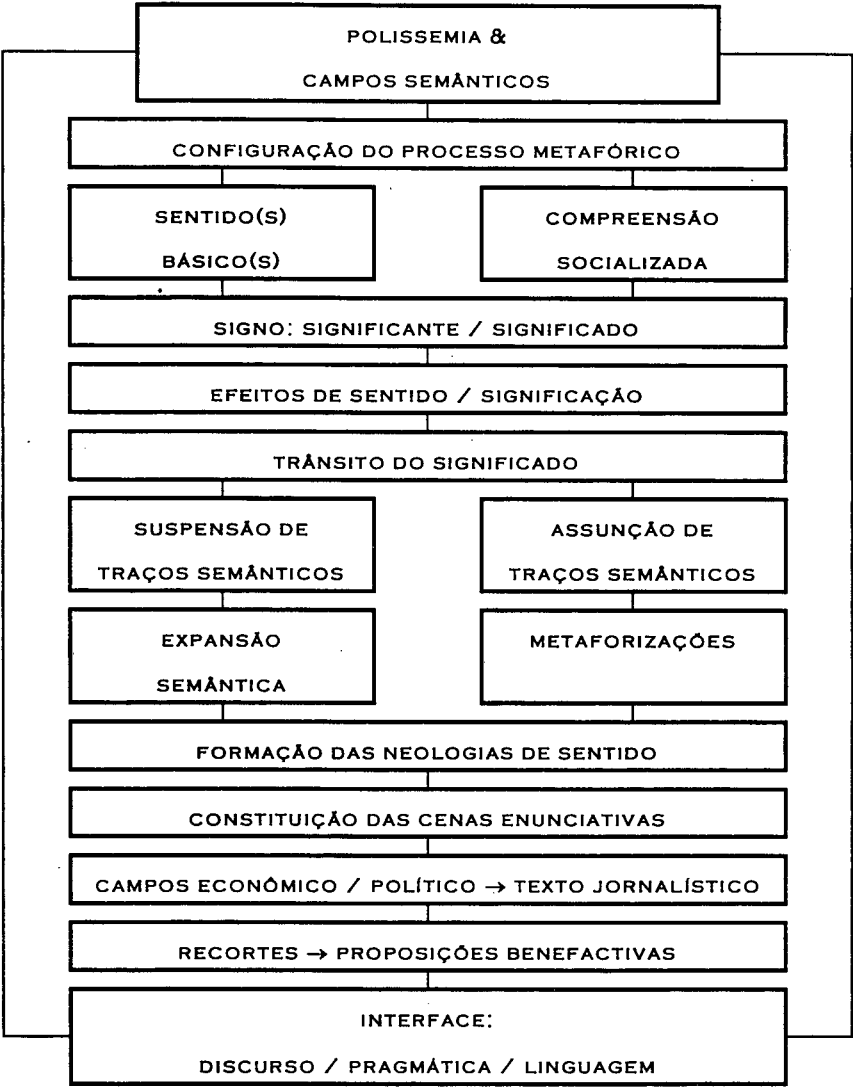


FIGURA 23 – PERCURSO DA INTERFACE

Ao lado disso, vale lembrar que proposições, enunciados, textos e mesmo palavras veiculam significação e, por conseguinte, são signos numa referência lingüística preliminar, mas uma associação que preconize inserções pragmático-discursivas conduzirá o sistema de signos a planos mais complexos, nos quais deverão ser considerados outros fatores subjacentes, que se integram e se harmonizam com o processo de significação (Hjelmslev, 1975).

É nessa conjuntura que a pragmática enunciativa servirá como *aliada* para as interpretações das *macro* e *microcen*as — eventos, acontecimentos, episódios — inscritas nas instâncias enunciativas que subsidiam, em especial os contextos *econômico* e *político*, da linguagem jornalística brasileira, de circulação diária. Por isso, a pragmática precisa assumir essa fisionomia discursiva, pois, além de *indicial*, ela terá de subsumir os componentes extralingüísticos atuantes no *background* das *macrocen*as que performam o contexto da imprensa escrita, onde todo enunciado e-ou recorte de situação será destacado como relato de aparências e inserido no contexto de que provém. E isso, porque sob o ponto de vista do *uso da linguagem*, de que o texto jornalístico constitui exemplar fidedigno, os enunciados se inserem num discurso, o que viabiliza a exploração semântica das potencialidades da língua.

A teoria de casos abriga a noção de *cen*as, sob cujos critérios está dimensionado o *corpus*, a fim de ancorar essa parceria. Além disso, o *Modelo Casual da UFSC* leva em consideração elementos pragmáticos e discursivos na análise casual, permitindo a abordagem semântico-pragmática e discursiva dos enunciados. Pretendo com os estudos de Parret (1980, 1981, 1985, 1988, 1997 e 1998), Vogt (1977 e 1980), Bakhtin (1992), Pêcheux (1988), Maingueneau (1993), Oliveira (1995), Fillmore (1975), Orlandi (1993, 1996 a e b), Lage (1990, 1995 e 1998) e Halliday (1976 e 1985), estabelecer uma conciliação teórico-metodológica, com vistas a abarcar os aspectos referidos na análise das *microcen*as, sentido(s) básico(s) e neologias de sentido, que resultam das metaforizações e dos investimentos significativos nos enunciados B (benefactivos) que se constituem no interior das *macrocen*as.

Aqui fica configurado um investimento teórico-metodológico, em cujo espaço se projetam as instâncias materializadas como *macrocen*as, no âmbito do universo jornalístico, onde se abrigam *n* '*microcen*as', núcleo discursivo que será analisado no trabalho. O enunciado, então, está sendo olhado como uma *macrocena* que detém verbos-predicadores B (benefactivos), evidenciando as nuances de sentido que viabilizam também o per-



curso metafórico.

Os maiores óbices para a interpretação dos enunciados — *cenar*, eventos, acontecimentos — residem na imbricação desses fatores, já que não se pode dissociar a linguagem, enquanto ato de produção, do contexto em que se enuncia. Guimarães (1995:85), adverte que:

*“... Fazer isso é aceitar que a linguagem funciona olhando para fora de si, mas este fora só se alcança porque é simbolizado, porque a linguagem não se confunde com a situação em que seus segmentos ocorrem. Nada é signo se fica colado como etiqueta à situação ou às pessoas da situação. Por outro lado, a linguagem não seria linguagem se se reduzisse a ser reflexo do pensamento, caso em que ela seria o exterior do pensamento”.*

A linguagem evidencia, assim, o trabalho do enunciador, que alia intenção e expressividade.

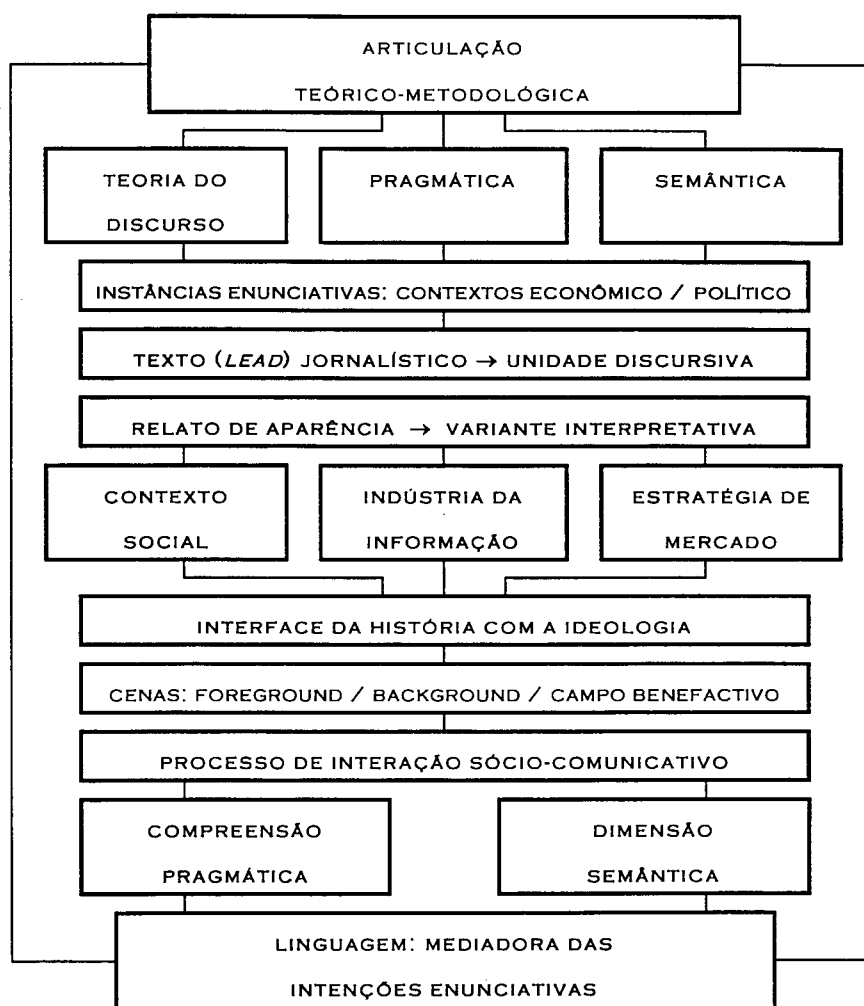
Várias são as posições inquietantes que me incentivaram a trilhar entrecruzamentos. A fim de resguardar um pouco o espírito aventureiro, que considero animador, transcrevo alguns trechos da análise que Japiassu (1992:83-94) faz acerca da atitude *interdisciplinar* no sistema de ensino.

*“... Em nossas universidades (...) é praticamente inexistente a prática interdisciplinar, tanto no campo do ensino quanto no da pesquisa. O que existe, e assim mesmo numa escala extremamente reduzida, são encontros pluridisciplinares (...). Mesmo assim, tais encontros se realizam apenas como práticas individuais daqueles que já descobriram que o espírito interdisciplinar existe para ser vivido: a) que o homem inteligente oponha à cegueira do especialista a compreensão de situações complexas; b) que recuse todo o caráter territorial do poder pelo saber; c) que abandone a concepção de uma verdade que seria assimilada à busca da coisa (...). Um saber que não se questiona constitui um obstáculo ao avanço dos saberes (...) A sociedade e a escola pretendem ocupá-los pela instrução, pelo ensino e pela linguagem”.*

Vale lembrar ainda que, enquanto responsável pelo processo de ensino e pesquisa na universidade, todo professor detém compromisso com a formação de estudantes — cidadãos do futuro próximo —, cuja função

será a de melhorar a sociedade. Nesse compromisso se inscreve a tarefa de proporcionar orientação que desencadeie o senso crítico dos alunos, que os capacitará a atuarem como verdadeiros sujeitos no cenário social.

A figura 24 reflete os entrecruzamentos inerentes ao presente estudo.



**FIGURA 25 – ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Com base nessa hipótese de compatibilidade, procuro explicitar, no capítulo seguinte, a metodologia, incluindo a linha operacional da pesquisa e indicando a especificidade dos termos a serem utilizados, por serem oriundos de distintos campos conceituais. Ao lado disso, descrevo ainda o programa computacional TDS-GC/1997-8, cuja natureza é reescrita como CDR — H94A para as duas seções abordadas. Esse programa configura

também uma espécie de *interface*, na medida em que se situa num campo conceitual específico e de área diferenciada, mas que está sendo de grande valia nesta investigação.

Mesmo sabendo que a tarefa é árdua e que se propõe como uma espécie de *aventura analítica*, porquanto todo o encantamento da significação reside exatamente em sua *instabilidade*, acredito que a articulação proposta e os quadros de referência teórico-metodológica atuem como normas reguladoras das etapas a serem percorridas. Os meios tecnológicos à disposição das ciências humanas, na atualidade, ampliam as perspectivas de análise e de interpretação, agilizando as informações e imprimindo melhor nível de qualidade. Todavia, cabe ponderar que a informática traz uma gama de contribuições que são tão relevantes quanto complexas, o que exige muita atenção e cuidado. Enquanto a ciência computacional há tempo anda de avião, aqui na área humana cada um tenta obter um pequeno espaço e procurar um lugar relativamente seguro para alçar o primeiro vôo.

## CAPÍTULO II METODOLOGIA

A definição de um ângulo de abordagem implica a observância de princípios e critérios que respaldem a explicação e o dimensionamento do fenômeno abordado. O caminho escolhido requer subsídios consistentes, a fim de cumprir a finalidade a que se propõe. Na visão de Choudhuri (1993: 21-34):

*“... A metodologia correta deveria começar pelo conceito de um ‘todo’ micro ou macro e, em seguida, identificar as partes (...). A consequência lógica é que o conjunto das dimensões cognitiva, educativa, sócio-econômica, lingüística e cultural deve ser utilizado como estratégia metodológica. As partes deste conjunto são úteis para nossa compreensão do conceito de alfabetização, mas, isoladamente, são incompletas enquanto objeto de sondagem”.*

A incompletude a que se refere o autor é extensiva a todo o contexto de desenvolvimento de pesquisas, se não for considerada a relação do sujeito com seu meio, com sua cultura e, em especial, com sua língua(gem). Conforme Matta (1993: 45): “... A hipótese básica é que o sentido é encontrado no contexto ou, mais precisamente, na dialética do objeto isolado e do tecido de possibilidades contextuais que rege sua significação”.

Para fixar a trajetória a ser seguida, é preciso considerar o referencial teórico em que o trabalho se apóia, indicar o recorte que está sendo im-

plementado para o objeto focalizado, além de divisar as arestas que cingem os entrelaçamentos inerentes a uma investigação que se pretende interdisciplinar. Destaco a seguir as reflexões de Jantsch (1995: 29 - 30), na abordagem que faz sobre *Interdisciplinaridade: os sonhos e a realidade*:

*"... A ciência, assim como outras formas de conhecimento, é um sistema evolutivo que possui vínculos com a perspectiva e a abordagem escolhidas por aqueles que a formulam quando com uma realidade exterior (...). Abordar o estudo de uma realidade tão complexa com o auxílio destes fragmentos do conhecimento constituído pelas disciplinas significa querer soterrar o planeta embaixo de uma espessa camada de gelo para furar buracos estreitos e fundos no solo congelado, em vez de observar o rio da vida em todos os seus processos e interações, os seus desígnios instáveis, seus turbilhões que nascem e desaparecem. A interdisciplinaridade é uma abordagem que tenta derreter em parte este gelo e relacionar os 'furos' operados pelas disciplinas. Implica que se impulse uma certa dinâmica às estruturas do conhecimento (grifo meu)".*

Ciente desses critérios, do entrecruzamento, bem como da complexidade do que estou implementando, procurei organizar este capítulo em três partes distintas e complementares: *a caracterização do corpus*, que inclui a constituição do mesmo e a descrição do programa computacional; *a operacionalização dos termos*, dado que os mesmos provêm de campos teóricos diversos; e *a definição de estratégias*, visto que o trabalho contém uma etapa de aplicação.

## 2.1 - CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

Amparada na hipótese de que a linguagem jornalística se configura como exemplar fidedigno da língua em uso, postulo que os contextos *econômico* e *político* dos jornais *Zero Hora*, *Folha de São Paulo* e *O Globo* podem representar, neste eixo, a expressividade da mídia impressa e a evocação ideológico-cultural, numa dinâmica interacional com as respectivas comunidades que ali são representadas: políticos, economistas, comentaristas econômicos, sindicalistas, trabalhadores e a população, de modo

geral.

O jornal, enquanto meio de comunicação, que circula diariamente, informando o que aconteceu na véspera, vem mantendo o seu lugar na sociedade brasileira, desde que surgiu em 1811. Sua linguagem é acessível e cumpre o papel que lhe cabe, ressalvados os fatores político-ideológicos, que, não raro, dimensionam a qualidade das informações que esse tipo de mídia pode e-ou deve veicular. Mas, apesar de tudo isso, o tempo e a própria história testemunham sua relevância no contexto das organizações sociais.

A opção pelos contextos *econômico* e *político* deve-se ao fato de que os mesmos atingem, sem exceção, a todos os cidadãos da sociedade brasileira, do mais humilde assalariado, que faz o milagre de sobreviver com o salário mínimo vigente, até àqueles que capitalizam para si, através do poder, o direito a uma renda que se distancia anos-luz da remuneração de qualquer cidadão comum. Assim, tenho a expectativa de que essas duas seções estabeleçam efetiva comunicação com a absoluta maioria da sociedade.

Os critérios que adotei na estruturação do *corpus*, enquadram-se na sistemática descrita a seguir.

- *Natureza das seções*: os contextos *econômico* e *político* são compatíveis com as concepções instanciadas pelo caso B (benefactivo), que está sendo focalizado no trabalho. As seções referidas apresentam variada gama de verbos-predicadores que se inscrevem nas nuances de sentido do campo casual que vou analisar.
- *Período de coleta*: o período de coleta foi determinado com base em análise previa, que visou a qualificar o dia da semana em que ela deveria incidir, tendo o acompanhamento feito ao longo da semana apontado a *quinta-feira* como um dia produtivo para as duas seções. A partir daí, fixei o período e passei a fazer o levantamento do *corpus*: às quintas-feiras, de agosto a dezembro de 1996.

- *Sistemática adotada na coleta*: aqui busquei o auxílio da tecnologia, acompanhando o lançamento do CD-Rom da *Folha de São Paulo* e da *Zero Hora*, bem como da página da Internet do jornal *O Globo*. Fiz a coleta das duas seções inteiras e, posteriormente, com o programa computacional derivado de Non Windows Users - Media Vision Technology GmbH, elaborado para a análise, selecionei os enunciados colhidos no período acima referido.
- *Programa computacional*: TDS - GC/1997-8, registro especial número 00100-OEM-0123465-00100. A responsabilidade técnica é do Grupo TECNOSUR - Consultoria e Inteligência em Informática: técnico José Eduardo Buchabqui e Dr. Hugo Veloso Saute, de Porto Alegre (RS).
- a) Abordagem da codificação – Verbo-predicador *benefactivo*: Natureza - CDR-H94A: Seções: 1W<2/2W<3/3W<4/4W<5/5W<6/6W<7-EC/PL - busca quantitativa = ordenação alfabética (lista de verbos);
- desdobramento de campos: v/b; v/b/v; v/b/i/ v/b/a (01/1>001>100>002>02/2>o/2/n...) = totalização;
- dimensionamento do texto - critério de padronização dos enunciados (de ponto a ponto, independente da paragrafação): e/01<; e/02<; 2/03<; e/0n...p.... - 0/1<; n...
- campos de verbos codificados: dar / comprar/ vender / ganhar / perder / vencer / liderar / financiar / apropriar / favorecer...; t/e/c/s/v/f/l(04/ h v: 004\*/0024/4001\*/<004#0410) = total parcial; (12/ v n : 007\*/0025/4002\*/<005#0520) = total geral;
- levantamento de enunciados - recorrência / produtividade = por comando: cada seção (1W<2/...6W<7/...nW<...) = ordenamento quantitativo (serão captados todos os enunciados que contiverem verbos dos campos semânticos especificados, independente do esquema casual;
- classificação dos verbos tendo em vista a codificação adotada = or-

dem alfabética e campos semânticos:  $t/e/v/b_1/b_2/b_3/b_4/b_n/e = 1W<2/...e = 6W<7:0040201*030\#1002*07 =$  por comando e seleção dos verbos, independente do tempo/modo em que estejam expressos.

b) Abordagem da interpretação: apresentação global da codificação com vistas a fornecer dados para interpretação nos seguintes itens:

- recursividade: aproveitamento do verbo em campos diversos ( $r/01*cs/; r/02*cs/; r/...n*cs/$ ) = totalização da recursividade;
- produtividade: uso efetivo dos verbos no âmbito dos campos semânticos focalizados ( $013*p_1/013*p_5/013*p_n$ ) = totalização da produtividade dos verbos codificados em seus respectivos campos semânticos.
- recorrência: a frequência com que os verbos ocorrem nos contextos levantados, ou seja, o quanto os predicadores do campo B (benefactivo) são recorrentes nos enunciados das seções escolhidas ( $1.014*Ve/+2.014*Ve/+3.014*Ve/...+n.014*Ve...$ ) = totalização do mecanismo de recursividade.
- percentual: o levantamento do percentual está dividido em dois segmentos: *a* e *b*. O segmento *a* indica o índice de ocorrência dos verbos no contexto das duas seções; enquanto o segmento *b* expressa o índice de ocorrência dos verbos nas cenas, nos enunciados que levantamos - Segmento *a* ( $o. op_1 Ve/ v_p/ O. op_2ve/vp/...0.1.0.e<0.1.0.p...0.n. 0 e <0.n.op...$ ) = totalização dos verbos do segmento *a*; percentual dos predicadores no contexto das cenas - Segmento *b* ( $1.01.p_1\#ce/cp/1.01p_2\#ce/cp... 1.01p_n\#ce/cp...$ ) = totalização dos verbos nos contextos do segmento *b*.

Após aplicação do programa será desenvolvido o processo de análise, com vistas à interpretação dos dados obtidos. Vale lembrar que a contribuição do programa computacional inscreve-se na dimensão quantitativa



va, ou seja, o programa teve a função de sistematizar os dados para que os mesmos subsidiassem a atividade de interpretação.

## 2.2 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS TERMOS

O caminho que escolhi impõe algumas considerações acerca das formulações teóricas que utilizei como apoio. Por um lado, toda a teoria semântica inscreve-se num determinado campo, tendo em vista os objetivos a que se propõe, o que determina a sua abrangência e também os seus limites. Por outro lado, a opção feita e a hipótese de trabalho se ancoram em fundamentos epistemológicos, cujas perspectivas transcendem os limites desta ou daquela teoria, suscitando um espaço para a interface disciplinar.

Cabe ressaltar que é exatamente a validação da diversidade dos conjuntos teóricos que viabiliza essa interação, embora a decisão um tanto aventureira de transitar por esse terreno movediço sinalize a necessidade de cautela, pois essa iniciativa deixa pressuposto o alargamento do campo teórico, a partir da convergência estabelecida. A operacionalização que segue foi cercada de critérios, a fim de que traduza a desejada articulação e para que contribua na etapa de aplicação, onde farei a interpretação contextual e casual, focalizando as *cenas* e, no interior delas, a constituição dos enunciados do campo B (benefactivo). Os termos operacionalizados são:

*Linguagem* - corresponde ao termo mais genérico, ou seja, refere-se à linguagem humana verbal — escrita —, pois trata-se da linguagem do texto jornalístico. A linguagem em *uso* com todos os empreendimentos sociais e circunstanciais que lhe são inerentes; o campo de expressividade e de manifestação das aspirações que possam ser registradas nas relações humanas e passíveis de serem divulgadas na mídia impressa;

*Discurso* - o discurso é tomado aqui como um objeto histórico que tem sua materialidade lingüística e se constitui nos entremeios da

cultura, da ideologia, da sociologia e da história. Por isso, pode ser dimensionado como unidade pragmática e concebido como objeto teoricamente definido, já que especificamente envolve o lugar social em que algo é dito, para quem é dito e em que circunstâncias é dito. Tem como unidade de análise o *texto* (= *cenar*), que apreende todo o conjunto das significações contextuais;

*Pragmática* - a pragmática assume, neste trabalho, configuração enunciativa, pois, além dos fatores circunstanciais que subsidiam as condições de uso, ela abarca a relação de dependência contextual, articulando os diferentes níveis da constituição discursiva e respondendo pelas imbricações contextuais, do âmbito das *cenar* recortadas às instâncias mais amplas em que estas se inserem. A pragmática tem seu campo de ação alargado, a fim de assegurar a relação de pertinência entre o enunciador, os enunciados e as dimensões contextuais focalizadas;

*Semântica* - nesta abordagem, a semântica é dimensionada como uma entidade *relacional*, amparada na articulação que instaura a associação dos signos e compreende o processo de significação, que amplia as esferas polissêmicas do sistema. Tem como aporte a concepção hjelmsleviana de que o significado nasce na perspectiva contextual e que o signo só pode ser pensado em *trânsito* no plano da articulação da linguagem. Essa compreensão semântica abriga a gramática de casos com as perspectivas a que se propõe: a assunção dos *papéis semânticos*; além disso, favorece empreendimentos compatíveis com outras áreas do conhecimento humano, pois o sentido extrapola as fronteiras teóricas;

*Significado* - o significado posto em relação ao significante está ligado à idéia de valor (visão saussuriana, campo do estruturalismo); essa relação tem origem em dois movimentos: o significado posto em contraste com o significante, e o significado em relação aos outros significados na cadeia sintática, incluindo o paradigma e o sintagma. Trata-se de uma entidade básica à disposição dos enunciadores para o signifazer da expressividade na linguagem. O si-

gnificado reveste a expressividade do enunciador, situando-o no contexto em que se enuncia, ou melhor dizendo, ele instancia, numa relação de pertinência, os diferentes *lugares de dizer*,

*Significação* – entendo que a melhor explicação resulta da entrevista com Furlanetto (1998): “... É a matéria-prima lexicalmente considerada”. A significação abrange o que se institucionalizou a partir do uso e que se encontra nos dicionários, ou seja, é o registro dos usos lexicais, onde também se incluem expressões complexas. Reflete a contribuição, a transformação e/ou a cristalização dos significados ao longo do tempo. O campo da significação é, portanto, recursivo e apreende a capacidade expressiva dos usuários da língua, sinalizando criações e inovações;

*Efeito de sentido* - o que resulta do empreendimento do enunciador no processo interativo em que atua. Ele se utiliza da significação existente e que é do domínio de sua comunidade lingüística — daquilo, portanto, que é socialmente partilhado —, para produzir os efeitos de sentido que deseja. É verdade que a conjuntura comunicacional contribui também para a constituição de tais efeitos, pois os objetos de acordo são compartilhados pela comunidade e subjazem ao que é, efetivamente, expresso como sentido. O efeito persegue a aura do *novo*, do investimento criativo, com vistas a obter maior expressividade;

*Sentido básico* - parece incontestável que existe mais de um sentido básico. Isto é, sem nenhuma alusão à etimologia, é preciso considerar aquilo que já está institucionalizado, o que é conhecido pela comunidade lingüística, incluindo-se o que Furlanetto define como *metáfora cansada*, porquanto também se inscreve no universo de conhecimentos da dita comunidade. O sentido básico funciona como aquele *sentido primeiro*, que já está incorporado ao mundo da cultura e que viabiliza investimentos em direção a novos efeitos de sentido e ao próprio processo metafórico;

*Polissemia* – corresponde às variações de sentido que se processam no âmbito de *um mesmo campo semântico*; a polissemia resguarda o caráter de recursividade lexical, uma vez que permite a utilização do mesmo item lexical — com variação de sentido — em diversos contextos, o que efetivamente assegura o sentido primeiro assumido por este item lexical: *poli* = *vários*; *semia* = *sentido(s)*;

*Processo de metaforização* - compreende o re-investimento lexical, notadamente de domínio da comunidade lingüística em que ocorre. O processo de metaforização materializa a instituição do sentido, obtendo novos efeitos, que são possíveis através da recursividade lingüística. Essa imbricação projeta os 'entredizeres', através da supressão de traços de sentido já conhecidos, ao mesmo tempo em que evoca para esse mesmo *lugar de dizer* outros traços que subsumem expectativas neológicas, ou, pelo menos, de efeito significativo. No dizer de Carlos Vogt, a metáfora é a "outra máscara que a linguagem veste para produzir sentidos", é a suprarrealidade interacional que se efetiva no contexto da comunicação;

*Neologia de sentido* - compreende a expansão do processo de significação, que ocorre pressupondo uma atuação efetiva dos enunciadores que produzem e interpelam a significação; é nessa conjuntura que tem origem o *novo*, o qual pode resultar da metaforização ou, simplesmente, expressar neologismos que identifiquem grupos, profissões, áreas tecnológicas, entre outros;

*Interpretação* - a interpretação deflagra o cotejo entre o que é produzido e a intenção que subjaz a essa produção. Na perspectiva aqui assumida, o processo interpretativo terá de ressaltar sempre que o posicionamento adotado relativamente a este ou àquele efeito de sentido configura *uma possibilidade* de interpretação, entre outras também possíveis, tendo em vista o contexto de referência em que se abriga o texto interpretado. Nesta abordagem, a interpretação está circunscrita às vertentes teórico-metodológicas que deram origem à articulação efetuada;

*Texto jornalístico* - nesta abordagem, o texto jornalístico é apreendido como *unidade discursiva* que cinge as *macrocen*s dimensionadas. A linguagem do texto jornalístico pode ser tomada como um nível medianamente representativo da *língua em uso*. Embora a análise de Perini acalente algum exagero, vou considerar o que aí existe de relevante: a) as variedades de estilo que se projetam no jornalismo escrito, as diferentes formas de organização dos textos e os vários níveis de formalidade; b) a ampla divulgação do jornal no contexto do país, ainda que pese o baixo índice de leitura; e c) as contribuições que a linguagem jornalística tem legado ao léxico e à própria sintaxe, entre outros. O texto jornalístico pode ainda, ser utilizado como valioso material alternativo de leitura na sala de aula, cujo valor maior está na percepção de uma realidade imediata, da utilização da língua viva, inserida na práxis social. E ao lado disso, a formalização dos gêneros: a notícia, a reportagem, como gêneros discursivos que se inscrevem no âmbito das comunicações diárias;

*Cenas* - as cenas compreendem os recortes efetuados no contexto estabelecido. Cada cena configura uma *situação*, um *evento* focalizado no âmbito das seções utilizadas; sua extensão foi determinada com base no critério de completude do enunciado — de ponto a ponto —, o que assegura a possibilidade de ‘recortar’, mantendo a relação intrínseca com o contexto, que funciona como instância maior do que aqui está dimensionado como *macrocena*, a qual evidencia a síntese enunciativa daquele. Assim, também fica configurada a relação intrínseca entre a *macro* e a *microcena*, já que a análise incidirá especificamente nessas últimas, em cujo âmbito serão focalizados os verbos-predicadores de nuances benefactivas;

*Microcen*as – compreendem os minienunciados que performam as *cen*as recortadas das instâncias discursivas focalizadas, os contextos econômico e político. A especificidade das *microcen*as é relevante, na medida em que elas constituem as unidades de análise

caracterizadas nesta abordagem. Cada *microcena* encerra *um* verbo-predicador de nuance benefactiva e será interpretada tendo em vista a relação de pertinência que mantém com o contexto imediato — a *macrocena* —, bem como com o contexto mediato, que detém as referências mais gerais dos contextos instanciados. É este minienunciado que preserva, aqui, relação de pertinência direta com a *macrocena*, que equivale ao enunciado e, conseqüentemente, com o todo do contexto jornalístico.

*Enunciado* - neste universo, cada enunciado corresponde a uma *cena* recortada no contexto em que se insere. O enunciado deflagra a projeção instanciada nos imbricamentos econômico e político contextualizados, ou seja, a expressividade da relação entre *foreground* — o que é posto em perspectiva — e *background* — o que subsidia a significação pretendida. O enunciado pode ser dividido de acordo com a incidência de verbos-predicadores de nuance de sentido benefactivo: cada divisão corresponde a uma *microcena*, que encerra somente *um* verbo-predicador. Dessa forma, *cena*, *macrocena* e *enunciado* instanciam-se como sinônimos.

*Enunciador* - o enunciador fica configurado aqui como o *jornal* (ou melhor aquele que produz as notícias/reportagens dos contextos econômico e político dos jornais), já que esta posição é de quem *enuncia* o discurso/mensagem. Ao enunciador cabe o espaço institucional de comunicar algo e, neste caso, de estabelecer discursivamente o que deve ser perspectivizado nas *macro* e nas *micro-cenas*,

*Enunciatários* - são os interlocutores, ou seja os *leitores*, destinatários das mensagens veiculadas pelos jornais. Na esfera comunicativa, o enunciatário responde pela decodificação/compreensão das mensagens a eles dirigidas; aqui, a manifestação compreensiva ocorre na relação com o consumo dos jornais. O enunciatário continua cumprindo seu papel no circuito, apenas o manifesta de forma diferenciada;

*Caso Benefactivo* - campo semântico do *beneficiário*, tanto positiva como negativamente, captando as noções de *posse*, *poder*, *liderança*, *ganho* ou *perda*, concessão de *benefício/malefício*, *transferência* de *propriedade* ou de *poder* que são percebidos estática, processual ou agentivamente nos contextos econômico e político instanciados no discurso jornalístico. Esta abordagem vai olhar especificamente a constituição do caso B (benefactivo), circunscrito aos verbos-predicadores e suas incursões semânticas nas *macro* e *microcenas* dimensionadas para análise.

Esses termos operacionalizados têm uma expressividade significativa no contexto do presente estudo, razão por que mereceram tratamento mais acurado. Os demais, embora notadamente importantes, asseguram suas definições no âmbito contextual em que são empregados.

## 2.3 - DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

A abordagem que aqui se desenvolve reveste-se de características e peculiaridades que impõem a definição de estratégias que sejam capazes de subsumir os desdobramentos inerentes a cada estágio da investigação. O que retém o leitor é a busca de sentido no que lê; desde a primeira letra de um trabalho, especialmente de uma tese, fica a promessa de que há um sentido a ser encontrado. As estratégias que estabeleci pretendem auxiliar nessa busca e, na medida do possível, tornar esse percurso agradável.

A partir da classificação quantitativa dos dados, obtida com o programa computacional TDS: GC/197-8-CH, foi traçado o seguinte planejamento para a consecução do trabalho.

- *Classificação qualitativa* - compreende o enquadramento dos verbos-predicadores do campo B (benefactivo) e, após, as *cenas*, já recortadas, em seus respectivos campos semânticos: primeiramente, no âmbito contextual das duas instâncias focalizadas — seções de *economia* e *política*; em seguida, na dimensão casual. Aqui, estou considerando a perspectivização do(s) sentido(s) básico(s) do

campo B (benefactivo), bem como as metaforizações, como *via de duas mãos*, isto é, do campo B (benefactivo) para os outros campos, e dos outros campos semânticos, metaforizando-se em direção ao campo B (benefactivo).

- *Análise interpretativa* - tendo por base a classificação referida, será feita a interpretação das *cenas*, bem como da constituição das nuances B (benefactivas), explicitando sua contextualização e a valência semântica dos predicadores B (benefactivos), assinalando o que está colocado em perspectiva: *posse, poder, liderança, ganho ou perda, concessão de benefício/malefício, transferência de propriedade* e-ou de *poder*. Indicarei a análise e o esquema casual de cada *cena* apreciada, tanto no(s) sentido(s) básico(s), como nas metaforizações que evocarem o campo B (benefactivo) (a via de duas mãos).
- *Organização do exemplário* - o exemplário será composto por uma parte representativa do *corpus* selecionada criteriosamente, tendo em vista o espectro casual do modelo adotado. Este conjunto de enunciados, que focalizo como *macrocenas*, deverá constituir um empreendimento exaustivo, captando o maior número possível de possibilidades de ocorrência do caso B (benefactivo). Ou seja, quero enfatizar também a relação de compatibilidade entre a escolha das seções de *economia* e *política* com o campo casual B (benefactivo), tendo em vista a noção de *cenas - micro e macrocenas* - e as nuances de sentido que podem ser perspectivizadas no campo B (benefactivo).
- *Materiais instrucionais* - esta etapa caracteriza a aplicação da gramática de casos, ainda que restrita à noção de *cenas* e ao campo B (benefactivo). O meu propósito aqui é sinalizar a dimensão produtiva desta abordagem, bem como as perspectivas metodológicas, o que, a meu ver, uma tese de doutorado, de um professor universitário, tem o compromisso de vislumbrar. Ao lado disso, disponho de material muito rico, que deve pelo menos registrar a pretensão de ir para as salas de aula de 2º e 3º graus, como mais uma alter-



nativa que traz à tona uma atividade incluindo a língua viva — o texto jornalístico — e explora suas potencialidades numa esfera contextual e também circunscrita a um campo semântico de alta recorrência na língua em uso.

- *Banco de dados* - o auxílio da tecnologia evidenciou um número extremamente elevado de verbos-predicadores do campo B (benefactivo); por via de consequência, o levantamento quantitativo das *cenas* também excedeu as minhas expectativas. Esse fato incentivou a idéia da criação de um acervo preliminar, que possa dar início à constituição de um banco de dados, mesmo restrito ao campo B (benefactivo); seria um começo que, aos poucos, à medida em que novos projetos de dissertações e teses forem surgindo na UFSC, e que abordarem outros campos semânticos, esse banco se irá ampliando. O que entendo como imprescindível é a preservação dos dados colhidos, pois podem ser utilizados em outras investigações, ou, ainda, servir como referência para a captação de dados dos outros campos semânticos. A gramática de casos detém um aporte teórico-metodológico que justifica e viabiliza a articulação com outros campos conceptuais, motivo por que a reserva dos dados assume condição relevante.
- *O Modelo Casual da UFSC* - este modelo casual abre para a gramática de casos um espaço pertinente no campo de estudos da linguagem, especialmente no investimento que pode ser feito através da consideração dos casos — papéis semânticos — assinalados pelos enunciadores nos contextos em que atuam. A par disso, a própria gramática de casos se renova com a perspectiva da interface, na medida em que evidencia a pertinência dos casos, a partir daí transfigurados por passarem a ser olhados de um ângulo mais abrangente. Esse procedimento, além de dimensionar o funcionamento da linguagem humana, ancora-se numa vertente produtiva.

Dessa forma, o caminho que procurei delinear, bem como as estratégias elencadas, propõem-se a estabelecer uma certa hierarquia das expressões que recorrerão na teoria, dados os entrecruzamentos promovi-

dos. A gramática de casos, através do *Modelo Casual da UFSC*, já explicita um processo de alargamento de campo, tocando as margens de outros já estabelecidos e que também começam a mudar de forma. Vale lembrar a idéia de Jantsh, anteriormente citada, sobre “furar buracos estreitos e fundos no solo congelado”. Afinal, a definição de uma abordagem sempre exclui as outras escolhas possíveis, e todo o empreendimento é feito com base numa convicção: o que estou investigando e interpretando configura uma possibilidade dentre outras.

### CAPÍTULO III

## PROCESSO DE ANÁLISE

O procedimento de análise aqui dimensionado inscreve-se em referencial teórico-metodológico articulado nos capítulos precedentes e que subsume instâncias entrecruzadas cujo propósito é o de abranger a interpretação contextual e casual das macro e microcenas com nuance benefactiva constituídas no âmbito da linguagem jornalística.

A gramática de casos está configurada como uma teoria de *valência semântica*, sob cuja ótica os enunciados, que se imbricam nas cenas, têm como núcleo essencial um verbo de nuance benefactiva, e os argumentos que o integram performam as noções de *posse, poder, liderança, ganho/perda, benefício/malefício, transferência de propriedade ou de poder*. Tais noções serão interpretadas em suas ocorrências com verbos prototipicamente B (benefactivos) e com os assemelhados que venham a assumir essa nuance de sentido, tanto em sua caracterização básica como nas metaforizações intercasuais.

Nessa perspectiva, quero pontuar que os casos correspondem a unidades qualitativas do sistema e ocorrem em circunstâncias específicas de comunicação, previstas na linguagem — aqui a língua em uso no contexto da imprensa escrita. E nessa articulação, o esquema casual assume a denominação dos casos, que — conforme o *Modelo Casual da UFSC*, adotado para esta análise — somam o total de oito casos, e dentre eles foi selecionado o caso B (benefactivo). Assim, o verbo central de cada microcena

terá a finalidade de explicitar o conteúdo da esfera proposicional dos enunciados, respeitando limites e-ou restrições acerca das possibilidades de significação existentes nos contextos em que ocorrem.

Ao postular a interface, busco exatamente aparar as arestas instaladas nos entrecruzamentos gerados pelo trânsito do significado, na dinâmica do processo interacional. O investimento teórico-metodológico que tenta unir o *discurso* e a *pragmática* com a *semântica dos casos* parece sinalizar para uma perspectiva de interpretação mais acurada, além de expandir o campo de abrangência do processo de análise que, de um lado, se dedica à explicitação qualitativa dos eventos/episódios constitutivos do cenário jornalístico, que flagram os dizeres e os entredizeres representativos da língua em uso, e, de outro, encerra propósitos pedagógicos, com vistas à aplicabilidade nos níveis de 2º e 3º graus do ensino da língua(gem). Por isso, os critérios para implementação da análise foram cuidadosamente definidos, a fim de traduzirem, de forma fidedigna, esse empreendimento.

### 3.1 — ANÁLISE CONTEXTUAL

A dimensão contextual abriga os mais diversos fatores de ampliação que se instanciam nos percursos dialéticos responsáveis por subsidiar os contextos de referência *econômico* e *político*, inscritos na ordem cultural e histórica da sociedade. Os mecanismos que acionam e relacionam os elementos implicados nesses universos, relativamente ao conteúdo que veiculam, se ancoram numa organização intratextual, e, com base em sua própria manifestação de sentido, articulam fatores imbricados nas esferas ideológicas da instância enunciativa de que provêm.

O processo de interpretação de enunciados do cenário jornalístico, enquanto unidade discursiva, pressupõe também associações intertextuais, que privilegiam o contexto noticioso da mídia impressa, dos contextos *econômico* e *político*, além de outros que coocorrem com estes e que são igualmente viáveis; mas a opção feita nesta abordagem entende que esses dois universos são os mais adequados.

### 3.1.1 — CONTEXTO ECONÔMICO E PREDICAÇÕES BENEFATIVAS

O contexto econômico abrange todo o universo de negociações que se processa na realidade financeira do mundo e também do país. No circuito da economia são implementados, planejados e executados todos os projetos financeiros, resultantes das ações/negociações dos representantes de toda população, assim como a efetiva administração financeira sob a responsabilidade das equipes governamentais dos municípios, dos estados e da união, as quais representam (ou deveriam representar) os interesses da população brasileira.

Ao lado disso, a relação de compatibilidade entre o caso B (benefactivo) e o conjunto de verbos que dimensiona as nuances de sentido que se instauram no âmbito das macrocenas instanciadas nesse campo e que preconizam as relações de *ganho* ou *perda*, *benefício* ou *malefício*, *transfêrência de propriedade* ou de *posse*, decorrentes de operações efetivas transacionadas nesse universo.

Esses procedimentos revelam o cenário da economia interna/externa como um conjunto de referências que postula informações, negociações, decisões e articulações que subsumem todas as nuances de sentido inscritas no campo B (benefactivo) e que podem ser contextualmente percebidas. Assim, fica fundada uma instância recursiva nos meandros do contexto econômico, congregando a ideologia que subjaz à economia nacional, bem como à internacional, sua historicidade e a própria cultura que se institucionalizou ao longo do tempo, a qual ajuda a explicitar os entrelaçamentos desses universos e a cingir comportamentos, muitas vezes difíceis de serem compreendidos pela maioria dos brasileiros. Tais procedimentos são característicos de uma economia que perspectiviza discursivamente um projeto democrático, mas, na prática, impõe sacrifícios ao povo, como recessão, salário mínimo incompatível com as necessidades básicas de qualquer trabalhador, que, por mais humilde e resignado que seja, tem o direito de defender e preservar sua condição de cidadão, para viver com dignidade, ainda que pese a conjuntura do país.

### 3.1.2 — CONTEXTO POLÍTICO E PREDICAÇÕES BENEFATIVAS

A dimensão política da realidade brasileira subsidia uma perspectiva de caráter informativo, sócio-histórico, ideológico e comunicativo, instaurando a performatividade numa dinâmica verbal que assegura a relação de pertinência com o processo de interação discursiva. Nesse sentido, o conjunto de procedimentos que se configura no cenário político também sinaliza uma compatibilidade com o caso B (benefactivo), mesmo ressaltando a incidência dos verbos de comunicação; no plano contextual ficam instanciadas as concessões de *benefício/malefício*, troca de favores, que assinalam *ganhos* e *perdas*, ações que flagram as disputas partidárias, configurando *poder* e *liderança*, bem como os atos que instituem a *posse*, seja para exercer mandato e-ou para que o cidadão assuma efetivamente a posse de bens materiais; todas essas relações estão inscritas e previstas nas organizações sócio-políticas do país, que também se coadunam com as ideologias externas.

O conjunto de normas existente no país determina, em certa medida, o comportamento dos cidadãos, oscilando entre o virtual e o real que já fazem parte da memória cultural das pessoas que vivem na sociedade; isso acaba gerando certa passividade ou acomodamento, mesmo frente a situações que mereceriam críticas para que pudessem ser reformuladas; e, ao invés disso, episódios graves ganham familiaridade e, aos poucos, se tornam 'normais', sendo assimilados pelo tradicional 'jeitinho brasileiro'. Esse comportamento flagra a acomodação, ou a ausência de espírito crítico, e-ou a falta de uma consciência de cidadania. Seja qual for a razão, não serve como tal! Serve apenas para mostrar como se caracteriza o contexto político de um país que diz ter orgulho em afirmar que é jovem. E justamente por isso precisa 'des'vendar os traços de sua passividade, quebrar essa inércia, a fim de que o orgulho se justifique; o texto jornalístico detém um papel social de grande relevância, porque apresenta diariamente a 'versão dos fatos' mais expressivos que ocorrem no mundo e no país, que influem de forma direta na vida da população.

Todo o processo de análise que pretenda uma incursão no plano contextual deve também buscar as dimensões pragmáticas que indicam as circunstâncias efetivas em que o panorama político se constitui, com vistas a dimensionar as implicações que está subsumindo e que integram seu universo de referência. Indicar como campo de enunciação o contexto político significa assumir as interpretações ideológicas, históricas e sociológicas, entre tantas outras, bem como a tentativa de perscrutar as arestas que se entrecruzam nessas imbricações, já que o propósito é suscitar uma possibilidade de interpretação dos contextos focalizados, entre outras potencialmente viáveis.

### 3.2 — ANÁLISE CASUAL

O contexto de referência da língua (linguagem) abarca as relações semânticas apreendidas pela gramática de casos e traz contribuições eficazes na explicitação dos efeitos de sentido que se constituem no âmbito das cenas enunciativas, independente dos contextos discursivos instanciados para análise.

Aqui, focalizo os 'minienunciados' caracterizados como microcenos, que detêm verbos-predicadores de nuances benefactivas, indiciando as noções de *posse, poder, liderança, ganho ou perda, benefício/malefício, transferência de propriedade*, ou de *poder*, nos contextos *econômico e político* dos jornais *Zero Hora, Folha de São Paulo* e *O Globo*, coletados nas quintas-feiras, de agosto a dezembro de 1996. A organização do *corpus* ocorreu com base no programa computacional TDS-GC/1997-8, derivado de Non Windows Users – Média Vision Technology GmbH, elaborado especialmente para este trabalho, conforme detalhamento apresentado no capítulo da Metodologia.

A opção pelo modelo casual a ser adotado levou em conta a afinidade com o direcionamento teórico-metodológico desta abordagem; assim, o *Modelo Casual da UFSC* redimensionado por Nicolacópulos (1992, 1997), responde às perspectivas assinaladas. O modelo se ampara em arcabouço

teórico — aberto à interface — com empreendimentos metodológicos de caráter não-localista, e abrange os casos básicos A (agente) e O (objeto) e os não-básicos E (experenciador) B (beneficiário), L (locativo) — como um caso que coocorre com os demais no modelo, sem subsumi-los na redução à O (origem) e M (meta) —, C (comitativo), T (tempo) e H (holístico). Favorece ainda o entrecruzamento dos componentes metodológicos, abrangendo as dimensões pragmático-discursivas na consideração do plano contextual para a interpretação dos casos.

Neste modelo, a captação do sentido é extensiva às configurações polissêmicas, que compreendem as variações de sentido dentro do mesmo campo semântico. No âmbito do campo B (benefactivo), há uma série de nuances que se manifestam, assumindo efeitos de sentido peculiares, mas específicos; os enunciados que seguem, partilhando do mesmo campo de referência semântica, servem como exemplário do que pretendo explicitar. Eles foram retirados da imprensa escrita e, em cada um deles, o verbo-predicador assumirá *um efeito de sentido específico*, isto é, em cada contexto estará perspectivizada uma das nuances de sentido que esses verbos-predicadores podem subsumir. São, portanto, exemplos de efeitos de sentido perspectivizado:

*“O representante das centrais sindicais g a n h o u muito dinheiro com as campanhas políticas que ajudou a promover ” noção de: ganho (Zero Hora: 19/9/98, p.23).*

*“O líder da campanha eleitoral do PT g a n h a r á alto cargo na Secretaria de Transportes, com a eleição de Olívio Dutra, disse com ironia seu companheiro de partido” noção de: benefício (Zero Hora: 07/10/98, p. 13).*

*“O governo Brito p o s s u i as terras para assentamento dos colonos sem terra, entretanto as promessas não saem do papel; e na época de campanha eleitoral(eira) servem novamente ao discurso” noção de: posse (Zero Hora: 23/9/98, p. 15).*

*“O governador Antônio Brito l i d e r o u as pesquisas de primeiro*



*turno, no entanto, o resultado das urnas não confirmaram a vitória com ampla margem de votos” noção de: liderança (Zero Hora: 10/10/98, p. 9).*

*“Os articuladores de campanha do PT e n t r e g a r a m aos militantes do partido as cédulas gigantes para serem distribuídas à população com o objetivo de intensificar a propaganda no segundo turno” noção de: transferência de propriedade (Zero Hora: 14/10/98, p. 11).*

O processo metafórico está instanciado no modelo como via de duas mãos, uma vez que a instauração da metáfora se dá na transposição do sentido, ou seja, ela ocorrerá quando forem suspensos os traços de sentido que identificam um determinado campo semântico, para que, com a assunção de novos traços, fique evidenciado um novo *caso*, um novo campo semântico, como no exemplo que segue:

*“O funcionário da GM – montadora que está se instalando no RS – g a n h o u conhecimento e experiência com a bolsa de estudos que lhe permitiu participar das atividades de treinamento numa montadora paulista” (Zero Hora: 30/9/98, p. 7).*

No contexto acima, o efeito de sentido de ‘ganhar algo’, no âmbito do campo B (benefactivo), fica suspenso, já que a nuance de sentido perspectivizada instaura a *aquisição de conhecimento* (ganhar experiência=ganhar :: aprender algo=cognição). Assim, o efeito de sentido do predicador *ganhar* é transportado do campo semântico B (benefactivo) para o campo E (experienciador), onde ‘conhecimento e experiência com a bolsa de estudos que lhe permitiu participar das atividades de treinamento numa montadora paulista’ constitui o objeto da experiência do funcionário. É este o percurso da metáfora, disferenciando-se, portanto da polissemia.

Já a neologia de sentido funciona como uma espécie de ‘operação de resultado’, isto é, tanto a polissemia quanto a metaforização podem originar enunciados de configurações neológicas. Para tanto, é imprescindível que o efeito de sentido produzido, em qualquer dos casos, seja original. É

o que ocorre, por exemplo, em relação ao processo de verbalização do plugue de tomada, no enunciado:

*"Um banco plugado em inovação"* (Folha de São Paulo: 10/7/97, p. E.3).

O trecho destacado integra o contexto de uma propaganda do Banco Real, que se vale do desenho de um plugue, transformando-o em verbo no referido enunciado, para reiterar a idéia de atualidade tecnológica, o que, além de imprimir força na expressividade pretendida, promove efetivamente a neologia de sentido, isto é, utiliza de modo original e criativo um item lexical que, até então, tinha seu registro de uso integrando outro campo semântico, em outro contexto.

Essas articulações de sentido são apreendidas na interação comunicativa dos sujeitos enunciadore e constituem as cenas enunciativas, que registram as intenções, as aspirações e os empreendimentos dos usos que flagram desde as manifestações mais simples às mais belas metáforas. O interesse aqui se limita às microcenas de nuances benefactivas, mas, em vista das metaforizações, a expectativa é de que ocorram entrecruzamentos que perpassem todos os casos, pois a via de duas mãos pressupõe a aferição de sentido nas esferas intercasuais: de sentido básico de B (benefactivo), metaforizando-se para os outros campos casuais; e dos outros campos casuais metaforizando-se em direção ao campo B (benefactivo).

O caso B (benefactivo), no cenário da linguagem jornalística que focaliza os contextos econômico e político, pode ser percebido *estaticamente* (B, Oe), conotando posse, poder, liderança, benefício/malefício, bem como os outros empreendimentos de sentido assemelhados; e também *processualmente* (B, O), ao referir ganho, perda, liderança, benefício/malefício, juntamente com outras evocações similares; assim como *agentivamente* (A, B, O), indicando transferência de propriedade, poder (=assumir o poder), benefício/malefício, bem como as demais associações similares, relacionais e viáveis nesse contexto.

Resguardada a potencialidade metafórica dos verbos-predicadores, são caracterizados como prototipicamente B (benefactivos) todos aqueles que assumam as nuances de sentido previstas no esquema que segue:

*Benefactivo estático* – posse, poder, liderança, benefício/malefício, percebido(s) estaticamente e visto(s) como um *não-acontecimento*, *não-evento*;

*Benefactivo processual* – ganho, perda, liderança, benefício/malefício, percebido(s) como um evento *não-agentivo*;

*Benefactivo agentivo* – transferência de propriedade ou de poder, percebido(s) como evento(s) agentivos.

O mesmo vale para os verbos que a estes se assemelham (Figura 25).

ESTÁTICO	PROCESSUAL	AGENTIVO
B, OE	B, O	A, B, O
TER	GANHAR	DAR
POSSUIR	PERDER	ENTREGAR
LIDERAR	RECEBER	FORNECER

FIGURA 25 - CAMPO SEMÂNTICO BENEFACTIVO

3.2.1 — CENAS DOS CONTEXTOS ECONÔMICO E POLÍTICO

Estão relacionados a seguir os verbos-predicadores das cenas que integram os contextos econômico e político, criteriosamente selecionados para constituírem o exemplário da tese. Esta exemplificação está sendo feita por amostragem, cujo recorte se encontra em anexo, no final do trabalho. O procedimento tem o propósito de dimensionar a abrangência do campo semântico B (benefactivo), focalizando todas as ocorrências significativas que se processam em seu interior. Os quadros que seguem foram organizados observando-se a especificidade da análise: verbos-predicadores de sentido básico, incluindo: o número do enunciado (=ou

cena ) em que o mesmo está inserido; o verbo-predicador e seu respectivo esquema casual; verbos-predicadores metaforizados: intercasuais – primeiramente, do campo semântico B (benefactivo) para outros campos semânticos, incluindo: a número do enunciado, o verbo-predicador, a metaforização instaurada, identificando o novo campo semântico a que se dirige o processo metafórico, e o respectivo esquema casual; verbos-predicadores: intercasuais – dos outros campos semânticos, que se metaforizam em direção ao campo B (benefactivo), incluindo também: o número do enunciado, o verbo-predicador, o campo semântico em que tem origem a metaforização, e seu esquema casual. A figura 26 dá conta dos enunciados — cenas — dos contextos econômico e político que contêm os verbos-predicadores de sentido básico.

ENUNCIADO Nº	VERBO- PREDICADOR	ESQUEMA CASUAL
01	saldar	[A, *B, O]/B – APAG.
02	terceirizar	[A, *B, O]/B – LEX.
05	pagar	[A, *B, O]/B – APAG.
07	ter	[B, O]
08	receber	[*B, O]/B – APAG.
08	obter	[B, O]
09	tutelar	[B, OE]/OE – APAG.
10	ajudar	[*A, *B, *O]/O – LEX.; B – APAG.
11	ter	[B, O]
12	vender	[A, *B, O]/A, B – APAG.; PASS.
13	conceder	[A, B, O]
14	garantir	[*A, *B, *O]/O – LEX.; A, B – APAG.
15	ser detentor	[B, OE, OE]
18	devolver	[A, *B, O]/B – APAG.
18	cobrar	[*A, B, O]/A – APAG.; PASS.
19	receber	[*A, *B, O]/A, B – APAG.
20	devolver	[*A, *B, O]/A, B – APAG.
21	doar	[*A, *B, O]/A, B – APAG.; PASS.

22	indenizar	$[A, *B, *O]/O - \text{LEX.}; B - \text{APAG.}$
23	pagar	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
26	beneficiar	$[A, B, *O]/O - \text{LEX.}$
28	dar	$[A, B, O]$
28	liberar	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
28	salvar	$[*A, B, *O]/O - \text{LEX.}; A - \text{APAG.}$
30	dirigir	$[*B, O]/O - \text{APAG.}$
33	escapar	$[B, O]$
34	prejudicar	$[A, B, *O]/O - \text{LEX.}$
35	ganhar	$[*B, O]/B - \text{APAG.}$
37	acusar	$[A, B, *O]/O - \text{LEX.};$
37	favorecer	$[*A, B, *O]/O - \text{LEX.}; A - \text{APAG.}$
41	ter	$[*B, OE, OE]/B - \text{APAG.}$
42	receber	$[B, O]$
42	pagar	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
44	perder	$[B, O]$
48	dever	$[B, *B, OE]/B - \text{APAG.}$
48	emprestar	$[A, *B, O]/B - \text{APAG.}$
48	capitalizar	$[*A, B, *O]/O - \text{LEX.}; A - \text{APAG.}$
50	(estar) disponível	$[OE, *B]/B - \text{APAG.}$
52	financiar	$[A, *B, O]/A = B$
52	quitar	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
53	receber	$[B, O]$
57	receber	$[A, *B, O]/A = B$
58	contribuir	$[A, B, O]$
59	entregar	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
60	socorrer	$[*A, B, *O]/O - \text{LEX.}; A - \text{APAG.}$
61	contribuir	$[A, *B, *O]/O - \text{LEX.}; B - \text{APAG.}$
62	ganhar	$[*B, O]/B - \text{APAG.}$
63	receber	$[B, O]$
63	proporcionar	$[A, *B, O]/B - \text{APAG.}$
64	render	$[B, O]$
66	ter (participação)	$[B, O]$

67	pagar	[B, O]
67	entregar	[*A, B, O]/A – APAG.; PASS.
68	conseguir	[A, *B, O]/A = B
70	perder	[B, O]
70	punir	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
72	entregar	[*A, B, O]/A – APAG.
73	cobrar	[*A, *B, O]/A, B – APAG.
74	conceder	[A, B, *O]/O – APAG.
76	conceder	[*A, B, O]/A – APAG.; PASS.
78	cobrar	[*A, B, O]/A – APAG.
79	isentar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
80	ter	[B, B, Oe]
82	apoiar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
83	vender	[*A, *B, O]/A, B – APAG.
84	lucrar	[B, *O]/O – LEX..
85	ter	[B, Oe]
86	ter	[B, Oe, Oe]
86	desassistir	[B, *O]/O – LEX.
87	prestar	[*A, B, O]/A – APAG.
88	patrocinar	[A, B, *O]/O – LEX.
88	proteger	[A, B, *O]/O – LEX.
89	lucrar	[B, *O]/O – LEX.
90	cobrar	[*A, B, O]/A – APAG.
90	dever	[B, B, Oe]
91	furtar	[*A, *B, O]/A, B – APAG.; PASS.
92	conseguir	[B, O]
92	propiciar	[A, B, O]
93	encampar	[A, *B, O]/A = B
95	cobrar	[*A, *B, O]/A, B – APAG.; PASS.
96	faturar	[B, O]
99	dar (= render)	[O, O, B]
100	poupar	[A, *B, *O]/A = B; O – LEX.
101	pagar	[A, *B, O]/B – APAG.

101	comprar	$[A, *B, O]/B - \text{APAG.}$
102	ter	$[B, OE]$
102	comprar	$[A, *B, O]/B - \text{APAG.}$
103	ganhar	$[B, O]$
104	ajudar	$[*A, B, *O]/O - \text{LEX.}; A - \text{APAG.}$
107	poupar	$[A, *B, *O]/A = B; O - \text{LEX.}$
109	ceder	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
110	ceder	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
112	ter	$[B, OE, OE]$
112	proteger	$[*A, B, *O]/) - \text{LEX.}; A - \text{APAG.}$
113	negociar	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}; \text{PASS.}$
115	liderar	$[*B, O]/B - \text{APAG.}$
116	receber	$[*B, O]/B - \text{APAG.}$
117	vender	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
117	conceder	$[A, B, O]$
118	privatizar	$[*A, *B, *O]/A, B, O - \text{APAG.}$
118	(ser) prejudicial	$[*OE, *B]/OE, B - \text{APAG.}$
120	liquidar	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
121	dever	$[B, B, *OE]/OE - \text{APAG.}$
121	pagar	$[*A, B, *O]/A, O - \text{APAG.}$
124	assegurar	$[A, B, O]$
124	garantir	$[A, *B, O]/B, - \text{APAG.}$
125	garantir	$[*A, *B, O]/A, B, - \text{APAG.}$
125	dar	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
125	tornar	$[B, *O]/O - \text{LEX.}$
126	subsidiar	$[*A, *B, *O]/O - \text{LEX.}; A, B - \text{APAG.}$
127	atender	$[A, B, *O]/O - \text{LEX.}$
128	adquirir	$[A, *B, O]/B - \text{APAG.}$
129	adquirir	$[*A, *B, *O]/A, B, O - \text{APAG.}$
130	chefiar	$[B, *O]/OE - \text{APAG.}; \text{PASS.}$
132	comercializar	$[A, B, O]$
132	cobrar	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
133	possuir	$[B OE]$

133	parcelar	[A, *B, O]/B – APAG.
134	oferecer	[A, *B, O]/B – APAG.
135	garantir	[*A, B, O]/A – APAG.
136	gastar	[A, *B, O]/A = B
138	contribuir	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
139	negociar	[*A, B, O]/A – APAG.; PASS.
140	render	[O, O, *B]/B – APAG.
141	penhorar	[A, *B, O]/B – APAG.
141	indenizar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
144	recuperar	[B, O]
145	obter	[B, O]
148	emprestar	[A, B, O]
149	garantir	[A, B, O]
150	comandar	[*A, *B, O]/A = B; A, B – APAG.
150	prejudicar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
150	obter	[*A, *B, O]/A = B; A, B – APAG.
151	custear	[A, B, *O, O]/O – LEX..
152	multar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.; PASS.
154	ajudar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
155	pagar	[*A, *B, O]/A, B – APAG.
156	exercer	[B, OE, OE]
157	liderar	[B, OE]/PASS.
158	financiar	[*A, *B, O]/A, B – APAG.
159	liberar	[*A, B, O]/A – APAG.
160	conceder	[*A, B, O]/A – APAG.
161	oferecer	[A, *B, O]/B – APAG.
161	subsidiar	[*A, B, *O]/O – LEX.; A – APAG.
162	fornecer	[A, *B, O]/B – APAG.
163	acusar	[A, B, *O]/O – LEX.
164	receber	[B, O]
165	liberar	[*A, B, O]/A – APAG.; PASS.
166	liberar	[*A, B, O]/A – APAG.
166	reaver	[*B, O]/B – APAG.



168	obter	$[A, *B, O]/A = B$
169	economizar	$[*A, *B, *O]/A = B, O - \text{LEX.}; A, B - \text{APAG.}$
170	conceder	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}; \text{PASS.}$
173	vencer	$[B, O]$
173	presidir	$[B, *OE]/OE - \text{APAG.}; \text{PASS.}$
175	dominar	$[*B, OE]/B - \text{APAG.}$
176	doar	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}; \text{PASS.}$
181	quitar	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
184	ganhar	$[*B, O]/B - \text{APAG.}$
187	cassar	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.}$
188	lucrar	$[*A, *B, *O]/A = B, O - \text{LEX.}; A, B - \text{APAG.}$

FIGURA 26 - VERBOS-PREDICADORES BENEFATIVOS  
DE SENTIDO BÁSICO

Na figura 27 distribuem-se os dados levantados que dizem respeito à metaforização, a qual, a partir do campo B (benefactivo) interpela os demais campos semânticos.

ENUNCIADO Nº	VERBO-PREDICADOR	METAFORIZAÇÃO	ESQUEMA CASUAL
16	receber	$B \rightarrow L$	$[B, O]$
17	conquistar	$B \rightarrow E$	$[A, E, *O]/A = O$
25	ter	$B \rightarrow E$	$[E, OE, OE]$
27	aceitar	$B \rightarrow E$	$[A, *E, O]/A = E$
29	pertencer	$B \rightarrow H$	$[OE, H]$
38	distribuir	$B \rightarrow E$	$[*A, E, O]/A - \text{APAG.}$
39	dar	$B \rightarrow E$	$[*A, E, O]/A - \text{APAG.}$
43	receber	$B \rightarrow C$	$[A, O, *C]/A = C$
55	receber	$B \rightarrow E$	$[E, O]$
66	acertar	$B \rightarrow E$	$[A, *E, O]/A = E$
91	receber	$B \rightarrow E$	$[E, O]$
93	dar	$B \rightarrow E$	$[*A, E, O]/A - \text{APAG.}; \text{PASS.}$

93	dar	$B \rightarrow T$	$[*A, T, O]/A - \text{APAG.}$
103	ter	$B \rightarrow T$	$[*OE, T]/OE - \text{APAG.}$
103	ter	$B \rightarrow C$	$[*OE, C]/OE - \text{APAG.}$
104	oferecer	$B \rightarrow E$	$[A, *E, O]/E - \text{APAG.}$
108	gastar	$B \rightarrow T$	$[O, T]$
119	ganhar	$B \rightarrow O$	$[O, O]$
123	herdar	$B \rightarrow E$	$[E, O]$
129	perder	$B \rightarrow E$	$[E, O]$
149	manter	$B \rightarrow O$	$[*A, O]/A - \text{APAG.}$
167	cobrar	$B \rightarrow E$	$[A, *E, O]/E - \text{APAG.}$
170	dar	$B \rightarrow E$	$[A, *E, O]/E - \text{APAG.}$
172	receber	$B \rightarrow E$	$[*E, O]/E - \text{APAG.}$
172	encontrar	$B \rightarrow C$	$[A, *O, C]/A = O$
174	ter	$B \rightarrow E$	$[A, *E, O]/A = E$
174	ter	$B \rightarrow E$	$[E, OE]$
185	necessitar	$B \rightarrow O$	$[O, O]$
186	herdar	$B \rightarrow E$	$[*A, *E, O]/A = E; A, E - \text{APAG.}$

FIGURA 27 – ENUNCIADOS METAFORIZADOS/1: DO CAMPO B (BENEFATIVO) PARA OS OUTROS CAMPOS

A figura 28 consolida os dados levantados relativamente à metaforização que, dos outros campos semânticos, se orienta para o campo B (benefactivo).

ENUNCIADO Nº	VERBO-PREDICADOR	METAFORIZAÇÃO	ESQUEMA CASUAL
03	assumir	$E \rightarrow B$	$[A, *B, O]/A=B, \text{APAG.}$
04	repassar	$L \rightarrow B$	$[*A, B, O]/A - \text{APAG.; PASS.}$
04	desembolsar	$L \rightarrow B$	$[A, *B, O]/B - \text{APAG.}$
07	retirar	$L \rightarrow B$	$[*A, *B, O]/A, B - \text{APAG.}$
10	abocanhar	$L \rightarrow B$	$[*B, O]/B - \text{APAG.}$
14	colocar	$L \rightarrow B$	$[A, *B, O]/A=B.$

14	deter	$O \rightarrow B$	$[B, OE]$
15	deter	$O \rightarrow B$	$[B, OE]$
19	ficar	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
19	resultar	$O \rightarrow B$	$[A, B, O]$
21	arrecadar	$O \rightarrow B$	$[*A, B, O]/A - APAG.$
24	encabeçar	$L \rightarrow B$	$[*B, O]/B - APAG.$
25	arrumar	$L \rightarrow B$	$[*B, O]/B - APAG.$
31	embolsar	$L \rightarrow B$	$[B, *O]/O - LEX.$
35	reforçar	$O \rightarrow B$	$[*A, B, *O]/O - LEX.; A - APAG.$
36	chegar	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
40	assumir	$E \rightarrow B$	$[B, O]$
46	abocanhar	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
47	arrecadar	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
48	quebrar	$O \rightarrow B$	$[B, *O]/O - LEX.$
51	estender	$L \rightarrow B$	$[*A, B, O]/A - APAG.$
54	cair	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
54	embolsar	$L \rightarrow B$	$[A, *B, O]/A - APAG.$
55	encabeçar	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
56	escapar	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
62	passar (à frente)	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
65	vir	$L \rightarrow B$	$[O, B]$
69	cair	$L \rightarrow B$	$[*O, B]/O - APAG.$
69	encabeçar	$L \rightarrow B$	$[B, OE]$
70	recolher	$L \rightarrow B$	$[A, *B, O]/B - APAG.$
71	repassar	$L \rightarrow B$	$[*A, B, *O]/A, O - APAG.$
75	colocar	$L \rightarrow B$	$[*A, B, O]/A - APAG.$
76	estender	$L \rightarrow B$	$[A, B, *O]/O - APAG.$
77	acumular	$L \rightarrow B$	$[B, O]$
80	destinar	$E \rightarrow B$	$[OE, B]$
81	ocupar	$L \rightarrow B$	$[A, *B, O]/A = B$
86	estar (à beira)	$L \rightarrow B$	$[B, OE]$
87	absorver	$L \rightarrow B$	$[*B, *O]/B, O - APAG.$

89	ficar	$L \rightarrow B$	$[\ast B, O]/B - \text{APAG.}$
89	assumir	$E \rightarrow B$	$[\ast A, \ast B, O]/A, B - \text{APAG.}$
91	descobrir	$L \rightarrow B$	$[\ast B, O]/B - \text{APAG.}$
94	sofrer	$E \rightarrow B$	$[B, O]$
97	enviar	$L \rightarrow B$	$[\ast A, B, O]/A - \text{APAG.}$
98	despencar	$L \rightarrow B$	$[B]$
98	morder	$O \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/B - \text{APAG.}$
104	virar	$L \rightarrow B$	$[B, \ast O]/B - \text{APAG.}$
105	derivar	$L \rightarrow B$	$[O, B]$
106	acumular	$L \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/A = B - \text{APAG.}$
108	virar	$L \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/A = B$
111	voltar	$L \rightarrow B$	$[O, B]$
112	reduzir	$O \rightarrow B$	$[\ast A, \ast B, O]/A, B - \text{APAG.}$
114	levantar	$L \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/A = B - \text{APAG.}$
114	investir	$O \rightarrow B$	$[\ast A, \ast B, \ast O]/A = B; A, B, O - \text{APAG.}$
116	ver	$E \rightarrow B$	$[B, O]$
122	dispor	$L \rightarrow B$	$[B, OE]$
127	crescer	$O \rightarrow B$	$[B, \ast O]/O - \text{LEX.}$
131	gerar	$O \rightarrow B$	$[\ast O, O, \ast B]/B, O - \text{APAG.}$
133	contemprar	$E \rightarrow B$	$[\ast A, B, O]/A - \text{APAG.; PASS.}$
134	estender	$L \rightarrow B$	$[O, B]$
140	sofrer	$E \rightarrow B$	$[\ast B, O]/B - \text{APAG.}$
143	recolher	$L \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/B - \text{APAG.}$
146	tirar	$L \rightarrow B$	$[A, B, O]$
147	levar	$L \rightarrow B$	$[\ast B, O]/B - \text{APAG.}$
153	cobrir	$L \rightarrow B$	$[\ast A, \ast B, O]/A, B - \text{APAG.}$
155	quebrar	$O \rightarrow B$	$[B, \ast O]/O - \text{LEX}$
158	enviar	$L \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/B - \text{APAG.; PASS.}$
159	abrir	$O \rightarrow B$	$[A, \ast B, O]/B - \text{APAG.}$
163	dilapidar	$O \rightarrow B$	$[\ast A, \ast B, O]/A = B; A, B - \text{APAG.}$
168	quebrar	$O \rightarrow B$	$[A, B, \ast O]/O - \text{LEX.}$
171	assumir	$E \rightarrow B$	$[\ast B, O]/B - \text{APAG.}$

175	aumentar	O → B	[B, O]
177	ostentar	E → B	[B, O]
178	derrubar	L → B	[A, B, *O]/O – APAG.
178	colocar	L → B	[*A, B, O]/A – APAG.
179	assumir	E → B	[A, *B, O]/A=B
180	contar	E → B	[B, O]
183	bloquear	L → B	[A, B, O]
184	crescer	O → B	[B, *O]/O – LEX.

FIGURA 28 – ENUNCIADOS METAFORIZADOS/2: DOS OUTROS CAMPOS EM DIREÇÃO AO CAMPO B (BENEFACTIVO)

Ampara-se esta análise nos critérios semânticos explicitados nos seguintes dicionários: *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Ferreira (1971); *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Cunha (1982); e *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*, coordenado por Borba (1990). A sequência adotada tem o propósito de assegurar fidedignidade documental e coerência teórico-metodológica, uma vez que o primeiro dicionário referido apresenta uma abordagem clássica da recursividade 'natural' da língua(gem), além de ser tradicionalmente consagrado como o dicionário mais completo da língua portuguesa; o segundo trata da etimologia e, por conseguinte, resguarda a evolução, a transformação e a própria história dos itens lexicais, configurando a possibilidade de captar ocorrências que já tiveram o seu *lugar de dizer*, embora se encontrem cristalizadas e-ou *cansadas* nos contextos mais atuais de uso; e o terceiro configura-se como um dicionário de frequência e apresenta uma abordagem casual dos verbos, o que inscreve sua relação de pertinência com esta investigação.

Todos os verbos-predicadores são examinados à luz dos critérios semânticos formulados pelos três dicionários citados, com vistas a explicitar se os usos efetivos estão ocorrendo em seu(s) sentido(s) básico(s) ou metaforizados e, dentro do processo de metaforização, com que grau de expressividade, de *novidade* desses usos, para, com base nesse critério, tentar

dimensionar até que ponto os efeitos de sentido produzidos ampliam as perspectivas polissêmicas dos itens lexicais, ou se constituem empreendimentos criativos que instauram as *neologias de sentido*, nas imbricações casuais dentro de um mesmo campo semântico, como também nas intercasuais, propiciando o trânsito do significado entre os diversos campos semânticos existentes.

Com o propósito de assinalar a relação de pertinência com o modelo casual adotado, explico a seguir os critérios que serão observados na sequência da análise, respeitando a hierarquização prevista no *Modelo Casual da UFSC*; assim, serão caracterizados e representados, respectivamente:

- a) co-referências: *A=B; A=O*; etc.
- b) lexicalizações: *lex*.
- c) apagamentos: *apag*.
- d) ocorrência de voz passiva: *pass*.
- e) valência semântica: *vs*, além da representação dos casos: *A (agente)*, *B (benefactivo)*, *O (objeto)*, *E (experimentalivo)*, *C (comitativo)*, *L (locativo)*, *T (tempo)* e *H (holístico)*, que identificam os oito casos instanciados no referido modelo.

### 3.2.2 — PROCESSO DE ANÁLISE – PERSPECTIVA CASUAL

As cenas dos contextos econômico e político, e os respectivos verbos-predicadores das microcenas, focalizadas e selecionadas como exemplário desta análise são as seguintes:

1. *“A euforia dos lojistas com os negócios fechados a partir de julho de 1994 acabou se transformando em preocupação quando a quantidade de clientes incapazes de saldar suas dívidas começou a bater todos os recordes históricos” (Zero Hora: 20.09.96, p.23).*

Na cena focalizada, encontra-se o predicador *s a l d a r*, que encerra, como sentido básico, *pagar saldo de / liquidar contas*, ratificando sua dimensão **benefactiva**. No contexto, sua *vs* requer a presença de um **A**, representado pelos ‘clientes incapazes de’; um **B** – apagado, que compreende o credor da transação referida na microcena e que fica subentendido no contexto; ‘as dívidas’ constituem o **O** e configuram a nuance de sentido que está sendo perspectivizada. O esquema casual é:

+ [ **A**, \***B**, **O** ] / **B** – apag.

2. “*Para enfrentar essa nova realidade, as redes de varejo estão ampliando seus setores de cobrança ou mesmo terceirizando esses serviços*” (Zero Hora: 10.08.96, p. 25).

O contexto que abriga esta microcena traz o predicador *t e r c e i r i z a r*, que institui, como sentido básico, *passar a outros / terceiros o encargo / entregar para*, assinalando sua natureza **benefactiva**. Na microcena, a *vs* do predicador evidencia ‘as redes de varejo’ como um **A**, ou seja, como aqueles que passam a terceiros e que se tornam os **B** - beneficiários da ação; e os ‘serviços’, os quais constituem o **O**, são subsumidos pelos beneficiários, que ficam lexicalizados em *t e r c e i r i z a n d o*, no âmbito desta cena. O esquema casual resultante é:

+ [ **A**, \***B**, **O** ] / **B** – lex.

3. “*Também negou ter ligações com Antônio Mazali, ex-funcionário do BB indicado pelo dono da Encol para assumir a direção da construtora no lugar do interventor Jorge Washington de Queiroz, afastado sexta-feira por Pedro Paulo de Souza*” (Zero Hora: 14.11.96, p. 31).

Nesta cena, está instanciado o predicador *a s s u m i r*, que evoca o sentido básico de *tomar sobre si / para si / evocar*, indicando a caracterização **experimentativa** que, à luz do processo de metaforização, desloca-se do campo semântico **E** para o **B**, produzindo um novo efeito de sentido; ou seja, ocorre a suspensão dos traços que indicam experiência para, em

seu lugar, instaurar-se a noção de poder, que está perspectivizada no contexto. A *vs* do referido predicador expressa a co-referência entre **A** e **B**, que estão apagados na microcena, um **O**, que se manifesta em: 'a direção da construtora', todos instanciados no âmbito da cena analisada. Seu esquema casual é:

+ [**A**, \***B**, **O**] / **A=B**: *apag*.

4. *"Ele garante que os brasileiros não pretendem ter direito aos mesmos benefícios, apenas retirar o excesso de incentivos dados pela Argentina" (Zero Hora: 20.09.96, p. 21).*

No contexto destacado, aparece o predicador *retirar*, que, à luz dos dicionários consultados, tem sua caracterização básica como: *tirar para trás / ou para si / retrain*, portanto de configuração **locativa**; nesta microcena, metaforiza-se em direção ao campo semântico **B**; e, dessa forma, institui um **A** – alguém que pretende *retirar* algo, não de lugar, mas de alguém e que está apagado; um **B** - beneficiário, neste caso, uma indicação de 'perda', também apagado no âmbito da microcena; e um **O**, que vem expresso através de 'o excesso de incentivos'. Resulta no seguinte esquema casual:

+ [\***A**, \***B**, **O**] / **A, B**: *apag*.

5. *"Segundo ele, os moinhos argentinos, além de receberem isenções tarifárias ao exportarem para o Brasil, o b t ê m descontos em outros impostos" (Zero Hora: 17.08.96, p. 31).*

Esta cena apresenta o predicador *obter*, que, em seu sentido básico, evoca a idéia de *alcançar / conseguir o que se pode ou deseja*, assinalando sua caracterização **benefactiva**; no contexto, ele perspectiviza a noção de benefício, quando faz referência à *movimentação financeira*. A *vs* do predicador enuncia a presença de um **B** - beneficiário, através de 'os moinhos de argentinos', perspectivizando uma nuance de sentido que instaura relação de *ganho*; um **O**, expresso através de 'descontos em outros impostos', de acordo com a significação espalhada no segmento analisado.



Seu esquema casual é:

+ [B, O]

6. *"Foi com base nos pareceres elaborados pela procuradoria do INSS que os auditores do instituto c o n c e d e r a m a Certidão Negativa à empresa, que deve cerca de R\$ 121 milhões à Previdência"(Zero Hora: 31 / 8 / 96, p. 25).*

Neste contexto, o predicador *c o n c e d e r*, que evoca, como sentido básico, *permitir / facultar / ajudar / favorecer*, reafirma sua condição **benefactiva**; no interior da microcena analisada; a *vs* do referido predicador encerra a presença de um **A**, expresso por 'os auditores do instituto', de um **B** (*beneficiário*), perspectivizado em 'a empresa', e de um **O**, que, nesta microcena, está subsumido pela 'certidão negativa', considerando as imbricações captadas na contextualização. O esquema casual deste predicador é:

+ [A, B, O]

7. *"Na terça-feira, o juiz federal Carlos Alberto Rocha, da 3ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo, colocou os bens da Encol e de Pedro Paulo de Souza, que detém 84% das ações da empresa, em indisponibilidade para g a r a n t i r o pagamento da dívida do INSS" (Zero Hora: 20.09.96, p. 32)*

Esta cena abriga um minienunciado em que o predicador *g a r a n t i r*, cujo sentido básico enuncia *responsabilizar-se por / dar garantia para / afiançar algo*, ratifica sua configuração **benefactiva**; a *vs* do referido predicador supõe um **A**, apagado e fica subentendido no contexto; um **B** – beneficiário da garantia que vem expressa, também apagado na microcena; e um **O**, que aparece lexicalizado através do predicador *garantir* (=dar garantias), considerando as referências de sentido aqui manifestadas. O esquema casual resultante é:

+ [\*A, \*B, \*O] / O – lex.; A, B: apag.

8. “A empresa *d e t é m* 5% do mercado brasileiro de caminhões leves no país, também é detentora de 80% do mercado de tratores com até 45 cavalos” (Zero Hora: 07.11.96, p. 29).

Na cena destacada, inclui-se o predador *d e t e r*, que assume o sentido básico de *fazer parar / fazer cessar / não deixar ir adiante*, constitui-se basicamente como **O**; no contexto, aparece metaforizado em direção ao campo semântico **B**, suspendendo traços de sentido e assumindo outros novos, a fim de dimensionar a significação perspectivizada na microcena: a noção de *posse*. A *vs* do referido predador instancia um **B** – beneficiário, representado por ‘a empresa’ (=aquela que detém algo); e um **O**, que está expresso em ‘5% do mercado brasileiro’ e é percebido estaticamente no contexto em que se insere. O esquema casual é:

+ [B, Oe]

9. “O domingo de lojas abertas às vésperas do Natal *c o n q u i s - t o u* o consumidor que deixou as compras de fim de ano para a última hora” (Zero Hora: 19.12.96, p. 23).

O contexto acima instancia uma microcena em que se situa o predador *c o n q u i s t a r*, que detém seu sentido primeiro como *submeter pela força / vencer / liderar / subjugar*, assinalando sua instituição *benefactiva*. Na microcena focalizada, ele está metaforizado, configurando um deslocamento do campo semântico **B** para o **E**, a fim de subsumir o novo efeito de sentido perspectivizado, que encerra a noção de *convite / persuasão / apelo* para as compras de final de semana, cingindo o direcionamento para o campo semântico **E**. A *vs* do predador prevê um **A**, em co-referência com um **O**, expresso pelas ‘compras de fim de ano’, e um **E**, que evoca aqueles que foram conquistados: ‘os consumidores’ e corresponde ao conteúdo da experiência por eles vivenciada. Seu esquema casual é:

+ [A, E, \*O] / A=O

10. “Bancos terão de *d e v o l v e r* R\$ 166 milhões: tarifas consideradas ilegais foram *c o b r a d a s* de pessoas que não se recadastraram em 1994” (Zero Hora: 17.08.96, p. 27).

Este contexto focaliza dois predicadores: o primeiro: *d e v o l v e r*, cujo sentido básico é *mandar ou dar de volta / restituir*, inscrevendo portanto sua configuração **benefactiva**; ele detém uma *vs* que expressa um **A**, subsumido por ‘Bancos’; um – **B** – beneficiário (=destinatário, favorecido com a devolução), que está apagado; e um **O**, representado por ‘R\$ 166 milhões’. O segundo predicador, *c o b r a r*, que em seu sentido básico enuncia *receber o que é devido / adquirir*, também de empreendimento **benefactivo**, encerra a presença de um **A**, apagado, de um **B** – beneficiário, indicado através: ‘de pessoas que não se recadastraram em 1994’, e de um **O**, que vem manifestado em: ‘tarifas consideradas ilegais’. Esses predicadores reiteram a instância de sentido focalizada nesta análise. Os esquemas casuais dos predicadores são respectivamente:

- *d e v o l v e r*: + [A, \*B, O] / B – apag.

- *c o b r a r*: + [\*A, B, O] / A – apag.; pass

11. “A operação *r e s u l t a v a* em prejuízos para a União, que deverá ficar com o dinheiro, agora, *as contas devem receber de volta os valores das tarifas cobradas*” (Zero Hora: 27.09.96, p. 30).

O contexto acima apresenta uma microcena em que o predicador *r e s u l t a r*, que tem instituído, como sentido primeiro, *ser consequência ou efeito de*, insta sua constituição básica; no contexto, ele está metaforizado, promovendo o deslocamento de sentido do campo semântico **O** para o **B**, perspectivizando a nuance de sentido que indica *perda*. Na cena, a *vs* do predicador institui um **A**, expresso através de ‘A operação’; um **B** – beneficiário, no caso, aquele que perde algo, representado através de ‘a União’; e um **O**, que vem expresso no segmento: ‘em prejuízos’. Seu esquema casual é:

+ [A, B, O]

12. “A ação, que terá início em breve, *a r r e c a d a r á* alimentos para serem doados a entidades beneficentes” (Zero Hora: 14.11.96, p. 29).

A cena destacada abriga o predicador *a r r e c a d a r*, que instancia, como sentido básico, *pôr a bom recado / ter ou guardar (renda / tributo) em lugar seguro*, oscilando sua constituição de sentido, já como básico, entre O e B. Aqui será privilegiada a configuração **benefactiva**, pela via da metaforização. Na microcena analisada, a *vs* do referido predicador deflagra a presença de um A, subentendido no contexto, de um B – beneficiário, que está em relação metonímica com ‘entidades beneficentes’; e de um O, que vem representado por ‘alimentos’, tendo em vista as referências significativas apreciadas nesta análise. O esquema casual resultante é:

+ [\*A, B, O] / A- apag.

13. “Justiça - seguradora deve *i n d e n i z a r* o valor total” (Zero Hora: 05.12.96, p. 32).

Este contexto apresenta uma microcena na qual o predicador é *i n d e n i z a r*, cujo sentido inicial é *dar indenização / ou reparação*, o que reitera o empreendimento **benefactivo** do predicador. A *vs* instanciada na microcena supõe a presença de um A, expresso pela ‘seguradora’; de um B – beneficiário: apagado, subentendendo aqueles que receberão a indenização que deve ser paga; e de um O, lexicalizado em ‘indenizar’ (=pagar indenização). O predicador apresenta o seguinte esquema casual:

+ [A, \*B, \*O] / O – lex.; B – apag.

14. “Apesar de seu nome estar sendo cogitado para encabeçar a chapa do partido para as próximas eleições no Rio Grande do Sul, a senadora se portou como uma simples militante durante a visita de ontem e declarou que sua candidatura depende da indicação e aprovação dos companheiros de partido” (Zero Hora: 07.11.96, p. 19).

Na cena destacada, o predicador *e n c a b e ç a r*, que subsume, como sentido básico, *vir à testa ou à frente de*, tem, por conseguinte caráter **locativo**; no contexto apreciado, metaforiza-se em direção ao campo semântico **B**, perspectivizando o efeito de sentido que expressa *liderança*. A *vs* instanciada na microcena encerra um **B** – beneficiário, que corresponde ao ‘nome que está sendo cogitado para’; e um **O**, manifestado em ‘a chapa do partido para as próximas eleições...’, percebido processualmente neste contexto. O esquema casual é:

+ [\*B, O] / B – apag.

15. “O governo parece que desconhece a realidade do baixo clero (os parlamentares menos conhecidos e influentes), que sempre ter dificuldade em *a r r u m a r* patrocinador, aposta” (Zero Hora: 07.11.96, p. 4).

Nesta cena se insere o predicador *a r r u m a r*, cujo sentido básico é *pôr em ordem, arranjar, compor*, evocando uma natureza **locativa**; no contexto, ele aparece metaforizado, promovendo o deslocamento dos traços de sentido que conotam localização, para perspectivizar a noção de *benefício*: ‘conseguir patrocinador’. O significado *transita* do campo semântico **L** para o **B**; e a *vs* do referido predicador enuncia um **B** – beneficiário, que está apagado na microcena; e um **O**, expresso através de ‘patrocinador’, considerando a perspectiva de análise implementada. Seu esquema casual é:

+ [\*B, O] / B – apag.

16. “Maluf disse que é uma vergonha o governo federal dar apenas R\$ 7 bilhões para o setor e *l i b e r a r* R\$ 9 bilhões para salvar a família do Banco Nacional” (Zero Hora: 07.11.96, p. 10).

Na microcena focalizada encontra-se o predicador *l i b e r a r*, que abriga sua origem básica em *tornar livre ou quite / desobrigar*, assinalando sua natureza **benefactiva**; e instancia a noção de *benefício*, evidenciada em: ‘liberar recursos’. No contexto em que o predicador aparece, sua *vs*

requer um **A**, apagado, na microcena; um **B** – beneficiário, representado pela ‘família do Banco Nacional’, destinatária do valor referido; e um **O**, que vem subsumido por ‘R\$ 9 bilhões’. O esquema casual deste predicador é:

+ [**\*A, B, O**] / **A** – apag.

17. “*As terras p e r t e n c e m hoje ao Amazonas – assim, o pulmão do mundo fica preservado e o país mantém sua fisionomia geográfica*” (Zero Hora: 10.08.96, p. 7 D.).

Este contexto focaliza o *trânsito* de nuance de sentido do campo semântico **B** para o **H**, pela via da metaforização; onde o predicador *p e r t e n c e r* — que, em seu sentido básico, significa *ser de propriedade de* —, indica portanto a caracterização **benefactiva**; nesta cena, perspectiviza a conotação de: *fazer parte de um todo* – ‘as terras fazem parte do Estado do Amazonas’, configurando uma dimensão **holística**. Nesse sentido, a *vs* do referido predicador encerra a presença de um **O**, representado por ‘as terras’, e percebido estaticamente; e a noção **H**, que vem expressa em ‘ao Estado do Amazonas’. Seu esquema casual é:

+ [**Oe, H**]

18. “*Ninguém e s c a p a da crise*” (Zero Hora: 03.10.96, p. 4).

O contexto acima abriga uma microcena em que o predicador *e s c a p a r*, que expressa, no sentido básico, a idéia de: *livrar-se de / salvar-se de algo*, evoca aqui a caracterização **benefactiva**; a instauração do sentido *transita* no âmbito do campo semântico **B**, indicando o efeito de sentido que perspectiviza *malefício*, relativamente ao poder aquisitivo, devido à existência da crise. Na assunção deste efeito de sentido, a *vs* do referido predicador deflagra a presença de um **B** (=malefício), representado por ‘ninguém’; de um **O**, que vem expresso em ‘da crise’, percebido processualmente a partir da constelação de sentido espreada no contexto. O esquema casual resultante é:

+ [**B, O**]

19. "O atraso no pagamento dos servidores estaduais de Alagoas *p r e j u d i c a* até um negócio sacramentado no Nordeste: a venda de água de coco" (Zero Hora: 14.11.96, p. 10).

Nesta cena aparece o predicator *p r e j u d i c a r*, que encerra primeiramente o sentido de *causar prejuízo ou dano / lesar*, instanciando sua natureza **benefactiva**; neste contexto, a *vs* do predicator supõe a presença de um **A**, subentendido no contexto; de um **B**, que, neste caso, indica *malefício* e está expresso através 'dos servidores estaduais de Alagoas'; e de um **O**, lexicalizado em *prejudicar* (=causar prejuízo), conforme as referências significativas imbricadas no contexto em que a microcena se insere. Seu esquema casual é:

+ [\*A, B, \*O] / O – lex.; A – apag.

20. "Aposentado, Benedito *g a n h a* um salário mínimo por mês, vendendo água de coco, faz em média R\$ 180 para reforçar sua renda" (Zero Hora: 28.11.96, p. 13).

No contexto acima, está inserido o predicator *g a n h a r*, cujo sentido básico é *receber / obter / granjear / conquistar*, deflagrando sua configuração **benefactiva**; na microcena focalizada, a *vs* do predicator subsume a presença de um **B** – beneficiário, configurado por 'Benedito' - o aposentado que *g a n h a* algo; e de um **O**, que está expresso através de 'um salário mínimo por mês', considerando as referências contextuais, que instituem um processo, na microcena analisada. O esquema casual obtido é:

+ [B, O]

21. "Ao longo dos anos 80, o discurso do intelectual que *c h e - g o u* a presidente se alterou no ritmo de sua ascensão política" (Zero Hora: 19.12.96, p. 5 C.).

Neste contexto, a microcena destacada inclui o predicator *c h e - g a r*, que, em seu sentido básico, detém a idéia de *atingir certo lugar /*

*chegar a algum lugar*, sendo, portanto, de natureza **locativa**; mas, no âmbito desta cena, a *vs* do predicator instaura o efeito de sentido de *poter*, promovendo o deslocamento de sentido do campo semântico **L** para o **B**, com vistas a subsumir um novo efeito de sentido, perspectivizado na microcena. A referida *vs* encerra a presença de um **B** – beneficiário, expresso em ‘o intelectual’; de um **O**, que vem representado através de ‘presidente’, configurando um processo na dimensão contextual focalizada. Seu esquema casual é:

+ [ **B**, **O** ]

22. “Na mesma noite, *d i s t r i b u i u* elogios a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PSDB), dois adversários ferrenhos da reeleição de FH” (Zero Hora: 05.12.96, p. 4).

O contexto focalizado com o predicator *d i s t r i b u i r*, em seu sentido básico, indica *saltar / atirar / dar para diferentes partes*, assinalando natureza **locativa**; nesta microcena ocorre a suspensão dos traços de sentido referidos para subsumir a noção de *fazer elogios a alguém*, e a metaforização se dá do campo semântico **B** para o campo **E**, instanciando a via de ‘mão contrária’, e, nessa perspectiva, a *vs* do predicator supõe a presença de um **A**, que está apagado na microcena; de um **E**, que indica aquele que recebe os elogios, ‘Luiz Inácio Lula da Silva’; e de um **O**, representado por ‘elogios’, captado agentivamente no contexto. O esquema casual é:

+ [ \***A**, **E**, **O** ] / **A** – apag

23. “Ou você vem para o PFL, ou você não vai *r e c e b e r* dinheiro para pagar suas obrigações” (Zero Hora: 17.10.96, p. 5).

Nesta cena aparece o predicator *r e c e b e r*, que ampara seu sentido básico em *tomar / ganhar / aceitar em pagamento*, evocando sua constituição **benefactiva**; no contexto acima, sua *vs* encerra a presença de um **B** – beneficiário, representado por ‘você não vai’; e de um **O**, expresso



por 'dinheiro para pagar suas obrigações', ambos instanciados processualmente neste contexto. Seu esquema casual é:

+ [B, O]

24. *"Duas horas antes do Boing 707 da Midlle East Airlines (MEA) aterrissar em PortoAlegre, o Aeroporto Salgado Filho já estava pronto para receber o presidente do Líbano, Elias Hrawi, e sua comitiva de 54 pessoas"* (Zero Hora: 12 / 12 / 96, p. 13).

Esta cena abriga o predicador *receber*, que, em seu sentido básico, indica *tomar / aceitar em pagamento*, revelando sua natureza **benefactiva**; na microcena destacada, está sendo perspectivizada a noção de companhia (=receber alguém / ir ao encontro de), subsidiada pela metaforização, que promove o deslocamento de sentido do campo semântico **B** para o **C**. A *vs* do predicador requer um **A**, numa relação de co-referência com o **comitativo** (alguém, subsumido no contexto, metonimicamente, por Aeroporto Salgado Filho): 'recebe o presidente do Líbano e sua comitiva de 54 pessoas'; essa relação é capatada agentivamente no contexto da microcena. O esquema casual resultante é:

+ [A, O \* C] / A=C

25. *"Karini considera a proposta do governo de Beirute um avanço - apesar das críticas no Líbano de que a medida ameaçaria o atual equilíbrio entre muçulmanos e cristãos no país; os descendentes não perderiam a nacionalidade brasileira"* (Zero Hora: 21.11.96, p. 8 A.).

No contexto focalizado, o predicador *perder*, que encerra, como sentido básico, *ser privado / ficar sem domínio ou posse de*, flagrsua configuração **benefactiva**; na microcena, fica instanciada a noção de *malefício*, e a *vs* do referido predicador pressupõe a presença de um **B** – beneficiário, representado por 'os descendentes', e de um **O**, que está ex-

presso em 'a nacionalidade brasileira', captados processualmente neste contexto. O esquema casual deste predicador é:

+ [B, O]

26. "*A indústria farmacêutica faturou R\$ 9,6 bilhões no período que vai de dezembro de 95 a novembro deste ano*" (Folha de São Paulo: 10.08.96, p. 10 - 2º C.).

O contexto focalizado inclui o predicador *faturar*, que detém o sentido básico de *fazer a fatura de mercadoria vendida*, ratificando a noção **benefactiva**. Na microcena, a *vs* do predicador evoca um **B** – beneficiário, expresso em 'A indústria farmacêutica'; e um **O**, aqui representado pelos 'R\$ 9,6 bilhões...', instanciados processualmente no contexto em que a microcena se integra. Seu esquema casual é:

+ [B, O]

27. "*O ingresso de dólares representou, nos dez primeiros dias do mês, 71% do montante enviada à Bovespa em novembro, R\$ 312 milhões líquidos (fora as retiradas)*" (Folha de São Paulo: 24.08.96, p. 7 - 2º C.).

A cena analisada apresenta o predicador *enviar*, que evoca o sentido básico de *expedir / remeter / endereçar*, assinalando sua natureza **locativa**, respaldada pela via da metaforização, que compreende o 'transporte' de sentido do campo semântico **L** para o **B**, a fim de que o predicador possa subsumir um novo efeito de sentido: o de remeter *dinheiro*, ativos financeiros. Em razão disso, a *vs* do referido predicador encerra a presença de um **A**, que fica subentendido no contexto (=os que fazem a remessa de dólares); de um **B** – beneficiário, indicado pela 'Bovespa' – que recebe os recursos enviados); e um **O**, que vem representado pelos 'R\$ 312 milhões líquidos', caracterizados agentivamente no contexto focalizado. O esquema casual resultante é:

+ [\*A, B, O] / A – apag.

28. “O milionário *p o u p a*, usa carro velho e roupa barata” (Folha de São Paulo: 06.09.96, p. 3 - 2º C.).

O enunciado acima abriga o predicador *p o u p a r*, que encerra o seu sentido básico como *gastar com moderação / não desperdiçar / economizar*, salientando a nuance **benefactiva** do predicador. No âmbito da microcena, sua *vs* supõe a presença de um **A**, co-referente a um **B** – beneficiário, manifestados em ‘O milionário’; e de um **O**, que está lexicalizado em *poupar* (=a fazer poupança), conforme a dimensão contextual da cena focalizada, agentivamente nesta abordagem. O esquema casual é:

+ [A, \*B, \*O] / A=B; O – lex.

29. “Só 5% dos milionários americanos já pagaram US\$ 1.400 num terno ou mais de US\$ 330 num par de sapatos; metade desses mesmos milionários nunca *c o m p r o u* relógio que custasse mais de US\$ 400” (Folha de São Paulo: 06.09.96, p. 4 - 2º C.).

A cena destacada inclui o predicador *c o m p r a r*, cujo sentido básico é *adquirir por dinheiro / transacionar*, ratificando sua conotação **benefactiva**. Na microcena, a *vs* do predicador enuncia um **A**, que vem expresso por ‘milionários’ – os que nunca compraram; um **B** – beneficiário, que está apagado (=comerciante / origem da compra: ‘source’); e um **O**, configurado em ‘relógio que custasse...’, percebidos agentivamente na relação contextual analisada. O esquema casual fica assim:

+ [A, \*B, O] / B – apag.

30. “Tomado pelas médias, o milionário americano tem um patrimônio de US\$ 3,7 milhões, *ganga* US\$ 250 mil por ano, vive numa casa de US\$ 320 mil, *t e m* 57 anos, mulher e três filhos” (Folha de São Paulo: 13.09.96, p. 6 - 2º C.).

No contexto destacado, o predicador *t e r*, que inscreve o seu sentido primeiro como **benefactivo**: *ter a posse de / possuir / haver*, instancia *duas* nuances de sentido, pela via da metaforização; pela relação de proximidade, sua *vs* perspectiviza, primeiramente, a conotação de *tempo*,

evocando um Oe (subentendido em: 'o milionário'), portanto, apagado e percebido estaticamente; e o T, expresso por '57 anos'; e, em segundo lugar, o *trânsito* do significado atualiza, através de sua vs, a noção de *companhia*, supondo um Oe (=o milionário), também apagado e percebido estaticamente; e um C, que fica evidenciado na referência a 'mulher e três filhos'. Assim, a expansão de sentido subsumida pelo predicador é espraia-da no contexto e subsidiada pelo processo de metaforização, que resguarda os empreendimentos significativos captados nessa interpretação. Os esquemas casuais são, respectivamente:

(1): + [\*Oe, T] / Oe – apag.

(2): + [\*Oe, C] / Oe – apag.

31. *"Stanley oferece alguns critérios capazes de ajudar quem pretende medir seu patrimônio ou, dependendo do cacife, virar a r milionário"* (Folha de São Paulo: 20.09.96, p. 3 - 2º C.).

No enunciado acima aparece o predicador *virar a r*, que detém o sentido básico de *mudar de um lugar para outro / virar o lado da direção ou posição de / volver / voltar*, assinalando sua condição **locativa**. Na microcena focalizada, o predicador subsume o *transporte* de seu significado, pela via da metaforização, deslocando-se do campo semântico L para o B, assumindo a noção que indica *aporte* financeiro; assim, a vs do referido predicador instaura um B – beneficiário, que está apagado no contexto (=alguém que tenha a pretensão de enriquecer); e um O, representado aqui por 'milionário', como pode ser percebido na relação do predicador com os outros componentes da cena em que se localiza. O esquema casual é:

+ [\*B, O] / B – apag.

32. *"Stanley não conta como se pode virar um milionário, mas dá três indicações para cuidar do dinheiro: 1) as famílias que g a s t a m muito tempo discutindo a compra de coisas caras tendem a poupar menos que as famílias que gastam tempo planejando o orçamento; 2) se você não é rico, mas quer vir a sê-*

*lo, nunca compre uma casa que lhe traga uma dívida maior que o dobro de sua renda familiar anual; 3) os filhos adultos poupam dinheiro na razão inversa do patrimônio que receberam de presente dos pais; quanto mais ganharam, menos poupam; quanto menos ganharam, mais poupam” (Folha de São Paulo: 03.10.96, p. 9 - 2º C.).*

Neste contexto vem expresso o predicador *g a s t a r*, que tem o sentido básico de *diminuir os recursos / consumir / dispor / gastar pelo atrito*, ratificando sua configuração **benefactiva**. Aqui, o processo de metaforização assinala a outra mão de seu curso, pois o deslocamento ocorre do campo semântico **B** para o **T**, e refere-se ao *tempo* consumido nas discussões; determinando a suspensão dos traços benefactivos e perspectivizando um novo efeito de sentido, que evidencia a dimensão temporal. A *vs* do referido predicador encerra a presença de um **O**, que vem representado em ‘o que é gasto pela família: muito tempo discutindo.’; e um **T**, instanciado pela nuance de sentido imbricada no predicador (=o tempo passa enquanto eles discutem). O esquema casual resultante é:

+ [O, T]

33. *“O custo varia de 5% a 20% do aumento do valor do ICMS que v o l t a para o município” (Folha de São Paulo: 31.10.96, p. 8 - 2º C.).*

A cena focalizada abriga o predicador *v o l t a r*, cujo sentido primeiro é o de *ir ou dirigir-se ao ponto de onde partiu / regressar*, confirmando sua natureza **locativa**, que, pela via da metaforização subsume o *transporte* do campo semântico **L** para o **B**, instaurando um novo efeito de sentido, que evoca o *retorno* de recursos, conforme o que está perspectivizado nesta microcena. A *vs* do predicador supõe a presença de um **O**, referenciado aqui através de ‘aumento do valor do ICMS’; e um **B** – beneficiário, que vem manifestado em ‘para o município’, destinatário dos recur-

so que *v o l t a*, tendo em vista a articulação contextual do predicator. Seu esquema casual é:

+ [O, B]

34. “Para reduzir a pobreza, que permanece muito grande no sub-continente (entre 23% e 25% da população ganham menos que US\$ 1 por dia), é necessário que quatro metas sejam atingidas: que o crescimento econômico inclua as faixas sociais de menor renda, que pequenas e médias empresas tenham acesso a investimentos externos e domésticos, que a qualidade dos serviços sociais aumente e que redes de segurança sejam criadas para *p r o t e g e r* os pobres” (Folha de São Paulo: 24.10.96, p. 9 - 2º C.).

No contexto acima está expresso o predicator *p r o t e g e r*, que detém o sentido primeiro de *dispensar proteção / ajudar a conseguir / auxiliar nas despesas*, ratificando sua caracterização **benefactiva**. A *vs* do predicator indica a presença de um **A**, apagado (=aqueles que devem criar as redes de segurança); de um **B** – beneficiário, indicado através de ‘os pobres’; e de um **O**, que está lexicalizado em *proteger* (=dar proteção), conforme a percepção desta análise. O esquema casual é:

+ [\*A, B, \*O] / O – lex.; A – apag.

35. “Assim, elas ganhariam liquidez (oferta de compra e venda) para, no futuro, serem negociadas em Bolsa - onde poderão *l e - v a n t a r* mais capital para investir” (Folha de São Paulo: 19.12.96, p. 8 - 2º C.).

A cena destacada abriga o predicator *l e v a n t a r*, que detém o sentido básico de *pôr ao alto / alçar / erguer*, assinalando sua identificação como **locativo**; o processo de metaforização promove o deslocamento do campo semântico **L** para o **B**, instaurando a noção de *ganho*, representada através de ‘levantar dinheiro’, capital para investir, a fim de gerar um novo efeito de sentido. A *vs* do predicator prevê, então, um **A**, numa relação de co-referência com o – **B** – beneficiário, ambos apagados no âmbito

da microcena (=aqueles que podem levantar recursos para investir e ganhar com isso); e um **O**, que vem expresso em 'mais capital para investir', considerando a significação que se espraia no contexto do predicador. Seu esquema casual é:

+ [A, \*B, O] / A=B: apag.

36. "Em setembro a Bolsa de Valores de São Paulo voltou a *l i d e - r a r* o ranking das aplicações financeiras" (Folha de São Paulo: 17.10.96, p. 1 - 2º C.).

No contexto acima está inserido o predicador *l i d e r a r*, que encerra o sentido básico de *dirigir na condição de líder / ser o primeiro*, ratificando sua condição **benefactiva**. No interior da microcena em que se localiza, sua **vs** requer a presença de um **B** – beneficiário, que fica subentendido (=os que aplicam na bolsa e a tornam líder); e de um **O**, representado aqui em 'o ranking das aplicações financeiras', de acordo com a percepção processual da análise implementada. O esquema casual resultante é:

+ [\*B, O] / B – apag.

37. "Meu projeto consiste em instalar, em áreas de 5 mil hectares, no meio da floresta, comunidades de 50 famílias, para ali refazerem as formas de adaptação ecológica que desenvolveram ou *h e r d a r a m* de 10 mil anos de sabedoria indígena" (Folha de São Paulo: 12.12.96, p. 7 - 2º C.).

A cena destacada focaliza o predicador *h e r d a r*, que instancia o sentido básico de *receber / obter ou ter direito por herança*, assinalando sua dimensão **benefactiva**. Mas, na microcena em que se inclui, instaura a outra via da metaforização, já que determina um percurso do significado, do campo semântico **B** para o **E**, a fim de subsumir novos traços de sentido e perspectivizar a nuance de *herdar* conhecimentos, informações históricas. Nesse sentido, a **vs** do referido predicador supõe a presença de um **E**, que está expresso por 'eles'; e de um **O**, representado por 'de 10 mil anos

de sabedoria indígena', o que constitui o objeto da experiência daqueles que desenvolveram o projeto; configura um processo e o esquema casual fica assim:

+ [E, O]

38. *"Razão por que precisa ser subsidiado a um custo muito baixo que são os salários, os meios de transporte e as instalações básicas para a exploração da floresta"* (Folha de São Paulo: 19.12.96, p. 14 - 2º C.).

No contexto acima vem expresso o predicador *subsidiar*, cujo sentido primeiro é *dar subsídio para ajudar / auxiliar*, reiterando sua natureza **benefactiva**. Na microcena focalizada, a *vs* do referido predicador encerra a presença de um **A**, que fica subentendido no contexto (=alguém que deve dar o subsídio); de um **B** – beneficiário, que também está apagado (=aos destinatários dos recursos obtidos); e de um **O**, que vem lexicalizado em 'subsidiado' (=dar subsídio), conforme percepção agentiva da análise contextualizada do predicador. O esquema casual é:

+ [\*A, \*B, \*O] / O – lex.; A, B: apag.

39. *"O mercado de eletroeletrônicos cresceu muito mais nos últimos dois anos do que a estrutura das empresas para atender aos consumidores"* (Folha de São Paulo: 05.12.96, p. 3 - 2º C.).

O enunciado apresenta o predicador *atender*, que evoca, como sentido básico, *dar atendimento / prestar atenção*, reiterando sua expressividade **benefactiva**. No contexto em que a microcena está inserida, a *vs* do predicador instancia um **A**, subentendido no contexto (=o mercado); um **B** – beneficiário, representado através de 'os consumidores'; e um **O**, que vem lexicalizado no predicador *atender* (=dar atendimento), de acordo com essa perspectiva de abordagem. O seu esquema casual fica assim:

+ [A, B, \*O] / O – lex.



40. *"Estudo do Dieese revela que 40,64% das famílias mais pobres no município de São Paulo, com renda de até cinco salários mínimos, são chefiados por mulheres"* (Folha de São Paulo: 20.09.96, p. 7 - 2º C.).

No contexto destacado inclui-se o predicador *chefiar*, que tem sua acepção básica como *exercer a chefia / exercer a função*, assinando sua caracterização **benefactiva**. Assim, na microcena analisada, a *vs* do referido predicador instancia a presença de um **B** – beneficiário (=aquele(a) que chefia), aqui manifestado em 'por mulheres'; e de um **O**, apagado, que é percebido estaticamente (=aqueles que são chefiados por mulheres), de acordo com as nuances de sentido deflagradas na cena. O esquema casual é:

+ [B, \*Oe] / Oe – apag.; pass.

41. *"A Unimed de São Paulo não possui plano odontológico, mas seus associados são contemplados com preços atraentes ao recorrer aos serviços da Uniodonto (Cooperativa de Trabalho Odontológico), que parcela o pagamento em até quatro vezes"* (Folha de São Paulo: 10.10.96, p. 8 - 2º C.).

A microcena destacada inclui o predicador *contemplar*, que encerra, como sentido básico, *olhar / observar / considerar com admiração*, identificando a caracterização **experimentativa**, que, pela via da metaforização, promove o deslocamento de sentido do campo semântico **E** para o **B**, a fim de subsumir um novo efeito de sentido, onde está perspectivizada a noção de *benefício*, com 'preços atraentes'. A *vs* do predicador enuncia um **A**, que fica subentendido no contexto; um **B** – beneficiário, que vem representado em 'seus associados'; e um **O**, manifestado através de 'preços atraentes', encerrando uma percepção agentiva do contexto de análise. O esquema casual fica assim:

+ [\*A, B, O] / A – apag.; pass.

42. *"As empresas não deverão r e c u p e r a r este ano as perdas de 1996, prevê Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)" (Folha de São Paulo: 05.12.96, p. 11 - 2º C.).*

No contexto focalizado, aparece o predicador *r e c u p e r a r*, cujo sentido básico é *recobrar / adquirir novamente / reabilitar*, ratificando sua condição **benefactiva**; na microcena está instituído um processo, e a *vs* do predicador assinala a presença de um **B** – beneficiário, que vem expresso em 'as empresas'; de um **O**, que está representado através de 'as perdas de 1996', considerando a dimensão contextual analisada. Seu esquema casual é:

+ [B, O]

43. *"Mas a FN também pode t i r a r votos de esquerda, nos meios operários e de desempregados, afirma Rey" (Folha de São Paulo: 10.08.96, p. 6 - 1º C.).*

Na cena analisada encontra-se o predicador *t i r a r*, que detém o sentido básico de *fazer sair de algum ponto ou lugar / retirar*, indicando natureza locativa; no contexto destacado, o predicador está metaforizado, assinalando o percurso de sentido, que se desloca do campo semântico **L** para o **B**. Na microcena, a *vs* do referido predicador sinaliza a presença de um **A**, representado por 'FN'; de um **B** – beneficiário (=perda, de quem os votos serão tirados: dos candidatos da esquerda), que vem expresso em 'de esquerda'; e de um **O**, configurado através de 'votos', tendo como referência as indicações contextuais. O esquema casual deste predicador é:

+ [A, B, O]

44. *"Em convenção realizada recentemente, ultradireita diz que vai l e v a r 20 cadeiras na assembléia legislativa paulista." (Folha de São Paulo: 10.10.96, p. 7 - 1º C.).*

O contexto acima inclui o predicador *l e v a r*, cujo sentido básico enuncia: *fazer passar de um lugar para outro / transportar*, ratificando sua

caraterização **locativa**; neste contexto, ele está metaforizado, determinando o deslocamento de sentido do campo semântico **L** para o **B**. Esse deslocamento propicia a assunção de um novo efeito de sentido, perspectivizando a nuance de *ganho*, conquistando maior número de cadeiras na Câmara; nesse sentido, a *vs* do predicator supõe a presença de um **B** – beneficiário (=aqueles que deverão conquistar as cadeiras), que está apagado; e de um **O**, que vem manifestado através de ‘20 cadeiras’, aqui fica constituído um processo, de acordo com a dimensão significativa apreciada. O esquema casual é:

+ [ \***B**, **O**] / **B** – **apag.**

45. *“Para exportadores o governo e m p r e s t a 10,5% do capital de giro nas vendas ao Exterior, em parceria com a União, o governo está construindo um terminal portuário para duplicar a capacidade de carga do porto de Mucuripe” (Folha de São Paulo: 06.09.96, p. 11 - 1º C.).*

Na cena focalizada, insere-se o predicator *e m p r e s t a r*, que instancia, como sentido básico, *confiar a alguém certa soma de dinheiro / ceder por certo tempo*, assinalando sua configuração **benefactiva**; na microcena está perspectivizada a noção de *ganho*, indicada pela obtenção de lucro com o empréstimo. Nesse sentido, a *vs* do referido predicator instaura um **A**, que está explicitado em ‘governo’; um **B** – beneficiário, representado pelos que obtêm o empréstimo ‘exportadores’; e um **O**, dimensionado através de ‘10,5% do capital de giro’, considerando a enunciação apreciada. Seu esquema casual é:

+ [**A**, **B**, **O**]

46. *“Depois de c o m a n d a r a convenção do PMDB que, no último domingo, prejudicou o projeto de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente nacional do partido, deputado Paes de Andrade (CE), tentou obter do governo a indicação do juiz classista Tarcísio Amora” (Folha de São Paulo: 24.10.96, p. 11 - 1º C.).*

No contexto acima, inclui-se o predador *c o m a n d a r*, que instaura, enquanto sentido básico, *dirigir como superior / governar / mandar*, assinalando sua condição **benefactiva**; nesta microcena, a *vs* do predador encerra a presença de um **A**, em relação de co-referência com um **B** – beneficiário, ambos apagados no contexto analisado (os que exercem o comando); e de um **O**, instanciado em ‘a convenção do PMDB’, tendo em vista a significação do contexto analisado. O esquema casual do predador fica assim:

+ [**\*A**, **\*B**, **O**] / **A=B**; **A**, **B**: **apag.**

47. “Se a taxa de fumantes menores de idade não cair a níveis combinados, a indústria será *m u l t a d a*” (Folha de São Paulo: 10.10.96, p. 8 - 1º C.).

Na microcena acima destacada, está inserido o predador *m u l - t a r*, que evoca o sentido básico de *impor ou aplicar multa / penalizar*, assinalando sua natureza **benefactiva**; aqui fica perspectivizada a nuance de sentido que indica *malefício*. No contexto, a *vs* do predador prevê a presença de um **A**, subentendido no interior da microcena (o que aplica a multa à indústria); de um **B** – beneficiário, representado pela ‘indústria’ (que é penalizada com a multa); e de um **O**, que vem lexicalizado através de ‘multada’ (=aplicar multa). O esquema casual resultante é:

+ [**\*A**, **B**, **\*O**] / **O** – **lex.**; **A** – **apag.**; **pass.**

48. “Na realidade, quando o procurador-geral do Mississippi, Mike Moore, recrutou seu antigo colega de universidade Dick Scruggs para processar a indústria em 1994, a ação para *c o b r i r* os custos do Estado pelo tratamento de fumantes não era levada a sério” (Folha de São Paulo: 24.10.96, p. 3 - 1º C.).

O contexto destacado abriga o predador *c o b r i r*, cujo sentido básico é: *ocultar ou resguardar, pondo alguma coisa em cima*, caracterizando sua condição **locativa**; neste contexto está metaforizado, o que determina o deslocamento do significado, do campo semântico **L** para o **B**,

onde são suspensos os traços de sentido que se referem à localização, para subsumir um novo efeito de sentido, perspectivizando a nuance de *ganho*, a partir da cobertura de custos, instaurada pelo processo metafórico. Na microcena, a *vs* do predador encerra a presença de um *A*, que fica subentendido no contexto (quem move a ação para...); de um *B* – beneficiário, também apagado (seria o destinatário da cobertura dos custos); e de um *O*, representado através de ‘os custos’. O esquema casual é:

+ [*\*A*, *\*B*, *O*] / *A*, *B*: apag.

49. “A mulher *q u e b r o u* pagando contas médicas e procurou o auxílio do Estado” (Folha de São Paulo: 31.10.96, p. 8 - 1º C.).

Na cena destacada, está inserido o predador *q u e b r a r*, que evoca o seu sentido primeiro como *reduzir a pedaços / partir / romper*, configurando sua caracterização como caso *básico*; evidenciando a metaforização, com o deslocamento de sentido do campo semântico *O* para o *B*, em cujo âmbito fica perspectivizada a nuance de *perda* do que possuía, pagando contas. No contexto, constitui-se um processo, e a *vs* do predador pressupõe um *B* -, beneficiário (=quem sofre a perda), expresso através de ‘A mulher’; e um *O*, que está lexicalizado em *quebrou* (=estado de quebra), percepções captadas nas referências significativas do contexto. Seu esquema casual é:

+ [*B*, *\*O*] / *O*- lex.

50. “Eleições - Mais do que oferecer empregos, o governo argentino estará *s u b s i d i a n d o* a vida de 5 milhões de pessoas até dezembro, quando estará previsto que a maioria desses programas termine” (Folha de São Paulo: 12.12.96, p. 7 - 1º C.).

No contexto focalizado, insere-se o predador *s u b s i d i a r*, que adota, como sentido básico, *dar subsídio para / ajudar / auxiliar*, ratificando sua condição *benefactiva*; a nuance de sentido perspectivizada é de *benefício*, previsto para a vida das pessoas. Na microcena, a *vs* do predador instancia um *A*, representado em ‘o governo argentino’; um *B* –

beneficiário, que está expresso através de 'a vida de 5 milhões de pessoas'; e um **O**, que vem lexicalizado em 'subsidiando' (dar subsídio), conforme a significação espraçada no contexto. Seu esquema casual é:

$$+ [A, B, *O] / O - lex.$$

51. *"Suruagy quebrou Alagoas ao cumprir promessas: governador o b t e v e 82% dos votos com o compromisso de transformar o Estado num cabide de empregos" (Folha de São Paulo: 07.11.96, p. 9 - 1º C.).*

A cena acima destacada abriga o predicador *o b t e r*, que inscreve o seu sentido básico como *alcançar ou conseguir / atingir com esforço*, evidenciando sua configuração **benefactiva**. No contexto, fica perspectivizada a noção de *liderança*, indicando a margem de votos que lhe conferiram a vitória; assim, a *vs* do predicador assinala a presença de um **A**, em co-referência com um **B** – beneficiário, expressos pelo 'governador'; e de um **O**, representado aqui através de '82% dos votos', de acordo com a contextualização da microcena em que se localiza o predicador. O esquema casual é:

$$+ [A, *B, O] / A=B$$

52. *"Depois do reajuste salarial concedido aos policiais militares de Minas Gerais, o secretário de finanças do Estado, João Heraldo Lima, d e u declarações considerando difícil confirmar metas de tão longo prazo" (Folha de São Paulo: 28.11.96, p. 9 - 1º C.).*

O contexto focalizado inclui o predicador *d a r*, que conota basicamente o sentido de: *ceder / presentear / doar*, reiterando sua dimensão **benefactiva**; mas, na microcena, ele aparece metaforizado, assinalando a via contrária, do campo semântico **B** para o **E**, já que fica perspectivizada a noção de *comunicação*, em 'deu declarações'. Nesse sentido, a *vs* do referido predicador evoca a presença de um **A**, representado por 'João Heraldo Lima'; de um **E**, que configura o ouvinte da comunicação (=para quem as declarações foram dadas); e de um **O**, que vem manifestado através de

'declarações', conforme as imbricações significativas da microcena . O seu esquema casual é:

+ [A, \*E, O] / E – apag.

53. *"O ex-prefeito de Campinas Jacó Bittar (PSB) negou ontem que tenha recebido pressões do PT para a contratação da Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios) durante sua gestão (89-92), mas disse que se encontrou com Roberto Teixeira em pelo menos duas ocasiões"* (Folha de São Paulo: 20.09.96, p. 10 - 1º C.).

No enunciado acima aparece o predador *receber*, cujo sentido primeiro compreende: *tomar / aceitar como pagamento*, assinalando sua natureza **benefactiva**; mas ele está metaforizado, instaurando o deslocamento de sentido do campo semântico **B** para o **E**; a nuance de sentido perspectivizada é de *emoção*, indicada pelas 'pressões' recebidas. No contexto, a *vs* do referido predador estabelece a presença de um **E**, que fica subentendido na microcena (=quem negou ter recebido pressões); e de um **O**, representado através de 'pressões do PT', considerando a dimensão contextual. E o esquema casual é:

+ [\*E, O] / E – apag.

54. *"A sessão é uma espécie de mea culpa dos 44 deputados que derrubaram Bucaram alegando incapacidade mental e colocaram na Presidência interina o presidente do Congresso, Fabián Alarcón"* (Folha de São Paulo: 14.11.96, p. 10 - 1º C.).

No âmbito da cena destacada encontra-se o predador *colocar*, que subsume o sentido básico de *pôr em algum lugar / aplicar / entregar*, evidenciando sua natureza **locativa**; no contexto, o predador está metaforizado, assinalando o deslocamento de sentido do campo semântico **L** para o **B**, em cujo interior fica instanciada a noção de *poder*, através da indicação para ocupar o cargo. Assim, a *vs* do predador prevê um **A**, subentendido no interior da microcena; de um **B** – beneficiário, indicado

aqui por 'presidente do congresso'; e de um **O**, instanciado em 'presidência interina'. O esquema casual é:

+ [ \*A, B, O ] / A – apag.

55. "Após a guerra, os Korbelt voltaram para a Tchecoslováquia, em 1948, emigraram para os EUA quando os comunistas assumiram o poder no seu país" (Folha de São Paulo: 28.11.96, p. 6 - 1º C.).

O contexto acima inclui o predicador *assumir*, cujo sentido básico é *tomar para si ou sobre si / evocar a posse de*, caracterizando sua natureza **benefactiva**; aqui está perspectivizada a noção de *poder*, referindo-se ao seu exercício. Na microcena, a **vs** do predicador enuncia um **A**, em co-referência com um **B** – beneficiário, representados através de 'os comunistas'; e um **O**, que vem expresso em 'o poder no seu país', considerando a significação imbricada na microcena. Seu esquema casual é:

+ [ A, \*B, O ] / A=B

56. "A operação poderá contar com ajuda das polícias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro" (Folha de São Paulo: 31.10.96, p. 6 - 1º C.).

No enunciado acima encontra-se o predicador *contar*, que encerra o sentido básico de *verificar o número / a quantidade / computar*, tendo, portanto, de caracterização **experimentativa**; mas no contexto, o predicador metaforiza-se em direção ao campo semântico **B**, perspectivizando a noção de *benefício*, na assistência que pretendem receber. Dessa forma, ficam suspensos os traços que enunciam experimentação, para subsumir o novo efeito de sentido instanciado na microcena; fica instaurado um processo, e a **vs** do predicador institui um **B**, representado em 'A operação'; e um **O**, manifestado através da 'ajuda dos policiais', tendo como referência a dimensão contextual focalizada. O esquema casual resultante é:

+ [ B, O ]



57. “*Banespa; juiz b l o q u e i a bens de Fleury e assessores*”  
(Folha de São Paulo: 05.12.96, p. 7 - 1º C.).

A cena focalizada abriga o predicador *b l o q u e a r*, que evoca, como sentido básico, *pôr bloqueio a / cercar / sitiar*, assinalando sua instituição **locativa**; isso determina, pela via da metaforização, o deslocamento de sentido do campo semântico **L** para o **B**, onde fica perspectivizada a nuance de *malefício* – o juiz o condena, bloqueando seus bens. Assim, ficam subsumidos os traços que subsidiam o novo efeito de sentido, instaurado no contexto. Na microcena, a *vs* do predicador supõe a presença de um **A**, indicado pelo ‘juiz’; de um **B** – beneficiário, expresso em ‘Fleury e assessores’ (no caso, os penalizados); e de um **O**, identificado através de ‘bens’, considerando as referências contextuais disponíveis. O esquema casual é:

+ [A, B, O]

58. “*O presidente é alvo de críticas de entidades de defesa da liberdade de expressão desde a decisão governamental de c a s s a r a cidadania peruana do empresário de origem israelense Baruch Ivcher, dono da rede de TV Freqüência Latina*” (Folha de São Paulo: 12.12.96, p. 9 - 1º C.).

O contexto acima apresenta o predicador *c a s s a r*, cujo sentido básico evoca: *tornar nulo ou sem efeito direitos políticos e profissionais*, o que evidencia a configuração **benefactiva**; onde o efeito de sentido perspectivizado é o de *malefício*, através da supressão de direitos. Assim, a *vs* do referido predicador supõe a presença de um **A**, que fica subentendido na microcena; de um **B** – beneficiário, indicado em ‘empresário’ (=aquele que vai perder direitos); e de um **O**, expresso através de ‘cidadania peruana’, tendo como referência as indicações contextuais. Seu esquema casual é:

+ [\*A, B, O]

59. “*Como l u c r a r com os 30 mil passageiros que transitam dia-*

*riamente pelo Aeroporto de Guarulhos, na capital paulista" (Folha de São Paulo: 19.12.96, p. 7 - 1º C.).*

O contexto destacado inclui o predador *lucrar*, que instaura o sentido básico de *tirar vantagem de / aproveitar, obter lucro*, o que caracteriza sua instituição **benefactiva**, onde está perspectivizada a noção de *ganho*, com o empreendimento estabelecido. Na microcena, a *vs* do predador institui a presença de um **A**, pelo acréscimo do traço *intenção* (=causativização / agentivização), em relação de co-referência com um **B** – beneficiário, ambos apagados no contexto em que se enunciam; e de um **O**, que aparece lexicalizado em *lucrar* (=obter lucro), de acordo com a instância significativa considerada. O esquema casual é:

+ [\*A, \*B, \*O] / A=B; O – lex.; A, B: apag.

60. *"O acréscimo foi estendido a aposentados depois de 1991, entre os 600 beneficiados está o presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes" (O Globo: 21.11.96, p. 25).*

Este contexto apresenta uma microcena que contém o predador *estender*, cujo sentido básico corresponde a *esticar / alargar / espalhar / alargar / dar maior superfície*, o que configura sua natureza **locativa**. No âmbito desta cena, a metaforização subsidia o efeito de sentido que subsume o *ato de favorecer* também os aposentados; a *vs* do referido predador supõe um **A**, que está apagado; um **B** – beneficiário, representado pelos 'aposentados'; e um **O**, aqui manifestado através de 'O acréscimo'. O esquema casual resultante é:

+ [\*A, B, O] / A – apag.; pass.

61.. *"No caso de quem deseja financiar a aquisição do carro, é possível quitar a entrada apenas em dezembro, usando os recursos do 13º salário" (O Globo: 05.12.96, p. 29).*

Na cena destacada, a *vs* do predador *quitar*, que encerra o sentido primeiro como: *remitir dívida / tornar quite / desobrigar*, requer, no contexto, um **A**, que está apagado no âmbito da microcena; um **B** –

beneficiário (=aquele que deve receber a entrada), também apagado; e um **O**, aqui expresso em 'a entrada'. Seu esquema casual é:

+ [**\*A**, **\*B**, **O**] / **A,B**: **apag**.

62. *"Os trabalhadores que forem demitidos nos sete meses seguintes receberão de volta a parte dos salários que deixou de ser paga em função do acordo" (O Globo: 12.12.96, p. 31).*

Neste contexto, a microcena focalizada inclui o predador *re-**c e b e r*, que indica, como sentido básico, *tomar / aceitar em pagamento*, onde sua *vs* requer um **B** – beneficiário, representado por 'Os trabalhadores que forem demitidos nos sete meses seguintes' – os que vão ser beneficiados; e um **O**, expresso através de 'parte dos salários que deixou de ser paga'. E o esquema casual é:

+ [**B**, **O**]

63. *"A Telerj está encabeçando a lista de empresas que mais recebem reclamações dos consumidores no Rio de Janeiro" (O Globo: 10.08.96, p. 5).*

Esta cena traz perspectivizada a noção de liderança. Na microcena destacada, aparece o predador *encabeçar*, que significa basicamente *vir à testa ou à frente de*; configurando a dimensão **locativa**. Isso assinala a metaforização do campo semântico **L** para o **B**, e, no contexto, a *vs* do predador encerra a presença de um **B** (beneficiário), expresso pela 'Telerj'; e de um **O**, aqui representado pela 'lista de empresas' e percebido processualmente. Seu esquema casual é:

+ [**B**, **O**]

64. *"Somos o quinto país que mais contribui financeiramente com a ONU e ficamos no grupo dos excluídos; reclama Fulci" (O Globo: 21.11.96, p. 11).*

No contexto acima, a microcena analisada inclui o predador *contribuir*, que subsume o sentido básico de *concorrer para / coo-*

*perar / colaborar*, e cuja *vs* requer um **A**, expresso por *nós* – ‘Somos o quinto país que mais’; um **B** – beneficiário, referido através da ‘ONU’; e um **O**, que se enuncia através de ‘financeiramente’. O esquema casual é:

+ [A, B, O]

65. “A organização peruana mantém contatos com rebeldes estrangeiros que entraram no país para *e n t r e g a r* dinheiro à direção da guerrilha, denunciou ontem o jornal limenho *Expreso*” (*O Globo*: 28.11.96, p. 7).

Nesta cena está abrigado o predicador *e n t r e g a r*, cujo sentido básico é *passar às mãos ou à posse de*, e a *vs* perspectiviza a noção de *transferência de propriedade*, supondo a presença de um **A**, apagado na microcena; de um **B** – beneficiário, manifestado através de ‘à direção da guerrilha’; e de um **O**, indicado por ‘dinheiro’, considerando as dimensões enunciativas aqui interpretadas. Seu esquema casual é:

+ [\*A, B, O] / A – apag.

66. “A aliança, explica Davidow, não é um pacto estratégico nem obriga qualquer das partes a *s o c o r r e r* a outra no caso de envolvimento em conflitos bélicos, seria apenas um reconhecimento, no caso argentino, da ativa participação nas missões de paz das Nações Unidas depois da Guerra Fria” (*O Globo*: 27.09.96, p. 5).

O contexto acima abriga o predicador *s o c o r r e r*, que enuncia, como sentido básico, *defender / proteger / ajudar* e, no âmbito da cena, a *vs* do predicador requer um **A**, apagado na microcena; um **B** – beneficiário, indicado através de ‘a outra’ (=a parte socorrida); e um **O**, lexicalizado em ‘prestar socorro’. O esquema casual é:

+ [\*A, B, \*O] / O –lex.; A – apag.

67. “O mercado de petróleo deve *r e c e b e r* investimentos entre R\$ 6 bilhões e R\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos por conta

*da abertura de mercado proporcionada pela nova lei que desregulamentou as atividades da Petrobras" (O Globo: 17.10.96, p. 6).*

Neste contexto, aparecem dois predicadores: o primeiro, *receber*, que evoca o sentido básico de *tomar, aceitar em pagamento*, enuncia a *vs* que supõe a presença de **B** – beneficiário, expresso através de ‘o mercado de petróleo’; e um **O**, representado por ‘investimentos’. O segundo, *proporcionar*, que subsume a idéia de: *tornar proporcional / harmonizar / acomodar / adaptar*, que institui a dimensão *experimentativa*, e, pela via da metaforização, desloca o significado para o campo semântico **B**. No contexto, enuncia uma *vs* que requer um **A**, indicado através de ‘a nova lei’; um **B** – beneficiário, apagado no interior da microcena; e um **O**, representado pela ‘abertura de mercado’. Os esquemas casuais são, respectivamente:

*receber*: + [**B**, **O**]

*proporcionar*: + [**A**, \***B**, **O**] / **B** – apag.

68. *"Os 6 bilhões devem vir principalmente dos 149 projetos já escolhidos pela Petrobras para iniciar os processos de joint ventures com empresas privadas" (O Globo: 07.11.96, p. 4).*

Nesta cena, está inserido o predicador *vir*, que encerra como sentido primeiro, *transportar-se de um lugar / regressar / voltar*, indicando sua configuração *locativa*, que é abrigada pelo processo de metaforização, estabelecendo a suspensão desses traços do campo semântico **L**, a fim de instaurar um efeito de sentido no campo **B**. Sua *vs*, no interior deste contexto, pressupõe um **O**, expresso em ‘Os 6 bilhões’; e um **B** – beneficiário, subsumido pela ‘Petrobrás’. O esquema casual, embora evidencie uma inversão é o que segue:

+ [**O**, **B**]

69. *"Depois de mais de uma semana de negociações, a Encol acertou, no final da noite de sábado, um acordo com as*

*empresas norte americanas World Mae e CB Commercial que, a partir de agora, terão participação acionária na construtora" (O Globo: 07.11.96, p. 2).*

Este contexto inclui o predicador *a c e r t a r*, cujo sentido básico é *achar ao certo / atinar com / descobrir / encontrar*, evidenciando sua conotação **benefactiva**. No âmbito da cena focalizada, está privilegiada a noção de *benefício*, pois o contexto perspectiviza a relação de *negociações*, o que determina o *trânsito* do significado no âmbito do próprio campo semântico **B**, assinalando a *polissemia*. O predicador subsume um novo efeito de sentido, e sua *vs* requer aqui a presença de um **A**, expresso pela 'Encol'; um **B** – beneficiário, representado pelos destinatários do referido acordo, que está apagado na microcena; e um **O**, especificado por 'acordo com as empresas norte americanas'. Seu esquema casual é:

+ [A, \*B, O] / B – apag.

*70. "Os clubes em débito perderão a isenção do IR, a fiscalização constatou irregularidades e a Receita descobriu uma forma de punir os clubes que não r e c o l h e m INSS" (O Globo: 12 / 12 / 96, p. 3).*

No contexto acima, o predicador *r e c o l h e r*, que evoca o sentido básico de *pôr ao abrigo / guardar / arrecadar*, evidencia sua natureza **locativa**; no âmbito da microcena está sendo subsidiada pela metaforização, determinando o *trânsito* do significado do campo semântico **L** para o **B**. No interior da cena em que se localiza, a *vs* do referido predicador supõe a presença de um **A**, indicada através de 'os clubes'; de um **B** – beneficiário, subentendido no contexto (=os destinatários do recolhimento pretendido); e de um **O**, aqui representado por 'INSS'. O esquema casual é:

+ [A, \*B, O] / B – apag.

*71. "Confirmada a decisão política das autoridades federais e da direção do Bird de c o l o c a r os novos recursos da instituição no Brasil a serviço do projeto de reforma do setor público nos*

*Estados" (O Globo: 05.12.96, p. 11).*

A cena destacada inclui o predicador *ç o l o c a r*, que detém o sentido primeiro de *pôr em algum lugar / guardar / empregar*, caracterizando sua expressividade **locativa**, assegurada através da metaforização, que, no contexto instanciado, assinala a suspensão dos traços indicativos de localização para, através da assunção de novos traços, obtidos com o deslocamento do campo semântico L para o B, deflagrar novo efeito de sentido, perspectivizando a idéia de *aplicação de recursos / investimentos*. Assim, a *vs* do referido predicador encerra a presença de um A, que fica subentendido (=aqueles que fazem os investimentos); um B – beneficiário, aqui identificado em ‘a serviço do projeto de reforma do setor...’; e um O, representado através de ‘os novos recursos’. O esquema casual resultante é:

+ [\*A, B, O] / A – apag.

72. “O governo federal *e s t e n d e u* para todos os empreendimentos que vierem a se instalar no Norte, no Nordeste e no Espírito Santo os incentivos fiscais concedidos às montadoras” (O Globo: 12.12.96, p. 7).

Este contexto enuncia o predicador *e s t e n d e r*, cujo sentido básico é o de: *dar maior superfície / alargar / espalhar / alastrar*, o que configura sua natureza **locativa**. Aqui os traços que se referem a localização ficam suspensos, pela via da metaforização e, em seu lugar, são perspectivizados outros, que indicam *aplicações*, incentivos financeiros, que expressam *benefício*; esse novo efeito de sentido é viabilizado pelo deslocamento que ocorre do campo semântico L para o B. Na microcena analisada, a *vs* do referido predicador pressupõe um A, indicado em ‘O governo federal’; um B – beneficiário, referido através de ‘todos os empreendimentos’; e um O, que está subentendido no contexto (=os incentivos fiscais), considerando as imbricações desta microcena. Seu esquema casual é:

+ [A, B, \*O] / O – apag.

73. *"A MP diz ainda que, no prazo de um ano, o Executivo promoverá ampla avaliação do sistema de incentivos e apresentará projeto para sua revisão e aperfeiçoamento, as montadoras, porém, não poderão acumular os incentivos fiscais do regime automotriz para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste com os da MP 1.562" (O Globo: 19.12.96, p. 4).*

O contexto acima abriga o predador *acumular*, que detém o sentido básico de *pôr em cúmulo / amontoar / ajuntar*, caracterizando sua condição **locativa**; na microcena em que se situa, o predador está metaforizado, promovendo o deslocamento de sentido do campo semântico **L** para o **B**. O novo efeito de sentido perspectiviza a noção de *benefício*: 'as montadoras (não) poderão acumular...'; dessa forma, o predador enuncia um processo e sua *vs* encerra a presença de um **B** beneficiário, subsumido através de 'as montadoras'; e de um **O**, que vem representado em 'os incentivos fiscais...', de acordo com as referências contextuais evidenciadas. O esquema casual é:

+ [B, O]

74. *"Acordo permitiria aprovação do texto tal como está, mas isentando-se os inativos" (O Globo: 19.12.96, p. 8).*

O enunciado aqui focalizado detém o predador *isentar*, cujo sentido básico assinala *tornar isento / livrar de / dispensar*, reiterando sua condição **benefactiva**; no contexto, fica instanciada a noção de *benefício*, pois os 'inativos' serão poupados. Assim, a *vs* do predador deflagra a presença de um **A**, que está apagado (=alguém que faria a isenção referida); de um **B** – beneficiário, expresso pelos 'inativos', e de um **O**, que vem lexicalizado através de *isentar* (=dar isenção), levando em conta sua dimensão contextual. Seu esquema casual fica assim:

+ [\*A, B, \*O] / O – lex.; A – apag.

75. *"Este aviso foi dado à sociedade na época do anúncio do Plano Real - e o Governo fluminense na gestão Marcello Alencar*



*encampou integralmente a reestruturação da máquina pública, dando rapidez às privatizações e reformando vários setores da administração” (O Globo: 07.11.96, p. 10).*

Na cena destacada está incluído o predador *d a r*, que evoca, como sentido básico, *ceder / presentear / doar por vontade própria*, que dimensiona sua natureza **benefactiva**; mas, no contexto em que se localiza, ele está metaforizado do campo semântico **B** para o **E**, subsumindo a configuração de *notícia dada*: ‘o aviso que foi passado’. Dessa forma, ficam suspensos os traços que enunciam *o ato de dar algo*, a fim de privilegiar a noção ‘comunicativa’ expressa através do **E**; na microcena, a *vs* do predador supõe um **A**, que fica subentendido no contexto; um **E**, representado em ‘a sociedade’ (=destinatária do aviso); e um **O**, manifestado através de ‘aviso’, conforme as indicações significativas captadas nesta instância. Seu esquema casual é:

+ [\*A, E, O] / A – apag.; pass.

### 3.3 — APRECIÇÃO DOS RESULTADOS

Através do programa computacional descrito no capítulo 2 — da metodologia — executaram-se as rodadas para obtenção dos cálculos percentuais das ocorrências, a partir da figura 26. É necessário salientar que estão observados todos os princípios científicos que conferem fidedignidade e representatividade à amostra: número de dados superior a 10% do total do universo representado; o programa captou 1.346 enunciados ou macrocenos, que, por sua vez, abrigam 1.735 predadores, inseridos nas respectivas microcenos; esta amostra analisa 268 microcenos, atendendo assim, ao que dispõem as normas estatísticas relativas ao programa utilizado.

O procedimento de análise que foi adotado permite a visualização das ocorrências efetivas dos predadores do campo semântico **B**, tanto em

sua acepção básica (tabela 1), como nas metaforizações — a via de duas mãos, proposta já no início —, ou seja, do campo semântico B para os outros campos: E, O, C, T, L, e H; assim como dos outros campos semânticos em direção ao campo B: L, O e E. Também foi considerada a produtividade da estruturação das microcenas nas configurações *estática*, *processual* e *agentiva*, conforme está demonstrado nas tabelas que seguem.

**TABELA 1 - PREDICADORES BENEFATIVOS  
DE SENTIDO BÁSICO**

TOTAL DO UNIVERSO	CAMPO SEMÂNTICO B	PERCENTUAL
268	158	58.95%

A tabela 1 revela o índice de produtividade do campo semântico B; na amostra recortada. Diante dos dados expressos, é possível assinalar que os contextos econômico e político constituem setores fecundos para abrigar essas incursões semânticas. A utilização efetiva desses predicadores, no âmbito da linguagem em uso, consolida a hipótese de trabalho formulada inicialmente, na medida em que estabelece um espaço discursivo, constituído aqui pelo texto jornalístico, onde a recorrência das nuances benefativas de sentido se mostram bastante expressivas.

**TABELA 2 - METAFORIZAÇÃO DO CAMPO SEMÂNTICO B  
PARA OUTROS CAMPOS**

B→E	B→O	B→C	B→T	B→L	B→H	TOTAL	PERCENTUAL
18	3	3	3	1	1	29	10.82%

Os dados da tabela 2 expressam a metaforização ocorrida, do campo semântico B, para os outros campos. Nesse caso, são suspensos alguns traços de sentido de nuances benefactivas, para que outros traços possam ser subsumidos, gerando novos efeitos de sentido, nos campos semânticos E, O, C, T, L e H. Nessa perspectiva, o deslocamento de sentido, de acordo com os dados da tabela 2, privilegia o campo semântico E, pois, das 29 metaforizações ocorridas, 18 destinam-se a ele. O percentual de 62.06% das ocorrências pode ser justificado em vista da especificidade dos segmentos focalizados, ou seja, os contextos econômico e político como cenários de *negociações*, *discussões* e *acordos*, instanciando noções de *emoção*, *sensação*, *cognição* e *comunicação*, inerentes à expressividade do campo E. Os demais percursos revelam baixa produtividade e suas atualizações são mais restritas, dada a natureza dos contextos aqui examinados.

**TABELA 3 - METAFORIZAÇÕES DE OUTROS CAMPOS SEMÂNTICOS PARA O B**

L→B	O→B	E→B	TOTAL	PERCENTUAL
52	17	12	81	30,22%

Na tabela 3 vêm expressos os resultados dos deslocamentos ocorridos, dos outros campos semânticos em direção ao campo B, dando conta da outra mão na via do processo metafórico. No universo de 81 metaforizações, 52 se efetivam em direção ao campo semântico L, isto é, dos 30.22%, o percentual de 19.40% evidencia o trânsito do significado para esse campo semântico L. Essa ênfase pode ser justificada em vista da noção de espacialidade e dinamismo que são inerentes ao campo locativo, ainda que pese o caráter performativo dos contextos focalizados. A *movi-*

*mentação* é constante, na medida em que eles evocam *variações, resoluções, movimentações* (financeiras / político-partidárias), *definição de posições, comandos*, entre outros, assinalando uma relação de compatibilidade com a dimensão locativa / benefactiva. Quanto aos outros dois campos semânticos, O e E, os movimentos semânticos indicam as circunstâncias relativas ao contexto em que se inserem os referidos predicadores, captando as dimensões pragmático-discursivas espalhadas nesses referentes enunciativos, ou seja, nos contextos econômico e político.

**TABELA 4 - ABRANGÊNCIA DO CAMPO SEMÂNTICO BENEFACTIVO**

ESTRUTURAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL
ESTÁTICO – B, OE	33	12.31%
PROCESSUAL – B, O	76	28.35%
AGENTIVO – A, B, O	159	59.32%

A tabela 4 retoma a figura 25, que constitui a síntese desta análise, uma vez que ali fica instaurado o rumo assumido pela abordagem casual, numa relação de pertinência com o *Modelo Casual da UFSC*. Os resultados da tabela acima evocam a recursividade e a produtividade do campo semântico B, nos contextos econômico e político, instanciadas através das cenas jornalísticas, de onde provieram as microcenas que contêm os predicadores analisados. A dimensão agentiva se revela altamente incidente, o que pode ser explicado pelo dinamismo que lhe é peculiar, pois a significação instaurada, e que se espalha nos contextos aqui focalizados, conota *ação / atividade / direcionamento / performatividade*, no plano das manifestações discursivas. A noção de processo se situa em média razoável, quando consideradas as estruturas, e sinaliza a articulação dos predica-

res *ganhar* / *perder* / *receber* nas imbricações enunciativas em que se situam, evidenciam uma frequência significativa, dada a especificidade dos contextos examinados. Já os predicadores de natureza estática, como *ter* / *possuir* / *liderar*, revelam uma atualização mais resguardada, o que se justifica devido aos empreendimentos oscilantes dos contextos econômico e político, em coerência com as expectativas desta abordagem.

No que concerne à interpretação qualitativa, cabe ressaltar que também houve recorte: das 268 microcenas que constam na figura 26, foram criteriosamente escolhidas 75. O propósito desta análise casual é demonstrar todo o aporte interpretativo subsumido pelo *Modelo Casual da UFSC*: estruturas de caráter *estático*, *processual* e *agentivo*; todas as nuances de sentido passíveis de serem perspectivizadas no campo semântico B; os casos parcialmente não-manifestos, como *apagamento*; os casos totalmente não-manifestos, como *co-referências* e *lexicalizações*; o fenômeno da *causativização*; e o *processo* de *metaforização*, proposto aqui como uma via de duas mãos, ou seja, do campo B para os outros campos semânticos, bem como dos outros campos em direção ao campo B.

A interpretação das 75 microcenas perpassa todo o espectro instanciado no modelo e, além disso, inclui na apreciação contextual as contribuições legadas pela interface, assinalando o enriquecimento das incursões semânticas aferidas, juntamente com as dimensões pragmático-discursivas, cumprindo assim com os propósitos estabelecidos neste trabalho.

## CAPÍTULO IV

### LIMITES DA INTERFACE

*"A vantagem do historiador está em que ele se limita a interpretar o passado. A fraqueza do planificador está em ele se encontrar diante de um futuro, ao menos em parte, indefinido. Por outro lado, o objetivo de sua ação é prometéico! Para não se perder nos impasses do voluntarismo, o planificador deve organizar suas proposições de acordo com a duração: neste sentido, as Ciências Sociais do desenvolvimento são tributárias da História. E o são também no que diz respeito à aprendizagem da prática da interdisciplinaridade e da arte da planificação"*

*Ignacy Sachs*

#### 4.1 — ABRANGÊNCIA DOS CAMPOS TEÓRICOS

A semântica, enquanto ciência da significação, performa um espaço determinado pelas condições sociais, pela materialidade lingüística e pela sua própria historicidade. É a partir disso que ela se associa às imbricações pragmático-discursivas inerentes aos acontecimentos enunciativos: o texto jornalístico e, em seu âmbito, os segmentos econômico e político, que expressam o já-dito, mas que asseguram o seu *lugar de dizer*, através das *cenas* constitutivas dos discursos possíveis, que se formam e produzem os efeitos de sentido, atualizando uma esfera interdiscursiva.

O processo de significação se alia às circunstâncias, no sentido de assinalar sua abrangência, pressupondo quase sempre mais do que o puramente lingüístico. Guimarães (1995: 33-4), capitaliza para a linguagem uma inserção naturalmente pragmática, dada a relevância das circunstâncias na expressividade lingüístico-comunicativa e interacional dos interlocutores. Ele diz que:

*"Deste modo está-se diante de uma categoria como a de situação que é o mundo recortado por sua relação com o indivíduo que fala, no momento e lugar em que fala (grifo meu). Reaparece, então, o mundo das coisas como existente que dá à linguagem o que ela significa. O sentido, aqui também, não é uma relação de linguagem, mas uma relação entre o mundo das coisas recortado por sua relação com um sujeito que subsiste separadamente da linguagem.*

*A questão do sujeito não é tratada neste caso como questão lingüística, da mesma forma que a situação não é uma categoria de natureza lingüística. Ela é simplesmente uma categoria que põe, à disposição de um indivíduo, o tempo, o espaço e as coisas. Deste modo a situação não será nunca a mesma, já que o tempo aqui é uma cronologia".*

O propósito que estabeleci para este trabalho foi o de buscar uma relação de compatibilidade entre as correntes teórico-metodológicas que julgo pertinentes à análise do *corpus*, ou seja, as que, em meu modo de entender, são relevantes para o estudo da linguagem. As referências feitas ao longo do capítulo de fundamentação teórica assinalam os critérios observados, no sentido de torná-las documentais e auxiliares das metas traçadas. Relacionar semântica, discurso e pragmática constitui tarefa tão gratificante quanto complexa, porquanto cada um desses campos teóricos encerra uma especificidade terminológica, que os inscreve em universos próprios, já definidos, discutidos e-ou reformulados, mas abertos às tentativas articuladoras que subjazem à interface.

Sírio Possenti (1993: 48-9) assinala algumas imbricações relevantes, tendo por base os trabalhos de Jakobson, Austin e Benveniste, sob cuja ótica a língua passa a ser vista como uma forma de atividade dos interlocutores, no meio sócio-histórico, servindo como mediadora das perspectivas

interacionais. Para o autor, fica instaurado um novo espaço de análise, dentro do qual se harmonizam, em especial, a teoria dos atos de fala e a semântica argumentativa, as quais apontam para duas oposições:

*“... enunciado X enunciação e língua X discurso. A lingüística enquanto estudo das formas exclui a enunciação e o discurso, como não pertinentes; ao contrário, a teoria da enunciação inclui também o enunciado e a língua, exceto em algumas posições mais radicais, e certamente com um viés empiricamente frágil, em que qualquer estudo gramatical é tachado de puro formalismo ou idealismo. Na teoria da enunciação, no entanto, as formas se oferecem ao falante como virtualidades, que ele põe ou não em ação (...). É que, parece, não se pode conceber as possibilidades virtuais de uma língua como apenas dadas aos falantes, marcadas para a execução de um determinado ato. Deve-se conceber a atividade do falante não como atividade de apropriação porque, a partir deste conceito, fica excluído o fato de que o locutor age também sobre a língua, já que põe em evidência apenas a ação entre e sobre os interlocutores através da língua”.*

Pondera ainda o autor que a realidade não apresenta uma língua estruturada, pois a lingüística de ordem mais formal abriga uma indeterminação das estruturas sintáticas e semânticas, as quais só adquirem relações efetivas de sentido no processo discursivo; ao lado disso, a constituição do sujeito decorre da atividade empreendida junto aos mecanismos sintático e semântico, num espaço discursivo, socialmente hierarquizado, onde ele atua produtivamente, mas observando as normas estabelecidas. Pouco mais adiante, ele afirma que:

*“O objeto deste novo modo de abordagem dos fenômenos lingüísticos é o discurso, entendido como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade (grifo meu), atividade que sempre se dá numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário. Não se trata, pois, apenas, de estabelecer relações entre formas, mas de descobrir por quais procedimentos (entre os quais as regras gramaticais, mas não só) se dá a atividade discursiva (...). Sua questão fundamental é: como com um sistema lingüístico indeterminado, pode-se, em circunstâncias dadas, produzir-se um discurso com exatamente tal forma e tal interpretação. E, dado que há, em geral, possibilidade de mais de uma interpretação, por quais mecanismos*



se chega eventualmente a determinar a interpretação desejada ou as interpretações possíveis”.

Levando em consideração esse caminho, bem como as articulações já caracterizadas, é possível afirmar que a abrangência dos campos teóricos referenciados deve ser estabelecida com muito critério e reserva, a fim de que possa ser utilizada como subsídio necessário para as diferentes etapas previstas e efetivamente desenvolvidas. Por um lado, o entrecruzamento desses campos reitera a maior parte das expectativas que inicialmente foram identificadas, tanto mostrando que alguns pontos precisavam de exame mais acurado quanto, — o mais relevante — evidenciando perspectivas que ainda não estavam sendo consideradas. Por outro, a integração obtida parece subsumir, ela própria, uma dimensão *interdiscursiva*, respaldada pelo caráter de *intertextualidade* em que se apóia. Os efeitos de sentido aqui obtidos reafirmam que os entrecruzamentos não são meros arranjos estruturais, mas revelam uma articulação efetiva que se instaura a partir da significação, das relações circunstanciais e representativas dos diferentes *lugares de dizer* e da materialidade lingüística que dispõe dos instrumentos para que se possa registrar uma nova *historicidade*, ainda que pese a limitação deste trabalho.

## 4.2 — LIMITES DA PROPOSTA

Todo empreendimento que se propõe a articular dimensões teórico-metodológicas de origens diferenciadas — ao mesmo tempo em que vislumbra um novo horizonte de investigação, com maior profundidade e melhor eficácia — também assume os riscos que lhe são inerentes; mesmo assim, vale a pena. Estou certa de que a colheita é profícua, mas preciso assinalar alguns pontos significativos e que instituem alguns limites para esta trajetória.

A constituição do processo significativo pressupõe as manifestações discursivas, já interpeladas pela ideologia, que derivam de instâncias maiores e se devem ajustar às normas subjacentes ao sistema lingüístico em questão: como o conjunto de constantes e coerções que preexiste a qual-

quer ato efetivo de linguagem e está à disposição do sujeito-enunciador, que, ou se submete às referidas normas, ou as transgredir. Elas podem ser interpretadas como relações categoriais que regulam os contratos comunicativos, em especial na linguagem jornalística, a qual, por lidar com o imbricamento sócio-interativo, traz à tona fatos que, não raro, seus autores-atores prefeririam guardar. No livro mais recente de Lage (1998) — *Controle da opinião pública* — o subtítulo, a meu juízo, reitera o 'jogo accional' dos 'objetos de acordo' que se fazem presentes nos contratos sociais: "Um ensaio sobre a verdade conveniente". O conjunto formado por esse subtítulo com a ilustração da capa faz com que a noção e-ou relação entre norma e transgressão fique hegemonicamente estabelecida.

O contexto se apresenta instanciado como referência para os sujeitos-enunciadores e leitores, que vêem sua natureza expressiva evoluindo paralelamente à aquisição de novos significados; existe uma orientação temporal, espacial e circunstancial que influencia na definição das intenções dos sujeitos, bem como de suas habilidades de aferição crítica; e suas proposições enunciativas decorrem da afinidade que mantêm com o processo sócio-interativo do qual participam. As intenções remetem sempre a um sentido e a uma referência, interligando o conjunto de proposições/enunciados para criar novos efeitos de sentido, sendo esse o processo que instaura as neologias de sentido, que também dão origem à metáfora. Assim, seu valor, em termos de efeito de sentido, depende do contexto que subsumem, que vai instituí-las como mais ou menos eficazes. Quanto menos forem *cristalizadas*, ou *cansadas*, na visão de Furlanetto (1995), mais eficientes elas serão, na medida em que estarão contribuindo para a recursividade lexical, instaurando novos e significativos efeitos de sentido.

À gramática de casos interessa exatamente essa constelação de sentidos que os verbos detêm, a partir das relações que se estabelecem nas diferentes instâncias enunciativas, como nos contextos econômico e político, que atuam como verdadeiras *matrizes geradoras de cenas*, por serem capazes de produzir novos efeitos de sentido, quer em âmbito mais simples, independentemente de campos referenciais, quer em episódios dimensionados como *macrocen*s, que abrigam 'n' *microcen*s dotadas de variadas

nuanças de sentido, tanto de caráter básico, como metaforizado. Dessa forma, todo o universo de referências significativas parece já prever uma articulação natural, embora a necessidade de se reconhecerem os cuidados, ou melhor os critérios que devem orientar e acompanhar cada passo dado na direção de uma *interface*.

Hilton Japiassu (1992: 83-104), ao analisar a atitude interdisciplinar no sistema de ensino, enfatizando a conotação do que denomina de *ilha de saber* refere que “o especialista se reduz àquele que, à custa de saber cada vez mais sobre cada vez menos, termina por saber tudo sobre o nada”. Seu entendimento acerca da *interface* vem manifestado nas considerações finais do artigo (op.cit., p. 104), onde afirma que:

*“Interdisciplinares são as experiências em que a colocação do objeto na fronteira de duas ou mais ciências as obriga a somarem seus esforços para, redefinindo o objeto, criarem uma nova perspectiva científica: assim a biofísica, a bioquímica, a física-matemática, a biosociologia. Trata-se, pois, de movimentos em que os limites das especialidades ou bem são mantidos, ou bem ampliados e redefinidos, mas não agredidos; e em que o objeto permanece essencialmente simples, continuando em vigor os mecanismos reducionistas que fazem a força e a eficácia da ciência”.*

No contexto deste trabalho, busquei a articulação de disciplinas que, em princípio, parecem ‘conversar harmoniosamente entre si’. O reflexo maior deste empreendimento está expresso no capítulo da metodologia, onde, em especial, a operacionalização dos termos faz uma inserção vertical nas linhas teóricas que tentei compatibilizar. A partir desta linha operacional é que têm seqüência todos os demais passos, como definição de estratégias e utilização de programa computacional, estando essa constelação teórico-metodológica, por seu turno, amparada no capítulo precedente, que refere as concepções que são assumidas e que compatibilizam o todo do trabalho.

## CAPÍTULO V

### MATERIAIS INSTRUCCIONAIS

Com a expectativa de articular pensamento e expressão, e com o empenho de explicitar os efeitos de sentido que melhor traduzam as idéias, as intenções e as emoções, o sujeito-enunciador extrapola os esquemas casuais previstos nas imbricações semânticas e se ancora em fatores externos à linguagem, implicando as dimensões pragmático-discursivas que residem no âmbito do processo interativo, no meio de que participa.

Parece incontestável que a crise da linguagem é reflexo da conjuntura decorrente de um longo período de repressão, onde a manifestação espontânea das idéias e o exercício do raciocínio, como suportes e referenciais para a organização do pensamento com profundidade, coerência e criticidade foram relegados a plano secundário, quando não impedidos. A integração do sujeito com a realidade que o cerca é assegurada pela língua em uso, instrumento essencial do processo de expressão, bem como de manifestação da cultura da comunidade lingüística por ele representada.

Esta proposta de aplicação se ampara no entendimento de que o desenvolvimento da competência comunicativa do sujeito-enunciador configura uma relação teórico-prática e pressupõe a caracterização da linguagem como meio através do qual o indivíduo adquire o conhecimento do meio que integra, tornando-se participante efetivo das transformações que ocorrem no mundo da cultura, na sociedade a que pertence.

A educação brasileira vive um momento de crise. Em razão disso, os problemas na área do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem, especialmente da língua materna, se têm agravado nas diferentes áreas e graus. De um lado, existe um referencial teórico escasso, dissociado e deficiente, ao qual o professor raramente tem acesso; de outro, a consagração de uma metodologia que aponta para orientações prescritivas e distanciadas da realidade, desconsiderando e/ou inviabilizando a atuação efetiva do sujeito, tanto enunciador como enunciatário.

O propósito fundamental deste capítulo é o de propor uma reflexão acerca das dissonâncias existentes entre as teorias — razão porque optei pela interface — e a aplicação que delas deve decorrer. Para tanto, refiro três áreas, *discurso*, *semântica* e *pragmática*, a partir das quais pretendo uma inserção na polêmica metodológica instaurada no campo educacional. O aprofundamento teórico, as discussões relativas à compatibilização de pressupostos que subsidiem os métodos de ensino, bem como o aperfeiçoamento de docentes são providências necessárias, sob pena de se perder a coerência entre articulações eficazes, que podem, de fato, trazer contribuições inovadoras para a ação pedagógica que, por desconhecê-las não as utiliza, vindo a encaminhar-se para outras direções.

Além disso, o papel que cabe ao educador se reveste de grande complexidade, visto que a dinâmica em que se insere e o lugar em que deve atuar como desencadeador do processo de reflexão crítica abrange o ser humano na sua totalidade, envolvendo fatores para *além da linguagem*. Tal processo extrapola as possibilidades previstas em orientações instrucionais cuja base é constituída por conteúdos específicos, recortados em universos isolados. Pressupõe, ao contrário, a imbricação com o contexto em que ocorrem, ao qual o processo de ensino deve estar vinculado, para que o sujeito que dele participa menifeste, em sua atuação, evidências de consciência, criatividade e comprometimento com os projetos de transformações sociais de seu tempo.

Dentro dessa perspectiva a *interface* assume papel relevante, porquanto a praxis pedagógica vem sustentando uma visão simplificadora,

relativamente aos aspectos metodológicos, equalizando a competência comunicativa dos sujeitos a um processo superficial, por circunscrevê-la ao conhecimento das normas que regulam as estruturas formalizadas da língua culta. Em especial, o contexto da universidade pública carece de exame criterioso, bem como de reformulações, a fim de viabilizar a constituição de projetos que instituam a melhoria nas áreas da pesquisa e do ensino, para resgatar princípios qualitativos e instaurar uma *linguagem* que desenvolva um conjunto de habilidades e torne os alunos sujeitos de uma expressão conseqüente.

## 5.1 — DIMENSÕES DA GRAMÁTICA DE CASOS

### 5.1.1 — ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A consideração da língua em uso assegura o elo de ligação entre o sujeito e seu ambiente, posto que a linguagem, nessa perspectiva, representa o meio de expressão primeiro, sendo através dele que o sujeito estabelece relações com o mundo. A linguagem detém todos os componentes referenciais que subsidiam a constituição do sentido; assim, atua como mediadora das articulações configuradas nas diferentes instâncias enunciativas onde se concretizam os efeitos de sentido. O universo da mídia impressa tem papel social extremamente relevante, na medida em que atualiza um percurso dialético, recompondo, pela via da *versão dos fatos*, a vida de determinada comunidade, que é apresentada pelos jornais diários.

Todo trabalho que preconize a explicitação da *língua em uso*, valendo-se do processo interacional, deve atentar cuidadosamente para a relação entre mundo e cultura, subjacente ao repertório dos usuários, pois essa relação presentifica a instituição lexical à disposição da comunidade lingüística nela representada. A língua não é apenas *norma* a ser seguida; ela é, antes, a mediadora dos percursos que se instanciam, contextualizando história, cultura, ideologia e axiologia, entre outros valores.

As relações semânticas apreendidas pela gramática de casos trazem

contribuições essenciais para a aferição dos efeitos de sentido que se instauram nos enunciados, independente das instâncias discursivas a que os mesmos estejam vinculados — aqui estou focalizando os enunciados retirados de textos jornalísticos, das referências instanciadas como *economia* e *política*, que compõem o *corpus* do trabalho.

O objeto de estudo específico da gramática de casos é constituído pelo conjunto de predicções/proposições da língua, a partir do que sua expressividade pode ser aferida, explicitada e interpretada de acordo com os *papéis semânticos* e *esquemas casuais* que se instauram contextualmente. Ela focaliza essencialmente a qualidade dos argumentos que integram a valência semântica do verbo, levando em conta as instâncias discursivas em que os verbos-predicadores se localizam.

Os modelos casuais que vêm sendo praticados assentam em formulações teóricas que se consolidaram ao longo do tempo e que, sem dúvida, inscreveram a semântica relacional no contexto da produção científica, legando valiosas contribuições à teoria de casos. O modelo matricial de Cook (1979,1989), que já provém dos modelos de Fillmore (1968,1971), de Chafe (1970) e de Anderson (1971), evidencia o percurso trilhado, além de assinalar empreendimentos evolutivos.

No ano de 1992, Nicolacópulos, amparado nas investigações precedentes, propôs algumas contribuições aos casos, decorrentes de longos anos de estudos e aplicação em exemplares da língua em uso. Esse refinamento está expresso no *Modelo Casual da UFSC* e se constitui num arcabouço teórico — aberto à interface — com perspectivas metodológicas de caráter não-localista, que abarca os casos básicos A (agente) e O (objeto) e os não-básicos E (experienciador), B (beneficiário), L (locativo) — como um caso que coocorre com os demais do modelo, sem subsumi-los na redução à O (origem) e M (meta) —, C (comitativo), T (tempo) e H (holístico). O modelo apresenta especificidades que o distinguem do modelo matricial de Cook, especialmente no que respeita à estrutura profunda, à lista de casos e aos tipos de verbos, favorecendo a imbricação dos componentes metodológicos para abarcar as dimensões pragmático-discursivas

nos processos de análise.

Ao lado disso, o modelo abriga as configurações polissêmicas, diversificando a captação do sentido: sentido(s) básico(s), metaforizações — como *via de duas mãos* — e neologias de sentido. Tal empreendimento cinge as articulações relevantes dos elementos lingüísticos presentes nos enunciados, que já detêm especificações próprias e fatores contextuais, cujas *normas* são reguladas pelos imbricamentos que se instauram no contexto e que refletem a produtividade e/ou a recursividade lingüística (Halliday, 1976), ou, ainda, que contemplam a língua em uso.

O sistema casual referido é composto de oito casos, *A - E - B - O - L - T - C - H*, e viabiliza a percepção de uma espécie de *trânsito* que a constelação de sentidos, produzida no cenário textual como um todo, imprime nos episódios — *cenas* — que o constituem. É possível, no entanto, *olhar* especificamente para um caso e acompanhar sua recorrência e produtividade em ambientes enunciativos que lhe sejam peculiares. É o que proponho ao instanciar os contextos econômico e político da linguagem jornalística, ao tentar divisar as arestas de *micros* e *macrocenas*, e, ao perscrutar, em seu âmbito, a constituição dos predicadores benefactivos, quer os de sentido básico, quer os que já estejam metaforizados; a meu ver, esse delineamento permite a apreensão dos diferentes efeitos de sentido que se instanciam nos contextos em que se engendram tais enunciados.

Além disso, os elementos que compõem a significação resguardam efetivamente a combinatória do verbo-predicador com os argumentos que preenchem sua valência semântica e amparam o caráter polissêmico inerente às predicções. Nesse contexto, articulam-se fatores de referência contextual e complementares à formação do sentido. As predicções benefactivas, que são dimensionadas pelo caso B (benefactivo), evocam as nuances de *posse, poder, liderança, ganho ou perda, benefício/malefício, transferências de propriedade ou de poder*, nas *micros* e/ou *macrocenas* que dimensionam os universos de referência em que se constituem.

Considerando que o caso B (benefactivo) manifesta todas essas relações, é possível dizer que o percurso dos contextos econômico e político



do cenário jornalístico assegura a condição de compatibilidade ideológica com as situações/eventos que abrigam o caso B (benefactivo), porquanto tais noções parecem estar em harmonia com a natureza desses enunciados; a relação estabelecida entre os interlocutores é a de uma informação, que traduz a aparência dos fatos, o relato de situações que servem como referências para o acompanhamento do quadro econômico do país e das implicações políticas que regem os destinos da nação. Embora a mensagem jornalística se inscreva na linha da efemeridade, ela resguarda sua dimensão informativa e, em especial, o registro do dinamismo que os fatos e suas versões adquirem na sociedade dos homens.

Nesse sentido, as perspectivas de aplicação da gramática de casos inscrevem-se como alternativas valiosas, pois favorecem o processo de análise, sob dois ângulos fundamentais: primeiramente, a relação do verbo-predicador com os argumentos que o circundam, assinalando a quantidade e, sobretudo, a qualidade de tais argumentos; em segundo lugar, a aferição dos indicadores contextuais, articulando as dimensões pragmático-discursivas. Esses ângulos de abordagem preconizam um modelo integrado, dentro do qual focalizamos um sujeito-enunciador competente, capaz de *signifazer* suas relações com seus interlocutores e com o mundo que, constantemente, ele ajuda a construir e a modificar.

O enunciador — locutor e/ou interlocutor — detém a propriedade de expressar, de *re-criar*, de *innovar* a linguagem que possui como instrumento básico para sua comunicação; a dimensão interativa desempenha papel fundamental, porquanto subsidia as condições de entendimento entre enunciadores/enunciatários, num contexto de referência enunciativa. A linguagem configura as relações necessárias que, pragmaticamente, contribuem para a instituição do sentido, além de estabelecer os parâmetros de socialização da comunidade lingüística em que os atos interacionais ocorrem. A linguagem jamais é neutra, uma vez que conforma todo o empreendimento sócio-histórico incidente na cultura de determinada comunidade, através das ações de seus representantes na dinâmica interacional que os indivíduos empreendem.

## 5.2 — ATIVIDADE PRÁTICA

A gramática de casos, através do *Modelo Casual da UFSC*, coloca à disposição dos pesquisadores da área da linguagem um aparato teórico-metodológico de máxima relevância para o estudo de textos/enunciados nos contextos da língua em uso, incluindo-se aí toda a mídia, em especial a impressa, como é o caso do texto jornalístico. Esse referencial, que já opera à luz da *interface*, consolida as possibilidades de apreensão qualitativa das relações que se instauram entre o verbo e seus argumentos, as quais resguardam as imbricações contextualizadas desde as instâncias enunciativas que lhes dão origem, até a sua explicitação analítica.

Ao lado disso, as perspectivas de aplicabilidade no ensino de níveis médio e superior parece validar mais essa tentativa de análise; também a necessidade de se constituir uma *ponte* entre a teoria e a prática, com vistas a promover novas alternativas, que decorrem naturalmente de investigações como esta. Parece indispensável que seja aberto um espaço fidedigno, onde se priorize a sistematização e a divulgação de pesquisas cujos resultados se mostrem capazes de efetivamente contribuir para o estudo da linguagem, da pesquisa e do ensino.

Todo processo de análise focalizando a linguagem como instrumento básico a serviço da dinâmica sócio-interativa configura-a como elemento complexo e pluridimensional. Enquanto a vincula à pragmática, também pressupõe a articulação de todos os fatores intervenientes no ato da produção verbal, os quais também se associam aos referentes sócio-históricos e ideológicos dos interlocutores. Nesse sentido, a linguagem *re-vela* sua dimensão *accional*, pois seu exercício envolve uma constante *re-criação* do instrumento que ordena e pelo qual os sujeitos de uma mesma comunidade lingüística estão em constante aprimoramento.

No que concerne à dimensão contextual, é pertinente considerar que existe uma cultura hegemônica, harmoniosamente articulada — que *a priori* parece direcionar a atuação dos educadores —, com o propósito de neutralizar, ou pelo menos de minimizar a atuação mais crítica por parte

dos sujeitos envolvidos no processo educacional. A universidade é, institucionalmente, um espaço pedagógico privilegiado, já que promove encontros sistemáticos entre os interlocutores — professores/alunos —, que são, sem dúvida, os mais interessados na qualificação do processo comunicacional/educacional, para fazer uma remissão honrosa ao mestre Paulo Freire (1983).

### 5.2.1 — ANÁLISE CONTEXTUAL

Os efeitos de sentido se constituem a partir de diferentes percursos dialéticos que vão assimilando outros componentes de ampliação, em conformidade com o universo de referência em que se inscrevem. Assim, a explicitação dos mecanismos que subsidiam a dimensão contextual leva em conta a organização intratextual no plano do conteúdo, que, partindo da sua própria manifestação de sentido, relaciona elementos situados na esfera ideológica do contexto enunciativo. A análise de enunciados do cenário jornalístico como unidade discursiva prevê uma associação intertextual, privilegiando o contexto noticiado entre outras potencialidades viáveis.

A seleção dos campos de referência a serem analisados foi feita a partir de critérios bem definidos:

#### 5.2.1.1 — Contexto econômico

O propósito de incluir o universo da economia justifica-se pelo fato de que em seu âmbito são instauradas as *negociações* e *transações* que dão conta da efetiva articulação financeira gerida pelos dirigentes do país. Também porque nesse universo pode ser verificada grande afinidade com as nuances de sentido dimensionadas pelo caso B (benefactivo), focalizado neste trabalho, e que subsumem as relações de *ganho* ou *perda*, *benefício/malefício*, *transferência de propriedade* ou *de poder*, evocadas pelo caso B (benefactivo).

Na medida em que o conjunto de fatores associados no cenário da economia brasileira compõe um referencial informativo, é possível estabe-

lecer um panorama que subsume todas as nuances de significação espraiadas pelo contexto. A partir disso, fica dimensionada uma *instância* recursiva no contexto econômico, que congrega ideologia, historicidade, cultura e psicologia, entre outras, explicitando os mecanismos que se constituem nos entrelaçamentos desses campos referenciais e que cingem comportamentos característicos da realidade econômica vigente no país.

#### 5.2.1.2 — Contexto político

À luz dos critérios que vêm sendo delineados para análise contextual, o panorama político evidencia os níveis informativo, cultural-ideológico e comunicativo, atualizando a performatividade numa perspectiva verbal que assegura a relação de pertinência com o plano da manifestação discursiva. Aqui também vislumbro a afinidade com o caso B (benefactivo), ainda que pese a incidência dos verbos de comunicação, pois a dimensão contextual deflagra uma instância que perspectiviza as concepções de *benefício/malefício*, favorecimentos que instituem *ganhos* e *perdas*, atuações que preconizam empenhos pelo *poder* e *liderança*, entre outros.

Além disso, o contexto político brasileiro parece desenhar um sistema de normas consuetudinárias que oscila entre o virtual e real, já incorporado à memória cultural dos integrantes da sociedade, que determina certa passividade diante de episódios graves, que aos poucos vão ganhando familiaridade e se tornando ocorrências comuns. Isso flagra o *jeitinho brasileiro*, a acomodação, ou a falta de espírito crítico e/ou de consciência de cidadania. Qualquer que seja o motivo, este servirá para mostrar o perfil do contexto político do país, a fim de que a realidade possa ser *desvendada*. E para que o texto jornalístico, que detém a incumbência de apresentar a *versão dos fatos*, cumpra esse papel e sirva como mais uma alternativa de abordagem no contexto do ensino, em especial do universitário, responsável pela formação dos cidadãos e também dos futuros políticos, que, num tempo não muito distante, irão dirigir a nação.

Um processo de análise que abrange as dimensões pragmático-discursivas de determinados contextos precisa ancorar-se numa esfera mais

ampla, a fim de dimensionar as implicações que está subsumindo. Adotar como *instância enunciativa* os campos *econômico* e *político* significa assumir imbricações ideológicas, históricas, sociológicas, entre muitas outras, e tentar divisar as arestas que se projetam em suas incursões, já que a finalidade aqui é vislumbrar as articulações contextuais. Mesmo assim, esta abordagem objetiva suscitar a reflexão crítica acerca dos campos focalizados, mantendo abertas outras tantas possibilidades de interpretação.

### 5.3 — ANÁLISE CASUAL

#### 5.3.1 — ANÁLISE CASUAL CONTEXTUALIZADA: CONTEXTOS ECONÔMICO E POLÍTICO

1. “No seu rápido vôo panorâmico pelo Estado, *t u t e l a d o* pelo presidente da AD/RS, José César Martins, o executivo passará em revista algumas das principais empresas de alta tecnologia gaúchas” (Zero Hora: 13.09.96).

O contexto focalizado abriga uma microcena em que o predicador *t u t e l a r* encerra o sentido básico de *dar tutela / ajudar / dar proteção / auxiliar / orientar*, salientando a dimensão **benefactiva** em que está sendo perspectivizada a noção de liderança. No enunciado acima, o predicador aparece metaforizado em direção ao campo semântico **B**, perspectivizando a idéia de *benefício* e criando novo efeito de sentido, consolidado pelo processo metafórico; a **vs** do referido predicador supõe a presença de um **Oe**, que fica subentendido na microcena; e de um **B** – beneficiário, que vem representado através de ‘pelo presidente da AD/RS’, considerando a significação contextual. O esquema casual é:

+ [B, \*Oe] / Oe – apag.

2. “O governo espera *a r r e c a d a r* R\$ 5,2 bilhões para os cofres da Saúde com o novo imposto” (Zero Hora: 28.11.96).

A *cena* destacada contém um minienunciado com o predicador

*a r r e c a d a r*, que assinala, como sentido primeiro, *amealhar / conseguir / obter recursos para*, reiterando sua condição **benefactiva**. No contexto, fica perspectivizada a nuance de sentido que evidencia ganho; a **vs** do predicator instancia a presença de um **B** – beneficiário, manifestado em ‘O governo’; e um **O**, identificado através de ‘R\$ 5,2 bilhões’, levando em conta as referências do contexto em que se insere. Seu esquema casual é:

+ [ **B**, **O** ]

3. “O consumidor *g a s t o u* 37,17% mais com tarifa telefônica, 1,13% mais com energia elétrica e 0,70% com água e esgoto” (Folha de S. Paulo: 21.11.96).

O enunciado acima contém uma microcena com o predicator *g a s t a r*, que evoca o sentido básico de *despender / pagar com dinheiro / esbanjar*, o que configura uma dimensão **benefactiva**. No contexto, está perspectivizada a noção de *perda*, e a **vs** do predicator assinala a presença de um **A**, em relação de co-referência com um **B** -, expressos em ‘O consumidor’; e de um **O**, representado através de ‘tarifas’, o que fica evidenciado no contexto em que o referido predicator está colocado. O esquema casual é:

+ [ **A**, \***B**, **O** / **A** = **B** ]

4. “A idéia do processo surgiu em 1993, quando Moore foi contratado por outro antigo colega, Michael Lewis, que tentava *a j u d a r* a mãe de sua secretária – uma fumante morrendo de câncer no pulmão” (Folha de S. Paulo: 31.10.96, p.7).

A cena focalizada enuncia o predicator *a j u d a r*, que encerra como sentido básico, *apoiar / auxiliar / prestar ajuda*, caracterizando uma natureza **benefactiva**; neste contexto está sendo privilegiada a nuance de *benefício*, e a **vs** do predicator pressupõe um **A**, pronominalizado em ‘que’ e apagado no contexto; um **B**- beneficiário, que vem expresso pela “mãe de sua secretária”; e um **O**, que aparece lexicalizado em ‘ajudar’ (=

prestar ajuda), conforme a significação espraiada no contexto. Seu esquema casual é:

+ [\*A, B, \*O] / O – lex.; A – apag.

5. “O governo federal estendeu para todos os empreendimentos que vierem a se instalar no Norte, no Nordeste e no Espírito Santo os incentivos fiscais *c o n c e d i d o s* às montadoras”(O GLOBO: 12.12.96, p. 7).

O contexto selecionado inclui uma microcena com o predicador *c o n c e d e r*, que detém o sentido básico de ‘doar / ceder por vontade própria / distribuir’, assinalando uma caracterização **benefactiva**, onde fica perspectivizada a noção de *benefício* – o que é concedido para as montadoras -; a *vs* do referido predicador deflagra a presença de um **A**, que está apagado no contexto; de um – **B** – beneficiário, identificado através de ‘montadoras’; e de um **O**, que vem expresso em ‘os incentivos fiscais’, tendo em vista a significação contextual. Seu esquema casual é:

+ [\*A, B, O] / A – apag.; pass.

6. “Em setembro Bolsa de Valores voltou a *l i d e r a r* o ranking das aplicações financeiras” (O GLOBO: 19.12.96, p. 5).

Neste contexto aparece uma microcena que abriga o predicador *l i d e r a r*, que encerra o sentido básico de *estar na liderança / vencer*, caracterizando uma instituição de sentido **benefactiva**; aqui fica privilegiada a noção de *liderança*, indicando aquele que está vencendo algo. No contexto, a *vs* do predicador supõe a presença de um **B** – beneficiário, que está subentendido na microcena, portanto apagado; e de um **O**, representado em ‘o ranking das aplicações financeiras’, considerando a significação ali contextualizada. O esquema casual resultante é:

+ [\*B, O] / B – apag.

Esses exemplos têm a finalidade de demonstrar o tipo de análise que pode ser empreendida com os enunciados, em especial com aqueles cap-

tados junto à imprensa escrita, material ricamente diversificado e disponível para a utilização em sala de aula.

Outras alternativas de trabalho também são possíveis, a partir da configuração dos casos; aqui a demonstração incide sobre o caso benéfico, mas o modelo que adotei abriga um total de oito casos, e todos podem ser identificados nos recortes jornalísticos, independente de seções e períodos. Pretendo deixar aqui uma pequena contribuição, que deverá inscrever-se como mais uma alternativa viável para integrar o elenco de atividades que valoriza a língua em uso.

### 5.3.2 — ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

#### 5.3.2.1 — Análise qualitativa de textos publicitários

A gramática de casos, em sua dimensão pragmático-discursiva, preconiza a realização de atividades que se inscrevem na dinâmica da língua em uso; nesse sentido, os textos publicitários constituem material extremamente rico para análise.

- a) Fonte: Revistas (como VEJA, ISTO É, EXAME, etc.) e jornais; enfim, todos os meios de veiculação gráfica que incluem propagandas.
- b) Tipo de campanha publicitária: cartões de crédito, eletrodoméstico, bebidas, cigarros, vestuário, material de limpeza, etc. Toda campanha publicitária é passível de ser analisada nesta perspectiva, já que traduz, de um lado, as expectativas de venda da classe empresarial, e de outro, as aspirações de compra dos consumidores.
- c) Estratégias de implementação: a análise contextual é sempre um ponto de partida que assegura referencialidade e abrangência para a abordagem; a partir dela, o dimensionamento dos casos fica bastante favorecido, pois a compreensão do contexto subsidia qualitativamente a relação dos verbos-predicadores com seus respectivos argumentos.



d) Perspectivas operacionais:

- seleção da mesma campanha em veículos de imprensa diferenciados;
- seleção de campanhas diversificadas no contexto da mesma revista;
- procedimento de análise, tendo em vista o tipo de produto focalizado na campanha;
- definição dos critérios de adequação do produto ao mercado a que se destina: especificação sócio-cultural da população alvo;
- integração de planos estruturais: códigos diversificados, recursos visuais, etc.;
- elaboração de painéis, blocos, álbuns seriado, filmes, vídeos, enfim, explorar as condições técnicas disponíveis no ambiente em que o trabalho está sendo desenvolvido.

### 5.3.2.2 — Aplicação das alternativas teórico-metodológicas da gramática de casos

a) Classificação dos verbos quanto à sua constituição de:

- *estado* (não-acontecimento);
- *processo* (não-agentivo);
- *ação* (agentivo).

b) identificação dos oito casos previstos no *Modelo Casual da UFSC*:  
A, E, B, O, L, T, C, H;

c) caracterização da teoria dos casos não-manifestos:

- os parcialmente não-manifestos: *apagáveis* – às vezes presentes na estrutura profunda;
- os totalmente não-manifestos: *co-referenciais* e *lexicalizados* – não se fazem presentes na estrutura profunda;

d) *causativização* – com os verbos de estado ou processo + traço *in-*

*tenção* = *ação*, ou pela *imperativização* do verbo;

e) teoria de *valência*:

- a *quantitativa*: que indica o número de argumentos que se ligam ao verbo, de caráter mais sintático;
- a *qualitativa*: que trata da caracterização dos actantes, tem uma dimensão sintática ou morfossintática;
- a *semântica*: compreende os traços categoriais e as funções temáticas que performam a constituição do sentido

Os desdobramentos para abordagem e aplicação da gramática de casos podem-se estender muito mais. A intenção aqui é a de indicar algumas alternativas que promovam o interesse e o entusiasmo para a realização de um tipo de atividade que propicia a movimentação do sentido, assinalando, na dinâmica interacional, sua compatibilidade com diferentes *lugares de dizer*, mas permite que cada um, pelo menos, tente encontrar o seu. Os professores, em geral, atuam como *garimpeiros*, buscando novas estratégias que podem qualificar e-ou dinamizar sua ação docente. Este capítulo teve o propósito de trazer para eles esta pequena contribuição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória percorrida nesta pesquisa, tive o olhar sempre voltado para os pontos que incentivaram os propósitos aqui assumidos: promover a articulação entre semântica, discurso e pragmática, a fim de, através dessa perspectiva, verificar a constituição de enunciados benefactivos, a partir dos movimentos semânticos que se enunciam nas *cenas* jornalísticas, aqui representadas pelos contextos econômico e político, coletados através de programa computacional, junto aos jornais: *Zero Hora*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*.

Nesse universo de referência, foi possível vislumbrar, à luz de uma *interface*, a produtividade e a recorrência do campo semântico benefactivo, quer em sua dimensão básica, quer em suas projeções metafóricas, que, neste trabalho, foram captadas como *via de duas mãos*, ou seja, do campo semântico B (benefactivo) para os campos: E, O, C, T, L e H; bem como dos campos: L, O e E para o campo B (benefactivo). As imbricações naturais engendradas nas manifestações expressivas de uma comunidade lingüística se efetivam, especialmente, porque os sujeitos-enunciadores, ou mesmo os leitores-enunciatários, detêm todas as possibilidades de *significar* a linguagem e a língua que usam, segundo as suas próprias intenções e expectativas.

Os mecanismos lingüísticos reveladores da significação subjazem à expressividade dos interlocutores, o que instancia um critério de socialização para o conhecimento de mundo, no sentido de performar a bagagem

de cada um; e cada comunidade sócio-culturalmente estruturada compartilha de visões afins na dinâmica interacional, em especial nos contextos da língua em uso. Esse fato torna possível a representação humana na e pela linguagem, já que o sentido se constitui nos entrecruzamentos das ações dos sujeitos – interlocutores – que, conforme vem explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, utilizam a linguagem como a via de materialidade, para assinalar sua expressividade e sua historicidade, inscrevendo as suas manifestações nos contextos cultural e ideológico, que resguardam, na linha do tempo, a memória e a herança de diferentes gerações.

Ao lado disso, a implementação do referido capítulo ancora uma perspectiva que se reveste de certa complexidade, na medida em que *transita* por aportes teórico-metodológicos já instituídos e que detêm suas especificidades, mas valeu pelo encantamento, ou melhor dizendo, pelo ato de *desacomodar*, de transpor as arestas que pareciam cingir seus contornos, e, à luz dessa imbricação, propor uma *conversa harmoniosa*, que desse ênfase à convergência possível, até com um pouco de transgressão, porém mantendo os princípios de fidedignidade. Assim, busquei alojar nessa conformação articulada, o quadro teórico da gramática de casos, que, por sua perspectiva integradora, se aliou confortavelmente, favorecendo a parceria científica que, para ela já legou bons resultados. Essas incursões culminaram no quadro de referência teórico-metodológica que passou a fornecer e a orientar o desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo trata da metodologia propriamente dita, evidenciando a caracterização do corpus, a operacionalização dos termos, etapa que dá conta da *interface* prevista, pois os referentes principais, incluso aqui o detalhamento do programa computacional — constituição, especificidade e abrangência —, são operacionalizados com observância das imbricações contempladas na integração. Vale destacar, também, a definição de estratégias, onde procurei definir a linha operacional a ser seguida: a especificação dos passos estabelecidos, considerando a hipótese de trabalho formulada, os objetivos que foram enunciados e a forma como seria feito o acompanhamento, a fim de assegurar a seqüencialidade e a clareza no tratamento dos dados.

No terceiro capítulo apresento o procedimento de análise adotado, onde aparecem referenciados todos os critérios de análise: a relação de pertinência com os fundamentos teórico-metodológicos, juntamente com as perspectivas assumidas pela análise, explicitando os recortes efetuados, devidamente justificados. Este bloco analítico perpassa as diferentes etapas que constituem o processo de análise, incluindo a apreciação dos resultados, que vem expressa no item 3.3, contendo a exposição objetiva e qualitativa da atividade concretizada.

Na sequência, incluo uma espécie de avaliação do empreendimento instaurado, através do que denomino *limites da interface*, onde ficou dimensionada a abrangência dos campos teóricos, bem como os limites da proposta, levando em conta as buscas e as possibilidades aqui implementadas. Este me pareceu um momento importante do trabalho: é o lugar da reflexão, o espaço da própria crítica, bem como de alguns reparos; é o momento também de conferir validade ao empreendimento e, até quem sabe, de evocar algumas alternativas de abordagem. Como, por exemplo, uma análise das predicções *locativas*, cuja incidência se revelou bastante expressiva no processo de metaforização com destino ao campo semântico B (benefactivo), utilizando os mesmos contextos aqui adotados, ou ainda, na *mão* contrária da *via* metafórica, uma investigação focalizando as predicções *experimentativas*, porquanto as metaforizações que ocorreram do campo semântico B (benefactivo) em direção aos outros campos semânticos, nesta investigação, privilegiou nitidamente o campo E (experimentativo). Penso que a *interface* tem a ver com esse fato, pois ela preconiza a expansão dos campos de análise, configurando uma perspectiva que pode abrigar as dimensões pragmático-discursivas espalhadas nas microcenas em que se incluem os predicadores.

O quinto e último capítulo representa o meu *lugar de dizer*, ou de chegada: a breve, mas significativa referência que deixo aos colegas professores e pesquisadores sobre as perspectivas de aplicação da gramática de casos; os dois desdobramentos incluídos, as perspectivas contextual e a casual, procuram explicitar as dimensões teórico-metodológicas que evidenciam uma rápida amostragem da atividade prática. Com essas conside-

rações encerro um projeto relevante de minha trajetória acadêmica, o qual, mais do que confirmar hipóteses, atingir objetivos, ampliar conhecimentos ou fornecer subsídios para a continuidade das atividades docentes, reafirmou a convicção de que toda tarefa constitui um desafio. E o melhor dele se mostra quando acompanhado de trabalho, dedicação e de um certo espírito aventureiro, que se unem nessas imbricações para o bem da ciência, da pesquisa e pelo melhor do ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. M. (1986). *Para uma descrição semântico-cognitiva da linguagem metafórica*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- ALTHUSSER, L. (1968). *Pour Marx*. Paris: Maspero.
- ALVES, I. M. (1990). *Neologismo e criação lexical*. São Paulo: Ática.
- ALVES, R. (1985). *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Ática. Série Princípios.
- ANDERSON, J. M. (1971). *The grammar of case: towards a localistic theory*. London: Cambridge University Press.
- ARISTÓTELES (1964). *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- ARROJO, R. (org.) (1992). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes. Col. Linguagem-Ensino.
- AUSTIN, J. L. (1990). *Quando o dizer é fazer: palavras em ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1990). Heterogeneidade(s) enunciativa(s), *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez.
- \_\_\_\_\_. (1984). *Heterogeneidade discursiva*. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Problemas de lingüística geral I* (1966) Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Problemas de lingüística geral II* (1974) Campinas: Pontes.
- BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC.
- BARROS, D. L. P. (1988). *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- BEARDSLEY, M. C. (1962). *The metaphorical twist. Philosophy and phenomenological research*, v. 22, n. 3, p. 293-307, March.
- BENVENISTE, E. (1976). *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional.

- \_\_\_\_\_. (1948). *Noms d'agent et noms d'action en indoeuropéen*. Paris: Larousse.
- BERGMANN, M. (1979). *Metaphor and formal semantics*. *Poetics*, v. 8, n. 1/2, p. 213-230, April.
- BLAK, M. (1979). More about metaphor. In: ORTONY, A. (org.). *Metaphor and thought*. London: Cambridge University, Press.
- BORBA, F. S. (1996). *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática.
- BORBA, F. da S. (Coord.) (1990). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Ática.
- BRANDÃO, H. N. (1994). *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas: UNICAMP.
- BRÉAL, M. (1992). *Ensaio de semântica*. São Paulo: EDUC, Pontes.
- CARNEY, J. D. (1983). *The meaning of a metaphor*. *Philosophical Studies*, v. 44, p. 257-67.
- CARVALHO, M. B. de. (1986). *Uma introdução às gramáticas de casos*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.
- CHAFE, W. L. (1970). *Meaning and the structure of language*. Chicago: University of Chicago Press.
- CHAROLLES, M. (1978). Introduction aux problèmes de la coherence des textes. *Langue Française*. Enseignement du récit et coherence du texte. Paris, Larousse, v. 38, p. 7-41, maio.
- CHOMSKY, N. (1975). *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra, Sucessor (trad. e notas: Meireles/Raposo).
- \_\_\_\_\_. (1966). "Degrees of grammaticality". In: FODOR, J. A. & KATZ, J. J. (org.). *The structure of language*. Readings in the Philosophy of language. New Jersey: MIT Prentice Hall.
- CHOUDHURI, I. N. (1993). Pesquisa e prática interdisciplinar na alfabetização. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 113, p. 21-34, abr./jun. Interdisciplinaridade 2.
- CLEMENTE, E. (1976). Educação e língua materna. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29 ago., p. 45.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Reflexões sobre ler e escrever*. Rio de Janeiro, Presença.
- COMBETTES, B. (1978). *Langue Française*. Enseignement du récit et coherence du text. Larousse, Paris, v. 38, p. 74-86.
- COOK, W. A. S. J. (1979). *Case grammar: development of the matrix model*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Case grammar theory*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- \_\_\_\_\_. (1978) A case grammar matrix model. In: *Valence, semantic case and relational grammar*. Edited by Werner Abraham. Companion Series to Studies in Language.



- vol. 1. John Benjamins. Amsterdam.
- CRUSE, D. A. (1973). Some thoughts on agentivity. *Journal of Linguistics*, v. 9, p. 1-23.
- CUNHA, A. G. da. (1982). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso. (1976). *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- DALL'AGLIO, M. M. (1987). The case for case (C. Fillmore, 1968). In: \_\_\_\_\_. *Gramática de casos*. Araraquara. Séries Encontros, COG/Linguística e Língua Portuguesa,
- DASCAL, M. (1982). *Contextualism: possibilities and limitations of pragmatics*. Amsterdam: H. Parret; M. Sbisà & J. Verschueren.
- DAVIDSON, D. (1984). What metaphors mean. In: DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, p. 245-64.
- DUBOIS, J. et alii. (1978). *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- DUCROT, O. (1992). Argumentação e 'topoi' argumentativa. (Curso ministrado na UFSC). s. n. t., mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- ECO, U. (1991). *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática.
- ELHADAD, M. (1995). Using argumentation in text generation. *Journal of Pragmatics*, v. 24, p. 189-220.
- ENKVIST, N. E. et alii (1974). *Lingüística e estilo*. São Paulo: Cultrix.
- FERREIRA, A. B. H. (1985). *Novo dicionário da língua portuguesa*. , Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FREGE, G. (1984). *Collected papers on mathematics, logic and philosophy*. Oxford: Basil Blackwell.
- FREIRE, P. (1982). *Extensão ou comunicação?* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FINGER, I. (1996). *Metáfora e significação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- FILIPAK, F. (1984). *Teoria da metáfora*. Curitiba: HDV.
- FILLMORE, C. J. (1968). The case for case: *Universals in linguistic theory*. In: Edited by Emmom Bach and Robert Harms. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1-88.
- \_\_\_\_\_. (1969a). Toward a modern theory of case. The Ohio State University Project on Linguistic Analysis. Report nº 13, 1-24. Reprinted In: *Modern studies in English*. Englewood Cliffs, N. J. Edited by David A. Reibel and Sanford A. Schane. New York: Practice-Hall, 361-75.
- \_\_\_\_\_. (1969b). Types of lexical information. The Ohio State University Working pa-

- pers in Linguistics, nº 2, 65-103. Reprinted In: *Studies in syntax and semantics*. Dordrecht, Holland, 1970. Edited by F. Kiefer. D. Reidel, 109-37.
- \_\_\_\_\_. (1971). Some problems for case grammar. In: *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*. Georgetown University Press. Edited by Richard J. O'Brien, S. J. Washington, D. C: 35-36.
- \_\_\_\_\_. (1975). Topics in lexical semantics: Roger Cole (ed.). *Current Issues in Linguistic Theory*. Bloomington & London: Indiana University Press.
- \_\_\_\_\_. (1977). The case for case: *Syntax and semantics*. vol. 8: grammatical relations. Edited by Peter Cole and Jerold M. Sadok. New York: Academic Press, 59-81.
- \_\_\_\_\_. (1981). Pragmatics and the description of discourse. *Radical pragmatics*. Peter Cole (ed). New York: Academic Press, 143-66.
- FIORIN, J. L. (1991). Língua, discurso e interação. *ABRALIN*, v. 12, p. 151-57.
- FONSECA, F. I. & FONSECA, J. (1977). *Pragmática lingüística e ensino do português*. Coimbra: Almedina.
- FURLANETTO, M. M. (1997). *Tenho o trabalho na cabeça...* Ensaio. Florianópolis: mimeo. (trabalho inédito).
- \_\_\_\_\_. (1998). *Norma, subjetividade, expressividade*. Ensaio, Florianópolis: mimeo. (trabalho inédito).
- GENRO, A. F. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê.
- GILDEA, P.; GLUCKSBERG, S. (1983). On understanding metaphor: the role of context. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*. n. 22, p. 577-90.
- GIMENO, M. H. L. (1986). A nova retórica. Campinas: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 10, p. 59-80, jan./jun.
- GREIMAS, A. J. (1973). *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix.
- GRICE, P. (1987). Logic in conversation. In: \_\_\_\_\_. *Studies in the way of words*. Cambridge: M. A: Harvard University Press, p. 22-40.
- \_\_\_\_\_. (1975). "Logic and conversation". In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (orgs.). *Syntax and semantics: Speech acts*. v. 3, New York: Academic Press.
- GUATTARI, F. (1992). Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 108, p. 19-26, jan./mar.
- GUILLAUME, G. (1929). *Temps et verbe: Théorie des aspects, des modes et des temps*. Paris: Champiom.
- GUIMARÃES, E. (1995). *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes.
- HALLIDAY, M. A. K. (1976). Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix.

- \_\_\_\_\_. (1985). *An Introduction to functional grammar*. Washington: Edward Arnold.
- \_\_\_\_\_. (1973). As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo. *Fundamentos metodológicos da linguagem*. São Paulo: Global.
- HALLIDAY, M. A. K. et alii. (1974). *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes.
- HJELMSLEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva. **Série Estudos**.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. (1990). *Semântica*. 4. ed. São Paulo: Ática.
- JACKENDOFF, R. (1983). *Semantics and cognition*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1987). The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, 18-3, p. 369-411.
- JANTSCH, E. (1995). Interdisciplinaridade: os sonhos e a realidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro (121): 29-42, abr./jun. Interdisciplinaridade 3.
- JAKOBSON, R. (1979). *Lingüística e comunicação*. 10. ed. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.
- JAPIASSU, H. (1992). A atitude interdisciplinar no sistema de ensino. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 108, p. 83-94, jan./mar. Interdisciplinaridade.
- KAY, P. & C. DAINEL. (1978). On the linguistic significance of the meaning of basic colors terms. *Language*. v. 54, p. 3.
- KOCH, I. G. V. (1996). Estratégias pragmáticas de processamento textual. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 30, p. 1-16, jan./jun.
- KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. (1989). *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez.
- LACAN, J. (1971). *Écrits II*. Paris: Seuil.
- LADRIÈRE, J. (1977). *A articulação do sentido*. São Paulo: EPU/Ed. da Universidade de São Paulo.
- LAGE, N. (1998). *Controle da opinião pública – um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Gramática do texto jornalístico*. Ensaios. Florianópolis, UFSC, mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Linguagem jornalística*. 3. ed. Série Princípios, São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes.
- LAKOFF, G. (1966). *Towards a semantic description of English*. Bloomington, Indiana University Press.
- LANGACKER, R. W. (1975). *A língua e sua estrutura: alguns conceitos fundamentais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- LE GUERN, M. (1973). *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*. Paris: Larousse.

- LEECH, G. (1981). *Semantics – The study of meaning*. Great Britain, Richard Clay (The Chancer Press).
- LOBATO, L. M. P. (1977). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LOPES, E. (1978). *Discurso, texto e significação*. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1976). *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- LUFT, C. P. (1985). *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino*. Porto Alegre: L & PM.
- LYONS, J. (1982). *Linguagem e lingüística*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MAGALHÃES, L. C. (1976). *Os significantes e a insistência do sentido*. Porto Alegre: E. S. T. S. L.; Caxias do Sul: Universidade de Caxias.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. (1994). Efeitos de arquivo. A Análise do Discurso no lado da História. *Gestos de Leitura da História no Discurso*.
- MARCUSCHI, L. A. (1983). A propósito de estratégias jornalísticas. *Linguagem oral e escrita*. Uberaba: CUL/FIL. Série Estudos.
- MARQUES, M. H. D. (1990). *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARTINICH, A. P. (1984). A theory for metaphor. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, p. 507-18, 1991.
- MATTA, R. da. (1993). Reflexões sobre Interdisciplinaridade: uma perspectiva antropológica. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 113, p. 35-58, abr./jun. Interdisciplinaridade 2.
- MORRIS, C. W. (1946). *Signs, language and behavior*. Chicago: [s. e.].
- \_\_\_\_\_. (1970). *The pragmatic movement in American philosophy*. New York: [s. e.].
- NICOLACÓPULOS, A. T. et alii. (1997). “Navegar” e “Surfar” (na rede) - Uma abordagem semântico-pragmática. Florianópolis: CELSUL, abr., p. 22. mimeo.,
- \_\_\_\_\_. (1995). O Modelo Casual da UFSC. *Anais do 1º Encontro do CelSul*. Florianópolis (1): 203-24, nov.
- NICOLACÓPULOS, A. T. (1992). *The holistic case - an introduction to case grammar*. Florianópolis, UFSC.
- \_\_\_\_\_. (1981). *A semantic analysis of Portuguese predications - an introduction to case grammar*. Tese de Doutorado, Universidade de Georgetown.
- OLIVEIRA, A. T. C. de. (1997). *O fenômeno da causativização na ótica pragmático-discursiva*. CELSUL, Florianópolis, mimeo., abr., p. 72.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Predicações benefactivas em textos publicitários*. X Encontro do CELLP, Londrina.

- \_\_\_\_\_. (1996). Experiência: a nova máscara da hegemonia estabelecida. *Uniletras*, n. 18, p. 99-111, dez.
- \_\_\_\_\_. (1995). Heterogeneidade discursiva e discursos sociais. *Anais do 1º Encontro do CELSUL*, Florianópolis (1): 87-104.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Análise das categorias textuais no discurso policial*. IX Encontro Nacional da ANPOLL, mimeo.
- OLIVEIRA, M. G. A. de. (1995). *Predicações polissêmicas e metafóricas: uma abordagem semântico-pragmática*. Tese de Doutorado, Florianópolis, UFSC, mimeo.
- ORLANDI, E. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1984). Segmentar ou recortar. *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, n. 10, Uberaba, Curso de Letras do Centro de Ciências e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, p. 9-26.
- \_\_\_\_\_. (1994). O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise do discurso. *Revista Delta*, v. 10, n. 2, p. 295-307, ago.
- \_\_\_\_\_. (1996). *A linguagem e seu funcionamento*. 4. ed. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez. Campinas: UEC. Col. Passando a Limpo
- PALMER, F. R. (1977). *Semantics: a new outline*. London, New York, Melbourne: Cambridge University Press.
- PARRET, H. (1998). *La voix humaine: entre l'ange et la machine*. Leçon inaugurale (Pré-publicação), s. n. t. Curso: Pragmatics and beyond. Florianópolis, out.
- \_\_\_\_\_. (1997). *A estética da comunicação - Além da Pragmática*. Campinas: UNICAMP (trad.: Roberta P. de Oliveira).
- \_\_\_\_\_. (1994). *Pretending to communicate*. Berlim/New York: Walter de Gruyter.
- \_\_\_\_\_. (1991). Os argumentos do sedutor. *Revista de Comunicação e Linguagens (CECL)*, Lisboa, Cosmos.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Enunciação e pragmática*. Campinas: UNICAMP. (trad. Eni Orlandi).
- \_\_\_\_\_. (1976). La pragmatique des modalités. *Langages*, 43, p. 47-67.
- \_\_\_\_\_. (1985). Time, space and actors: The pragmatics of development. In: HARRIS, R. & BAILEY, C. J. (eds), *Development mechanism of language*. Oxford:
- PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e discurso*. Campinas: UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1983). Análise do discurso: Três Épocas. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, Gadet & Hak (orgs), Campinas: editora da UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1983). *O discurso - estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- PEIRCE, C. S. (1975). *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix/USP.

- PERELMAN, C. (1977). *L'Empire rhétorique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- PERINI, M. A. (1985). *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática. Série Princípios.
- PONTES, E. (1987). *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1990). (Org.). *A Metáfora*. Campinas: UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1973). *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes.
- POSSENTI, S. (1993). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1990). Perguntas em torno de quatro temas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 19, p. 97-115, jul./dez.
- \_\_\_\_\_. (1996). Pragmática na análise do discurso. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 30, p. 71-84, jan./jun.
- POTTIER, B. (1976). Sur la formulation des modalités en lingüistique. *Langages*, Paris, Didier/Larousse, v. 43, p. 39 - 46.
- QUIJANO, A. (1995). Reflexões sobre a interdisciplinaridade, o desenvolvimento e as relações interculturais. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 121, p. 101-6, abr./jun. Interdisciplinaridade 3,
- REHFELDT, G. K. (1980). *Polissemia e campo semântico: estudo aplicado aos verbos de movimento*. Porto Alegre: EDURGS/FAPA/FAPCA.
- RICOEUR, P. (1981). "Metaphor and central problem of hermeneutics": *Hermeneutics and the Herman sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1976). A fala e a escrita. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, p. 37-56.
- ROBIN, R. (1979). Formação social, prática discursiva e ideologia. In: \_\_\_\_\_. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1977). *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- ROCHA, S. et alii. (1997). *Predicações temporais - Uma análise semântico-pragmática*. CELSUL, Florianópolis, mimeo., abr., p. 22.
- \_\_\_\_\_. (1998). *A emergência de enunciados temporais em textos jornalísticos*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, mimeo.
- SACHS, I. (1993). Desenvolvimento, um conceito transdisciplinar por excelência. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 113, p. 13-20, abr./jun. Interdisciplinaridade 2,
- SACKS, S. (org.), (1992). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC, Pontes.
- SANTAELLA, L. (1973). *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo. Experimento.
- SAUSSURE, F. (1973). *Curso de lingüística geral*. 5. ed. São Paulo: Cultrix.
- SEARLE, J. R. (1984). *Intentionality: an essay in the philosophy of mind*. Cambridge: Cambridge, University Press.

- \_\_\_\_\_. (1972). *Les actes de langage*. Paris: Hermann.
- SPERBER, D. & WILSON, D. (1994). *Relevance - communication and cognition*. Cowley, Oxford, OX4 1JF, UK, Blackwell Publishers.
- SURDI, M. S. et alii. (1997). *Análise de predicações benefactivas e sua metaforização em experimentativas*. CELSUL, Florianópolis, mimeo. abr., p. 22.
- TEIXEIRA, R. F. A. (1987) Fillmore: a realização dos casos em cenas. In: *gramática de casos*, Série encontros, CPG-LLP/UNESP. (1): II, Araraquara.
- TESNIÈRE, L. (1966). *Elements de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck.
- VAN DIJK, T. A. (1992). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto (org. e trad.: Ingedore V. Koch).
- \_\_\_\_\_. (1990). *La Noticia como discurso - Comprension, estructura y produccion de la informacion*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Text and context*. London: Longman.
- VAN DIJK, T. A. & KINTSCH, W. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press.
- VANOYE, F. (1982). *Usos de linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes.
- VIGOTSKI, L. S. (1979). *Pensamento e linguagem*. Lisboa, Antídoto. (trad.: M. Resende).
- VOGT, C. (1980). *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo/Campinas: HUCITEC.
- \_\_\_\_\_. (1983). Pragmática: O rosto e a máscara da linguagem. *Sobre pragmática*. São Paulo: CHLFIU. Série Estudos, n. 9.
- \_\_\_\_\_. (1977). *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática. (Ensaio n. 26).
- WEINREICH, U. (1981). Explorations in semantic theory. In: JAKOBOVITS & STEINBERG (orgs.). *Current trends in linguistics III*. La Haye: Sebeok.
- WITTGENSTEIN, L. (1994). *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, Col. Pensamento Humano.
- ZUCCO, B. (1992). *Introdução ao estudo do objeto: uma análise casual*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, mimeo.

## ANEXO

### SELEÇÃO DE ENUNCIADOS QUE INTEGRAM OS QUADROS DE ANÁLISE – BÁSICOS E METAFORIZADOS

#### CENAS DOS CONTEXTOS ECONÔMICO E POLÍTICO E RESPECTIVOS VERBOS-PREDICADORES

1. "A euforia dos lojistas com os negócios fechados a partir de julho de 1994 acabou se transformando em preocupação quando a quantidade de clientes incapazes de *saldar* suas dívidas começou a bater todos os recordes históricos" (*Zero Hora*: 20.09.96, p.23).
2. "Para enfrentar essa nova realidade, as redes de varejo estão ampliando seus setores de cobrança ou mesmo *terceirizando* esses serviços" (*Zero Hora*: 10.08.96, p. 25).
3. "Também negou ter ligações com Antônio Mazali, ex-funcionário do BB indicado pelo dono da Encol para *assumir* a direção da construtora no lugar do interventor Jorge Washington de Queiroz, afastado sexta-feira por Pedro Paulo de Souza" (*Zero Hora*: 14.11.96, p. 31).
4. "Se os 28,86% forem *repassados* a todos os servidores desde 1993 até junho deste ano, o governo terá de *deseMBOLSAR* R\$ 25,2 bilhões" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 25).
5. "Justiça *manda* Banco Central *pagar* prejuízos do Plano Collor" (*Zero Hora*: 24.10.96, p. 29).
6. "O BC pretende *recorrer* ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda assim a medida traz novas esperanças para quem perdeu patrimônio" (*Zero Hora*: 27.09.96, p. 21).



7. "Ele garante que os brasileiros não pretendem *ter* direito aos mesmos benefícios, apenas *retirar* o excesso de incentivos dados pela Argentina" (*Zero Hora*: 20.09.96, p. 21).
8. "Segundo ele, os moinhos argentinos, além de *receberem* isenções tarifárias ao exportarem para o Brasil, *obtem* descontos em outros impostos" (*Zero Hora*: 17.08.96, p. 31).
9. "No seu rápido vôo panorâmico pelo Estado, *tutelado* pelo presidente da AD/RS, José César Martins, o executivo passará em revista algumas das principais empresas de alta tecnologia gaúchas" (*Zero Hora*: 13.09.96, p. 21).
10. "O Executivo gaúcho tem feito o possível para *ajudar* empreiteiras do Estado a *abocanharem* as megaobras em andamento, promovendo inclusive reuniões de aproximação" (*Zero Hora*: 21.11.96, p. 30).
11. "Leasing *tem* lucro de R\$ 196 milhões" (*Zero Hora*: 26.12.96, p. 21).t
12. "A companhia será dividida em seis empresas, das quais duas devem ser *vendidas* em 1997" (*Zero Hora*: 05.12.96, p. 21).
13. "Foi com base nos pareceres elaborados pela procuradoria do INSS que os auditores do instituto *concederam* a Certidão Negativa à empresa, que deve cerca de R\$ 121 milhões à Previdência" (*Zero Hora*: 31.08.96, p. 25).
14. "Na terça-feira, o juiz federal Carlos Alberto Rocha, da 3ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo, *colocou* os bens da Encol e de Pedro Paulo de Souza, que *detém* 84% das ações da empresa, em indisponibilidade para *garantir* o pagamento da dívida do INSS" (*Zero Hora*: 20.09.96, p. 32).
15. "A empresa *detém* 5% do mercado brasileiro de caminhões leves no país, também *é detentora* de 80% do mercado de tratores com até 45 cavalos" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 29).
16. "A cidade de Rivera, na fronteira com o Uruguai, vem *recebendo* todos os fins de semana grande quantidade de turistas à procura de artigos importados dos freeshops" (*Zero Hora*: 28.11.96, p. 30).
17. "O domingo de lojas abertas às vésperas do Natal *conquistou* o consumidor que deixou as compras de fim de ano para a última hora" (*Zero Hora*: 19.12.96, p. 23).
18. "Bancos terão de *devolver* R\$ 166 milhões: tarifas consideradas ilegais foram *cobradas* de pessoas que não se recadastraram em 1994" (*Zero Hora*: 17.08.96, p. 27).
19. "A operação *resultava* em prejuízos para a União, que deverá *ficar* com o dinheiro, agora, as contas devem *receber* de volta os valores das tarifas cobradas" (*Zero Hora*: 27.09.96, p. 30).

20. "A Rial foi condenada a *devolver* a comissão de corretagem por ter omitido do comprador problemas financeiros em dois empreendimentos" (*Zero Hora*: 28.11.96, p. 27).
21. "A ação, que terá início em breve, *arrecadará* alimentos para serem *doados* a entidades beneficentes" (*Zero Hora*: 14.11.96, p. 29).
22. "Justiça - seguradora deve *indenizar* o valor total" (*Zero Hora*: 05.12.96, p. 32).
23. "A seguradora é obrigada a *pagar* a indenização contratada em caso de perda total, mesmo que o valor de mercado do bem segurado seja menor" (*Zero Hora*: 05.12.96, p. 32).
24. "Apesar de seu nome estar sendo cogitado para *encabeçar* a chapa do partido para as próximas eleições no Rio Grande do Sul, a senadora se portou como uma simples militante durante a visita de ontem e declarou que sua candidatura depende da indicação e aprovação dos companheiros de partido" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 19).
25. " 'O governo parece que desconhece a realidade do baixo clero (os parlamentares menos conhecidos e influentes), que sempre *ter* dificuldade em *arrumar* patrocinador', aposta" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 4).
26. "PSDB e PFL discordam do texto de Apolinário, que *beneficia* o PMDB, atingido por uma grande debandada nos últimos dois anos e meio" (*Zero Hora*: 24.08.96, 10 C.E.).
27. "É com esses princípios que Brasil e Argentina *aceitam* a ampliação do Conselho de Segurança, ou seja, querem uma vaga permanente para a América Latina, inclusive com direito a veto de resoluções" (*Zero Hora*: 24.10.96, p. 11 C.).
28. "Maluf disse que é uma 'vergonha' o governo federal *dar* apenas R\$ 7 bilhões para o setor e *liberar* R\$ 9 bilhões para '*salvar* a família do Banco Nacional' " (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 10).
29. "As terras *pertencem* hoje ao Amazonas" (*Zero Hora*: 10.08.96, p. 7 D.).
30. "Corbellini vinha sendo investigado pela direção municipal devido a denúncias nebulosas envolvendo sua relação com empresários na época em que *dirigiu* o Departamento Municipal de Habitação (Demhab)" (*Zero Hora*: 28.11.96, p. 11).
31. "Em média, desde o início do ano, Maceió deixou de *embolsar* R\$ 1 milhão por mês de repasse de ICMS" (*Zero Hora*: 28.11.96, p. 9).
32. "Os prefeitos que *tomaram* posse em janeiro não gostaram da idéia" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 10 B.).
33. "Ninguém *escapa* da crise" (*Zero Hora*: 03.10.96, p. 4).

34. "O atraso no pagamento dos servidores estaduais de Alagoas *prejudica* até um negócio sacramentado no Nordeste: a venda de água de coco" (*Zero Hora*: 14.11.96, p. 10).
35. "Aposentado, Benedito *ganha* um salário mínimo por mês, vendendo água de coco, faz em média R\$ 180 para *reforçar* sua renda" (*Zero Hora*: 28.11.96, p. 13).
36. "Ao longo dos anos 80, o discurso do intelectual que *chegou* a presidente se alterou no ritmo de sua ascensão política" (*Zero Hora*: 19.12.96, p. 5 C.).
37. "Os processos *acusam* Amazonino de *favorecer* as empresas Capa Construções e Pavimentações e a Locadora Locarápido em licitações fraudulentas e sonegação de impostos" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 11).
38. "Na mesma noite, *distribuiu* elogios a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PSDB), dois adversários ferrenhos da reeleição de FH" (*Zero Hora*: 05.12.96, p. 4).
39. "Por telefone, *dá* conselhos aos filhos, acerta detalhes de um jantar com a mulher, conversa com a nora" (*Zero Hora*: 14.11.96, p. 13).
40. "Seu ex-secretário da Saúde, Germano Bonow, *assumiu* a presidência da comissão provisória do PFL gaúcho, da qual o deputado - único do partido no Estado - foi excluído" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 5).
41. "Quando cheguei ao Rio Grande do Sul, o partido aqui disse que não *tinha* culpa pelo ocorrido e pedir que eu revisasse minha posição" (*Zero Hora*: 31.10.96, p. 14).
42. "Ou você vem para o PFL, ou você não vai *receber* dinheiro para *pagar* suas obrigações" (*Zero Hora*: 17.10.96, p. 5).
43. "Duas horas antes do Boeing 707 da Middle East Airlines (MEA) aterrissar em Porto Alegre, o Aeroporto Salgado Filho já estava pronto para *receber* o presidente do Líbano, Elias Hrawi, e sua comitiva de 54 pessoas" (*Zero Hora*: 12.12.96, p. 13).
44. "Karini considera a proposta do governo de Beirute um avanço - apesar das críticas no Líbano de que a medida ameaçaria o atual equilíbrio entre muçulmanos e cristãos no país; os descendentes não *perderiam* a nacionalidade brasileira" (*Zero Hora*: 21.11.96, p. 8 A.).
45. "Aos 39 anos e com dois filhos, Fares *divide* com parentes a responsabilidade pela gerência de duas lojas - uma de artigos esportivos e outra especializada em tecidos - e de um hotel" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 15).
46. "A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) vai *abocanhar* 0,2% de quase todas as operações bancárias realizadas por correntistas a partir do dia 25" (*Zero Hora*: 05.12.96, p. 11).

47. "O governo espera *arrecadar* R\$ 5,2 bilhões para os cofres da Saúde com o novo imposto" (*Zero Hora*: 28.11.96, p. 5 B.).
48. "Se alguém *deve* R\$ 100 mil e sua empresa vai *quebrar*, o banco *empresta* R\$ 200 mil para que essa pessoa pague a dívida e *capitalize* a empresa" (*Zero Hora*: 07.11.96, p. 15).
49. "Em apenas uma semana duas CPIs começaram a se desenhar no Rio Grande do Sul e *dividir* ainda mais a Assembléia Legislativa" (*Zero Hora*: 12.12.96, p. 11).
50. "A indústria farmacêutica *faturou* R\$ 9,6 bilhões no período que vai de dezembro de 95 a novembro deste ano" (*Folha de São Paulo*: 10.08.96, p. 10 - 2º C.).
51. "O ingresso de dólares representou, nos dez primeiros dias do mês, 71% do montante *enviado* à Bovespa em novembro, R\$ 312 milhões líquidos (fora as retiradas)" (*Folha de São Paulo*: 24.08.96, p. 7 - 2º C.).
52. "As Bolsas internacionais *despencaram* e continuou sem solução a questão da CPMF - que *vai morder* 0,2% dos dólares enviados às Bolsas, se o governo não conseguir reduzir essa alíquota" (*Folha de São Paulo*: 24.08.96, p. 7 - 2º C.).
53. "Os dólares continuam pipocando, apesar de as Bolsas já terem *dado* ganhos robustos aos investidores este ano" (*Folha de São Paulo*: 13.09.96, p. 6 - 2º C.).
54. "O milionário *poupa*, usa carro velho e roupa barata" (*Folha de São Paulo*: 06.09.96, p. 3 - 2º C.).
55. "Só 5% dos milionários americanos já *pagaram* US\$ 1.400 num terno ou mais de US\$ 330 num par de sapatos; metade desses mesmos milionários nunca *comprou* relógio que custasse mais de US\$ 400" (*Folha de São Paulo*: 06.09.96, p. 4 - 2º C.).
56. "De cada 10, só 2 *têm* carro do ano, e 9 nunca *compraram* um modelo que custasse mais de US\$ 41 mil (o preço de um Omega CD)" (*Folha de São Paulo*: 13.09.96, p. 9 - 2º C.).
57. "Tomado pelas médias, o milionário americano tem um patrimônio de US\$ 3,7 milhões, *ganga* US\$ 250 mil por ano, vive numa casa de US\$ 320 mil, tem 57 anos, mulher e três filhos" (*Folha de São Paulo*: 13.09.96, p. 6 - 2º C.).
58. "Stanley *oferece* alguns critérios capazes de *ajudar* quem pretende medir seu patrimônio ou, dependendo do cacife, *virar* milionário" (*Folha de São Paulo*: 20.09.96, p. 3 - 2º C.).
59. "Para avaliar o comportamento da pessoa em relação a sua renda e seu patrimônio, a conta se complica, e assim: multiplique toda a renda bruta de sua casa (exceto aquela que *deriva* de heranças) pelos seus anos de vida" (*Folha de São Paulo*: 27.09.96, p. 8 - 2º C.).

60. "Para que uma pessoa possa saber a relação entre sua renda e sua capacidade de *acumular* riqueza, precisa comparar o tamanho de seu patrimônio (noves fora as heranças) com a renda anual" (*Folha de São Paulo*: 27.09.96, p. 9 - 2º C.).
61. "Para acumular sem *poupar*, só com o Dr. Ronivon ligando para o governador Amazonino Mendes" (*Folha de São Paulo*: 03.10.96, p. 8 - 2º C.).
62. "Stanley não conta como se pode *virar* um milionário, mas dá três indicações para cuidar do dinheiro: 1) as famílias que *gastam* muito tempo discutindo a compra de coisas caras tendem a poupar menos que as famílias que gastam tempo planejando o orçamento; 2) se você não é rico, mas quer vir a sê-lo, nunca compre uma casa que lhe traga uma dívida maior que o dobro de sua renda familiar anual; 3) os filhos adultos poupam dinheiro na razão inversa do patrimônio que receberam de presente dos pais; quanto mais ganharam, menos poupam; quanto menos ganharam, mais poupam" (*Folha de São Paulo*: 03.10.96, p. 9 - 2º C.).
63. "Em seguida, o então prefeito de Cordeirópolis fazia perguntas a Mazzuchelli: 1) se a Secretaria da Fazenda teria algum órgão em condições de '*ceder* pessoal para ajudar o município, na época própria, nessa tarefa de rever Dipams'; 2) mesmo que não existisse um órgão com disponibilidade de pessoal, se funcionários da secretaria na região poderiam ajudar a Prefeitura de Cordeirópolis" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 5 - 2º C.).
64. "O secretário da Fazenda paulista mandou uma carta dizendo, de forma clara: 'não há disponibilidade prática de *ceder* pessoal aos municípios' " (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 7 - 2º C.).
65. "O custo varia de 5% a 20% do aumento do valor do ICMS que *volta* para o município" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 8 - 2º C.).
66. "Para *reduzir* a pobreza, que permanece muito grande no subcontinente (entre 23% e 25% da população ganham menos que US\$ 1 por dia), é necessário que quatro metas sejam atingidas: que o crescimento econômico inclua as faixas sociais de menor renda, que pequenas e médias empresas *tenham* acesso a investimentos externos e domésticos, que a qualidade dos serviços sociais aumente e que 'redes de segurança' sejam criadas para *proteger* os pobres" (*Folha de São Paulo*: 24.10.96, p. 9 - 2º C.).
67. "O mercado de balcão é uma espécie de 'feira livre' (as bolsas de valores seriam os shopping centers), onde as ações são *negociadas* de modo informal, sem registros ou controle das operações" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 7 - 2º C.).

68. "Assim, elas ganhariam liquidez (oferta de compra e venda) para, no futuro, serem negociadas em Bolsa - onde poderão *levantar* mais capital para *investir*" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 8 - 2º C.).
69. "Em setembro a Bolsa de Valores de São Paulo voltou a *liderar* o ranking das aplicações financeiras" (*Folha de São Paulo*: 17.10.96, p. 1 - 2º C.).
70. "O povo não *viu*, nem sequer *recebeu* os benefícios das reformas econômicas" (*Folha de São Paulo*: 17.10.96, p. 4 - 2º C.).
71. "O chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia admitiu ontem que 'é mais complicado' *vender* à OMC (Organização Mundial do Comércio) a parte do regime automotivo que *concede* incentivos a montadoras que se instalem no Nordeste, Norte e Centro-Oeste" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 9 - 2º C.).
72. "Ao contrário, uma das lições aprendidas nos últimos anos, particularmente na América Latina, é que a pressa em *privatizar*, nos casos em que ocorre uma privatização 'selvagem', pode *ser* muito mais prejudicial" (*Folha de São Paulo*: 14.11.96, p. 12 - 2º C.).
73. "A pesquisa da Cepal aponta a entrada de US\$ 8 bilhões no Brasil, segundo o Banco Central, o dado preciso é de US\$ 9,4 bilhões; a perspectiva para este ano, principalmente se as reformas do Estado *ganharem* impulso, mostra-se ainda mais favorável" (*Folha de São Paulo*: 21.11.96, p. 7 - 2º C.).
74. "Deve, na melhor das hipóteses, *liquidar* um passivo já antigo, a adoção do novo imposto não mudou a condição brasileira de país que investe mal, e talvez pouco, no setor" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 4 - 2º C.).
75. "Não há dúvida de que o governo *deve* aos hospitais conveniados ao SUS, com base em preços irrisórios, e tem de *pagá-los*" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 6 - 2º C.).
76. "Seria ótimo se o país pudesse *dispor* de mais dinheiro para a saúde" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 7 - 2º C.).
77. "Meu projeto consiste em instalar, em áreas de 5 mil hectares, no meio da floresta, comunidades de 50 famílias, para ali refazerem as formas de adaptação ecológica que desenvolveram ou *herdaram* de 10 mil anos de sabedoria indígena" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 7 - 2º C.).
78. "A cada família se deve *assegurar* uma renda mensal de um salário mínimo; sua primeira tarefa será plantar uma grande roça coletiva que *garanta* a subsistência, construir uma casona que sirva de centro de convívio, escola e igreja e ao redor dela 50 casas" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 8 - 2º C.).

79. "Essa forma de ocupação, além de *garantir* o fundamental que é uma farta subsistência da comunidade, lhes *dará* prosperidade econômica, permitindo que ao fim de seis anos se *torne*m independentes e se organizem como cooperativas" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 13 - 2º C.).
80. "Razão porque precisa ser *subsidiado* a um custo muito baixo que são os salários, os meios de transporte e as instalações básicas para a exploração da floresta" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 14 - 2º C.).
81. "O mercado de eletroeletrônicos *cresceu* muito mais nos últimos dois anos do que a estrutura das empresas para *atender* aos consumidores" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 3 - 2º C.).
82. "A dona-de-casa Adelina Cominato Preite, que *adquiriu* uma geladeira em 1995 e ainda procura resolver o problema junto ao fabricante" (*Folha de São Paulo*: 27.09.96, p. 10 - 2º C.).
83. "Sua dor de cabeça vem de longe, mas ela diz que ainda não perder a esperança de ver sua geladeira Prosdócimo, *adquirida* em 1995, finalmente funcionando perfeitamente" (*Folha de São Paulo*: 13.09.96, p. 8 - 2º C.).
84. "Estudo do Dieese revela que 40,64% das famílias mais pobres no município de São Paulo, com renda de até cinco salários mínimos, são *chefiados* por mulheres" (*Folha de São Paulo*: 20.09.96, p. 7 - 2º C.).
85. "As exportações brasileiras de café verde em grão totalizaram 1,25 milhão de sacas de 60 quilos, em janeiro, *gerando* receita cambial de US\$ 160 milhões" (*Folha de São Paulo*: 06.09.96, p. 12 - 2º C.).
86. "As empresas de assistência médica e odontológica, que *comercializam* os planos de odontologia individual e familiar às pessoas físicas, *cobram* mensalidades mais baixas do que o preço de cada procedimento odontológico isoladamente" (*Folha de São Paulo*: 10.10.96, p. 8 - 2º C.).
87. "A Unimed de São Paulo não *possui* plano odontológico, mas seus associados são *contemplados* com preços atraentes ao recorrer aos serviços da Uniodonto (Cooperativa de Trabalho Odontológico), que *parcela* o pagamento em até quatro vezes" (*Folha de São Paulo*: 10.10.96, p. 8 - 2º C.).
88. "O Departamento de Benefícios do Sciesp *oferece* descontos de até 70% da tabela Amb/92 para consultas, laboratórios etc.. É importante destacar que o atendimento se *estende* não só aos familiares como aos empregados da empresa do associado" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 3 - 2º C.).

89. "Assim, evitará futuras dores de cabeça com a Justiça e *garantirá* um benefício maior para a empregada, caso ela venha a recorrer ao INSS" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 4 - 2º C.).
90. "O consumidor *gastou* 37,17% mais com tarifa telefônica, 1,13% mais com energia elétrica e 0,70% com água e esgoto" (*Folha de São Paulo*: 21.11.96, p. 7 - 2º C.).
91. "Para deixar o funcionalismo, Luiz Gonzaga Mendes de Barros, o mais famoso marajá de Alagoas, *quer* que o governo lhe pague uma indenização de R\$ 685 mil" (*Folha de São Paulo*: 28.11.96, p. 5 - 2º C.).
92. "Quem tiver de trabalhar desde os 14 anos *contribuirá* para a Previdência 11 anos a mais do que quem começar aos 25, segundo projeto no Senado" (*Folha de São Paulo*: 28.11.96, p. 9 - 2º C.).
93. "No Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), as condições do contrato de aquisição de imóveis residencial ou comercial pronto poderão ser *negociadas* entre o comprador e o banco ou a companhia hipotecária" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 1 - 2º C.).
94. "Em geral, *rendem* mais que os tradicionais quando as Bolsas vão bem, mas podem *sofrer* maiores perdas num momento de queda dos mercados, o desempenho dos tradicionais tende a ser menos instável ao longo do tempo" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 4 - 2º C.).
95. "A Justiça mandou *penhorar* bens para *indenizar* cliente que teve cheque devolvido em 88, oficiais de justiça arrombaram cofre com maçarico" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 8 - 2º C.).
96. "O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem que o governo brasileiro deve adotar novas medidas para *incentivar* as exportações" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 7 - 2º C.).
97. "É pouco provável que a obrigatoriedade de o empregador *recolher* o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as empregadas domésticas entre em vigor antes de março" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 15 - 2º C.).
98. "As empresas não deverão *recuperar* este ano as perdas de 1996, prevê Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 11 - 2º C.).
99. "Mas segundo uma pesquisa divulgada semana passada, os partidos que formam o governo devem *obter* 290 cadeiras, somente uma a mais que o necessário para ter maioria na Assembléia Nacional (577 cadeiras ao todo)" (*Folha de São Paulo*: 10.08.96, p. 6 - 1º C.).



100. " 'Mas a FN também pode *tirar* votos de esquerda, nos meios operários e de desempregados', afirma Rey" (*Folha de São Paulo*: 10.08.96, p. 6 - 1º C.).
101. "Ultradireita diz que *vai levar* 20 cadeiras" (*Folha de São Paulo*: 10.10.96, p. 7 - 1º C.).
102. "Para exportadores o governo *empresta* 10,5% do capital de giro nas vendas ao Exterior, em parceria com a União, o governo está construindo um terminal portuário para duplicar a capacidade de carga do porto de Mucuripe" (*Folha de São Paulo*: 06.09.96, p. 11 - 1º C.).
103. "A imagem do Senado pode ficar arranhada perante a opinião pública caso os senadores decidam *manter* o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que *garante* aposentadoria especial aos parlamentares" (*Folha de São Paulo*: 27.09.96, p. 8 - 1º C.).
104. "Depois de *comandar* a convenção do PMDB que, no último domingo, *prejudicou* o projeto de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente nacional do partido, deputado Paes de Andrade (CE), tentou *obter* do governo a indicação do juiz classista Tarcísio Amora" (*Folha de São Paulo*: 24.10.96, p. 11 - 1º C.).
105. "Elas visam, inicialmente, obrigar a indústria a *custear* tratamento médico para fumantes que procuram auxílio do Estado" (*Folha de São Paulo*: 13.9.96, p. 9 - 1º C.).
106. "Se a taxa de fumantes menores de idade não cair a níveis combinados, a indústria será *multada*" (*Folha de São Paulo*: 10.10.96, p. 8 - 1º C.).
107. "Na realidade, quando o procurador-geral do Mississippi, Mike Moore, recrutou seu antigo colega de universidade Dick Scruggs para processar a indústria em 1994, a ação para *cobrir* os custos do Estado pelo tratamento de fumantes não era levada a sério" (*Folha de São Paulo*: 24.10.96, p. 3 - 1º C.).
108. "A idéia do processo surgiu em 1993, quando Moore foi contatado por outro antigo colega, Michael Lewis, que tentava *ajudar* a mãe de sua secretária - uma fumante morrendo de câncer no pulmão" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 7 - 1º C.).
109. "A mulher *quebrou pagando* contas médicas e procurou o auxílio do Estado" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 8 - 1º C.).
110. " 'Estamos diante de um golpe de Estado', acrescentou Ciller, a primeira mulher a *exercer* a chefia do governo na Turquia, de julho de 1993 a dezembro de 1995" (*Folha de São Paulo*: 14.11.96, p. 5 - 1º C.).
111. "De um lado, uma corrente *encabeçada* pelas Forças Armadas defende a aproximação com o Ocidente e a união com a Europa (a

- Turquia já é membro da Otan - aliança militar *liderada* pelos EUA]" (*Folha de São Paulo*: 21.11.96, p. 8 - 1º C.).
112. "O dinheiro necessário para *financiar* a renegociação das dívidas dos Estados depende do Congresso, está na Comissão Mista de Orçamento pedido de crédito suplementar de R\$ 103 bilhões enviado pelo governo" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 4 - 1º C.).
  113. "Parente fez a lista de exigências e Mendonça de Barros é quem vai *abrir* o cofre e *liberar* as antecipações de recursos para Alagoas" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 5 - 1º C.).
  114. "O presidente Fernando Henrique Cardoso volta amanhã a Brasília onde seu único compromisso é uma audiência com o governador do Pará, o tucano Almir Gabriel: já *concedeu* abono salarial de R\$ 100 aos PMs" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 5 - 1º C.).
  115. "Eleições - Mais do que *oferecer* empregos, o governo argentino estará *subsidiando* a vida de 5 milhões de pessoas até dezembro, quando estará previsto que a maioria desses programas termine" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 7 - 1º C.).
  116. "As estatais, como a petroleira YPF, que *forneciam* infra-estrutura, saúde, educação e trabalho, foram embora, deixando para trás verdadeiras cidades fantasmas" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 10 - 1º C.).
  117. "Outros altos funcionários do governo *acusam* as províncias de terem *dilapidado* os ganhos obtidos com as privatizações" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 4 - 1º C.).
  118. "Só Neuquén *recebeu* US\$ 850 milhões que foram rapidamente *consumidos*, Jujuy teve sete administradores, entre governadores e interventores em menos de nove anos" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 8 - 1º C.).
  119. "Ajuda federal depende de garantias, diz Malan: Recursos da União só serão *liberados* para os governadores que se comprometerem com ajuste" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 9 - 1º C.).
  120. "Fortaleza - o governo federal não parece disposto a *liberar* dinheiro para os Estados sem o mínimo de garantias de que poderá *reavê-lo*" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 9 - 1º C.).
  121. "No auge da crise, alguns alagoanos *cobram*: 'por que o governo pode dar R\$ 3 bilhões para o Banerj e não pode dar R\$ 300 milhões para Alagoas?' Logo viram que essa não colava" (*Folha de São Paulo*: 14.11.96, p. 5 - 1º C.).
  122. "Suruagy *quebrou* Alagoas ao cumprir promessas: governador *obteve* 82% dos votos com o compromisso de transformar o Estado num cabide de empregos" (*Folha de São Paulo*: 07.11.96, p. 9 - 1º C.).

123. "Com a estabilização da moeda, a União e os Estados passaram a *economizar* com a folha e a buscar formas alternativas de aumentar a receita, em Alagoas ocorria o contrário" (*Folha de São Paulo*: 14.11.96, p. 8 - 1º C.).
124. "Depois do reajuste salarial *concedido* aos policiais militares de Minas Gerais, o secretário de finanças do Estado, João Heraldo Lima, *deu* declarações considerando difícil confirmar metas de tão longo prazo" (*Folha de São Paulo*: 28.11.96, p. 9 - 1º C.).
125. "Os protocolos assinados pelo governo federal com os Estados prevêem o refinanciamento, a juros favorecidos de 80% das dívidas estaduais, que seriam assumidas pelo Tesouro Nacional" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 11 - 1º C.).
126. "O ex-prefeito de Campinas Jacó Bittar (PSB) negou ontem que tenha *recebido* pressões do PT para a contratação da Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios) durante sua gestão (89-92), mas disse que se *encontrou* com Roberto Teixeira em pelo menos duas ocasiões" (*Folha de São Paulo*: 20.09.96, p. 10 - 1º C.).
127. "O banco dos EUA *venceu* processo de seleção promovido pelo BNDES, *presidido* por Luiz Carlos Mendonça de Barros, ao apresentar a proposta com o pedido de menor comissão (2,1% sobre o que será arrecadado); concorreram também a Merrill Lynch e o Morgan Stanley" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 8 - 1º C.).
128. " 'Queremos *ter* certeza de que os candidatos *tenham* credenciais democráticas duráveis, incluindo reformas que garantam o controle civil sobre os militares', disse um membro do governo britânico" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 6 - 1º C.).
129. "O Partido Comunista do Brasil (PC do B) *aumentou* seu poderio na UNE (União Nacional de Estudantes), entidade que *domina* há sete anos" (*Folha de São Paulo*: 28.11.96, p. 7 - 1º C.).
130. "No novo sistema, como esse órgão não será necessariamente *doado* para o paciente daquele hospital, a secretaria pretende criar OPOs (Organizações de Procura de Órgãos), que fariam a captação" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 7 - 1º C.).
131. "Se a Petrobrás *ostenta* lucros enormes, se o preço internacional do petróleo está em queda, se a inflação está sob controle, por que este aumento criminoso dos combustíveis" (*Folha de São Paulo*: 07.11.96, p. 10 - 1º C.).
132. "A sessão é uma espécie de 'mea culpa' dos 44 deputados que *derubaram* Bucaram alegando incapacidade mental e *colocaram* na Presidência interina o presidente do Congresso, Fabián Alarcón" (*Folha de São Paulo*: 14.11.96, p. 10 - 1º C.).

133. "Após a guerra, os Korbel voltaram para a Tchecoslováquia, em 1948, emigraram para os EUA quando os comunistas *assumiram* o poder no seu país" (*Folha de São Paulo*: 28.11.96, p. 6 - 1º C.).
134. "A operação poderá *contar* com ajuda das polícias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro" (*Folha de São Paulo*: 31.10.96, p. 6 - 1º C.).
135. "O governo federal vai utilizar na reforma agrária terra usada por usineiros pernambucanos para *quitar* dívidas de financiamentos com o Banco do Brasil" (*Folha de São Paulo*: 07.11.96, p. 9 - 1º C.).
136. "O delegado Jurandir Gonçalves André, que preside o inquérito sobre morte de Djando, segurança da fazenda Borborema, no Paraná disse que termina amanhã o prazo para que lideranças do MST se *entreguem* à polícia" (*Folha de São Paulo*: 21.11.96, p. 13 - 1º C.).
137. "Banespa; juiz *bloqueia* bens de Fleury e assessores" (*Folha de São Paulo*: 05.12.96, p. 7 - 1º C.).
138. "Ao contrário do PT paulista, o PT gaúcho *cresce* a cada nova eleição, seu maior trunfo ocorreu no último pleito, além de Porto Alegre, onde *ganhou* seu terceiro mandato consecutivo, há um rastro de vitórias em todo o Estado" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 12 - 1º C.).
139. "Se quiser voltar a crescer o PT paulista *necessita* de mudanças, entre elas sua fisionomia sindical" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 6 - 1º C.).
140. " 'O partido conseguiu *herdar* as bandeiras do velho PTB e do PDT de Brizola', afirma".
141. "O presidente é alvo de críticas de entidades de defesa da liberdade de expressão desde a decisão governamental de *cassar* a cidadania peruana do empresário de origem israelense Baruch Ivcher, dono da rede de TV Freqüência Latina" (*Folha de São Paulo*: 12.12.96, p. 9 - 1º C.).
142. "Como *lucrar* com os 30 mil passageiros que transitam diariamente pelo Aeroporto de Guarulhos, na capital paulista" (*Folha de São Paulo*: 19.12.96, p. 7 - 1º C.).
143. "O terceiro lote de restituições do Imposto de Renda *estará* disponível a partir de sexta-feira" (*O Globo*: 20.09.96, p. 26).
144. "O acréscimo foi *estendido* a aposentados depois de 1991, entre os 600 beneficiados está o presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes" (*O Globo*: 21.11.96, p. 25).
145. "No caso de quem deseja *financiar* a aquisição do carro, é possível *quitar* a entrada apenas em dezembro, usando os recursos do 13º salário" (*O Globo*: 05.12.96, p. 29).

146. "Os trabalhadores que forem demitidos nos sete meses seguintes *receberão* de volta a parte dos salários que deixou de ser paga em função do acordo" (*O Globo*: 12.12.96, p. 31).
147. "A bolsa de Bogotá *caiu* 1,06%, esta queda, porém avaliam operadores, refletiu um movimento de realização de lucros por parte de investidores interessados em *embolsar* agora o ganho das últimas semanas" (*O Globo*: 14.11.96, p. 28).
148. "A Telerj está *encabeçando* a lista de empresas que mais *recebem* reclamações dos consumidores no Rio de Janeiro" (*O Globo*: 10.08.96, p. 5).
149. "Estatais podem *escapar* do teto de R\$ 12.720" (*O Globo*: 03.10.96, p. 7).
150. "O relator da reforma administrativa no Senado, Romero Jucá (PFL-RR), descobriu que as estatais auto-suficientes, que não *recebem* recursos da União ou dos governos estaduais, poderão pagar acima do teto de R\$ 12.720 fixado no texto aprovado pela Câmara" (*O Globo*: 24.10.96, p. 8).
151. " 'Somos o quinto país que mais *contribui* financeiramente com a ONU e ficamos no grupo dos excluídos', reclama Fulci" (*O Globo*: 21.11.96, p. 11).
152. "A organização peruana mantém contatos com rebeldes estrangeiros que entraram no país para *entregar* dinheiro à direção da guerrilha, denunciou ontem o jornal limenho *Expreso*" (*O Globo*: 28.11.96, p. 7).
153. "A aliança, explica Davidow, não é um pacto estratégico nem obriga qualquer das partes a *socorrer* a outra no caso de envolvimento em conflitos bélicos, seria apenas um reconhecimento, no caso argentino, da ativa participação nas missões de paz das Nações Unidas depois da Guerra Fria" (*O Globo*: 27.09.96, p. 5).
154. " 'Há outros países que também *contribuíram* e estamos dispostos a conversar sobre sua possível designação', afirma Davidow" (*O Globo*: 10.10.96, p. 8).
155. "O Rio de Janeiro vai *passar* à frente de Porto Alegre e *ganhar* o primeiro Gameworks - um parque temático com jogos de última geração - do país" (*O Globo*: 05.12.96, p. 7).
156. "O mercado de petróleo deve *receber* investimentos entre R\$ 6 bilhões e R\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos por conta da abertura de mercado *proporcionada* pela nova lei que desregulamentou as atividades da Petrobras" (*O Globo*: 17.10.96, p. 6).
157. "A estimativa de Alves, geólogo com 35 anos de atuação no mercado, é de que as parcerias da Petrobras devem *render* cerca de R\$ 6 bilhões já no primeiro ano" (*O Globo*: 31.10.96, p. 2).

158. "Os 6 bilhões devem *vir* principalmente dos 149 projetos já escolhidos pela Petrobras para iniciar os processos de joint ventures com empresas privadas" (*O Globo*: 07.11.96, p. 4).
159. "Depois de mais de uma semana de negociações, a Encol *acertou*, no final da noite de sábado, um acordo com as empresas norte americanas World Mae e CB Commercial que, a partir de agora, *terão* participação acionária na construtora" (*O Globo*: 07.11.96, p. 2).
160. "De acordo com informações não confirmadas oficialmente, a World Mae e a CB Commercial firmaram compromisso de *pagar* os salários atrasados dos funcionários da Encol e de reiniciar a construção dos imóveis que não foram *entregues* a 42 mil mutuários" (*O Globo*: 07.11.96, p. 4).
161. "As primeiras investigações foram abertas em agosto de 1995, quando a Receita descobriu que a Encol usou Certidões Negativas de Débito (CNDs) falsas para *conseguir* um empréstimo com a Caixa Econômica Federal" (*O Globo*: 21.11.96, p. 3).
162. "Ronaldinho pode ser o melhor jogador de futebol do mundo, mas não soube jogar com o Leão, o atleta *encabeça* a lista dos brasileiros que jogam no Exterior e *caíram* na malha fina do Imposto de Renda (IR)" (*O Globo*: 05.12.96, p. 2).
163. "Os clubes em débito *perderão* a isenção de IR, a fiscalização constatou irregularidades e a Receita descobriu uma forma de *punir* os clubes que não *recolhem* INSS" (*O Globo*: 12.12.96, p. 3).
164. "Os fiscais também constataram que muitos clubes *recolhem* o IR de seus jogadores e não *repassam* à Receita, isso é crime de apropriação indébita e os responsáveis podem ser até presos" (*O Globo*: 12.12.96, p. 7).
165. "O ex-agricultor diz que *entregou* todo o maquinário ao Banco do Brasil como pagamento de dívidas" (*O Globo*: 21.11.96, p. 11).
166. "Casos como o do ex-agricultor Liberato Leopoldo Schio Balest, de Quarai, são freqüentemente verificados na Justiça, conforme o advogado Ricardo Alfonsin, presidente do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural: 'é a volta de procedimentos antigos, nos quais o banco usa as vias judiciais para constranger seus clientes e *cobrar* contas indevidamente', observa" (*O Globo*: 21.11.96, p. 12).
167. "O empréstimo foi o primeiro que o banco *concede* diretamente a um Estado, com garantia do Tesouro Nacional" (*O Globo*: 05.12.96, p. 4).
168. "Confirma a decisão política das autoridades federais e da direção do Bird de *colocar* os novos recursos da instituição no Brasil a serviço do projeto de reforma do setor público nos Estados" (*O Globo*: 05.12.96, p. 11).

169. "O governo federal *estendeu* para todos os empreendimentos que vierem a se instalar no Norte, no Nordeste e no Espírito Santo os incentivos fiscais *concedidos* às montadoras" (*O Globo*: 12.12.96, p. 7).
170. "A MP diz ainda que, no prazo de um ano, o Executivo promoverá ampla avaliação do sistema de incentivos e apresentará projeto para sua revisão e aperfeiçoamento, as montadoras, porém, não poderão *acumular* os incentivos fiscais do regime automotriz para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste com os da MP 1.562" (*O Globo*: 19.12.96, p. 4).
171. "Governo desiste de *cobrar* contribuição para Previdência dos atuais aposentados" (*O Globo*: 19.12.96, p. 8).
172. "Acordo permitiria aprovação do texto tal como está, mas *isentan-do-se* os inativos" (*O Globo*: 19.12.96, p. 8).
173. "Ele salienta que três quartos do Orçamento da ONU, de US\$ 3,5 bilhões, são *destinados* a operações de manutenção da paz, e os membros do conselho *têm* enorme compromisso financeiro, humano e militar em relação à segurança internacional" (*O Globo*: 31.10.96, p. 11).
174. "Mais adequado ao país *seria* uma política para *ocupar* postos intermediários nas organizações internacionais" (*O Globo*: 07.11.96, p. 3).
175. "Nos últimos dias, uma declaração do presidente argentino, Carlos Menem, de que não *apoiaria* a candidatura brasileira provocou uma crise nas relações entre os dois países aliados do Mercosul" (*O Globo*: 07.11.96, p. 4).
176. "Uma empresa agroflorestal paraguaia completou na semana passada sua primeira exportação de 'lenha ecológica' para a Argentina, *vendendo* 200 toneladas do produto" (*O Globo*: 14.11.96, p. 9).
177. "Chile *lucra* com venda de flores" (*O Globo*: 21.11.96, p. 9).
178. "Com a renda de cerca de US\$ 40 mil por ano, o casal *tem* dois carros novos - uma Van e um Chevrolet Cavalier -, mora em um confortável apartamento alugado de dois dormitórios, Gustavo de nove anos, e Felipe de 12, estudam na escola pública que fica em frente ao condomínio, Francisco trabalha no depósito de mercadorias de uma loja de departamentos, e Maria de Fátima é empregada doméstica" (*O Globo*: 12.12.96, p. 3).
179. "Por vários problemas de gestão, a Golden Cross, uma das maiores administradoras de planos de saúde privada do país, *está* à beira da falência, e seus associados não *têm* qualquer garantia de que não ficarão completamente *desassistidos* da noite para o dia" (*O Globo*: 26.12.96, p. 2).

180. "Presta serviços a uma parcela que o Sistema Único de Saúde (SUS) não teria condições de *absorver*, tecnicamente é chamada de 'setor privado complementar', mas funciona sem qualquer regulamentação" (*O Globo*: 26.12.96, p. 3).
181. "Com a entrada de Carlos Albuquerque no Ministério da Saúde, o governo começou a *patrocinar* a criação de uma norma que *proteja* os consumidores e estabeleça de forma clara os papéis e as obrigações da saúde pública e da privada" (*O Globo*: 26.12.96, p. 3).
182. "O governo quer dividir com ela a sua responsabilidade, principalmente porque *assume* o ônus das assistências que os planos de saúde se recusam a fazer (cirurgias caras, como transplantes, ou tratamentos dispendiosos, como hemodiálise), enquanto o setor privado *lucra* e *fica* com os bônus" (*O Globo*: 26.12.96, p. 3).
183. "Vai mal o Ministério da Previdência, não *cobra* direito de quem lhe *deve* e quando manda ao Congresso a lista dos caloteiros comete erros bestiais" (*O Globo*: 12.12.96, p. 12).
184. "Na madrugada de sábado sua neta *recebeu* voz de prisão e foi mantida com guarda na porta por dois dias, quem não haveria de se deliciar com uma história dessas? Dois fiscais cujos salários não somam R\$ 3 mil por mês *descobrem* uma casa onde tudo o que reluz é ouro, mas a eletricidade *é furtada*" (*O Globo*: 14.11.96, p. 11).
185. "Sem a reforma do Estado, o Brasil não *conseguirá* manter uma moeda forte, cujo poder de compra *propicie* ao brasileiro uma vida digna, sem a astúcia das relações econômicas em tempo de inflação desenfreada" (*O Globo*: 07.11.96, p. 9).
186. "Este aviso foi dado à sociedade na época do anúncio do Plano Real - e o Governo fluminense na gestão Marcello Alencar *encampou* integralmente a reestruturação da máquina pública, dando rapidez às privatizações e reformando vários setores da administração" (*O Globo*: 07.11.96, p. 10).
187. "O prefeito Luiz Paulo Conde *sofreu* uma dura derrota na Câmara de Vereadores" (*O Globo*: 07.11.96, p. 5).
188. "A CPMF seria *cobrada* inicialmente por 13 meses, até 23 de fevereiro de 1998, e agora o prazo fica estendido para dois anos" (*O Globo*: 21.11.96, p. 8).